



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

EDCLEIDE DA ROCHA SILVA

**MULHERES CAMPONESAS ALAGOANAS: O IMBRICAR DOS SONHOS NAS
LUTAS POR DIREITOS EM UMA MÍSTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR**

**MACEIÓ – AL
2026**

EDCLEIDE DA ROCHA SILVA

**MULHERES CAMPONESAS ALAGOANAS: O IMBRICAR DOS SONHOS NAS
LUTAS POR DIREITOS EM UMA MÍSTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, para Banca de Defesa, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Profa. Dra Lana Lisiêr de Lima Palmeira

MACEIÓ – AL

2026

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Setorial Lúcia Lima do Nascimento - CEDU

Bibliotecário: Cláudio César Temóteo Galvino – CRB4: 1459

S586m Silva, Edcleide da Rocha.
Mulheres camponesas alagoanas: o imbricar dos sonhos nas lutas por direitos em uma mística da educação popular / Edcleide da Rocha Silva - 2026.
218 f.: il.

Orientadora: Lana Lisiêr de Lima Palmeira.
Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2026.

Bibliografia: f. 181-192.
Apêndices: f. 193-198.
Anexos: f. 199-218.

1. Educação popular. 2. Feminismo camponês popular. 3. Mulheres alagoanas. 4. Movimentos sociais. 5 Pesquisa-ação. I. Título.

CDU: 37.014.2-055.2

FOLHA DE APROVAÇÃO



Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

MULHERES CAMPONESAS ALAGOANAS: O IMBRICAR DOS SONHOS NAS LUTAS POR DIREITOS EM UMA MÍSTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR

EDCLEIDE DA ROCHA SILVA

Tese de Doutorado submetida à banca examinadora, já referendada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 22 de maio de 2026.

Banca Examinadora:



Documento assinado digitalmente
LANA LISIER DE LIMA PALMEIRA
Data: 22/05/2026 09:17:43-0300
Verifique em: <https://validar.jf.gov.br>

Profa. Dra. Lana Lisier de Lima Palmeira– Universidade Federal de Alagoas,
Orientadora



Documento assinado digitalmente
INALDA MARIA DOS SANTOS
Data: 24/04/2026 13:29:53-0300
Verifique em: <https://validar.jf.gov.br>

Profa. Dra. Inalda Maria dos Santos – Universidade Federal de Alagoas,
Avaliadora Interna



Documento assinado digitalmente
WALTER MATIAS LIMA
Data: 02/07/2026 15:56:52-0300
Verifique em: <https://validar.jf.gov.br>

Prof. Dr. Walter Matias Lima - Universidade Federal de Alagoas,
Avaliador Interno



Documento assinado digitalmente
ISLANDIA BEZERRA DA COSTA
Data: 22/05/2026 09:07:29-0300
Verifique em: <https://validar.jf.gov.br>

Profa. Dra. Islandia Bezerra da Costa – Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Avaliadora externa à instituição



Documento assinado digitalmente
JUNOT CORNELIO MATOS
Data: 24/05/2026 09:15:53-0300
Verifique em: <https://validar.jf.gov.br>

Prof. Dr. Junot Cornélio Matos - Universidade Federal de Pernambuco,
Avaliador externo à instituição

À Nina (Maria Madalena dos Santos) da Bahia e ao Frei Sérgio Gorgen (*In* memória), pessoas que lideraram as lutas camponesas no Brasil.

À minha mãe Madalena e diante dela às minhas ancestrais, às mulheres que perseveraram em seus sonhos.

Ao Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC), especialmente às mulheres de Alagoas.

Ao povo do campo, das florestas e das águas, que ainda hoje enfrenta o genocídio e diversas formas de violência na missão de construir um mundo mais justo para nós e para todo o povo do Brasil e da América Latina.

Às memórias das vítimas da ditadura militar brasileira e das vítimas da COVID-19, que sofreram com um genocídio político e com o negacionismo.

AGRADECIMENTOS

“Companheira me ajude,
que não posso andar só,
eu sozinha ando bem,
mas com você ando melhor!”

Inspirada pelo canto das mulheres que ressoou em diferentes espaços nos últimos anos da história do Brasil, na demarcação e na conquista de direitos, fortalecendo os sonhos e qualificando a luta coletiva por uma mística contínua em busca de um mundo mais justo, inicio meus agradecimentos lembrando-me sempre de onde venho, para não perder o rumo de para onde vou.

A gratidão é um mosaico de sentimentos, que pode ser expressa na simbologia da fé, mas também no reconhecimento e na valorização de algo ou alguém. Nesse contexto, a gratidão se entrelaça e, no tecido da vida, as extremidades do fio se encontram, criando um entrelaçamento que, mesmo sem alinhamento, fortalece o conjunto.

Meu primeiro agradecimento vai para minha espiritualidade, ancestrais e meus santos protetores: Oxalá, o pai do Universo; Odoyá/Iemanjá, a mãe protetora que me sustenta nas águas e em seus braços; e Ogum, o guerreiro pai, senhor das armas, que me fortalece nas batalhas. Agradeço também às minhas mais velhas, cujo sangue e suor me constituem no presente. Seus sacrifícios em busca da utopia da transformação fazem delas parte do presente e do futuro, alimentando os sonhos daquelas que não querem mais viver somente como guerreiras, mas que ainda acreditam na mudança. Portanto, é também um agradecimento às minhas contemporâneas, às minhas sobrinhas, às mulheres de hoje, descendentes das bruxas queimadas nas fogueiras, filhas da brutal miscigenação e dos estupros perpetrados no processo de continuidade da colonização.

Expresso minha sincera gratidão à minha família, representada pelas minhas avós, Dona Nega e Zezita (*in memoriam*), minha mãe (Magal), meu pai (Dez), meus irmãos (Edvan e Edjavan) e minha irmã (Edclaudia). Estendo essa gratidão aos meus sobrinhos, que me fortalecem para seguir em frente, que me animam a viver com vontade e que trazem alegria nos momentos mais desafiadores da vida, incentivando-me a recordar quem eu sou: Isa, Gabi, Iago, Erick, Manu, Luquinhas e Cécilia. A vocês, minha mais profunda gratidão!

À minha orientadora, Lana Palmeira, por ter me recebido nesta jornada de escrita durante um período complexo do programa, marcado por reorganizações e trocas de orientação. Obrigada, Lana, por compartilhar parte deste caminho comigo!

Expresso minha gratidão ao meu primeiro orientador de pós-graduação, Junot Cornélio Matos, por ser um dos pioneiros a confiar em minha pesquisa e por incentivar em mim a crença em uma educação transformadora e popular. Sou grata por ele ser uma das forças motrizes da filosofia da práxis e da educação popular no Brasil.

Por meio deste espaço, gostaria de expressar minha gratidão à Elizabete Amorim e a Walter Matias. Mesmo não estando diretamente envolvidos no processo de escrita da pesquisa e antes mesmo de fazerem parte da banca, já compartilhavam comigo uma jornada. Juntos, construímos muitas redes de apoio, solidariedade e coletividade, tanto no âmbito acadêmico quanto humano. Sou grata por não terem desistido de mim, mesmo nos momentos em que me faltavam forças e esperança para prosseguir.

Ainda nesse campo da banca examinadora, quero expressar minha gratidão à Professora Dra. Inalda Santos, por ter aceitado fazer parte desse processo avaliativo. Obrigada!

Não posso deixar de agradecer à mulher que me acompanha na militância da Segurança Alimentar e Nutricional, na construção do sonho coletivo de participação social nos espaços de governança, e que veio se somar a esta banca final: a Professora Dra. Islândia Bezerra. Ser tão “BUnito e Ser-tudo”.

Minha gratidão se estende igualmente à minha família não tradicional que mora no coração: Valdenice (mãe) e Yasmin (irmã), que me receberam em sua família, me apoiam e estão ao meu lado mesmo quando me afasto.

O agradecimento maior e incondicional desta tese é a toda a gente que se faz povo e ousa sonhar ou levantar voo, mesmo quando está engradada. Agradeço aos processos de associações, cooperativas e comunidades que buscam a garantia dos direitos de seus territórios e de suas gentes; às mulheres sementes que me acompanham na tese como entrevistadas e, assim, tornam-se vozes que ecoam vozes outrora silenciadas.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, por meio de laços ou caminhos, se entrelaçam em minha ou em nossa jornada, como o esposo Dirley Vaz, e que, de alguma forma, vêm se somar também ao resultado desta tese.

GRATIDÃO!

RESUMO

A presente tese analisa o protagonismo das mulheres alagoanas nos processos de organização social e luta política, a partir da articulação entre pesquisa-ação e educação popular. A investigação fundamenta-se em referenciais das ciências humanas e sociais em diálogo com o Feminismo Camponês Popular, desenvolvido pelo Movimento de Mulheres Camponesas, evidenciando práticas formativas e organizativas orientadas à transformação social. Adota-se a pesquisa-ação como abordagem metodológica, com ênfase na participação ativa das participantes de pesquisa, na escuta sensível e no diálogo horizontal, possibilitando a construção coletiva do conhecimento e a articulação entre saberes acadêmicos e populares. A educação popular configura-se como referencial teórico-metodológico que orienta processos formativos críticos e emancipatórios. Evidenciam-se os processos históricos de organização das mulheres em Alagoas, destacando a atuação de coletivos, associações e redes na construção de estratégias de enfrentamento às desigualdades de gênero, classe e território. Analisa-se a centralidade da participação das mulheres na produção do conhecimento, bem como o papel da mística como dimensão pedagógica e mobilizadora, que articula espiritualidade, cultura e luta social, fortalecendo vínculos coletivos e sentidos de pertencimento. A sistematização de narrativas e experiências revela a pluralidade de trajetórias, os dilemas enfrentados e as estratégias de resistência construídas coletivamente, destacando a interseccionalidade como chave interpretativa. Discute-se, ainda, o potencial das práticas educativas desenvolvidas nos movimentos sociais, como assembleias, oficinas e espaços de formação, para o fortalecimento do protagonismo feminino, da autonomia e da construção de saberes coletivos. A análise indica que a articulação entre pesquisa-ação, educação popular e mística revolucionária contribui para processos de formação crítica e para a construção de alternativas sociais mais justas. Conclui-se pela necessidade de ampliar redes de apoio, aprofundar processos formativos e fortalecer a atuação coletiva das mulheres alagoanas.

Palavras-chave: educação popular; feminismo camponês popular; mulheres alagoanas; movimentos sociais; pesquisa-ação.

ABSTRACT

This dissertation examines the leadership of women from Alagoas in social organization and political struggles, focusing on the intersection of action research and popular education. The investigation is grounded in human and social sciences, engaging in dialogue with Popular Peasant Feminism, developed by the Movement of Peasant Women, and highlights formative and organizational practices aimed at social transformation. Action research is adopted as the methodological approach, emphasizing active participation, attentive listening, and horizontal dialogue, which enables collective knowledge-building and connects academic and popular wisdom. Popular education serves as the theoretical-methodological framework, guiding critical and emancipatory formative processes. The historical processes of women's organization in Alagoas are brought to light, with special attention to the work of collectives, associations, and networks in constructing strategies to combat gender, class, and territorial inequalities. The analysis explores the central role of women's participation in knowledge production and the significance of mystique as a pedagogical and mobilizing dimension, linking spirituality, culture, and social struggle to strengthen collective bonds and senses of belonging. The systematization of narratives and experiences reveals the diversity of trajectories, challenges faced, and collectively built strategies of resistance, emphasizing intersectionality as a key interpretative lens. Furthermore, the potential of educational practices developed within social movements—such as assemblies, workshops, and training spaces—is discussed in terms of strengthening female leadership, autonomy, and the construction of collective knowledge. The analysis suggests that the interplay of action research, popular education, and revolutionary mystique contributes to critical formation processes and the development of more just social alternatives. The study concludes by underscoring the need to expand support networks, deepen formative processes, and reinforce collective action among women from Alagoas.

Keywords: action research; popular education; popular peasant feminism; women from Alagoas; social movements.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da América Latina com Alagoas em destaque no Brasil.....	26
Figura 2 – A continuidade circular é triangular	34
Figura 3 – Mosaico de registros das mulheres ocupando a Câmara dos Deputados Federais em plenário no dia 07 de julho de 1997, para lançamento da Campanha “Nenhuma trabalhadora sem documentação”	40
Figura 4 – Do movimento circular.....	42
Figura 5 – Mapa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais no Brasil.....	60
Figura 6 - Mosaico imagens com registros de alguns momentos de mística realizados no Movimento de mulheres Camponesas (MMC) entre anos de 2020 a 2024 pela autora nos espaços de formação.....	105
Figura 7 – A sobrecarga que rodeia a vida das mulheres é reflexão da invisibilidade de suas vidas.....	118
Figura 8 – Mapa dos municípios onde a pesquisa foi aplicada.....	135
Figura 9 – Mosaico da mística popular das camponesas.....	150

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Janelas temporais - acontecimentos da história.....	48
Quadro 2 – Entrevistadas e escolaridades formais	56
Quadro 3 – Demarcação de direitos para as mulheres antes da constituição federal de 1998.....	62
Quadro 4 – Demarcação de direitos para as mulheres após a Constituição Federal de 1998.....	66
Quadro 5 – As categorias de identidade e caracterização da organicidade do MMC	81
Quadro 6 – Compromissos coletivos do Movimento de Mulheres Camponesas	82
Quadro 7 – Direitos conquistados, precisam ser preservados: lutas demarcadas pelo MMC.....	84
Quadro 8 – Levantamento sociocultural.....	142
Quadro 9 – Síntese dos ensinamentos pelas mulheres apontados.....	145
Quadro 10 – Análise comparativa de dados.....	173

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gráfico 1 - Direitos consolidados pelas mulheres ao longo do tempo em suas lutas e organizações no campo popular.....68

Gráfico 2 - Dados do IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019, no censo de 2021, realçando em março de 2024.....113

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AL	Alagoas
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANMTR	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
La AL	A América Latina
CLOC	Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDU	Centro de Educação
CEP-UFAL	O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CPP	Coordenação Política Pedagógica
CONESUL	Cone Sul (em castelhano: Cono Sur)
COVID-19	Espécie de infecção respiratória causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2
CF88	Constituição Federal de 1988
CNSR	Campanha Nacional de Sementes da Resistência
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EP	Educação Popular
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
FAPEAL	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas
FEPEC	Fórum Estadual Permanente de Educação do Campo
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FCP	Feminismo Camponês Popular
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
La VC	A Via Campesina
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MIC	Ministério da Cultura
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
PANC	Plantas Alimentares Nativas e Culturais
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos trabalhadores e trabalhadoras
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFABC	Universidade Federal do ABC

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 HISTÓRIAS CONTÍNUAS DE SONHOS, OUSADIAS E LUTAS POR DIREITOS: MULHERES CAMPONESAS E A MÍSTICA DO FAZER AGROECOLOGIA.....	31
2.1 Ideias soltas que se juntam na continuidade dos sonhos e da luta por direitos	31
2.2 A minha história é história de tantas outras – alteridades negadas resistem	42
2.3 Janelas temporais: direitos conquistados para as mulheres ou para o povo?	48
2.4 Avançamos na sociedade quando demarcamos os direitos coletivos para as mulheres	60
2.5 Entre a mística e a história de organicidade pedagógica e popular, nasce o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC	70
2.6 Nascido do desejo de transformação - o MMC se torna semente de uma missão coletiva por libertação e contra as violências	74
2.7 Golpe de Estado de 2016 e seus retrocessos: a necessidade de reinventar-se na organicidade das mulheres camponesas e de todas as classes trabalhadoras do Brasil... ..	87
2.8 Em meio aos retrocessos nasce no MMC uma campanha nacional de sementes que implica organização, da formação e das lutas das mulheres camponesas do Brasil nos processos construtivos e de base na educação popular	91
3 POR UMA EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA SEM O ESTEREÓTIPO DE SER GUERREIRA: A MÍSTICA DO SER MULHER.....	97
3.1 Educação popular enquanto ferramenta organizativa d96a educação transformadora	97
3.1.1 Existe diferença entre mística, encenação/teatro e dinâmicas	100
3.2 A mística como ferramenta organizativa da educação popular	103
3.3 O cansaço existencial, as múltiplas tarefas e a longa estrada da construção coletiva no processo educativo	109
3.4 Camponesas alagoanas construindo solidariedade e educação através do feminismo camponês popular	120
4 O SENTIDO DA MÍSTICA NA EDUCAÇÃO POPULAR E LUTA POR DIREITOS DAS CAMPONESAS ALAGONAS ORGANIZADAS NO MMC	130
4.1 Educação popular e mística revolucionária e os territórios onde foram aplicadas as entrevistas semiestruturadas como ferramenta de pesquisa-ação participativa	132
4.2 A dimensão mística está presente nas práticas organizacionais e educativas, nos rituais, nos símbolos, nas canções e nas estratégias de mobilização do MMC em Alagoas.....	140
4.3 Implicações da mística para a luta por direitos e transformação social.....	148

4.4 Quando uma mulher avança a sociedade avança junto – autonomia é transformação social participativa.....	152
5 SONHOS QUE SE SONHA JUNTO: REALIDADES E DESAFIOS PARA A ORGANICIDADE DA EDUCAÇÃO POPULAR E VISIBILIDADE DO TRABALHO DAS MULHERES	160
5.1 Desafios Enfrentados pelas Mulheres Camponesas: Barreiras Históricas, Sociais e Institucionais	161
5.2 O papel da educação popular: fundamentos teóricos, metodologias participativas e valorização do saber local	166
5.3 Oportunidades para a Visibilidade do Trabalho Feminino: Conquistas, Reconhecimento e Políticas Públicas	170
6 CONSIDERAÇÕES QUE FICAM, MAS NÃO SE FECHAM.....	179
REFERÊNCIAS	184
APÊNDICES	191
ANEXOS.....	197

1 INTRODUÇÃO

Na incumbência de corporificar essa tese, penso que é importante trazer algumas linhas de apresentação sobre: quem sou? De onde venho? E o porquê de escrever sobre as camponesas organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas no Brasil, em especial o olhar para nossa Alagoas.

Às leitoras e aos leitores, gostaria de ressaltar que, no ambiente acadêmico, a redação desta tese pode desafiar as normas gramaticais, ao transitar entre a primeira e terceira pessoa. Isso acontece devido à natureza subjetiva e coletiva do trabalho, em que a pesquisadora também faz parte do processo e da construção da educação popular¹ nos movimentos sociais. Essa abordagem busca introduzir a escrita periférica em um contexto acadêmico tradicional e, apesar da orientação sobre as regras, a autora opta por manter essa estrutura para destacar a interligação entre a ontologia e a alteridade.

Ela pretende rememorar, lembrar e reviver momentos que se entrelaçam em minha subjetividade e minha alteridade, meu eu e meu nós. Esses momentos estão descritos abaixo em pontos identificados como: Entrelaçamento existencial; O ser que sou é abrigo de memórias e alteridades que me conforma; A formação acadêmica e a formação popular; e, por fim, A mística que nos toca é a contida de marcas e dores que não nos é permitido sentir.

No contexto do entrelaçamento existencial abordado, o objetivo desta pesquisa consiste em investigar o “Feminismo Camponês Popular”. Através de uma abordagem da práxis, almeja-se entrelaçar a mística revolucionária com a narrativa que se desenrola no meio rural, protagonizada pelas mulheres trabalhadoras rurais que compõem a classe camponesa.

Este estudo de doutorado oferece a oportunidade de conjugar a teoria em constante evolução com a prática, promovendo a integração entre a ação e a reflexão sobre o se fazer e construir uma nova narrativa histórica, na qual as participantes da pesquisa também são parte dos resultados alcançados. Dessa forma, busca-se unir a prática política e pedagógica de maneira sinérgica.

Indígena não aldeada, camponesa, mulher, militante e estudante, entre outras alteridades que me conformam na mística da vida e no mito de ser mulher, a educação popular se faz imbricada no ser que sou e no outro que nos conforma, fazendo parte dos processos de busca

¹ A educação popular, enquanto metodologia de pesquisa-ação, desponta nos anos 1960 em estreita articulação com os movimentos populares. Contudo, sua relevância não se limita ao contexto de origem: ela se constrói e se reinventa continuamente no diálogo com os movimentos sociais, sustentando-se como prática transformadora voltada para uma educação verdadeiramente participativa. Como afirma o próprio Paulo Freire (2005), em *Que Fazer: teoria e prática em educação popular*, trata-se de um fazer coletivo, enraizado na realidade e comprometido com a emancipação.

por reforma agrária e das lutas populares. Logo, eu, enquanto filha de assentada e assentado, mobilizadora social, educadora popular e militante feminista, construo-me na coletividade, bem como se dá a construção do “Feminismo Camponês Popular”, que se consolida na América Latina (La AL), ou *Abya Yala*, termo usado por povos originários, como os Kuna, para nomear esse território antes da colonização, e que significa terra madura ou em florescimento. Segundo Suane Felipe Soares (2021), América Latina é um conceito de sentido político complexo que reflete a história comum das regiões exploradas como colônias desde o século XVI.

E assim, nessa complexidade de território, que escrevo essa tese. Sou alagoana das terras de Dandara e Zumbi dos Palmares, nascida em 1991, ano em que, segundo as narrativas históricas de minha família, houve um momento em que o Brasil tinha uma economia que vivia mudando, e quem não tinha poder aquisitivo passava fome.

Mais precisamente, a história dessa mulher que rascunha esta introdução se dá no que hoje chamamos de Assentamento Padre Emílio April, mas, na época, eram terras de latifúndio sob o regime de posseiros, algo semelhante ao sistema feudal, em que trabalhadores e trabalhadoras arrendavam um pedaço de terra, pagavam pelo uso, mas entregavam parte da produção para os donos da terra: meeiros era o nome mais comum dessa prática.

Naquele momento, mais precisamente no final dos anos 80, ali, junto com a democratização e a saída histórica do Brasil do período de ditadura militar, chegava à comunidade, com intenção de mobilizar, formar e organizar o povo no campo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT/AL), na qual, anos adiante, teria minha base de formação na teologia da libertação e na educação popular, e da qual faria parte do corpo docente na educação das escolas itinerantes, na mobilização de jovens e, mais adiante, nos anos de 2007 a 2013, na mobilização e articulação das mulheres.

Por meio da articulação organizativa de base, passei a assumir no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) a tarefa de coordenação estadual e, em seguida, de direção nacional, em 2018. Em 2020, durante a pandemia, passei a estar na coordenação nacional do Coletivo de Comunicação, de forma concomitante à minha participação na Coordenação Política Pedagógica (CPP) do Coletivo de Formação da Via Campesina Brasil (LVC), o que me possibilitou atuar nos espaços das escolas de formação dos cursos CONOSUR e Egídio Brunetto, assim como contribuir na construção de materiais informativos e pedagógicos em alguns espaços formativos para a militância e formação de formadores, dentre tantos espaços construídos com e para o povo.

Durante a pandemia da COVID-19, período instaurado no Brasil, mais precisamente em abril de 2020, fui destacada na direção do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) para acompanhar e coordenar os espaços das equipes de comunicação da Via Campesina (LVC) e

do MMC, mas também mobilizar a juventude e as bases com animação nas chamadas para os espaços virtuais, bem como, ao mesmo tempo, contribuir na Coordenação Política Pedagógica (CPP) da LVC, período em que consideramos como urgente a necessidade de nos reinventar para continuar na resistência à resistência para nossa existência.

Assim como muitos povos tradicionais, nós, mulheres, fomos desafiadas a introduzir o uso das ferramentas virtuais de comunicação, sem, muitas vezes, ter um aparelho com boa qualidade, espaços de armazenamento ou mesmo a bendita/maldita internet. Chamo de bendita, pois nos aproximou e nos fortaleceu contra a rede de notícias falsas, mas maldita pelo fato de não termos um projeto político nacional que possibilite aos povos e comunidades do campo, das águas, das florestas e das periferias acessar esse “território” de forma justa.

Esse momento de entrelaçamentos me desafiou a compreender a necessidade da organicidade para a formação do meio popular, tendo esse olhar crítico sobre o lugar da comunicação e sobre o lugar que ocupamos na sociedade enquanto mulheres camponesas e dirigentes sociais. Foi quando passei a estudar um pouco sobre comunicação de risco, uso das redes sociais e gestão de crises, tendo em vista amenizar e combater, enquanto organização, as grandes levas de falsas informações, mundialmente chamadas de *Fake News*, que se amplificaram nas redes sociais, com fins muitas vezes prejudiciais à vida de lideranças políticas, como vimos no embate eleitoral desde o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores e Trabalhadoras (PT), ampliando-se para as eleições de 2018 e quase se repetindo em 2023. (Aqui, não vou me demorar escrevendo sobre o que aconteceu nessa lacuna de tempo/espço, para não me perder do foco de apresentação, mas não poderia deixar de rememorar esse momento da história, que tanto nos retrocedeu na conquista de direitos, sendo cruel na vida de milhares de mulheres, como mostram pesquisas nacionais e internacionais quando trazem relatos do mapa da fome nesse período para o Brasil.)

Ali, ainda em 2020, até 2022, quando começaram a flexibilizar as restrições das medidas de contato em relação à pandemia, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) foi estimulado pela ousadia da campanha da educação popular, se assim posso dizer, por meio de uma campanha de sementes, campanha essa da qual fiz parte da construção de seu método pedagógico de organização de projeto, bem como da execução na mobilização das bases e nas formações virtuais. Nascia, em meio à crise, a Campanha Nacional Sementes de Resistência: Camponesas semeando esperança e tecendo transformação.

No momento histórico em que lançamos nossa campanha, no ano de 2020, também é importante ressaltar que ela tem caráter de denúncia: Estamos vivenciando uma crise econômica, social, política e ambiental agravada pela eleição de um governo neofascista e ultraneoliberal, que tratou de forma irresponsável a crise sanitária da COVID-19, porque só fortalece o capital e o

agronegócio com suas práticas de destruições e apropriações dos nossos territórios e bens naturais, atingindo principalmente as mulheres com suas políticas de morte, fome e miséria. Nossa campanha é de RESISTÊNCIA, um projeto de vida e sociedade (MMC Nacional, online)².

Acerca da utopia, o desejo das mulheres camponesas pode se configurar em minha existência como ousadia de ser quando não se é para ser. Não à toa, o ano de 2023 no Movimento de Mulheres Camponesas se movimentou pelo lema: “MMC 40 anos. Existimos porque lutamos!”

Cabe ressaltar, nesse momento, a importância da mística, que é o motor desta pesquisa, que me atravessa para falar do que não conseguimos expressar puramente com palavras e que se faz no meio popular enquanto parte da própria educação popular, fazendo-me sempre trilhar para um trabalho que seja humano e com foco nas pautas do povo. Nesse sentido, a mística vem sendo traduzida nesse movimento que me permeia enquanto mulher e pesquisadora como “[...] O maior de todos os valores. A vida vale a luta e a luta vale a vida!” (Mezadri *et al.*, 2020, p. 171).

Ao adentrar na descrição pessoal da pesquisa, o que se nominou como “O ser que sou é abrigo de memórias e alteridades que me conformam”, tem-se que a pesquisadora é a camponesa, a mulher, a educadora popular, a militante, a profissional, a técnica e a filósofa que se afloram juntas. Sou marcada pelas opressões agrárias da região da Zona da Mata alagoana, um território assinalado por coronéis e áreas canavieiras. Em 1995, aos 4 anos, vivenciei o despejo de minha família de seu território, tendo nossa plantação e criação destruídas por máquinas destinadas ao preparo da terra para o plantio da cana-de-açúcar. Foi nesse lugar que, mais tarde, venderíamos nossas forças de trabalho como bóias-frias e mão de obra canavieira.

Em 2007, a comunidade, junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT), obteve a demarcação do território conhecido como Sítio Gordo, em Assentamento, doravante denominado Pe. Emílio April, fruto da Reforma Agrária no município de União dos Palmares (AL). Após a demarcação pelo INCRA, implementou-se uma extensão educacional. Ainda me encontrava no ensino médio e passei a dividir o tempo, que antes era da roça e da escola, entre meus estudos e a função de auxiliar de turma na educação infantil. Essa foi minha primeira experiência como educadora.

Em 2009, iniciei o trabalho na Educação de Jovens e Adultos (EJA), educando e aprendendo com a comunidade que me viu crescer. Tenho muitas boas lembranças desse período, entre as quais a que mais me tocou foi quando um dos educandos chegou à sala de aula, colocou sobre a mesa uma carteira de identidade e disse: “Agora sou gente! Obrigado!”.

² Para saber mais da campanha, acesse: <https://mmcbrasil.org/campanha-sementes-de-resistencia/>.

Estava lá o RG e, no lugar que antes era o polegar, já não tinha o “dedão”: estava assinado. Eu chorei de felicidade e por esse sentimento de conquista coletiva.

Em 2010, passei a fazer parte do grupo de educadoras estaduais das Escolas Itinerantes. De mochila nas costas e com um punhado de esperança na transformação pela educação, fui para o município de Flexeiras, no Acampamento “Rio Bonito” (eram 18 km de caminhada da BR ao acampamento).

Aprendi que ser educadora me exigiria mais que ofertar aulas. Também realizaria trabalhos comunitários, serviços gerais, cuidados de bem-estar e saúde, até mesmo realizando curativos e atendendo emergências em um local tão distante da cidade, sem meios de transporte, sinal telefônico ou qualquer outra assistência social. Pela manhã, atendia a turma multisseriada (desde crianças de 3 anos até adolescentes de 16 anos). Pela noite, a turma era da EJA, e as mãos que seguram firme uma enxada demonstraram “estranheza” em segurar a leveza do lápis. Essas mãos que produzem alimentos e lutam por reforma agrária escrevem histórias de sujeitas e sujeitos que afirmam “ser gente” ao assinar seus nomes, ao ler as primeiras frases, ao se situar no mundo a partir das palavras geradoras. Ler as palavras não os tornava gente, pois já o eram, embora a sociedade não os enxergasse como tal. Não há como recuperar o tempo perdido/roubado pela desigualdade social, mas pode-se fazer do presente esse tempo de sonhar, (R)existir e transformar.

Essa memória é um pouco do que carrego e que me constrói na proposta de pesquisar sobre a educação popular, sobre a conquista de direitos, sobre o protagonismo das mulheres camponesas alagoanas, sobre tantas de nós esquecidas e lembradas quando uma de nós ascende. Poderia muito bem encurtar um pouco a história e não colocar essas memórias na tese. Mas não escrever essa parte é como negar esse lugar que me coloca como pesquisadora. É como diz Paulo Freire em *Política e Educação*:

Vim me tornando desta forma no corpo das tramas, na reflexão sobre a ação, na observação atenta a outras práticas ou à prática de outros sujeitos, na leitura persistente, crítica, de textos teóricos, não importa se com eles estava de acordo ou não. É impossível ensaiarmos estar sendo deste modo sem uma abertura crítica aos diferentes e às diferenças, com quem e com que é sempre provável aprender (Freire, 2021b, p. 102).

Feita essa retomada de fatos/registros e adentrando no entrelaçamento entre a formação acadêmica e a formação popular, é importante registrar que, em 2010, fiz a inscrição para o Processo Seletivo da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), no curso de Filosofia. Para

poder estudar, fui transferida de município pelo projeto de escola itinerante, passando a atuar em Murici, nos acampamentos Mumbuca e Bota Velha, de 2011 a 2012³.

Ao mesmo tempo em que cursava Filosofia no período noturno, lecionava nas escolas itinerantes assessoradas pela CPT em Alagoas. Nesses momentos, como professora das escolas itinerantes, participei de diversas formações realizadas pelo Fórum Permanente de Educação do Campo de Alagoas – FEPEC, nas quais experienciei os mundos antagônicos do ser camponesa, mulher, educadora popular e acadêmica, no curso heteronormativo e de uma matriz curricular totalmente eurocentrada. Essa experiência me possibilitou, durante o estágio supervisionado, trazer a imbricação desses lugares na pessoa que sou, resultando na publicação de um artigo científico na Revista *Lugares de Educação* [RLE], em 2015, intitulado: “Estágio supervisionado numa escola itinerante do estado de Alagoas: um modelo de ensino ainda ‘desconhecido’”⁴.

Foram muitos os espaços em que pude participar como pesquisadora e militante, mas destaco que, em 2016, fiz seleção para Especialização em Filosofia e Educação, pelo Centro de Educação (CEDU) da UFAL. Esse ciclo foi encerrado em 2018, com o TCC “Mulheres camponesas: uma discussão filosófica acerca da educação e do feminismo”⁵, tendo orientação do professor Dr. Artur Bispo e banca avaliadora formada por Aparecida Batista de Oliveira e Walter Matias Lima. Cabe dizer que, durante a especialização, em 2017, realizei seleção para o Mestrado em Educação no PPGE/UFAL.

Neste período, participei da Jornada Internacional Feminista e Foro Internacional de Feminismo Campesino y Popular realizado pelo Mundubat, em Pampana, Espanha, apresentando trabalho e compondo a mesa redonda de abertura, com o tema “El papel de la educacion de las mujeres como productoras de saberes”⁶. Nesse encontro, descobri a xenofobia, pois, por mais que estivesse como palestrante convidada, sempre era tratada como “a latina”. Por inúmeras vezes, ouvi a pergunta: “Como e onde você aprendeu a falar espanhol?”, que sempre vinha carregada de espanto, uma vez que uma camponesa nordestina não poderia saber tanto; eu deveria apenas falar da terra como produtora, e não como pesquisadora. A gente sente a estranheza de quem nos olha como se houvesse uma negação do acesso a esse lugar, fruto de tantas lutas e batalhas por direitos.

³ Para mais informações ler matéria de reportagem que realizamos para a gazeta de Alagoas “Professores de acampamentos cobram salários, com aulas ao ar livre. Ato de protesto em frente à Secretaria de Educação” disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=213059>.

⁴ Para saber mais sobre o processo de que falo nas escolas itinerantes, ler artigo que está disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rle/article/view/21681>.

⁵ O TCC da especialização encontra-se disponível para leituras no repositório da UFAL em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/7314>.

⁶ Para conhecer um pouco da conferência e temas abordados ver os recortes dos espaços em vídeo disponível em: <https://vimeo.com/321958486>.

Sabe por que trago essa memória? Para não esquecer quem somos e por que estamos onde estamos. Eu sou fruto dos muitos sangues derramados e das lágrimas da história de tantas outras mulheres que não puderam chegar aonde estou, mas aqui estou por nós. Em 2018, juntamente com o Movimento de Mulheres Camponesas, escrevi dois capítulos do livro “Mulheres Camponesas Semeando Agroecologia, Colhendo Saúde e Autonomia”, em um trabalho realizado em parceria com a Universidade Federal Fronteira do Sul (UFFS)⁷.

Em julho de 2019, defendi a dissertação do Mestrado intitulada “A filosofia da práxis e a educação: uma dialética da educação formal e não formal”⁸, fruto de um largo espaço de formação, que contou com orientação do professor Dr. Junot Cornélio Matos e teve banca examinadora os professores Drs. Walter Matias Lima, da UFAL, e Daniel Pansarelli, da UFABC. Foi uma conquista imensurável, afinal, assim como as demais, não era puramente pessoal, era coletiva, do povo, do movimento e da classe trabalhadora. O momento também foi marcante, pois, pouco tempo antes, tinha participado, como representante da juventude da Via Campesina Brasil, do VII Congresso da CLOC – Via Campesina, em Havana, Cuba, onde fiz parte da Declaração Política de Encaminhamentos escrita durante o congresso. Participei ainda do VII Congresso Brasileiro de Filosofia da Libertação, na Bahia, com apresentação de trabalho no eixo temático Movimento Social.

Após a defesa de mestrado, minha trajetória enquanto pesquisadora e militante continua com participações em eventos e encontros, mas destaco o livro que escrevemos no MMC, no qual pude participar da escrita de três capítulos do livro “*Feminismo Camponês Popular: Reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas*”, publicado em agosto de 2020 pela Editora Expressão Popular. Esses capítulos são: “Mulheres indígenas: em defesa do território e da identidade”; “Sementes de resistência: caminhos para a produção de alimentos saudáveis”; e “As ligas camponesas e a luta que marca os movimentos organizados do campo”. O referido livro, em 2021, foi traduzido para a língua espanhola e relançado em parceria com a organização Bizilur, do País Basco. Ambos foram escritos trazendo o papel da mulher no contexto da educação e da luta popular por direitos e políticas públicas.

No referente aos espaços de formação da Via Campesina (LVC/Brasil), cabe destacar que pude, coletivamente, participar do processo de elaboração e desenvolvimento do plano de formação para os “tempos de pandemia”, de forma que desenvolvemos seminários e ciclos de debates, neste último, pensando em três eixos de grande importância na formação: Estado, Questão Agrária e Território. Para nós, da Coordenação Política Pedagógica (CPP), os temas estão relacionados com o momento que vivemos; logo, nos cabe estudar para avançar na

⁷ Livro disponível em: <http://historico.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/mulheres-camponesas-pdf>.

⁸ Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/5968>.

questão, sendo de extrema importância compreender o avanço do latifúndio e do capitalismo, no intuito de ir afunilando questões inerentes à nossa luta popular no campo brasileiro.

Avançar nesse processo de diagnóstico sobre nossos inimigos é avançar coletivamente na reflexão sobre a realidade agrária que nos cerca, assim como sobre os desafios que se colocam para os movimentos da LVC/Brasil. Os ciclos de debates têm, em uma de suas funções formativas, situar-nos com relação aos retrocessos no âmbito da questão agrária, na esteira das contradições que marcaram essa formação territorial capitalista, racista e patriarcal. Assim, contribuem para a mobilização do processo de auto-organização, fortalecimento e enraizamento da LVC em sua diversidade de povos do campo, das águas e das florestas, ao mesmo tempo em que, por meio de estudos coletivos, podemos instrumentalizar a Via Campesina com informações referentes às características do Estado e à sua relação com a questão agrária, buscando formas de organização e articulação coletiva da LVC Brasil.

Contribuir para o processo de elaboração sobre a importância da formação para a LVC nos diferentes eixos de ação implica contribuir para o processo de organização da transformação social e da luta popular. Nesse sentido, os ciclos resultaram em uma cartilha ao final do ano de 2021, com o tema: *Ciclos de Debates Estado, Questão Agrária e Território: Desafios para os próximos períodos*, culminando, posteriormente, no livro *Ciclos de debates: Estado, questão agrária e território*⁹.

Em 2021, participei e logrei êxito na seleção do doutorado em Educação no PPGE, do qual faço parte atualmente, e essa tese representa uma construção desse momento. Para iniciar, em 2022, o primeiro semestre do doutoramento, esta pesquisadora passou por alguns apertos de saúde, em um momento difícil psicologicamente, pois vinha enfrentando o medo de se perder de si mesma no tratamento hormonal de câncer de mama.

Quem me conhece de perto vai lembrar o quão apavorante foi essa etapa, mas, para quem não me conhece e ler essa memória, poderá compreender também os motivos que me ligam à mística, à educação popular e à relevância simbólica desses eixos temáticos na pesquisa e nos enlances acadêmicos. No primeiro ano, em meio ao estado pessoal de saúde física e mental na pós-graduação do doutorado, muitas foram as angústias e a sensação do “não darei conta, é melhor desistir”. Mas também foram momentos de sentir o apoio do orientador, naquela fase ainda na pessoa do Dr. Junot Cornélio, e os diálogos de experiência e força do professor Dr. Walter Matias, o amor e o cuidado da Dra. Elizabete Amorim, mas, em especial, o cuidado e o apoio das pessoas amigas e da família que, em meio a suas vidas pessoais, abraçaram-me e

⁹ O Livro está disponível. Para baixar seu PDF, acessar o site do MMC nacional, aba biblioteca, ou direto pelo link: <https://drive.google.com/file/d/1YPRCwhJvuDjg5tiOa5vbcX6jGnVBZ64Q/view>.

mergulharam comigo no sonho, fazendo-me ver que, sim, éramos *nosotras* capazes e capazes se continuássemos de mãos dadas, pois não estaria só.

Levantadas as vivências acima, pode-se avançar no que ficou por nós taxado como: A mística que nos toca é a contida de marcas, esperança, ousadias, sonhos, mas também de dores. Sentir cada uma dessas sensações passa por um rasgo temporal, que só se consegue expressar ao passar por ele. É como o próprio sentido da mística nos espaços populares: ela não se explica, pois ela se sente; ela passa e se faz de forma didática, sendo formação para organizar, organização para lutar e lutar para conscientizar, mas não em pura utopia, e sim no revelar a rebeldia que não nos deixa desacreditar que o processo da educação está sempre em transformação, uma transformação que se faz com a participação do povo.

E é nesse sentido que a mística que se busca trazer e fazer parte dessa elaboração teórica, agarrada na prática popular da educação, se torna uma construção, sendo ela a práxis enquanto uma estreita relação estabelecida na compreensão da necessidade de uma educação transformadora, baseada na consciência crítica que é individual e coletiva e, portanto, uma ação. E essa ação se reflete e aponta as contradições da autossabotagem que nós, mulheres, geralmente nos colocamos pelo fato de sempre termos sido colocadas, na hegemonia do saber, no lugar de nos questionarmos sobre nossa capacidade. E, muitas vezes, nesse doutorado, elas foram moradoras de mim, pessoa que é coletiva e que tem suas subjetividades sentimentais, bem como qualquer ser humano, em uma fase caracterizada pelo desejo de não continuar, sentimento de incapacidade ou mesmo de perda de sentido de escrever sobre a temática que é tão essencial para os movimentos sociais e se faz necessária dentro das academias, como é a educação popular; a questão da mística enquanto instrumento revolucionário e pedagogia e da própria questão de gênero, que se entrelaçam no debate de classe e raça/etnia.

Foi então que a mística, no seu sentido do “enquanto viver, a vida e vale a luta”, me despertou, em meio aos apuros e às mudanças no processo de orientação, para continuar. E por que digo sobre esse sentimento? Porque muitas vezes negamos nosso lugar de humanas, negamos nossos sentimentos e fragilidade, e negamos não por querer, mas por estarmos num lugar que não nos é dado como nosso lugar durante o tempo de ocupação de espaços, e onde o ser guerreira é, na verdade, marcado pelas marcas de sermos mulheres sobrecarregadas, cansadas de ter que lutar para nos garantir o que nos deve ser de direito, mulheres que estão na linha de frente de riscos, mulheres que militam, mulheres que estudam, mulheres que trabalham, mulheres que pesquisam, mulheres que precisam se manter vivas e ativas nas relações sociais, nas relações de poder, nas relações do cuidado que não nos cuida.

E esse lugar de guerreira cansa, esse lugar de guerreira pesa, esse lugar de guerreira adocece, pois, enquanto mulheres, temos sempre que estar lutando para conseguir uma pequena

conquista que, a qualquer momento, pode ser revogada em uma deliberação constitucional de contrarreforma. E daí a vida acadêmica, que é cheia de sonhos, acaba também sendo cheia de marcas, dores e medos, em que nosso maior pesadelo é o juízo do não poder errar nem desistir. Juízo esse que me fez querer cumprir todos os créditos obrigatórios dentro do tempo estabelecido, produzir e escrever artigos para publicações, ser produtiva como exigem nossos programas, bem como seguir as exigências deste percurso, que me levaram a ter três trocas de orientação desde a entrada no programa. Enfim, mudanças no meio do caminho, que, como dizia o poeta Carlos Drummond de Andrade, tinham uma pedra. E, até entendermos que a pedra não pode ser retirada, e sim precisa ser contornada, sofremos as inconstâncias do não lugar, do não saber o que fazer (desabafo).

Com as mudanças vieram as readaptações, pois, lembra a pedra (?), tropeçamos nela e ela nos fez machucar e nos fez sentir dores. A cada mudança de orientação, um luto, um reescrever para voltar a escrever. E, mais uma vez, aquele sentimento do “tenho que ser forte, preciso continuar” acaba renovando aquele lugar da negação e da incapacidade, do: “é melhor desistir”. É nesse momento que surge a esperança do resgate, do retomar, do segurar a mão que nos está sendo estendida e do acreditar que essa não será uma tese só minha, mas uma tese de tantas de nós, mulheres. Uma mística inexplicável, fortalecida daquela mensagem: “enquanto houver vida, valerá a pena lutar!” E é nesse sentimento do valer a pena, do valer a vida, do valer os sonhos e do valer a esperança, que não se faz na pura espera, mas se dá na ação que transforma, que se busca força para seguir.

Após falar tanto sobre eu/*nosotras*, agora é preciso discutir sobre nós, mas espero que, ao falar de mim, não tenha esquecido que essa somos nós, pois somos a alteridade negada, mas não aniquilada, como já dizia o filósofo Enrique Dussel em *Filosofia da libertação*, especialmente sob uma perspectiva do olhar geopolítico, da questão de gênero, de classe e raça/etnia. Isso me faz refletir sobre minhas origens camponesas e me engajar na temática da luta pelos direitos das mulheres. Nossa história é escrita por nossas próprias mãos, que se entrelaçam na pessoa que sou e naquela que trago dentro de mim, desde a mulher camponesa, descendente de indígenas, até a pesquisadora que incorpora em seu trabalho investigativo parte de seu processo de formação.

Carolina Maria de Jesus, hoje reconhecida como uma das escritoras de voz potente da literatura brasileira, ultrapassa a condição de autora consagrada para constituir-se como símbolo de resistência e de escrita da história pelas próprias mãos das mulheres subalternizadas. Suas obras evidenciam que há uma diferença fundamental entre falar sobre a fome a partir de dados científicos e pesquisas, ou seja, falar por quem nunca sentiu fome, e descrever como é lidar com a fome a partir da experiência vivida. Nesse sentido, sua escrita dá forma e visibilidade às

existências historicamente silenciadas, tornando-se expressão das mãos que, por muito tempo, não puderam sequer escrever os próprios nomes, quanto mais registrar a própria trajetória. Por isso, se é incontornável dialogar com Dussel no campo da filosofia da libertação e com Freire no horizonte de uma educação transformadora, é igualmente indispensável fazer ecoar as vozes das mulheres que, durante tanto tempo, tiveram suas experiências, falas e escritas interditas no espaço público e acadêmico.

Assim, o presente trabalho¹⁰ se desenvolve por meio do pensar a educação popular, sua mística e a relação das mulheres da categoria camponesa no entrelaçar dessa mística. Aqui faremos alguns recortes históricos, mas também traremos a transcrição de narrativas do que foi coletado na pesquisa de campo propriamente dita; eis que o estudo em comento buscará, para além do referencial teórico trabalhado, valorizar a pesquisa empírica no viés de demonstrar a luta das mulheres na demarcação dos direitos humanos individuais e coletivos.

No que se refere ao recorte empírico da pesquisa, foram entrevistadas dez mulheres camponesas integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), todas com trajetória de atuação em instâncias de coordenação do movimento, seja na base, no âmbito municipal, estadual ou nacional. Tal definição do público participante não decorre apenas de um critério organizativo, mas da compreensão de que essas mulheres ocupam lugares estratégicos na tessitura política e pedagógica do MMC, articulando processos formativos, mobilizações e deliberações que conectam a realidade alagoana às dinâmicas estaduais, nacionais e latino-americanas da luta das mulheres do campo.

As participantes estão distribuídas nos municípios de União dos Palmares, Branquinha, Murici, Messias, Maceió e Palmeira dos Índios, territórios que, em distintas escalas, expressam a capilaridade organizativa do MMC em Alagoas. Tal distribuição territorial permite compreender como os entrelaçamentos entre o local, o estadual e o nacional não se configuram como dimensões apartadas, mas como instâncias mutuamente constitutivas da ação política do movimento. Ainda que as entrevistadas estejam situadas no contexto alagoano, suas trajetórias, práticas formativas e experiências organizativas inscrevem-se em uma dinâmica geopolítica mais ampla, articulada às lutas das mulheres camponesas no Brasil e na América Latina. Desse modo, o recorte territorial da pesquisa não restringe a análise; ao contrário, possibilita

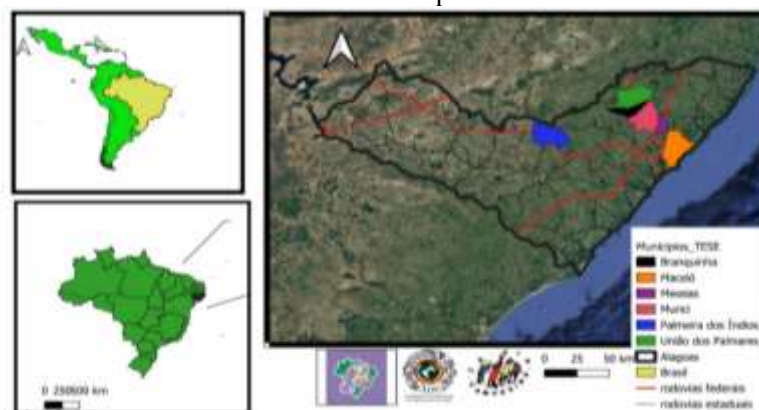
¹⁰ No caso a tese é uma pesquisa que tem seu estudo caracterizado como uma pesquisa qualitativa de abordagem participativa, baseada em entrevistas e análise documental bem como fundamentações teóricas, onde as perguntas as quais as entrevistadas responderam fizeram parte de um roteiro semiestruturado sendo de questões políticas, educacionais e sociais relacionadas ao desenvolvimento organizativo do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), incluindo temas sobre os avanços sociais decorrentes da atuação das mulheres em espaços decisórios, os direitos coletivos e a importância da mística na condução da educação popular. A metodologia adotada contou com uma amostragem intencional, onde a definição dos nomes se deu baseado no papel organizativo que as mulheres desempenham dentro do movimento (MMC) e na relevância de sua experiência para os temas abordados.

evidenciar como os processos construídos em Alagoas reverberam em horizontes mais amplos de emancipação, formação política e ampliação de direitos para as mulheres camponesas e, por extensão, para a classe trabalhadora.

Nos territórios mencionados, por meio de entrevistas semiestruturadas com lideranças femininas, buscou-se identificar elementos que sustentam a pedagogia da libertação desenvolvida na educação popular, alicerçada na mística e na luta histórica por direitos coletivos de um movimento autônomo de mulheres auto-organizadas no meio rural de Alagoas. Dessa forma, vê-se que o objetivo aqui foi evidenciar a relevância da organicidade para a emancipação e autonomia das mulheres, para o enfrentamento das múltiplas formas de violência, bem como para a ressignificação do trabalho e a promoção de seu reconhecimento por meio da agroecologia.

A escolha do quantitativo de participantes e dos municípios justifica-se pelo fato de tais territórios representarem, há mais de três décadas, os principais núcleos de atuação orgânica das mulheres camponesas no estado de Alagoas, organizadas politicamente no MMC. Nessas localidades, verifica-se uma interação consistente entre lideranças experientes e novas gerações. Ademais, são áreas com práticas consolidadas de educação popular, especialmente por intermédio de suas associações comunitárias, que priorizam a participação política de mulheres e jovens. Em termos geográficos, é importante salientar que a pesquisa teve abrangência estadual, nacional e continental. A fase de entrevistas com as mulheres organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC), dos municípios da Zona da Mata Norte de Alagoas (já citados), não tira o mérito de uma pesquisa referenciada e fundamentada por elementos históricos e organizacionais da América Latina e do Brasil, bem como pelas dimensões geográficas e geopolíticas nas quais nos situamos como parte de uma identidade coletiva.

Figura 1 - Mapa da América Latina com Alagoas em destaque no Brasil e símbolos do MMC, da Cloc e da Via Campesina.



Fonte: Dirley Vaz (2026).

As entrevistas foram realizadas com base em um roteiro prévio semiestruturado (como já mencionado), o qual foi elaborado cuidadosamente e seguiu os ritos de respeito ao processo e à autorização da mulher entrevistada, tendo as respostas e a autorização gravadas em voz e respeitando seus direitos individuais quanto à proteção de dados, de acordo com a Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), para garantir a salvaguarda da colaboradora. Faz-se constar que o referido roteiro segue acostado ao final deste trabalho (Apêndice A).

O método adotado permite um equilíbrio entre direcionamento e flexibilidade, assegurando que novos temas ou preocupações, caso surjam durante o processo, possam ser incorporados. Objetivou-se aproveitar ao máximo as experiências e perspectivas das participantes, enriquecendo o estudo. Durante as entrevistas, a pesquisadora utilizou um gravador de áudio do seu aparelho celular como ferramenta essencial, possibilitando ouvir novamente as falas posteriormente, realizar as gravações e transcrições detalhadas e integrar esses conteúdos ao trabalho de forma completa e precisa.

Destaca-se, ainda, que as participantes receberam, previamente, todas as informações pertinentes ao estudo, sendo as entrevistas iniciadas apenas após a manifestação de pleno consentimento por parte delas. Esse consentimento foi formalizado por meio do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE), garantindo transparência e respeito às normas éticas de pesquisa. Além disso, as informações coletadas foram fundamentais para o levantamento acerca da importância da mística, da luta histórica e da construção da educação popular no contexto das mulheres camponesas. Essa análise, com maior detalhamento, é desenvolvida de forma mais densa na seção 4.

No âmbito deste estudo, as entrevistas semiestruturadas assumem papel central ao revelar como a pedagogia da libertação, articulada pela mística e pela luta por direitos coletivos, tem impactado diretamente a vida das mulheres camponesas. Ao se abordar a educação popular a partir dessas lideranças femininas, evidencia-se o processo contínuo de transformação social e cultural, promovido por meio da autonomia e da organização comunitária. Esse movimento fortalece não apenas a luta contra as diversas formas de violência sofridas pelas mulheres no meio rural, mas também a ressignificação do trabalho e o reconhecimento deste por meio de práticas agroecológicas.

Enfatiza-se, por oportuno, que a pesquisa de campo, com a escuta das participantes da pesquisa aqui referidas, só se deu após a aprovação do presente projeto de pesquisa junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas, CEP/UFAL,

respeitando-se, assim, as diretrizes propugnadas pelas Resoluções CNS nº 466/2012 e nº 510/2016 e todas as normas que disciplinam pesquisas que envolvem seres humanos.

Ressalta-se, por oportuno, que se faz acostar o parecer consubstanciado do CEP-UFAL, que aprovou o presente estudo (Anexo A).

Tem-se, dessa forma, que a pesquisa é eminentemente de natureza qualitativa, com o intuito de discutir o processo educativo na construção do “lugar” e do “não lugar” da mulher na sociedade brasileira, com centralidade na mulher camponesa, na perspectiva de abarcar a luta por direitos enquanto conquista coletiva para a classe trabalhadora e não só como conquista para as mulheres.

Exploraremos o conceito de educação popular como uma forma de ensino do povo e para o povo, fundamentada na construção coletiva e na valorização dos jovens e das mulheres como sujeitos de direitos. Estes, incansáveis na luta contra as opressões, cultivam uma mística que inspira sonhar, ensinar, aprender e compartilhar conhecimentos em relações intergeracionais, visando um mundo mais justo e digno para se viver, além da mera sobrevivência.

A proposta é baseada na observação das dinâmicas vivenciadas no contexto de luta social dentro de uma sociedade de classes, marcada por conflitos e resistência, onde se busca a mudança através da atuação da classe popular. A educação popular, portanto, emerge desse contexto, estando a serviço do povo e para o povo. Como a socióloga e militante feminista Saffioti já apontava, sobre a divisão da sociedade de classes e a exploração:

Torna-se clara, no novo regime, a divisão da sociedade de classes sociais e a exploração econômica de que é alvo uma delas por parte da outra. O modo capitalista de produção não faz apenas explicitar a natureza de fatores que promovem a divisão da sociedade de classes; lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços (Saffioti, 2013, p. 66).

Logo, se fazemos parte de uma sociedade que tende a atuar por meio de *status* de uma hegemonia, que, por sua vez, desempenha papel estruturante de marginalização, exploração e exclusão da classe trabalhadora, é a classe trabalhadora popular que constrói o lugar de organização, com a pretensão de transformação social, o que implica dizer que a presente proposta de pesquisa está inscrita no campo da alternativa contra a hegemonia. E a mulher, em especial a mulher camponesa, tem esse lugar de se fazer presente nas lutas transformadoras em prol do povo.

Seguindo o viés de raciocínio acima exposto, a presente tese se compõe, além dessa introdução, de mais cinco seções. No primeiro segmento, designado como Seção 2, intitulado "Histórias contínuas de sonhos, ousadias e lutas por direitos: mulheres camponesas e a mística

do fazer agroecologia", apresentou-se o conceito de educação popular, no qual o currículo é explorado como um campo de disputa no cenário educacional. Nesse contexto, foram confrontados os locais de poder e as tentativas de dismantelar a predominância que perpetua estruturas de poder influenciadas pelo patriarcado, machismo, racismo, bem como pelas dinâmicas de classe, gênero e raça/etnia.

A pesquisa buscou evidenciar esses pontos de disputa como forma de direcionar o debate em torno das mulheres que se destacam na história como protagonistas de suas próprias trajetórias, com foco especial nas mulheres camponesas, cuja relevância muitas vezes não é devidamente reconhecida. A análise temporal abordou os embates presentes no currículo educacional, assim como os conflitos sociais e políticos relacionados às questões de gênero, classe e raça/etnia.

Em seguida, foram exploradas as concepções que inspiram os sonhos coletivos e a coragem na luta pelos direitos no contexto da identidade e da construção da mulher na sociedade brasileira, a partir da perspectiva das mulheres camponesas, consideradas como uma força pedagógica impulsionadora de esperança, utopias, força, desejos e reivindicações de espaço. E, nesse caminho de construção e disputa, a agroecologia se torna um símbolo de resistência na busca pela e na garantia de direitos, contribuindo para a formação de um feminismo com raízes camponesas e populares. Essa seção transitou do indivíduo para o coletivo, refletindo a responsabilidade e a corresponsabilidade com a *alteridade*¹¹, e não só com o *ser*¹².

A terceira seção foi nomeada: "Por uma educação transformadora sem o estereótipo de ser guerreira: a mística do ser mulher". Nesse momento, abriram-se reflexões e argumentações para escrever sobre as perspectivas dessa educação popular enquanto uma educação transformadora, que é escrita pelas mãos da classe trabalhadora e, conseqüentemente, na qual as mulheres camponesas ocupam um lugar de protagonismo, e na qual também queremos quebrar o estereótipo da guerreira e do guerreiro, que vêm historicamente carregados por uma cobrança, por uma opressão e por um não lugar. Aqui, a mística se constrói enquanto movimento de uma pedagogia da troca de saberes e do demarcar da história que se faz com as próprias mãos.

¹¹ O outro, a outra aquilo que está nas margens por uma fissão dominante eurocêntrica. É o estudo da questão do outro, trabalhada pelo filósofo francês Levinas, no sentido de se questionar a subjetividade centrada no *ego* (eu), que é superado por uma ética enquanto filosofia primeira, uma ética da responsabilidade. Tal pensamento, é absorvido na filosofia de Enrique Dussel, retratando essa alteridade na geopolítica e na ética do pensar a América latina onde trata de questão acerca da alienação a alienação tinha encoberto o rosto do outro com uma máscara fabricada pelo sistema pelo sistema para ocultar sua interpelação (Dussel, 1977).

¹² A filosofia da Ontologia e do eu (*ego*) vem sendo criticada em especial pelos filósofos Lévinas e Dussel, quando colocam a necessidade de precariedade na intersubjetividade de uma ideia de ser autôfundador por meio do seu subjetivo. Mas isso não significa rejeitar a filosofia eurocêntrica, mas se sentar de frente e debater alternativas, tirando a centralidade do eu e pensando também o outro, as margens e as periferias.

Já a quarta seção recebeu o nome de “O sentido da mística na educação popular e luta por direitos das camponesas alagoanas organizadas no MMC”. Nela, trabalharam-se os achados da pesquisa empírica, que retrata a construção da importância da mística dentro do processo organizativo nas conquistas por direitos das mulheres organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Desse modo, podemos dizer que a pesquisa empírica foi o fio condutor principal dessa seção, pois foi aqui que fizemos o exercício da pesquisa participativa, por meio do método da educação popular, colocando a pesquisadora também como agente pesquisada e que, ao conduzir as entrevistas, buscou observar o movimento contido da *práxis* como parte do processo de ação, reflexão e teoria, com o intuito de compreender como a mística se manifesta no dia a dia das militantes e como ela fortalece a coesão e a identidade do grupo. Pretendeu-se explorar as práticas da mística que se fazem presentes no tripé da organização, da formação e das lutas, e mesmo o seu sentido dentro dos rituais, mensagens, canções e símbolos que compõem a identidade organizativa do Movimento (MMC), bem como se observou o impacto que ela tem nas estratégias de mobilização e nas conquistas alcançadas pelo movimento.

Por sua vez, a quinta seção, “Sonhos que se sonha junto: realidades e desafios para a organicidade da educação popular e visibilização do trabalho das camponesas”, trouxe as marcas da utopia, agregada de esperança, mas sem esquecer seu lugar crítico e reflexivo. Foi um espaço para apontarmos e fazermos as reflexões críticas sobre o processo que se faz necessário na apresentação dos desafios para a construção e implementação dos direitos, da visibilidade das mulheres e do enfrentamento contínuo da violência enquanto parte da estrutura do Estado em que vivemos. A partir de relatos pessoais e coletivos, bem como de estudos de caso, foi possível identificar as estratégias de resistência e as formas de organização comunitária que têm sido efetivas na promoção da igualdade de gênero e na defesa dos direitos humanos.

Objetivou-se, assim, criar uma ponte entre o sonho e a realidade, em que a esperança se transforma em ação coletiva e a utopia ganha contornos mais nítidos e possíveis de serem alcançados. O capítulo foi um convite para a reflexão sobre a importância da educação popular como ferramenta de emancipação e transformação social. Destacaram-se metodologias participativas e inclusivas que valorizam o saber local e promovem o protagonismo das mulheres no campo. Dessa forma, espera-se ter contribuído para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e solidária, onde todas as pessoas tenham voz e vez.

Finalmente, temos as considerações, que não se encerram nelas. Assim como a história não está pronta, foi a seção que se encerrou com um convite à ação, incentivando leitoras e leitores a se engajarem ativamente na luta por um mundo melhor, onde os sonhos coletivos se tornam realidade através da colaboração, do respeito mútuo e da justiça social.

2 HISTÓRIAS CONTÍNUAS DE SONHOS, OUSADIAS E LUTAS POR DIREITOS: MULHERES CAMPONESAS E A MÍSTICA DO FAZER AGROECOLOGIA

“[...] a leitura da realidade parte da significação que os sujeitos fazem da situação a ser estudada”
(Conceição Paludo).

Nesta seção, a abordagem será contextual, tratando a educação como um espaço de disputa historicamente constituído para as mulheres. A partir de marcos temporais, serão abordadas as disputas em torno do currículo educacional, bem como as dimensões sociais e políticas que atravessam as relações de gênero, classe e raça/etnia. A partir desse percurso, serão incorporadas reflexões sobre os sonhos coletivos e a ousadia da luta por direitos, considerando os processos históricos de ser e de se constituir mulher na sociedade brasileira, com especial atenção às mulheres camponesas, à sua mística como força pedagógica de esperança, utopias, desejos e resistência, bem como à reivindicação de lugares e direitos. Nesse contexto, a agroecologia emerge como uma bandeira de luta na demarcação e conquista de direitos e na construção de um feminismo camponês e popular. Trata-se, portanto, de um capítulo que parte do “eu” em direção ao “nós”, compreendendo essa passagem também como uma responsabilidade com a *alteridade*, e não apenas com o *ser*.

2.1 Ideias soltas que se juntam na continuidade dos sonhos e da luta por direitos

Começar, mas começar sendo continuidade, pois tudo que podemos ser hoje depende de nossa ancestralidade, das que começaram muito tempo antes de acharem que começavam, mas começaram. Começaram mesmo antes de serem elas, começaram mesmo antes de cogitarem a nossa existência, começaram antes do agora. Pois começaram com a R(existência), unindo o resistir para existir.

A palavra *existir* vem do verbo latino *existere* ou *exsistēre*, que significa “sair de”, “elevant-se”, “nascer”, “aparecer” ou “mostrar-se”. Ela é formada pela união de duas partes: *ex*, prefixo latino que significa “para fora”, e *sistere*, verbo que significa “fazer ficar de pé”, “colocar” ou “parar”. Seu significado transita entre o tornar-se e o revelar-se, mas sua raiz carrega, para este escrito, um sentido particularmente significativo: o de “surgir a partir de algo firme”. Se o existir tem, em sua profundidade, a firmeza de surgir da continuidade, podemos compreendê-lo como expressão da organicidade das mulheres nos diferentes tempos e espaços que ocupam na sociedade. Logo, podemos dizer que ser mulher é ser semente de ancestralidade,

no sentido de começar a partir do que já existe, atravessando o tempo em seu passado, presente e futuro, em um caminho contínuo de educação que se dá de muitas formas. Para este trabalho, contudo, interessa-nos atrelar a educação ao processo de transformação, no sentido de “[...] desfazer a condição de massa de manobra, como bem queria Paulo Freire” (Demo, 2001, p. 320).

No contexto da organização da luta das mulheres e desta pesquisa, resistir assume o sentido de cultivar o autocuidado, acreditar que é possível e, sobretudo, compreender o recomeço como possibilidade de continuar começando. Começar é, ao mesmo tempo, manter-se firme em nossas ideias de libertação e em sua continuidade, sem nos preocuparmos apenas com quem usufruirá dos direitos conquistados. Afinal, como já diria a canção, “sonho que se sonha junto é realidade”, ainda que a realidade, por vezes, insista em chegar mais devagar.

Por isso, ao iniciarmos qualquer jornada, devemos lembrar que não estamos começando do zero, mas sim dando continuidade a um legado de força, sabedoria e resistência que foi passado de geração em geração.

Assim como nossas ancestrais avós e mães tiveram que enfrentar desafios e superar obstáculos para nos proporcionar as oportunidades no hoje, seguimos a sina de nos esforçar para construir um futuro melhor para as próximas gerações. Fazemos isso mesmo sabendo que somos atravessadas por um sistema maior, constituído pelo Estado e por uma sociedade cujas raízes se entrelaçam a um sistema capitalista que é, por sua vez, patriarcal, racista e machista, fundado nas raízes econômicas da escravidão, seja ela velada ou desvelada. Para materializar, em outras vozes, aquilo que se escreve nesta tese sobre os desafios enfrentados pelas mulheres no mundo que contextualiza não apenas a educação, mas também o aprender a ler as palavras, trago um trecho que muito me toca da obra *Becos da Memória*, de Conceição Evaristo.

A menina, apesar da dor, pedia mais e mais aquela história. Gostava de alguns pontos coincidentes entre ela e o Homem. Ambos, quando pequenos, tinham o desejo de aprender a ler. Pequenina ainda, se entretinha horas e horas com revistas e jornais que a mãe e a tia lhe traziam. Tio Tatão, por vez ou outra, aparecia com um presente, um livro. Maria-Velha e Mãe Joana sabiam ler. Maria-Velha aprendera com uns missionários que volta e meia apareciam no lugarejo em que foram criadas. Mãe Joana aprendera sozinha catando cuidadosamente as letras, nas horas de folga nas casas em que trabalhava. Era, talvez, por isso o seu grande desejo e esforço para que os filhos aprendessem a leitura. Todos foram para a escola. Muitas vezes a fome acompanhava as crianças pelo caminho, pois o pouco dinheiro do pão era desvirtuado para a compra de um caderno, lápis ou borracha. Elas caminhavam rápidas, e aflitas esperavam pela hora da merenda. Maria-Nova, à medida que aprendia, se tornava mestra dos irmãos menores e das crianças vizinhas. Maria-Nova crescia, lia, crescia (Evaristo, 2024, p. 63).

A voz das descendentes, memória e vivências trazidas na obra da autora, retrata memórias e dores profundas, evidenciando que somos descendentes de uma história contada, porém pouco escrita, somos filhas desse legado. E, sendo desse jeito, para nós, mulheres do povo, a presença em determinados espaços não é resultado de meritocracia, como pode parecer para alguns, mas, sim, uma marca de vivências que se transformam em escrita e, conseqüentemente, em (re)existência. Essa trajetória ressalta que ocupar esses espaços representa não apenas conquistas individuais, mas, sim, responsabilidades coletivas, que reafirmam a importância de narrar, escrever e registrar nossas próprias experiências.

Ao ler Conceição Evaristo, é possível mergulhar nas dores e memórias que ela compartilha em sua obra, especialmente naquilo que mais a afligia: “[...] era ver que tudo se repetia, um pouco diferente, mas no fundo, a miséria era a mesma” (p. 630). Essa reflexão nos convida a pausar e sentir o lugar ao qual chegamos, reconhecendo os desafios enfrentados ao fazer ciência e elaborar teorias do conhecimento com as próprias mãos. O percurso desse caminhar se apresenta e é sentido como esse lugar árduo, muitas vezes marcado pelo nó na garganta, mas também por amarras e nós que nos marcam na alteridade, nesse lugar do outro, em um sistema estrutural e estruturante, de raízes machistas, racistas, patriarcais e capitalistas. Nesse caminho, a construção feminista demanda ainda mais esforço e resistência por parte de nós-outras, mulheres.

A construção feminista, realizada pelas mãos das mulheres da classe trabalhadora, é marcada por múltiplas camadas de desafios. Entrelaçar classe, gênero e raça na produção científica e teórica não apenas amplia as dificuldades, mas também fortalece o papel de resistência e transformação dessas mulheres. Assim, o ato de fazer ciência e construir conhecimento torna-se uma jornada coletiva de (re)existência, reafirmando as narrativas das mulheres do povo e a importância de escrever suas próprias histórias.

Cada passo dado é mais do que uma simples ação para a emancipação feminista, é mais que um movimento de conquista de direitos, é a celebração da nossa própria R(existência) e a valorização das raízes que nos sustentam em um sonho de nova sociedade, uma sociedade justa, e nos sonhos de emancipação, como podemos perceber na obra da grande socióloga e filósofa Heleieth Saffioti, *A mulher na sociedade de classes*.

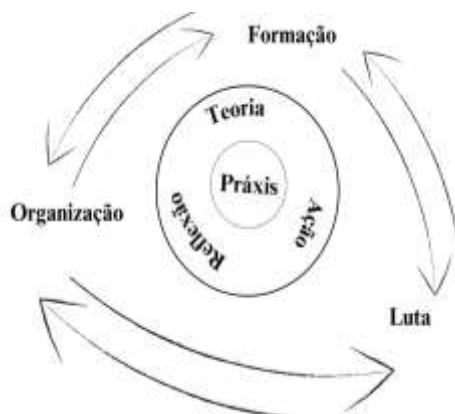
A emancipação da feminina é, pois, um problema complexo, cuja solução não apresenta apenas uma dimensão econômica. Mesmo a mulher economicamente independente sofre, na sua condição de mulher, o impacto de certas injunções nacionais e internacionais. Desde o desenvolvimento da indústria farmacêutica até as ideologias, tudo reflete na condição feminina. Eis por que qualquer ética socialista não pode perder de vista a condição singular em que tem lugar a existência feminina (Saffioti, 2013, p. 135).

Nesse contexto, podemos dizer que as linhas de nossa pesquisa visam a um caminho socialista, no qual a mulher tem seu lugar na escrita da história. Juntas, na soma do que foi escrito e construído, nós, mulheres, seguimos em frente, unindo passado, presente e futuro em um ciclo contínuo de evolução e transformação. Escrever a história é também fazer e ser política, é buscar o humanamente social e afirmar a dimensão humana na demarcação dos direitos conquistados. Direitos que não podem nos ser negados no escrever e reescrever da história, trazendo consigo uma mística que é organização, formação e luta popular, no fazer-se para ser.

Onde a mística não é o falsear, mas o sentido¹³ que se dá para além da representação do mistério, termo que remonta ao grego *Mysteriôn* e que, por sua vez, descende de *múien*, relacionado à ideia de buscar aquilo que está escondido. A mística, nesse sentido, permite-nos olhar para aquilo que permanece oculto e, ao mesmo tempo, para aquilo que se revela na experiência coletiva, como a história viva de sermos, hoje, continuidade de tantas que sonharam e lutaram no passado.

Podemos afirmar que, assim como a mística, a organicidade do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) manifesta-se em um fluxo contínuo na história por meio da práxis. Esta, por sua vez, constitui-se na unidade do tripé formado por formação, organização e luta, articulando teoria, ação e reflexão. Trata-se de um movimento contínuo de retorno entre esses elementos, em que ação, teoria e reflexão se retroalimentam e conferem ao movimento um caráter circular e dinâmico. Forma-se, assim, uma tríade em permanente continuidade, conforme podemos observar no esquema circular apresentado a seguir.

Figura 2 - A continuidade circular é triangular.



Fonte: A autora (2024).

¹³ A mística, no sentido popular dos movimentos sociais, agrega valores coletivos, ora de indignação, ora de prazer, mas, em especial, o sentimento de esperança, mais que um ato ela é ação. Segundo estudos apresentados no livro “Trabalho de base”, organizado por Ranulfo Peloso, mais importante que entender o que é a mística, é importante dizer o que não é a mística. E a mística não é mistificação, no significado de “[...] falsear, enfeitar ou deformar uma realidade, com a intenção de iludir a boa-fé das pessoas” (Peloso, 2012, p. 89).

Se, por um lado, a mística ocupa um lugar didático e pedagógico por meio do desvelar e do sentir, a educação popular, enquanto metodologia e não apenas como categoria de ensino e aprendizagem, ocupa diferentes espaços. Ela se faz sentir diante das elucidações críticas e transformadoras de uma consciência de ser povo e, portanto, de ser popular. Isso porque, enquanto metodologia, constitui-se no processo de participação social do povo, por meio de práticas que ganham sentido no próprio tornar-se. É como descreve Paulo Freire, em *Política e Educação*: “Ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos na prática social de que tomamos parte” (Freire, 2021b, p. 103).

Nesse sentido, a mística e a educação popular configuram-se como processos dinâmicos que, por sua essência, não se limitam a algo finito ou concluído. Ao contrário, renovam-se continuamente, tal como os sujeitos que os protagonizam, em um movimento que combina circularidade e, simultaneamente, uma estrutura triangular, englobando teoria, ação e reflexão, de um lado, e organização, formação e luta, de outro. Essa dinâmica perpetua um fluxo constante e participativo, característico de sua natureza transformadora.

Sua essência não está rigidamente definida desde sua origem, que remonta aos anos de luta contra a ditadura e ao processo de redemocratização, culminante na Constituição. Ao longo do tempo, esses processos vêm se configurando e se atualizando, adquirindo um caráter contínuo e, de certo modo, atemporal. Dessa forma, mantêm-se como forças revolucionárias e transformadoras para o povo que os constrói, promovendo constante reinvenção e produzindo impactos mútuos em diferentes contextos educacionais.

Ao considerar a educação em seu sentido amplo, e especialmente em sua dimensão transformadora, percebe-se que ela permeia diversos contextos, sejam eles sociais, econômicos, políticos, entre outros. Pode variar desde uma abordagem tecnicista, na qual o sistema se apresenta predominantemente reprodutivo e voltado à qualificação técnica da mão de obra para o mercado de trabalho, sem necessariamente promover um aprofundamento crítico, tornando-se mais operacional e menos reflexivo, até a educação popular, que busca integrar a unidade na diversidade dos conhecimentos, valorizando tanto os saberes técnicos quanto os saberes ancestrais e coletivos. Nesta última perspectiva, a participação popular assume uma dimensão simbólica, crítica, política e ideológica. Isso nos permite desafiar a lógica das “caixinhas” isoladas e meramente reprodutivas e, assim, reescrever as peças de um quebra-cabeça que contribui para a construção de caminhos alternativos.

Conforme apontou a pesquisadora e educadora Conceição Paludo, em 2019, esse movimento educacional, compreendido a partir da metodologia da educação popular, teria suas raízes ainda no início do século XX, com os movimentos anarquistas no Brasil, fortemente

inspirados pelas próprias revoluções liberais modernas, em especial pela Revolução Francesa, cujos princípios de “igualdade, fraternidade e liberdade” influenciaram as concepções de educação.

Esse movimento da educação popular, entretanto, ao pensar e praticar uma educação do povo pelo povo, em contraposição à cultura do silenciamento na América Latina e tendo o próprio Brasil como espaço de releitura, ganharia maior destaque com Paulo Freire, a partir da década de 1960. Por meio da educação libertadora, como parte de um movimento que se espalhou pela América Latina, constituiu-se também como forma de resistência às opressões da ditadura, colocando a esperança como parte do ser e da alteridade, uma esperança que não se conquista pela espera, mas pelo ato de teimosia e enfrentamento. Logo, o movimento da educação popular ganha força nas organizações sociais e na própria mística, entendida como parte do engajamento nas disputas por espaços e influências educacionais, inclusive na própria estrutura escolar, como parte do processo educativo.

Assim, pode-se afirmar que a educação popular desempenha um papel importante, mas não pode existir sem o significado do envolvimento participativo, constituindo-se como um movimento contínuo marcado pela busca de transformar a história contada pelos vencedores e pelos opressores.

Sobre as diferentes apresentações da educação nas esferas de educação formal, informal e não formal, desenvolvi uma discussão em minha dissertação de mestrado, intitulada “A filosofia da práxis e a educação: uma dialética da educação formal e não formal”¹⁴. Assim, considerando que essa discussão já foi realizada em trabalho anterior, não me deterei longamente sobre essa dimensão nesta tese, retomando-a apenas na medida em que se mostrar necessária aos argumentos aqui desenvolvidos.

Basta dizer que o sonho de uma educação transformadora não pode ser desprezado da escola, mas também não pode desconsiderar a realidade que nos conforma e nos forma nas relações humanas. Logo, está embasado em uma pedagogia crítica como prática de liberdade. Segundo Freire: “Uma pedagogia que estrutura seu currículo de cultura como lugar de uma prática livre e crítica não pode ser vista como idealização a mais da liberdade” (Freire, 2020, p. 15).

¹⁴ Dissertação de mestrado da autora, disponível no repositório da UFAL, em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/5968/1/A%20filosofia%20da%20pr%C3%A1xis%20e%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20uma%20dial%C3%A9tica%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20formal%20e%20n%C3%A3o%20formal.pdf>

Aqui também cabe ressaltar o lugar do currículo quando problematizado pelo educador popular. Em sua concepção, o currículo constitui-se na unidade entre política, teoria e prática, ou seja, como um movimento de ação transformadora que se constrói criticamente, em contraposição a uma visão tecnicista, restrita e limitada às demandas do mercado de trabalho. Logo, a ressignificação do currículo constitui uma disputa ideológica, evidenciada nas lutas históricas pela demarcação de direitos para o povo e pelo acesso a uma educação de qualidade, com a presença do ser povo dentro da escola. Ana Maria Saul (2019) aponta que é na disputa e no diálogo com a comunidade escolar que o currículo ganha corpo participativo em uma perspectiva crítica-transformadora. Ainda segundo Saul (2019),

Não é possível uma ação pedagógica humanista-libertadora sem a decência ético-profissional alicerçada no diálogo, no espírito, no espírito democrático, na aceitação da diversidade cultural, na amorosidade, na humanidade e no respeito à alteridade do educando/a (Saul, 2019, p.132).

Em outras palavras, essa educação é conformada pela construção coletiva de um currículo que olha, escuta e faz junto com a diversidade. Quando a comunidade é excluída do currículo, a escola se distancia dessa dimensão política e social. Assim, no exercício crítico da comunhão coletiva das lutas populares, a educação necessita estabelecer uma relação íntima entre teoria e prática. Requer ação e reflexão para constituir um processo de conscientização que se depara com as lutas contra as opressões, na experiência do fazer com, para e pelo povo, no exercício de tornar a educação popular um movimento contínuo e coletivo.

Para Lana Palmeira (2018), o currículo deve ser entendido como um espaço a ser explorado, um caminho que reflete a própria epistemologia da palavra, originária do latim. Nesse percurso, é essencial estabelecer uma trajetória de participação que transcenda os dados quantitativos, pois é imperativo que o currículo se torne cada vez mais qualitativo, não se restringindo a meros números, mas criando, por meio da educação, uma conexão intrínseca com a cultura e a política.

[...] o currículo, como temática e como ação prática, reveste-se de relevância indiscutível na seara educacional, não se limitando meramente a um aglomerado de conteúdo dentro de um curso, mas representando um elemento cultural em que se encontram inseridas verdadeiras relações de poder (Palmeira, 2018, p. 144).

Por meio dessa compreensão de Palmeira (2018), pode-se colocar aqui que o currículo não pode ser pensado apenas como seleção, organização e transmissão de conteúdos, mas como território vivo de produção de sentidos, no qual se inscrevem disputas culturais, políticas e simbólicas. É nesse ponto que a mística, no contexto dos movimentos populares, especialmente no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), aproxima-se do debate curricular: ela educa

não apenas pela palavra formalizada, mas pelos gestos, pelos símbolos, pelos cantos, pelas memórias, pelas sementes, pelo corpo em círculo, bem como pela convocação coletiva ao pensamento crítico e à presença.

Assim, a mística também compõe uma pedagogia do currículo vivido presente na educação popular, pois articula saberes populares, ancestralidade, espiritualidade, luta social e formação política. Se o currículo é, como afirma Palmeira, um elemento cultural atravessado por relações de poder, a mística revela que tais relações também se disputam no modo como as pessoas se reconhecem, narram suas histórias, constroem pertencimento e transformam a experiência coletiva em prática educativa. Desse modo, a participação popular não aparece apenas como método, mas como princípio formador de um currículo que se faz no chão da vida, da organização e da luta.

É caminhando na linha dessa compreensão ampliada do currículo como espaço de disputa, cultura e formação que o diálogo com Miguel Arroyo se torna necessário. Em “Currículo, território em disputa” (2013), o autor aprofunda a ideia de que o currículo não é neutro, pois nele se expressam conflitos, presenças, ausências e disputas sobre quais saberes, sujeitos e experiências têm legitimidade no processo educativo, de modo que o currículo da educação apresenta as necessidades da construção participativa e multicultural, com respeito ao lugar onde a escola se faz e à participação dos diferentes grupos, que “Somos o resultado de tantas disputas sociais e profissionais” (Arroyo, 2013, p. 10).

Portanto, as disputas, conforme evidenciado por esta pesquisa, integram nossa construção humana e, conseqüentemente, os espaços culturais, sociais, políticos e econômicos, assim como os espaços de poder e confronto que não podem dissociar-se das categorias de lutas de classes, gênero e raça/etnia. Mas o que se compreende, até o momento, sobre as disputas no contexto da luta das mulheres camponesas na educação e no reconhecimento de direitos adquiridos e de direitos negados?

Pouco se entende, até porque ainda são insuficientes os meios de valorização e reconhecimento das mulheres camponesas nos espaços de disputa. Elas ocupam um lugar tão apagado na história e, por vezes, até mesmo na construção coletiva dos movimentos populares que, mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), foi necessário abrir, em 1997, praticamente dez anos depois, uma campanha para possibilitar a documentação das mulheres rurais no país.

Entende-se aqui que alcançar um ponto não é sinônimo de concluir a jornada. Isso se deve ao fato de que, com a nova Constituição, as mulheres rurais passaram a ser incluídas como seguradas especiais, em razão do desenvolvimento de atividades que envolvem riscos, exposição e condições adversas de trabalho, o que lhes possibilitou o acesso à aposentadoria.

Antes disso, em muitos casos, elas tinham direito apenas à pensão após a morte do marido, e isso somente quando conseguiam comprovar o exercício do trabalho rural por meio de sindicatos e outros órgãos responsáveis pela apresentação e validação de documentos.

Uma das entrevistadas¹⁵ do MMC considera a luta pelo direito à aposentadoria como sua principal causa histórica, eis que, desde jovem, batalhou pela aposentadoria da avó e hoje está prestes a conquistar esse direito para si mesma. Ela contou que:

Aquela luta das mulheres para aposentadoria foi minha primeira luta com garra no Movimento. Eu fiz pela minha avó, né? Ela, já tinha idade e nunca teve direito de ser reconhecida como trabalhadora para receber o seu salário, quando as companheiras começaram a se mobilizar ela me disse, eu não vou consigo lutar, que eu não ando de carro, minha filha, mas você vai. Tudo que se tinha naquela época era no nome do marido, nada era das mulheres e dos filhos. Eu era de menor e as mulheres se preocuparam de eu ir nas reuniões, mas aí, eu disse, eu vim porque nós vamos lutar para que a minha avó tenha direito de se aposentar. Hoje me emociona saber eu também vou ter o direito pelo que lutei pela minha avó. Mas não foi fácil com a conquista da aposentadoria final de dos anos 80 nos anos 90 a gente teve que iniciar a luta pela documentação porque as mulheres agora podiam se aposentar, mas elas não tinham comprovação de que existiam, não tinham nem registro muitas vezes (Mulher Agroecologia, 2025).

Com a participação da Mulher Agroecologia, pode-se notar que a luta das mulheres camponesas se destaca pela busca constante de organização e formação, por meio de uma educação popular participativa. Como se percebe, mesmo diante desses avanços, muitos desafios persistiram, entre eles a dificuldade de comprovar a profissão sem documentação, uma vez que a burocracia e a falta de informação sobre seus direitos enquanto mulheres rurais levaram as organizações de mulheres do campo a pautarem, nos anos 1990, duas grandes ações: a campanha de documentação para as mulheres, intitulada “Nenhuma trabalhadora rural sem documentos”, e a luta pelo acesso à escola no campo, por meio da Educação de Jovens e Adultos. Essas duas ações evidenciam as contradições presentes na conquista de direitos, sobretudo quando as desigualdades de gênero permanecem como barreiras significativas. Tais desigualdades se estendem até os dias atuais, quando muitas mulheres ainda enfrentam situações de violência, discriminação e preconceito no ambiente de trabalho rural/camponês.

¹⁵ Buscando preservar as identidades das entrevistadas, adotou-se nomes simbólicos que, de alguma forma, guardam correlação com elementos desta tese para ilustrar as falas dessas participantes, mas também representam a mítica existente nessas mulheres.

Figura 3 - Mosaico de registros das mulheres ocupando a Câmara dos Deputados Federais em plenário no dia 07 de julho de 1997, para lançamento da Campanha “Nenhuma trabalhadora sem documentação”.



Fonte: Arquivo de imagens do Movimento (MMC), (1997).

Segundo Ana Elsa Munarini, Catiane Cinelli e Rosangela Piovizani Cordeiro, a luta das mulheres camponesas por seus direitos desloca-se do marco da invisibilidade para a demarcação de sua condição de sujeitas de direitos. Ainda segundo as autoras, é incontestável que, no decorrer da história, a construção desse sujeito coletivo, que atualmente se apresenta como Movimento de Mulheres Camponesas, tem se destacado por suas lutas por direitos, entre os quais “[...] a documentação, a educação e seguridade social que acompanharam e fazem parte das agendas e pautas de luta do Movimento” (Munarini; Cinelli; Cordeiro, 2020, p. 34).

Mais adiante, trataremos especificamente da origem do MMC enquanto movimento, bem como de suas principais pautas. Por agora, é importante ressaltar o papel da organicidade e da mística revolucionária na construção coletiva da luta, elementos que contribuíram para romper com a invisibilidade que, por tanto tempo, marcou a participação das mulheres na demarcação e reivindicação de seus direitos.

É crucial que haja um esforço contínuo para educar e fortalecer essas mulheres, garantindo que conheçam e possam reivindicar seus direitos. Programas de formação e apoio podem desempenhar um papel importante nesse processo, contribuindo para a construção de uma comunidade mais justa e equitativa.

A luta por equidade de gênero no campo é uma jornada contínua, assim como é permanente a disputa nos currículos educacionais pela construção de um projeto de educação popular que requer a colaboração de toda a sociedade. Somente por meio da união e do compromisso com a justiça social poderemos ampliar as possibilidades para que todas as mulheres camponesas tenham assegurados os direitos e as oportunidades que lhes são devidos no interior da sociedade.

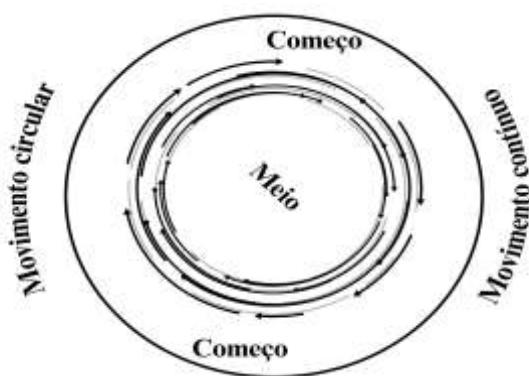
Para Miguel Arroyo (2013), são criados vínculos que entrelaçam os caminhos entre o trabalho, a condição docente, as diretrizes e as normas que estruturam o currículo. Esses caminhos são disputados em diversos âmbitos, inclusive no campo das políticas públicas educacionais e sociais, direcionando-nos para a diversidade na unidade. Isso porque: “Quanto mais vêm crescendo a consciência profissional, a responsabilidade ético-política, a criatividade e autoria docente maiores as disputas sobre o que ensinar, o que trabalhar, inventar, criar no nosso campo de trabalho” (Arroyo, 2013, p. 18).

Nesse aspecto, o processo de gestão educacional deve contribuir, de forma competente e crítica, para o enfrentamento das inúmeras demandas existentes nos contextos escolar, social e comunitário. É preciso pensar em práticas educacionais que promovam a dignidade, a solidariedade e o compromisso social verdadeiramente transformador e, assim, alcancem as camadas historicamente invisibilizadas pelo apagamento do povo preto periférico e das mulheres guerreiras, tantas vezes cansadas de lutar.

E, de acordo com a citação acima, em contraponto com o que nos provoca a pensar Paulo Freire em suas obras, mais especificamente em *Política e educação* (2021b), é necessário compreender que o ato de educar é também um ato político, assim como a escola é um espaço em que a disputa se faz cada dia mais necessária para a construção de processos emancipadores e coletivos dentro da sociedade, em suas diversas instâncias. Não podemos deixar de considerar as estruturas do patriarcado, do machismo e do racismo, bem como de fazer a leitura do mundo por meio das relações de gênero, classe e raça/etnia. Isso porque, mesmo no interior dessas dimensões, encontramos outras disputas curriculares que atravessam os campos social, econômico, cultural e político.

Essas disputas, mais do que nunca, ao olharmos para a atualidade, remetem-nos à teoria da práxis enquanto movimento contínuo na relação entre teoria, ação e reflexão. Não é possível assumir uma perspectiva de que existe, na educação, um lugar para a neutralidade. Logo, a disputa curricular, na medida em que também é disputa política, é igualmente disputa social de classe, gênero e raça/etnia. Esse movimento pode acontecer de forma circular, permitindo a reinvenção das práticas e a ruptura com a reprodução das opressões sofridas. A questão de gênero, de raça ou de classe não pode ser vista de maneira isolada, pois essas dimensões se entrelaçam e constituem experiências sociais complexas, nas quais: “Sem a luta política, que é luta pelo poder, essas condições necessárias não se criam” (Freire, 2021b, p. 15).

Figura 4 - Do movimento circular.



Fonte: A autora (2024).

O movimento contínuo imbrica a educação popular às lutas de classe, gênero e raça/etnia, contribuindo para os processos de transformação da sociedade. Ele se constitui na medida em que o saber e o pensamento são produzidos coletivamente. Como afirma o educador e pensador quilombola Antônio Bispo dos Santos, Nêgo Bispo, trata-se de um movimento de meio, e não de um fim, e é justamente por isso que permanece contínuo: “O saber de vocês é sintético, o nosso é orgânico. Vocês pensam de forma linear, por isso chegam ao limite. Nós pensamos de forma circular, por isso a nossa vida não tem limite. A roda é começo, meio e começo; ela não tem fim” (Bispo dos Santos *apud* Kodice, 2023).

2.2 A minha história é história de tantas outras – alteridades negadas resistem

Alguém já se perguntou por que nós, mulheres, temos que ser guerreiras? Por que temos que lutar constantemente para demarcar nossa história e a história que será escrita no futuro? Ou mesmo por que existem hierarquias e distribuições de “privilégios” determinadas pelo nascimento em uma determinada classe social, pela pertença a determinada etnia ou cor e pelo gênero social? Se nunca se perguntou sobre nenhum desses três eixos, sinto em dizer que és alimento do tripé e do emaranhado nó da opressão de classe, raça/etnia e gênero.

Para pensar minha história, essa história que é minha e é de nós, as outras, enquanto alteridade, o não lugar do outro, coloco algumas janelas temporais que se medem ora em séculos, ora em décadas, nem sempre de forma linear, mas como parte da história desse processo de resistir para existir e de existir nas sobras do que nos é imposto.

Essas janelas têm como propósito trazer reflexões para dentro da história do lugar das mulheres e da luta por direitos na sociedade alagoana e, por que não dizer, brasileira? Pois, mesmo diante de toda a diversidade do país, ainda somos um Brasil regido pelo tripé do patriarcado, do machismo e do racismo, em que a história das mulheres é também a história de

um não lugar, estruturado por um todo que nos envolve na sociedade. Como escreveu Mary Del Priore em *História das Mulheres no Brasil*, essa história que nos é dada como nossa, em parte, não é:

A história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos (Priore, 2004, p. 7).

Dessas maneiras e a partir das histórias que nos são e não nos são contadas, fica a pergunta: você já parou para pensar ou já se deparou falando sobre o não lugar do outro, ou melhor, da outra? Já que nosso foco é olhar para a questão da mulher no processo da educação, que tal pensarmos a alteridade na construção da mulher? Mas o que é alteridade? E como compreendê-la pode nos ajudar a caminhar nesta tese?

Em *Totalidade e infinito*, o filósofo Emmanuel Levinas, de origem judaica e francesa, apresenta questões éticas relacionadas à corresponsabilidade do ser em relação ao outro, trazendo reflexões que tensionam uma tradição filosófica marcada pelo eurocentrismo e por formas de pensamento que podem reproduzir estruturas de exclusão. Nesse sentido, podemos pensar uma filosofia historicamente atravessada por marcas de branquitude, patriarcado, machismo e racismo, nas quais determinadas formas de existência e de produção do conhecimento foram colocadas em posição de centralidade, enquanto outras foram relegadas à periferia.

Assim, a ontologia do ser torna-se central para a compreensão do existir e, ao mesmo tempo, objeto de crítica na filosofia de Levinas. Em sua leitura crítica da tradição ontológica, em diálogo especialmente com o pensamento do filósofo alemão Martin Heidegger, Levinas questiona uma concepção centrada no ser e propõe o deslocamento da centralidade ontológica para a relação ética com o Outro, compreendendo a alteridade como aquilo que não pode ser reduzido à identidade ou à totalidade do mesmo.

[...] A ontologia como filosofia primeira é uma filosofia do poder. Desemboca no Estado. E na não-violência da totalidade, sem se presumir contra a violência que vive essa não-violência e que se manifesta na tirania do Estado. A verdade, que deveria reconciliar as pessoas, existe aqui anonimamente. A universalidade apresenta-se como impessoal e há nisso uma outra inumanidade. [...] A ontologia torna-se ontologia da natureza, impessoal fecundidade, mãe generosa sem rosto, matriz dos seres particulares, matéria inesgotável das coisas. Filosofia do poder, a ontologia, como Filosofia primeira que não põe em questão o Mesmo. É uma Filosofia da injustiça (Levinas, 1980, p. 34-35).

Por meio da reflexão filosófica sobre a alteridade e com base na discussão anterior acerca da totalidade, pode-se afirmar que, no interior da civilização moderna, constituem-se

relações de poder que produzem formas de violência contra a alteridade. Essa violência manifesta-se, muitas vezes, nas ações do próprio Estado e de suas instituições, sobretudo quando estão em disputa direitos e questões sociais relacionadas às classes, à raça/etnia e ao gênero. Nesse sentido, a obra *Entre nós: ensaios sobre a alteridade* amplia essa compreensão ao oferecer elementos que contribuem para pensar a responsabilidade ética diante do outro.

Ainda que Levinas escreva a partir de um contexto europeu, sua reflexão oferece elementos para que a América Latina possa repensar criticamente sua posição e tensionar uma tradição filosófica que, ao longo da história, apresentou-se muitas vezes como única, universal e incontestável. Desse modo, Levinas contribui para a reflexão sobre a concretude da alteridade e torna-se uma referência importante para Enrique Dussel, um dos principais filósofos vinculados à elaboração de uma filosofia latino-americana da libertação. Trazer esse pensamento para o debate não significa reproduzir uma filosofia opressora, mas reconhecer que a produção intelectual europeia não constitui um bloco homogêneo destinado exclusivamente à manutenção da dominação. Ao contrário, determinadas formulações produzidas nesse contexto permitem justamente problematizar aspectos dessa tradição e abrir caminhos para sua crítica.

Nesse sentido, a ética proposta por Emmanuel Levinas apresenta uma ruptura significativa com uma tradição filosófica centrada na ontologia, ao deslocar a centralidade da reflexão para a relação ética com o Outro. Para Levinas (1980), a ética não é apenas um ramo da filosofia, mas ocupa um lugar fundamental no pensamento filosófico, uma vez que coloca a responsabilidade pelo outro no cerne da existência humana. A relação com o “rosto” do outro, conforme descrita pelo filósofo, transcende a simples percepção visual: trata-se de um encontro que rompe com a indiferença e convoca à responsabilidade. Esse encontro ético não se reduz à obediência a normas ou à imposição de valores universais, mas implica o reconhecimento da alteridade e a responsabilidade que emerge da relação com o Outro. Assim, a ética levinasiana nos desafia a repensar as bases de nossas ações, deslocando-nos de posturas centradas exclusivamente no eu e abrindo espaço para a responsabilidade diante do outro.

Para entender a ética desenvolvida por Levinas (1980), é essencial compreender a crítica à metafísica tradicional, que é escrita sobre valores impostos por uma moral de foco na totalidade do ser (eu), ser esse que se reconfigura nas personalidades de poder de uma sociedade, seja o Estado, seja o patriarcado, seja a geopolítica do eurocêntrico. Nessa ética, a responsabilidade não vem do conhecimento do eu sobre outro, mas do reconhecimento de que o eu é com e pelo outro, uma alteridade que sempre foi violentada pela ontologia. Esse Outro é desconhecido e não pode ser reduzido a um rosto, evitando assim a identificação conceitual. É justamente nessa irredutibilidade que reside a força ética da relação com o Outro.

A ética da responsabilidade do filósofo, portanto, não se baseia em um discurso centrado no eu que reduz o outro a si mesmo. Segundo Levinas (1980), a filosofia ocidental frequentemente seguiu uma ontologia que reduz o Outro ao Mesmo, por meio de categorias que procuram apreender e definir o ser: “A filosofia ocidental foi, na maioria das vezes, uma ontologia: uma redução do Outro ao mesmo” (Levinas, 1980, p. 31). A crítica levinasiana permite, assim, problematizar uma tradição filosófica na qual aquilo que é diferente tende a ser compreendido a partir das categorias do próprio sujeito que conhece.

É por meio do pensamento filosófico levinasiano sobre a alteridade que o filósofo latino-americano Enrique Dussel irá desenvolver uma filosofia da libertação e, posteriormente, uma ética da libertação, abordando questões relacionadas ao pensamento, às teorias dos saberes e à posição periférica ocupada pela América Latina no interior das relações de poder constituídas pela modernidade, pela globalização e pela exclusão. A partir desse deslocamento, a alteridade deixa de ser pensada apenas como uma questão abstrata da relação entre o eu e o Outro e passa a ser relacionada às condições históricas e geopolíticas concretas daqueles que foram colocados na posição de exterioridade e subalternidade.

O filósofo, a partir de uma abordagem geopolítica da filosofia e da sociedade, formula críticas à herança de um conhecimento constituído sob a centralidade do eurocentrismo como referência universal dos saberes. Isso não significa negar as teorias do conhecimento, mas colocá-las em questão a partir das condições históricas de sua produção e dos sujeitos que foram excluídos de sua constituição. Nessa perspectiva, Dussel problematiza a ontologia enquanto possibilidade de encobrimento da exterioridade e das relações de dominação, evidenciando como determinados discursos podem apresentar-se como universais e salvadores enquanto ocultam as opressões que produzem. O *ego*, compreendido como centro do pensar e da constituição do sujeito moderno, torna-se também elemento central na organização do poder, produzindo mecanismos de ocultamento da alteridade e de manutenção das relações de dominação (Dussel, 1977).

Uma das passagens mais significativas dos escritos de Enrique Dussel está na obra *Filosofia da Libertação*, logo no início, ainda na dedicatória. É nesse momento que me encontro com a filosofia pela leitura: “Aos povos do Terceiro Mundo que vencem o fratricídio. A mulher camponesa e proletária que suporta o uxoricídio. A juventude do mundo inteiro que se rebela contra o filicídio. Aos anciãos sepultados vivos nos asilos pela sociedade de consumo” (Dussel, 1977, p. 5).

Confesso que, antes de ler Dussel, sempre me vi em um não lugar no filosofar, da mesma maneira que, em alguns momentos de minha existência, também me vi em um não lugar na academia e nas questões relacionadas à identidade étnica. Como é sabido, a Filosofia foi

historicamente constituída como um dos espaços privilegiados de produção das epistemologias e, em grande parte dessa tradição, as mulheres foram colocadas em posições de inferioridade, sendo-lhes negado o reconhecimento como sujeitos capazes de pensar, produzir conhecimento e filosofar. Essa condição também pode ser observada na história da educação formal no Brasil, especialmente quando consideramos o acesso das mulheres aos espaços institucionalizados de escolarização.

No Brasil, a Lei Geral de 15 de outubro de 1827 é considerada um importante marco da organização da instrução pública no período imperial, ao determinar a criação de escolas de primeiras letras, inclusive para meninas. Entretanto, o acesso das mulheres à educação não se deu de forma universal nem significou a superação das desigualdades que atravessavam classe, raça/etnia e gênero. Ao contrário, a própria organização dessa escolarização revelava diferenças entre os processos educativos destinados a meninos e meninas, estabelecendo também limites para aquilo que se esperava que as mulheres aprendessem.

Contudo, enquanto aos meninos era destinada uma formação que poderia abrir caminhos para outros espaços de escolarização e, posteriormente, para a educação superior, a educação das meninas esteve fortemente vinculada à preparação para as funções domésticas, do cuidado e da vida familiar. O letramento, a matemática e outros conhecimentos eram ensinados de maneira limitada e condicionados às expectativas sociais atribuídas às mulheres. Aqui vale lembrar que essa escola não era destinada a todas as mulheres, tampouco alcançava de maneira igual todas as classes sociais e grupos étnico-raciais. Tratava-se, portanto, de uma educação marcada por profundas desigualdades e por uma lógica de formação que, longe de promover a emancipação de todas, reproduzia as hierarquias sociais existentes.

Os legisladores haviam determinado, nos idos de 1827, que se estabelecessem “escolas de primeiras letras”, as chamadas “pedagogias, em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos do Império”. Mas a realidade estava, provavelmente, muito distante dessa imposição legal. Até que ponto era imperativo saber ler e escrever ou conhecer as quatro operações? Naquela sociedade escravocrata e predominantemente rural, em que latifundiários e coronéis teciam as tramas políticas e silenciavam agregados, mulheres e crianças, os arranjos sociais se faziam, na maior parte das vezes, por acordos tácitos, pelo submetimento ou pela palavra empenhada [...] escolas fundadas por congregações e ordens religiosas femininas ou masculinas; escolas mantidas por leigos – professores para as classes de meninos e professoras para as de meninas. Deveriam ser, eles e elas, pessoas de moral inatacável; suas casas ambientes decentes e saudáveis, uma vez que as famílias lhes confiavam seus filhos e filhas. As tarefas desses mestres e mestras não eram, contudo, exatamente as mesmas. Ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina cristã, nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura (Priore, 2004, p. 371-372).

E, como podemos observar na citação, essa escola formal era marcada por diferentes formas de tratamento, e a educação destinada às mulheres, no decorrer da história do Brasil, esteve profundamente atravessada pela forma como os saberes de matriz europeia foram incorporados e legitimados, em um contexto marcado por relações patriarcais, machistas, racistas e opressoras. Nessa história, o ser mulher vem sendo rabiscado pela contradição de sermos, ora aquilo que lutamos para ser, ora aquilo que nos é definido como possibilidade de ser.

No que toca ao processo histórico da educação para as mulheres, esses primeiros passos ainda estavam distantes de um entrelaçamento entre educação formal, informal e não formal que, posteriormente, contribuiria para a constituição de experiências de educação popular. Trata-se de uma educação orientada por princípios transformadores e construída do povo para o povo, na qual a mulher se constitui como parte dessa construção, assim como os demais sujeitos sociais. Observa-se, então, que as conjunturas educacionais são, de certo modo, atravessadas por relações de hegemonia, nas quais determinada orientação política também incide sobre os modos de pensar e fazer a educação. Para Conceição Paludo (2001), é nesse processo de disputa que se constituem as lutas por direitos das mulheres e por uma educação transformadora, compreendida como educação popular.

A emergência de da concepção da Educação Popular pode e deve ser associada ao fato de as classes populares existirem e às suas condições de vida; às opções que as elites tiveram de rumos para o desenvolvimento do Brasil; ao movimento internacional dos trabalhadores; às ideias pedagógicas dominantes num determinado período; ao desejo e esperança de construção de um mundo melhor; e às possibilidades de via educação, contribuir para a emancipação das classes subalternas e para a sua entrada no cenário político (Paludo, 2001, p.85).

O que há de mais certo nessas linhas é que ser mulher vem sendo desenhado como ser guerreira. Mas esse lugar de ser guerreira não é um lugar de conforto e, se um dia já soou como elogio, hoje também denuncia as sobrecargas de sermos e estarmos, o tempo todo, existindo para resistir e resistindo para tentar existir.

Assim, colocamo-nos diante das janelas temporais que serão trabalhadas nesta tese, assumindo-nos como alteridades e como sujeitos da ousadia de lutar por direitos coletivos. Nós, mulheres, construímos aquilo que buscamos, compreendendo a liberdade como prática de nossas próprias mãos e como ousadia de sermos povo, um povo que é coletivo, político e social. Em meio à construção de uma educação que se pretende crítica, esse movimento se constitui continuamente como práxis, em um presente carregado das marcas do passado, mas também aberto à construção de outros futuros.

2.3 Janelas temporais: direitos conquistados para as mulheres ou para o povo?

Em um país onde a educação formal foi historicamente atravessada pelo poder colonial e por uma perspectiva eurocentrada, vale refletir sobre acontecimentos marcantes da história desse lugar e estado chamado Alagoas, bem como sobre acontecimentos contemporâneos, como a pandemia de COVID-19. Logo, as principais janelas temporais abertas nesta primeira parte da escrita serão quatro.

Quadro 1 - Janelas temporais - acontecimentos da história.

Período temporal da história	Acontecimentos da história
Século XVII e XVIII	Olhares ao Quilombo dos Palmares.
Anos 70, 80 e 90	Das marcas da ditadura para o marco de conquista de direitos e para as mulheres e sociedade brasileira.
Golpe 2016	O machismo do Estado patriarcal.
Contemporaneidade 2019-2022	Retrocessos, pandemia - COVID 19 e a reviravolta.

Fonte: A autora (2024).

Segundo Saffioti (2013), existe um processo de luta pela existência na história em que nos fazemos e nos tornamos mulheres, e esse perpassa até mesmo a visão globalizada da sociedade de classes como mecanismo da realização histórica do sistema capitalista de produção e, dado esse processo, a liberdade formal não se torna palpável, “[...] é, como se a liberdade formal não se torna concreta e palpável em virtude das desvantagens maiores ou menores com que cada um joga no processo de luta pela existência” (Saffioti, 2013, p. 95).

Para pensar o lugar da mulher em uma sociedade como a brasileira contemporânea, é preciso pensar sobre nossas antepassadas, sobre o processo educativo feminino e sobre a cultura de uma civilização marcada pelo patriarcado, pelo racismo e pelo machismo. Tal prática pode parecer cansativa, mas é necessário retomar esse tripé das exclusões. Muitas de nós, apagadas da história, temos como única possibilidade de conhecer o passado e nossas ancestrais aquilo que descobrimos por meio de nossas mães e, quem sabe, de nossas avós. Por trás disso, há um passado atravessado pelo apagamento histórico, pela colonização, pelos massacres e genocídios dos povos originários, pela escravização da população negra e por processos educativos marcados pela subserviência.

E aqui abro mais uma janela de reflexão nas linhas para pensar: quem sou eu? Edcleide da Rocha Silva, uma mulher alagoana que não consegue contar quem veio antes da geração de suas avós. Isso porque tudo o que elas contam é memória não registrada e, muitas vezes, difícil de organizar em uma narrativa linear: “A minha mãe era a Maria, mas todo mundo chamava ela de menininha, eu não sei quem era a minha avó, eu não conheci, mas contam que ela era índia, pois ela foi pega a dente de cachorro na mata!”. E eu me perguntava: mas como? Se eu tenho 20 anos, minha mãe 40, minha avó 60 e sua mãe, se viva, teria aproximadamente 90 anos, enquanto sua avó teria entre 110 e 120 anos. Estamos, portanto, diante de um recorte temporal de aproximadamente dois séculos, tomando como referência os anos 2000 e recuando até o início do século XIX, período que antecede a independência política do Brasil, proclamada em 1822. Parece que são poucos anos para construir a memória do lugar de onde vieram nossos familiares. Acontece que o apagamento de memórias coletivas também fez parte de processos históricos de dominação no Brasil e, conseqüentemente, da história educacional de Alagoas, em meio às tantas tentativas de branqueamento da população e de construção de uma identidade nacional pautada por determinados padrões de pertencimento. Não são poucos anos quando pensamos que esse recorte temporal está inserido na continuidade de uma história de violência e exploração humana, marcada pela colonização, pela escravização de povos africanos e pela violência contra os povos originários, frequentemente desumanizados pelos discursos coloniais. É nesse contexto que se torna necessário recuperar outras memórias, outras vozes e outras formas de narrar a história. Como escreve Cris Faustino (2020):

Na construção do Brasil enquanto nação, a expropriação do território, o abuso de poder contra os corpos negros e indígenas, a violência, a tortura e o estupro, principalmente contra as mulheres e crianças, sempre foram métodos legitimados e aplicados pelas autoridades institucionais políticas, jurídicas, militares e portadores da moral cristã importa como “única” na formação do Brasil (Faustino, 2020, p. 21).

Vejamos, se a construção do Brasil carrega essa marca como apontou Cris, Alagoas também a carrega e por mais que pensar o recorte de 200 anos parece pouco, as atrocidades fazem parte das marcas dessa história. Logo, pensar que eu não conheço nem mesmo a história de minha bisavó e tataravó não se torna algo tão inimaginável, se somos as histórias esquecidas, ou melhor dizendo: apagadas.

Enquanto para muitos seus sobrenomes são motivos de orgulho, de pertencimento e de saber de onde vieram, para tantas de nós o sobrenome é só uma marca que trouxe sua avó, ou sabe-se lá de onde veio. Talvez só um nome criado na hora de efetuar o registro, talvez por ser a marca dos grandes “donos de fazendas”. O que se sabe de certo é que o Rocha que ocupa o meio do meu nome é oriundo da minha avó materna, e o Silva seria dos dois lados, pois ambos, pai e mãe, são Silva.

Aqui é importante abrimos a janela do Brasil colônia, do pensar a estrutura econômica de nosso Brasil, que é forjado na ideia de sistema escravocrata e de exploração humana e da mãe natureza, consecutivamente de exploração e violência contra as mulheres.

A utilização da mão de obra escrava no Brasil tem se constituído num dos fatores, se não no fator, de ilusão quanto à verdadeira natureza da economia brasileira. Assimilando o escravismo brasileiro ao antigo, diversos autores deixaram de perceber a natureza altamente racional do emprego da força de trabalho escravo negro para a consecução do objetivo de acumular capital. Na verdade, a escravidão Moderna não apresenta o mesmo sentido da escravidão antiga (Saffioti, 2013, p. 205-206).

Olhando para a janela temporal dos séculos XVII e XVIII, e por meio da configuração de valor da escravização trazida por Saffioti (2013), é possível observar, nesse período, em Alagoas, um território como palco das contradições históricas: de um lado, ser o grande palco de um sistema econômico escravista e, de outro sermos palco de uma das maiores batalhas antirracista, com a resistência do Quilombo dos Palmares. E assim somos hoje palco da contradição de ser quem somos e, ao mesmo tempo, sermos o outro, uma alteridade que negamos, como escrevi nas considerações finais de minha dissertação de mestrado¹⁶.

Já parou para pensar que, sendo eu originária da cidade da Zona da Mata Leste alagoana, do município de União dos Palmares, terra do grande quilombo, pouco sei de minhas origens ancestrais negras e indígenas? Mas por quê? Ou sei? Talvez suponhamos que sabemos, já que, nesse mesmo recorte histórico, possamos voltar mais um século. Poderíamos, então, adentrar na história de guerra de Palmares, ali no século XVII, com uma Alagoas ainda distante da cantada em seu hino enquanto “estrela radiosa”.

Aqui queria abrir o véu da minha memória mais uma vez neste escrever. Quando, nos livros de história, o grande Quilombo dos Palmares quase não aparecera em minha infância, e olha que já estamos falando de meados dos anos 90. Tampouco apareceu na adolescência dos anos 2000; o mais perto disso era dito pelo feriado do 20 de novembro, e de modo

¹⁶ Poema “Alteridade que negamos” (2019), escrita para as considerações finais de dissertação de mestrado: “A filosofia da práxis e a educação: uma dialética da educação formal e não formal”. Disponível no repositório digital da UFAL, em: <https://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/5968>.

descontextualizado. Sempre é muito polêmico pensar o seu comemorar, ou aqui quem nunca escutou o que lembro muito bem escutar: “E o dia do branco? Eu também quero um dia, já tem dia do índio e dia do negro”, agora tem que ter dia do branco. E lembro minha mãe dizendo que os brancos são donos do ano todo, pois “manda quem pode e obedece quem tem juízo”. E cá estava uma reflexão de nos fazer pensar sobre quem somos e os ditos populares que nos colocam na inferioridade de ser obediente, enquanto raça/etnia e gênero.

Na verdade, a pouca história que aprendi desse lugar veio depois de me engajar nos espaços de juventude organizados pela Comissão Pastoral da Terra de Alagoas – CPT, da qual participei. Logo mais adiante, vieram os estudos e leituras que fiz por conta própria, ali mesmo no me fazer quem sou enquanto pesquisadora, que guarda a inquietação de escrever ao mesmo tempo que não conhece, ou bem pouco conhece, de sua origem. Mas voltemos a falar dessa lacuna temporal de Alagoas, do quilombo e das mulheres nessa história de muitas estórias.

Voltando ao grande quilombo e sua história de poucos registros escritos, mas de muitos sendo escritos, queria trazer um recorte do livro *Quilombo dos Palmares*, de Edilson Carneiro, que, daquela época, é um dos poucos que provoca o olhar para o lugar que ocupava a mulher.

Os trabalhadores, aparentemente, dividiam-se por duas categorias principais - lavradores e artesãos. Os escravos procedentes das fazendas certamente se enquadravam no primeiro grupo e terão sido os responsáveis diretos pela policultura. As tropas holandesas que atacaram os Palmares notaram que as roças que encontravam a todo momento estavam sob a responsabilidade de dois ou três negros cada. Os artesãos, notáveis principalmente nos Palmares, eram sobretudo ferreiros, embora houvesse "toda sorte de artífices" nos mocambos. Os documentos antigos não indicam exatamente a atividade econômica a que se entregavam as mulheres, mas provavelmente fabricavam roupas com cascas de árvores e peles de animais, como nos Palmares, ou de algodão, como na Carlota, e produziam cestos, abanos e trançados em geral, talvez também as mulheres ajudassem os oleiros na fabricação dos potes e vasilhas de todos os tipos encontrados nos quilombos (Carneiro, 1956. p. 21).

Aqui pode notar-se que não existia necessariamente uma escrita sobre as funções das mulheres, mas mora no imaginário do historiador que a mulher ocupasse funções de cuidado mais doméstico, o que perpassa na história do cuidado, se não o da educação não formal e popular, em que se guardam os costumes trazidos desde longe aos caminhos que se abrem nas novas trilhas.

A história de Palmares é repleta de nomes de mulheres que ocuparam lugares governamentais, como a rainha e mãe de Zumbi - Aquatune, ou mesmo Dandara, que dentre as muitas estórias contadas, ela teria ocupado cargo de chefia militar na capoeira. Cabe reforçar que o próprio Edilson escreveu “[...] O movimento de fuga era, em si mesmo, uma negação da sociedade oficial. [...] O quilombo foi essencialmente um movimento coletivo, de massa

(*Ibidem*, p.13-15). Logo, se fosse um movimento coletivo, a mulher poderia ser colocada apenas no lugar de cuidadora? Fica a reflexão.

E, por meio da reflexão aberta, lanço algumas das linhas mais gerais de nossas histórias, negadas, apagadas, mascaradas, mas não aniquiladas. Pensar esse lugar que é o Quilombo dos Palmares e sua força entre a mistura de raças/etnias e povos indígenas, negros e, sim, pessoas brancas apoiadoras da causa, nos abre brechas a pensar um lugar diverso, mestiço, onde atualmente, dadas as circunstâncias da “derrubada do quilombo”, com o ataque comandado por Domingos Jorge Velho, é resistência, mas também é negação.

Craveiro Costa, no livro *História das Alagoas*, descreve a cena contada por minhas avós, ao falarem que suas avós foram pegas a laço em mata fechada: “Fez-se então uma caçada feroz. Quase todos foram apanhados à mão e ao paço [...]. Centenas de mães mataram os filhos, no delírio daquele imenso infortúnio” (Costa, 1983, p. 61). Logo, quantas de nós não somos as filhas da história do genocídio dos povos indígenas e negros pelas grandes capitanias e comandos territoriais em Alagoas?

A minha história, que se faz na roça, na descendência camponesa, é uma mestiça, com fenótipo indígena forte, traços negroides delicados e de cor marrom-claro. Autodeclarar-se se torna um desafio: vejo duas avós pretas, dois avôs, um indígena e um branco de olhos claros.

Uma afroameríndia seria eu? Uma mestiça, mas qual o preço da mestiçagem? Entre os pretos retintos, não sou preta, também não sofro o que essas pessoas sofrem; entre os indígenas me encontro, mas, por vezes, sou questionada sobre qual é meu povo; e, entre os brancos, entre esses nunca vou me caber. Mas eu sei, eu sou uma camponesa, indígena, pois em meu sangue corre o sangue dessas tantas pegas a laço. Mesmo assim, aqui, nessa brecha de pensamento, poderíamos abrir várias outras discussões acerca da questão racial, mas, como não é este o foco central do presente estudo, então deixo apenas a sensação da vida e de que, quando me declaro indígena, pareço estar ocupando um não lugar.

Pensar nossas Alagoas nesse recorte é também pensar nosso lugar hoje e, nesse contexto, o que nos forma, já que é só por meio do Alvará Régio, de 16 de setembro de 1817, por meio de pronunciamento de D. João VI, que Alagoas seria emancipada da capitania de Pernambuco, tornando-se Comarca de Alagoas. Com essa movimentação na história, ela assumiria seu próprio meio educacional e, para a época, nada de lugar para mulheres, pobres e negros. Deixando um vazio para o discurso de meritocracia e esse vazio de não lugar na história, em meio a tantas estórias que se tornaram histórias oficiais e no peso dos índices de analfabetismo brasileiro, em especial para a população preta, parda, indígena, mestiça e pobre na educação formal, como mostram dados do IBGE de 2022, destacando que essa população ocupa o *ranking*

de analfabetismo, e Alagoas é o segundo lugar do Brasil com maior número de analfabetos proporcionalmente em relação à sua população demográfica.

Mas, se, de um lado, a história nos foi negada, de outro, ela foi alimentada e mantida nos resquícios e reescrita pelas mãos que trazem a história da resistência e da existência nas vidas das mulheres, e aqui, mais fortemente, das camponesas, em sua organicidade no Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, no estado, no litoral norte de Alagoas, espaço geográfico em que desenhamos parte desta tese. No entanto, abrimos para um “respiro” poético, embasado na canção *Mulheres Camponesas*, que narra o surgimento desse movimento na luta por direitos, da qual mais à frente nos debruçaremos, sendo que agora fiquemos com esse canto que conta a história:

“Mulheres camponesas” (Antônio Augusto Korsack Filho e Paulo Missioneiro)

A nova Constituição se apresentava, a ditadura ia ficando no passado,
Novas conquistas garantidas para os grandes e as camponesas outras
vez postas de lado.

Há muitos anos a batalha por direitos. Uniu Marias, Carolinas e
Terezas.

E fez surgir com a liberdade por bandeiras, o Movimento das
Mulheres Camponesas.

Essas mulheres que lutavam por justiça.
Pra que o Brasil tivesse olho para o campo.
Para que os pequenos não ficassem esquecidos.
Plantavam sonhos que não somem num relampo.

Ainda hoje brigam por melhores dias,
pra quem trabalha e põe comida sobre a mesa,
mostram no rosto o suor da dura lida,
mulher guerreira mãe presente camponesa.

Sem desistir seguem na luta desigual,
a Aracruz pelas estradas nas esquinas.
Poder plantar viver no campo e ter direitos.
É o maior sonho, dessas nossas heroínas.

No ânimo do canto e embaladas pelo ritmo da luta, podemos dizer que a história se faz pelas próprias mãos das sujeitas, enquanto se constituem na busca por direitos para a classe trabalhadora e não só por si, pois, na relação da história, compreendemos que somos o porquê lutamos, bem como existimos porque resistimos e resistimos para existir, o que não é romântico, mas, romantizado, se torna.

Neste sentido, a mulher camponesa, e aqui me coloco como sujeita dessa história, busca coletivamente a implementação de condições mais justas de se viver, de uma educação que trace os caminhos de transformação, reconhecendo e valorizando os saberes populares, mas também inovando com a ciência para avançar no que é coletivo, místico no sentido pedagógico e revolucionário, quebrando os mitos da subserviência e da relação sujeito-objeto entre homem e mulher, entre fêmea e macho, entre quem manda e quem obedece... entre tantos entre.

Carrego em mim marcas da história, lugares que nos foram negados, mas, ao mesmo tempo, a perseverança mantida pelas que esperanças e não esperaram, pelas que continuaram a cultura do plantar e que, de uma ou de outra maneira, produzem o alimento para o autossustento, trazendo, nesse plantar, a história que não se sabe contar, mas que se passa de família em família, como contínua. E a ousadia dessas, bem como as sementes, grãos, atravessa gerações, fazendo-se conhecimento ancestral e futuro, sendo educação popular.

Uma educação que se faz na mística, uma mística que se reescreve nas novas gerações; num plantar, torna-se a promoção de renda do grupo familiar, que tem relação com a terra-mãe, com os bens naturais, desenvolvendo experiências de produção saudável, baseadas e fundamentadas nos princípios da agroecologia, que é uma ciência ancestral e se materializa na vida das mulheres camponesas e nos conhecimentos que atravessam pensamentos e gerações, pois o educar é para além de “escreviar” uma folha de papel, desenhar uns nomes ou ler umas palavras rabiscadas (como falava minha avó).

Conhecimento que se passou de uma mulher para outra em gerações de saberes coletivos, um benzimento, uma comida, um banho medicinal, um chá, uma forma de plantar, de cuidar, de guardar semente, e é aqui na semente que nos colocamos no existir, pois pouco posso saber de quem eram as mulheres antes de minhas avós, mas temos a semente de fava que vem sendo plantada por nós desde - quem sabe dizer - antes dos brancos chegarem e nos mestiça.

Isso porque nós, que somos mulheres, camponesas e temos desempenhado papéis fundamentais ao longo da história do país, um deles é o de ser continuidade a partir dos saberes ancestrais, embora nem sempre tenhamos sido devidamente reconhecidas no tecer as linhas e pontos da narrativa vencedora, que contam uma história, negando seus povos originários.

É fundamental analisar criticamente como a sociedade enxerga, trata e valoriza as mulheres, especialmente quando se trata da construção da história por meio da luta por direitos. O contexto social contemporâneo revela que, além de enfrentarmos as marcas da resistência para garantir o próprio existir, carregamos também os sonhos de uma sociedade livre do machismo, do patriarcado e do racismo. Ou seja, a necessidade de analisamos as desigualdades no Acesso à Educação formal.

No âmbito da educação alagoana, persiste um elevado índice de analfabetismo, que afeta grupos específicos marcados por gênero, etnia/raça e classe social. Essa realidade expõe a contradição presente no discurso da meritocracia, já que as oportunidades de acesso à educação não são iguais para todos.

E aqui chamo atenção para as entrevistas realizadas em nossa pesquisa-ação participativa, um quantitativo considerado pequeno em número (10 mulheres, 10 histórias, 10 vidas), mas que, qualitativamente, foram ricas em saberes e experiências. Entre as lideranças do Movimento de Mulheres Camponesas de Alagoas (MMC/AL) que compartilharam suas trajetórias, apenas duas conseguiram concluir o ensino superior até o momento da entrevista. Destaca-se que uma dessas mulheres alcançou esse feito por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), ofertado pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), já na vida adulta, após ser mãe e assentada da reforma agrária. A outra concluiu o ensino superior ainda jovem, por meio de aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), também nas ciências agrárias.

Aqui abre-se uma fresta textual para chamar a atenção para a importância das lutas populares, em especial das mulheres, no que diz respeito à garantia da permanência das políticas públicas, como o PRONERA e o ENEM, políticas essas que desempenham um papel fundamental na ampliação do acesso à educação formal para mulheres camponesas, oportunizando aquilo que antes lhes era negado devido a desigualdades históricas e estruturais. O PRONERA, ao oferecer formação superior voltada para a vida do campo, seja de assentadas e assentados, povos e comunidades tradicionais e todo um conjunto pertencente ao processo de luta pela reforma agrária, contribui para que mulheres adultas, mães e trabalhadoras rurais possam retomar os estudos e conquistar novos espaços de atuação, promovendo autonomia e valorização dos saberes do campo. Já o ENEM possibilita, em especial, que a juventude camponesa ingresse no ensino superior, democratizando o acesso às universidades e ampliando horizontes para além das limitações impostas pelo contexto rural e, ao mesmo tempo, possibilitando que essa juventude seja agente de sua história ao concluir um ensino superior e atuar para o seu povo.

E é por isso que quando colocamos o tema das lutas pela demarcação e garantia das políticas públicas como demarcação de conquista de direitos é que se compreende que elas são essenciais para romper o ciclo de exclusão, exploração, dominação e monopólio hegemônico do conhecimento, e ao mesmo tempo conserva-se que a garantia dessas políticas e garantir que as mulheres tenham condições de disputar direitos em igualdade, atuando como agentes de transformação em suas comunidades. Além disso, possibilitam o fortalecimento dos movimentos sociais, como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que, ao promover

a formação de suas lideranças/coordenações/dirigentes, reivindica e constrói alternativas de desenvolvimento de uma vida mais justa para a humanidade e para a natureza.

Nesse sentido, coloca-se que, do grupo de coordenação e direção do movimento que contribui com a pesquisa, duas mulheres conseguiram concluir o ensino médio técnico, ambas com retomada aos estudos em idade adulta, motivadas pela influência de companheiras do próprio movimento. Outras quatro finalizaram o ensino fundamental também após a vida adulta, por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), porém não conseguiram prosseguir nos estudos devido a dificuldades de logística, incompatibilidade de horários e sobrecarga de trabalho. Além disso, duas mulheres não chegaram a concluir o ensino fundamental I; ambas são alfabetizadas, mas não têm certeza se completaram até o quinto ano (antiga quarta série).

Essas trajetórias evidenciam os obstáculos estruturais enfrentados pelas mulheres camponesas no acesso e na permanência na educação formal, demonstrando que a luta por equidade de direitos passa, necessariamente, pelo reconhecimento das desigualdades históricas e pela valorização dos saberes coletivos construídos ao longo de gerações. Já as duas entrevistadas em nível nacional conseguiram chegar ao ensino superior, e suas formações têm contribuído para o processo de construção do MMC; uma delas concluiu o doutorado. Vejamos o quadro abaixo sobre esse retrato das entrevistas, suas escolaridades e desafios.

Quadro 2 – Entrevistadas e escolaridades formais.

Grupo	Entrevistadas	Nível de Escolaridade Alcançado	Como Concluíram	Dificuldades Encontradas
Lideranças MMC/AL com ensino superior	2	Ensino Superior	PRONERA/UFAL (vida adulta, mãe e assentada); ENEM (jovem, ciências agrárias).	Deslocamento, horários, e sobrecarga dos trabalhos rurais e estudos.
Lideranças do MMC/AL com ensino médio técnico	3	Ensino Médio científico ou Técnico	Retorno aos estudos.	Deslocamento, horários, e sobrecarga dos trabalhos rurais e estudos, a própria militância, vida de mãe.
Lideranças do MMC/AL com fundamental 9º ano	4	Ensino Fundamental 2	EJA ou educação do campo ensino popular.	Dificuldades de logística, incompatibilidade de horários, sobrecarga de trabalho, machismo e ser mãe.
Liderança do MMC/AL com	1	Fundamental 1	Escola do campo	Barreiras do Patriarcado e Machismo.

fundamental incompleto				
---------------------------	--	--	--	--

Fonte: com base de dados das entrevistas semiestruturadas. A autora (2026).

Em todas as entrevistas, foi mencionado por essas mulheres que a escola formal não estava preparada para atender às necessidades de aprendizagem das camponesas, nem quando elas eram crianças, nem na vida adulta.

Segundo a mulher de codinome Rochedo Florido, a escola formal trata seu público de estudantes como um depósito, conforme ressaltou em sua entrevista:

[...] pode parecer repetitivo, mas é que a escola normal nos trata como um depósito, não foi fácil, primeiro que as series iniciais era muito difícil chegar porque eram longe e a gente caminhava meio a mata, cercados e sol por horas até chegar na escola e depois que terminava as iniciais tínhamos que ir para a cidade e lá era ainda mais difícil, eram os transporte que não tínhamos, era recurso que faltavam para pagar as passagens quando o ônibus quebrava, era o preconceito dos professores que sempre nos olhavam como coitadinhos ou incapazes, ou mesmo dos estudantes da cidade, eles nos olhavam diferente. Não foi fácil (Rochedo Florido, 2025).

A dificuldade relatada pela Mulher Rochedo Florido não é um caso isolado entre as mulheres entrevistadas. Na verdade, apenas uma delas conseguiu concluir seu percurso escolar seguindo o modelo tradicional da educação formal; as demais necessitaram das políticas públicas de educação e dos chamados retornos para o mundo escolar.

Esse cenário revela que, para as camponesas, o acesso e a permanência na escola exigem esforços que vão além da simples matrícula, pois as barreiras estruturais, como deslocamento, horários incompatíveis e sobrecarga de trabalho, contribuem para a evasão ou para a interrupção dos estudos. Comprova-se aquilo que Soloá Citolin já escreveu na sistematização do livro *O ensino da Turma Olga Benário* (2007): “A luta pela Reforma Agrária é longa, e neste caminho percorrido havia uma outra preocupação que não era só pela terra, mas também por educação” (Citolin, 2007, p. 9). E a educação para o campo, sendo do campo e acontecendo no campo, ganha uma dimensão ainda mais relevante na vida das mulheres camponesas.

Apesar das adversidades, todas as entrevistadas conseguiram, de alguma forma, retomar ou dar continuidade à sua formação até um certo momento de suas vidas, graças às políticas públicas, que possibilitaram reescrever suas trajetórias educacionais. Esse recomeço não se deu apenas pelo acesso ao ensino, mas também pela forma como passaram a enxergar a si mesmas e sua luta por autonomia a partir do encontro com outras mulheres dentro das organizações sociais.

Assim como nas formas de organização dos quilombos, “[...] não apenas a busca da liberdade atraía e mantinha o negro no quilombo. A busca por uma vida em melhores condições

também deve ser considerada como causa fundamental” (Albuquerque, 2017, p. 58). As mulheres compreendem que o caminho coletivo é fundamental, pois sozinhas não conseguiriam avançar, sendo a autogestão poder e libertação. A construção de espaços de apoio mútuo fortaleceu a caminhada dessas mulheres, reafirmando o valor dos saberes compartilhados e da luta conjunta pela transformação social.

Uma outra entrevistada, a Mulher Semente Crioula, descreveu que seu acesso à escola demandou muito esforço e determinação, em especial porque só teria voltado a estudar depois da vida adulta, realizando um provão que lhe daria o título de ensino fundamental completo. Suas lembranças do aprender sempre foram as da educação popular, pois foi nesses espaços construídos do povo para o povo que aprendeu a se enxergar como mulher e a querer lutar por essas, passando, assim, a se considerar uma mulher feminista. Ela ressaltou que a escola formal e a escola da vida, da educação popular, são muito diferentes, pois uma é consolidada sem interesse no povo, enquanto a outra é construída pelo próprio povo.

Quando eu estudei na sala de aula nas casas das famílias, ali já era uma forma de educação popular que se existia... a educação popular solidária, porque eu estudei em salas de aula da casa que as famílias moravam, não era uma sala de aula. E mesmo as casas do sítio que eram salas que não morava ninguém era a sala de aula que uma família colocada, a disposição pra um montão de criança né? E mesmo assim não era fácil a gente andava muito a pé, né? Em grupos, a gente se apoiava, então já era um dos princípios da educação popular, que é de estudar a realidade, né? Diferente das escolas da cidade quando muitos de nós íamos desistíamos porque era tudo mais difícil para a gente que era da roça, as vezes não fazia sentido para nossa vida. Já na educação popular a gente estuda a realidade, se estudar o que realmente você vive, né? Porque a educação é isso a educação popular para mim. É você estudar o mundo, né? Você aprender a ler o mundo. Na educação popular, você cria consciência crítica, cria consciência política, você é torna parte daquilo que se estuda entre atos e ações, né? O que pode ajudar muito a saber o que é real e o que é mentira e mais na realidade que nós vivemos hoje onde muitas as pessoas que teve contato dentro dos movimentos sociais com a educação popular sabem identificar uma notícia falsa de uma verdade, porque a gente aprendeu a ler a realidade (Semente de Crioula, 2025).

Na análise das memórias e relatos de resistência da entrevistada Semente Crioula, percebe-se que a compreensão de educação vai muito além do ambiente formal da sala de aula. Para ela, a verdadeira aprendizagem está relacionada ao estudo da própria realidade, prática central nos princípios da educação popular solidária, dos movimentos sociais e das comunidades. Nesse contexto, a educação é concebida como um processo coletivo, em que o apoio mútuo entre as pessoas fortalece a busca por melhorias para a coletividade.

A educação popular solidária destaca-se por proporcionar um espaço em que as pessoas se apoiam e se fortalecem mutuamente. Essa abordagem não apenas prepara as pessoas para enfrentar o mundo, mas também promove a formação de uma consciência crítica, ensinando a

analisar e interpretar a realidade social de maneira profunda. Assim, a educação popular permite que cada pessoa seja capaz de “ler o mundo”, compreendendo as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que afetam sua vida cotidiana.

O aspecto mais marcante presente nos depoimentos das mulheres se deu quando questionadas sobre como foi seu processo escolar formal e como elas viam a educação popular, especialmente nas falas de Semente de Resistência e de outras entrevistadas: o caráter emancipador da educação popular. Esse tipo de educação não apenas transmite conteúdos, mas também estimula a leitura crítica da realidade e a busca por autonomia. Trata-se de um processo que incentiva o questionamento das estruturas estabelecidas e fortalece a luta por transformação social.

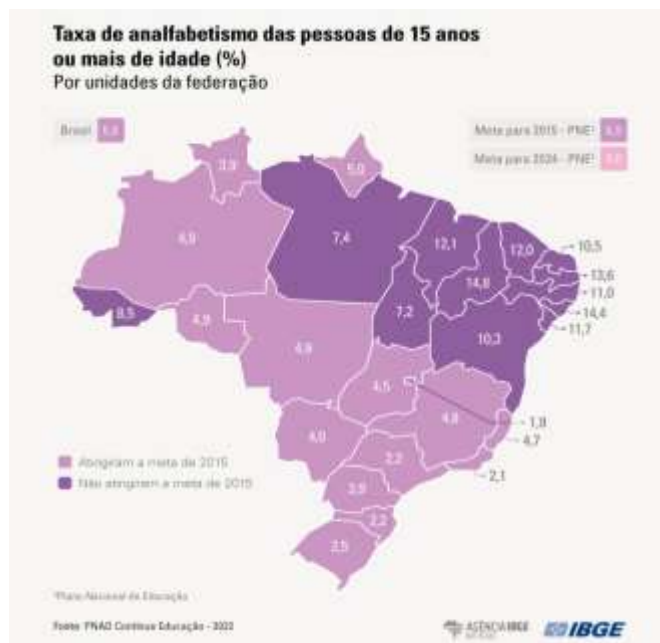
Apesar da importância da educação formal para o povo, as entrevistas revelam que, se ela continuar ignorando as diferentes realidades vividas por camponesas e trabalhadores, o acesso escolar permanecerá repleto de obstáculos. A ausência do reconhecimento das singularidades e necessidades das populações do campo transforma o percurso educacional em uma jornada ainda mais difícil, marcada por barreiras e exclusão.

Portanto, a incorporação dos princípios da educação popular na escola formal é fundamental para garantir que o acesso à educação seja, de fato, um instrumento de emancipação e construção coletiva, permitindo que todas as pessoas possam se reconhecer e se fortalecer no processo educativo.

Para fundamentar o que foi dito por elas, trazendo ainda mais elementos sobre esses desafios, apresentam-se aqui dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), gerados por meio do módulo anual de Educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), em 2023¹⁷, referente a 2022. Alagoas tem mais de 360 mil pessoas declaradas analfabetas, ou seja, que não sabem ler ou escrever sequer o próprio nome. Observamos, a seguir, o mapa do analfabetismo no Brasil, em 2022, segundo o IBGE.

¹⁷ Para acessar tabela de porcentagem total, ver: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>.

Figura 5 - Mapa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais no Brasil.



Fonte: IBGE (2022).

O levantamento de dados também apresenta que as mulheres são 8% a mais que os homens a estarem na escola dentro da faixa etária. Já a população branca apresenta quase 2% a mais de frequência no mundo da educação formal e escolar, sendo que, populacionalmente, o estado tem mais de 90% da população declarada preta e parda. A diferença no ensino superior chega a 10% a mais para a população branca em relação à população preta e parda.

Cabe ressaltar que 14,4% dessa população compõem o grupo de jovens, o que nos faz questionar sobre que escola estamos construindo, se nosso maior público-alvo está fora dela. Outro ponto para observarmos é que, em Alagoas, mais de 60% da população alagoana se autodeclara preta e parda e, mesmo sendo a maior parte da população, ocupa menos espaços de poder e de acesso ao mundo da educação formal. Isso implica dizer que as marcas de uma história com raízes entrelaçadas no racismo e com base nas decisões políticas por meio de uma oligarquia marcam até os dias atuais.

Então, surge outra pergunta para fazermos uma reflexão: qual o lugar da meritocracia quando as oportunidades nunca foram iguais, muito menos as condições de acesso a esse lugar da escola?

2.4 Avançamos na sociedade quando demarcam os direitos coletivos para as mulheres

Promover a igualdade de gênero e o respeito às diversidades é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todas e todos, considerando-se que,

quando uma mulher avança, toda a sociedade avança junto, não se tratando, contudo, de uma pretensão de superioridade em relação ao gênero oposto. Juntas e juntos, podemos desconstruir essas barreiras e construir um futuro mais igualitário, digno e respeitoso.

Na luta pelos direitos no Brasil, as mulheres sempre estiveram presentes, trazendo à tona demandas que promoveram mudanças para toda a sociedade. Desde muito antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), tema sobre o qual discorreremos mais adiante, por se tratar de uma importante demarcação histórica, e no contexto do movimento de redemocratização do país, diversos direitos destinados às mulheres foram conquistados por meio de intensas lutas até serem assegurados. Tais conquistas constituem marcos dos sonhos, das ousadias e, muitas vezes, do sangue derramado por nossas ancestrais.

Ao demarcarmos os avanços coletivos, podemos considerar que, antes da CF/88, as mulheres ocupavam um espaço bastante limitado no campo dos direitos na sociedade brasileira. Isso se explica pelo fato de que, em uma sociedade patriarcal, suas vidas eram frequentemente determinadas pelos homens. Foi em oposição a essa estrutura social que emergiram propostas de transformação e formas de organização coletiva voltadas à ampliação da participação popular e à democratização do país. Nesse contexto, cabe destacar a participação do Movimento do Batom, também conhecido como *Lobby do Batom*, responsável pelo impulsionamento da criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985. O movimento desempenhou papel fundamental durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88, reunindo mulheres de diversas profissões que se empenharam na ampliação dos direitos sociais, políticos e econômicos no país. Segundo Ana Carolina Tavares Torres e Paula Pinhal de Carlos (2020), esse marco de conquista redefiniu o lugar da mulher no campo dos direitos.

As mulheres conquistaram, na Constituinte de 1988, a igualdade jurídica entre os gêneros, a ampliação dos direitos civis, sociais e econômicos das mulheres, a igualdade de direitos e responsabilidades na família, a definição do princípio da não-discriminação por sexo e raça-etnia, a proibição da discriminação da mulher no mercado de trabalho e o estabelecimento de direitos no campo da anticoncepção (Tavares; Carlos, 2020, p. 30).

De fato, o marco da Constituinte representou importantes avanços no processo de democratização do país, tanto para as mulheres quanto para a ampliação do acesso aos direitos e à educação. Segundo levantamento realizado na plataforma do Senado Federal, antes da Constituição de 1988, eram raros os dispositivos legais que previam o reconhecimento de direitos às mulheres. Entre esses poucos direitos, podemos destacar quatro, sendo um deles o direito à frequência escolar, aspecto sobre o qual já discorreremos anteriormente.

Quadro 3 - Demarcação de direitos para as mulheres antes da constituição federal de 1998.

Marco	Demarcação dos direitos para as mulheres antes da Constituição Federal de 1988 no Brasil
1827	A mulher passou a frequentar a escola com a Lei Geral.
1946	O direito de as mulheres votarem e serem votadas.
1962	A mulher passou a não mais precisar da autorização do marido para trabalhar fora receber herança, comprar ou vender imóveis, assinar documentos e até viajar com o Estatuto da Mulher Casada.
1962	O matrimônio deixou de ser indissolúvel com a Lei do Divórcio.

Fonte: A autora (2024).

Refletindo atualmente, parece absurdo que tais demarcações só foram concedidas na Constituição e por leis refletindo sobre essa realidade na atualidade, parece absurdo que tais demarcações tenham sido conquistadas e asseguradas por meio da Constituição e de outras legislações somente após intensas lutas empreendidas pelas mulheres e por grupos socialmente organizados. Ao mesmo tempo, porém, podemos refletir sobre tantas outras questões já discutidas nesta tese que também se mostram absurdas, a exemplo do próprio sistema econômico capitalista, que ainda se configura sobre as raízes de uma herança marcada pela dominação e pela exploração.

Por muito tempo, o intelecto da mulher foi considerado inferior, uma ideia estabelecida desde o Brasil Colônia e que ainda se mantém presente na atualidade, quando somos colocadas na condição de “sexo frágil” ou quando simplesmente se mercantiliza o Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, transformando-o em uma data de homenagens e presentes e, muitas vezes, mascarando as violências e opressões às quais somos submetidas cotidianamente. Sobre essa questão, discorreremos em outro momento desta tese. Por ora, voltemos às análises que demarcam as conquistas de direitos das mulheres e, consequentemente, os avanços alcançados pela sociedade como um todo.

É a partir da CF/88 que o Brasil dá mais alguns passos em direção à ampliação dos direitos coletivos das mulheres. Cabe reforçar que se trata de uma Constituição emblemática, marcada pela luta popular em defesa dos direitos sociais e coletivos, bem como pela própria restauração da democracia.¹⁸ Para as organizações sociais, a Constituição de 1988 representa a luta pela dignidade de viver e pelo reconhecimento do povo como sujeito que deve ser visto e

¹⁸ Para além do significado grego, em que a palavra democracia teria tido sua origem *demokratia*, composta por *demos* (que significa "povo") e *kratos* (que significa "poder" ou "forma de governo"). Se configurando em governo do povo. Virginia Fonte escreve que “[...] A democracia denota na atualidade ao mesmo tempo um conjunto de reivindicações e uma forma institucional, muitas vezes conflitantes” (Fontes, 2016, p. 190).

respeitado em sua humanidade, constituindo, assim, um importante marco do processo de redemocratização do país.

Mas o que é a Constituição e qual é o seu peso no modelo de governo democrático brasileiro? Depois de 21 anos de ditadura militar, o Brasil promulgou, em 1988, a Constituição Federal. A Constituição é a lei fundamental do país e nela estão estabelecidos os princípios e as normas que regem a organização e o funcionamento do Estado brasileiro. O país, que vinha sendo governado sob um regime ditatorial, retomou, com a Constituição de 1988, os fundamentos do Estado Democrático de Direito e da República Federativa presidencialista, com a organização do poder estatal entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Embora independentes, esses Poderes devem atuar de forma harmônica, submetendo-se a mecanismos de controle e fiscalização recíprocos.

Por outro lado, a democracia também constitui um regime de governo, porém, diferentemente da ditadura, fundamenta-se na soberania popular e na participação da população na vida política. No modelo democrático brasileiro, parte significativa dessa participação ocorre por meio das eleições, pelas quais a população exerce o direito de escolher suas representações políticas e seus governantes. Entretanto, a existência de instituições democráticas e do sufrágio não significa, por si só, que a democracia tenha produzido igualdade social. Mesmo com a redemocratização, podemos observar que o lugar das mulheres e da população negra e pobre continua marcado por lutas cotidianas pela ocupação de espaços de poder, pelo reconhecimento de direitos e pelo enfrentamento de estruturas que sustentam desigualdades, entre elas o discurso da meritocracia.

A redemocratização nasce como um movimento de resistência ao período da ditadura militar no Brasil, instaurada em 1964, com o golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart, e encerrada politicamente em 1985. Nesse processo, diferentes movimentos sociais, organizações políticas, entidades da sociedade civil e setores da população brasileira atuaram na luta pela retomada das liberdades democráticas e pela ampliação dos direitos sociais. Foi nesse contexto de enfrentamento e organização popular que se constituiu o processo que culminaria na promulgação da CF/88, compreendida como um importante símbolo das conquistas de direitos e da luta contra injustiças sociais e opressões que atravessaram a história brasileira e que se intensificaram durante o período ditatorial.

Durante a ditadura, o Brasil passou por um período marcado pela restrição das liberdades civis e políticas e por graves violações de direitos humanos, com violências atravessadas por questões políticas, de gênero, raça e classe. Esse período deixou vítimas em diferentes âmbitos, entre presas e presos políticos, exiladas e exilados, além de pessoas assassinadas e desaparecidas, muitas das quais permanecem sem que seus corpos tenham sido

localizados ou que suas histórias tenham recebido o devido reconhecimento. Entre as pessoas perseguidas e exiladas pelo regime esteve o patrono da educação brasileira, Paulo Freire, acompanhado de sua esposa, Elsa Maria. Elsa, que também desenvolveu importante trajetória no campo da educação e da arte-educação, foi exilada juntamente com Paulo Freire e faleceu em 1986 (Giovanaz, 2021, *online*).

A perseguição política foi uma das marcas mais violentas do período da ditadura. Segundo dados da Comissão Nacional da Verdade, foram reconhecidas 434 pessoas como mortas ou desaparecidas por razões políticas no período investigado pela Comissão. Mesmo sob a sombra da opressão e durante o exílio, Paulo Freire não deixou de desenvolver e difundir uma concepção de educação popular libertadora. Como Leonardo Boff escreveu no prefácio de *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*: “Paulo Freire não ficou ilhado em seu universo nordestino, brasileiro e latino-americano. Foi em busca dos oprimidos e oprimidas em todas as partes da terra” (Boff, 2011, p. 11).

Ou seja, o pensamento freiriano atravessou as fronteiras impostas pela opressão geopolítica e por uma ditadura que perseguiu, torturou, matou e fez desaparecer pessoas. A busca pela transformação social e pela construção de uma educação popular foi e continua sendo uma ideia que se realiza como práxis, como movimento permanente de reflexão e ação. A libertação defendida pela educação popular, portanto, não se restringe a uma nação, mas se projeta como uma possibilidade de transformação para a humanidade. É composta por uma esperança revolucionária e por uma mística que transcende fronteiras físicas, ao mesmo tempo em que se constrói na organização coletiva e na ação do povo. Assim, a história também se apresenta como caminho para que não nos esqueçamos das violências vividas e, sobretudo, para que reafirmemos a importância de um princípio que precisa permanecer vivo: “Ditadura nunca mais”.

Cabe lembrar, ainda, que a transição do regime ditatorial para a redemocratização brasileira ocorreu em meio a contradições e disputas em torno da memória, da justiça e da responsabilização pelos crimes cometidos durante a ditadura. Nesse contexto, a Lei da Anistia (Lei nº 6.683/1979) desempenhou papel importante no processo de transição política, mas também se tornou objeto de intensos debates, especialmente por seus efeitos sobre a responsabilização por graves violações de direitos humanos cometidas durante o regime. Desse modo, a anistia pode ser compreendida não apenas como um instrumento de abertura política, mas também como parte de um processo marcado por tensões entre o direito à memória, à verdade e à justiça e a tentativa de silenciamento de determinados crimes e responsabilidades. Nesse sentido, retomamos o problema da alteridade, uma vez que, mais uma vez, determinadas experiências, sujeitos e memórias podem ser relegados à margem do reconhecimento social.

Segundo Silva Filho (2012), a anistia brasileira, enquanto lei, contribuiu para lançar “um espesso véu de esquecimento” sobre os crimes contra a humanidade cometidos pelos agentes da ditadura.

Desde que foi editada, a Lei de Anistia de 1979 tem servido para impedir o reconhecimento, a memória e a possibilidade do arrependimento público, estimulando, portanto, a repetição da violência pela atuação das forças de segurança pública, o negacionismo dos crimes contra a humanidade cometidos e a impunidade como cultura institucional. É preciso, não obstante, repudiar a Anistia como exercício de esquecimento de crimes contra a humanidade (Silva Filho, 2012, p. 8).

É interessante pensar que a Lei da Anistia pode ser compreendida como uma espécie de “faca de dois gumes”, pois, de um lado, atendia às reivindicações de setores da sociedade que lutavam pelo retorno das liberdades, pela recuperação de direitos e pela possibilidade de retorno das pessoas perseguidas e exiladas pelo regime, alimentando o sonho da redemocratização. De outro, a amplitude da anistia também alcançou agentes do Estado envolvidos em graves violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura, produzindo efeitos que, até hoje, são objeto de disputas no campo da memória, da justiça e da responsabilização. Assim, a mesma lei que representou, para muitos, uma conquista no processo de abertura política também contribuiu para limitar a responsabilização por crimes cometidos durante o regime ditatorial. Nessa linha de raciocínio, tem-se que:

O fato é que quando a sociedade reivindicava e buscava a anistia naquele momento histórico, o objetivo desejado, isto é, o perdão invocado, era em prol dos presos, exilados e cassados, como dito acima, visando-se a possibilidade de que tais pessoas pudessem voltar a gozar dos direitos que lhes haviam sido tolhidos. Entretanto, o governo ditatorial daquele momento, ao conceder a anistia, aproveitou a oportunidade para beneficiar também os agentes do Estado, que cometeram não apenas crimes políticos durante a ditadura, mas também crimes comuns conexos àqueles (Pereira, 2020, p. 144).

A maior lição que podemos extrair dessa história é que não podemos nos esquecer das injustiças cometidas e de que alguns direitos acabam confrontando o sistema, que, por sua vez, pode se mostrar oportunista e apropriar-se, limitar ou ressignificar determinadas conquistas. Afinal, nem sempre aqueles que lutam pela demarcação e garantia de determinados direitos são os mesmos que conseguem usufruir plenamente deles.

É nesse sentido que, dentro das lutas de classe e do processo de redemocratização, a Constituição Federal de 1988 demarca a participação popular, bem como visibiliza a luta das mulheres como parte da luta mais ampla por direitos, como saúde, educação e uma vida digna. Com a Constituição e a elaboração da nova Carta Magna, promulgada em 5 de outubro de 1988, o país abre novas possibilidades para a construção de políticas públicas e para a garantia de

direitos da classe trabalhadora e, conseqüentemente, também das mulheres. Algumas demarcações históricas de muita relevância para as mulheres brasileiras são:

Quadro 4 - Demarcação de direitos para as mulheres após a Constituição Federal de 1998.

Marco	Demarcação de direitos ¹⁹ das mulheres a partir da CF- 88
1988	O artigo 7º inciso XXX da Constituição Federal estabelece que é proibida a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil. Ainda na CF de 88 as camponesas do Brasil são reconhecidas enquanto categoria de trabalhadoras.
1990	O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece igualdade de condições do pai e da mãe no exercício do pátrio poder.
1991	Aprovada a lei nº 8.213, de 24 de julho, Lei de Benefícios da Previdência Social.
1992	Ocorreu a regulamentação da implementação sobre os/as segurados/as especiais, com a garantia de aposentadoria para as mulheres trabalhadoras rurais aos 55 anos.
1993	É regulamentado o direito ao salário-maternidade para as mulheres trabalhadoras rurais.
2002	A falta de virgindade deixou de ser motivo para anular o casamento.
2005	O termo "mulher honesta" foi retirado do Código Penal.
2006	A Lei Maria da Penha protege as mulheres contra a violência física, psicológica, moral, sexual e patrimonial.
2015	A Lei do Feminicídio torna crime hediondo o assassinato de mulheres decorrente de violência doméstica ou discriminação de gênero.
2015	A Lei 13.112 dá às mães o direito de registrar filhos no cartório sem a presença do pai.
2015	Código Penal Brasileiro incluiu, a partir da Lei nº 13.142/2015, o feminicídio como crime de homicídio praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.
2018	Criminalização da importunação sexual (Lei 13.718/2018).
2019	Prioridade de divórcio para vítimas de violência doméstica (Lei 13.894/2019).
2021	2021: Tipificação do crime de violência psicológica contra a mulher (Lei 14.188/21).
2022	Entra em vigor lei de distribuição gratuita de absorventes a estudantes dos ensinos fundamental e médio, mulheres em situação de vulnerabilidade e presidiárias (Lei 14.214/21).
2023	Entra em vigor lei que dispensa aval do cônjuge em procedimentos de esterilização feminina (Lei 14.443/22).

¹⁹ Fonte dos levantamentos de dados com marco das conquistas dos direitos das mulheres no Brasil - página oficial do Senado federal

2023	Alteração da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica de Saúde), ampliando os direitos das mulheres no acompanhamento e nos atendimentos realizados pelos serviços de saúde públicos e privados (Lei 14.737/2023).
2024	Mulheres vítimas de violência passam a ter direito a atendimento reservado no SUS pela lei em vigor pela Alteração da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre o atendimento de mulheres vítimas de violência em ambiente privativo e individualizado nos serviços de saúde prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde (Lei 14.847/2024).
2024-2026	Consolidação e ampliação de direitos das mulheres - Aperfeiçoamento das leis de combate à violência de gênero; - Regulamentação da igualdade salarial - Ampliação dos direitos reprodutivos e da autonomia corporal - Fortalecimento da proteção em ambientes digitais - Expansão das políticas de saúde da mulher no SUS

Fonte: A autora (2026).

Ao observar o esquema temporal da conquista de direitos, podemos afirmar que a sociedade avança coletivamente quando reconhece e assegura direitos às mulheres. Entretanto, essa perspectiva também nos conduz à reflexão de que tais conquistas são construídas a longo prazo e, em sua maioria, são marcadas por episódios históricos que provocam revoltas e mobilizações sociais, como ocorreu com a garantia do direito a acompanhante durante atendimentos de saúde, tanto nos serviços públicos quanto nos privados, estabelecida pela Lei nº 14.737/2023. A legislação foi instituída em um contexto de ampla repercussão de casos e denúncias de violência sexual praticada por profissionais de saúde contra mulheres durante procedimentos, consultas e outros atendimentos que deveriam, sobretudo, constituir espaços de acolhimento, cuidado e proteção.

Levantamentos feitos pelo portal *The Intercept*, apresentados em 2019, mostram que, em estudos realizados em 9 estados brasileiros, foram registrados 1.734 casos do tipo no período de 5 anos de 2014 a 2019, apenas em serviços de saúde. Desses atos de violência, 1.239 registros são de estupros e 495 de casos de práticas como assédio sexual e violação sexual mediante fraude. A pesquisa realizada pelo *The Intercept*²⁰, por Bruna de Lara em 2019, ainda aponta questões críticas sobre a falta de punição aos atuentes, bem como a fragilidade que ainda temos nas redes de proteção.

Com esses dados, nosso apontamento segue na direção da importância de um currículo educacional que rompa com os paradigmas sociais e nos possibilite avançar na valorização e na visibilização das desigualdades de gênero, compreendendo-as como parte do processo histórico de construção dos direitos. Cada vez mais, torna-se evidente que a violência de gênero reflete

²⁰ O levantamento de dados de abusos e estupros apresentados pelo *The intercept* podem ser acessados por completo no canal: <https://www.intercept.com.br/2019/04/28/estupros-servicos-saude/>

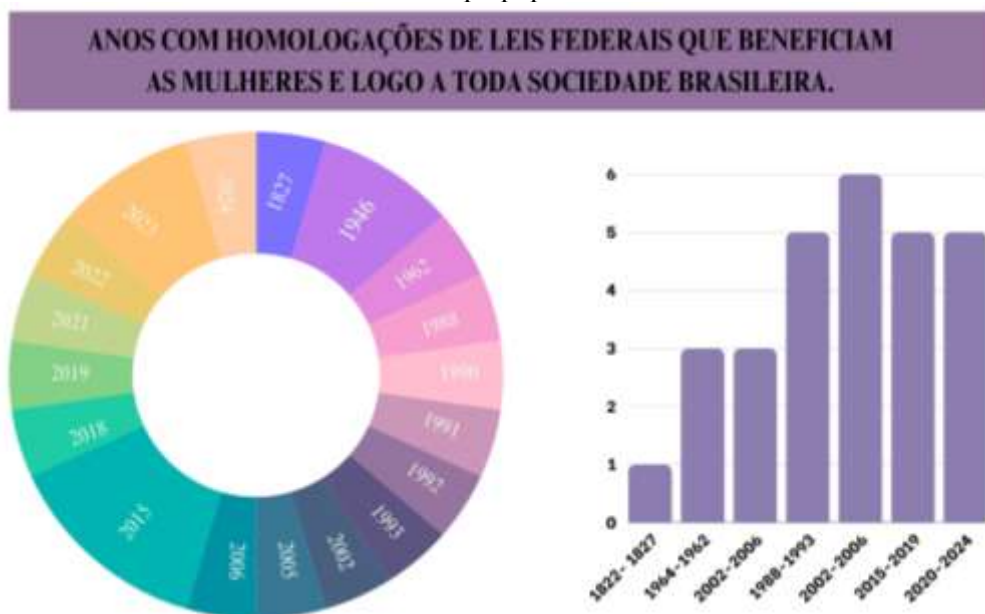
diretamente as estruturas patriarcais e a ideologia machista que, historicamente, vêm definindo papéis sociais e relações de poder entre homens e mulheres.

A cada direito conquistado e demarcado na história do Brasil para a vida das mulheres, avançamos também na luta pelos direitos coletivos, caminhando em direção à construção de uma sociedade mais justa como um todo. Somos um povo que resiste para existir, e as mulheres, na condição de alteridade, tornam-se sujeitos de existência e resistência, demarcando a construção coletiva da vida em uma sociedade patriarcal e machista, a mesma sociedade que ousa nos definir enquanto mulheres como frágeis e sem lugar social, político e cultural que não seja o lugar do cuidado.

Essa realidade permanece presente até os dias atuais, como discute Angela Davis em *Mulheres, cultura e política* (2017). Embora a autora aborde, em grande parte, o contexto dos anos 1980 e início dos anos 1990, as lutas apresentadas permanecem atuais, especialmente quando pensamos nas mulheres indígenas, pretas, pardas e periféricas. Nesse sentido, Davis afirma: “Nossas famílias não podem ser salvas, a menos que consigamos preservar nosso direito de ganhar a vida de forma digna em condições de igualdade e a menos que possamos exercer nosso direito de tomar decisões políticas na esfera eleitoral” (DAVIS, 2017, p. 81).

Será que um dia viveremos sem precisar travar tantas batalhas por direitos, direitos que deveriam ser assegurados a todas e todos simplesmente por nossa condição humana?

Gráfico 1 - Direitos consolidados pelas mulheres ao longo do tempo em suas lutas e organizações no campo popular.



Fonte: A autora (2024).

É evidente, desde as tabelas até a representação gráfica, que ainda há um longo caminho a percorrer na conquista de direitos coletivos para as mulheres. Considerando que a luta pelos direitos das mulheres é um processo contínuo e marcado por intervalos históricos, alguns deles alarmantes, se olharmos para o período compreendido entre 1822, ano da “independência” do Brasil, e 1827, percebemos que apenas uma lei contemplava as mulheres e, mesmo assim, restringia-se às mulheres da elite, que puderam ter acesso às escolas. Levou-se mais de um século para que as mulheres conquistassem o direito ao voto. Na trajetória dos direitos mais amplos para as mulheres, contabilizamos quatro antes da Constituição e dezenove após a promulgação da Constituição Federal de 1988, muitos dos quais ainda carecem de efetivação e cumprimento, conforme estabelecido pela legislação.

Na história da educação e do Brasil, nós, mulheres, sempre fomos reunindo as peças na demarcação dos direitos, coletando as migalhas e repartindo entre *nosoutras*. Passamos pela colonização brutal, que matou nossos povos tradicionais; por um Brasil sob o domínio da Coroa, que escravizou povos vindos de outros continentes; e por uma ditadura que matou e torturou aqueles que ousaram pensar em transformação por meio da democratização.

Agora, imaginemos: se para a sociedade como um todo a conquista de direitos sempre foi difícil, quão desafiador não é esse processo para as mulheres dos povos do campo, das florestas e das águas? Para as mulheres camponesas, esse percurso é ainda mais árduo, sendo marcado pela “[...] persistência, pelo enfrentamento e pelos conflitos contra as entranhas do patriarcado presentes no Estado, nas instituições, no parlamento e até nos sindicatos e movimentos populares” (Munari; Cibelli; Cordeiro, 2020, p. 39).

De acordo com Carmen Lorenzoni, Iridieni Gracielli Seibert e Zenaide Collet (2020), a história do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é um caminho composto por inúmeras narrativas que se unem na busca por autonomia e na esperança de construir uma nova sociedade. A cada passo, surgem desafios e conflitos que questionam o papel da mulher, mas, certamente, a organicidade é tão essencial para o progresso quanto a educação e as lutas sociais. Assim, “[...] à medida que nos organizamos, aos poucos, fomos dando outros significados aos espaços em que atuávamos. Foram tempos de aprendizados, conflitos em que questionávamos o papel da mulher/mãe submissa, obediente, servidora” (Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020, p. 15).

Estes direitos são essenciais para assegurar a igualdade e o bem-estar de todas as mulheres no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais equitativa e inclusiva. A batalha persiste para que tais direitos sejam respeitados, efetivados e ampliados, fomentando, progressivamente, a igualdade de gênero em nossa sociedade.

Como Mari Margarete dos Santos Forster destacou em 2019, ao explorar as obras de Paulo Freire, torna-se evidente que elas oferecem caminhos para refletirmos sobre a autonomia em um processo de liderança e organização das massas. Isso ocorre por meio de uma pedagogia transformadora e de uma escola que desenvolve a consciência crítica. Embora a competência técnica seja necessária, por si só, ela não resolve as questões relacionadas à opressão, à hegemonia e aos privilégios das classes e raças opressoras. Afinal, “[...] conhecer e transformar não constitui dualidade da ação educativa, mas aspectos distintos de uma mesma unidade, mediante a práxis histórica do ser humano, por sua vez indica um tempo de possibilidades e não de determinismos” (Forster, 2019, p. 176). A partir dessa contribuição, podemos afirmar que a transformação ocorre no movimento entre reflexão, ação e teoria, sendo o movimento das lutas de massa um dos campos mais potentes para a produção de conhecimento e para a transformação da realidade.

2.5 Entre a mística e a história de organicidade pedagógica e popular, nasce o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC

Através de uma análise histórica, é possível perceber o contínuo avanço e engajamento das mulheres nos processos de organização e formação na luta por seus direitos. A trajetória de resistência e união das mulheres trabalhadoras tem se fortalecido ao longo dos anos, conforme evidenciam as conquistas históricas de direitos. No contexto das camponesas, é notável o esforço para superar preconceitos e violências presentes no ambiente doméstico, nas lutas sociais, no ambiente de trabalho e em outras esferas. Algumas dessas batalhas deram origem a movimentos e organizações feministas populares que tiveram papel significativo na luta pela autonomia e pela ampliação dos direitos das mulheres, como é o caso do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, vivíamos a efervescência da luta pela reabertura política e pela redemocratização do país. A força histórica das Ligas Camponesas e das lutas de resistência contribuiu para que diversas ferramentas de organização popular fossem sendo construídas, sob uma tríade de pensamento e teoria emancipacionista, articulada a partir da Teologia da Libertação, da Filosofia da Libertação e da Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, nas quais as mulheres atuavam fortemente. As mulheres camponesas, pouco a pouco, conforme apontado no livro *Feminismo Camponês Popular*, vão compreendendo a necessidade de participar cada vez mais das lutas sociais para construir uma outra realidade.

Sabe, lá atrás, o “Resistir para existir”? Bem, gradativamente, as camponesas, em sua diversidade, vão se tornando unidade e, organizadas, passam a perceber a necessidade de

romper as barreiras da intolerância, as barreiras impostas pela opressão. Nesse processo, percebem-se inseridas na disputa e, por que não dizer, na necessidade de encarar os conflitos relacionados àquilo que lhes foi naturalizado, mas que, na verdade, revela a invisibilidade de suas presenças nos espaços de poder e, conseqüentemente, a invisibilidade de suas pautas na luta pela conquista e demarcação de seus direitos na história.

É esse processo de se descobrir parte da história, presente nos escritos organizados pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que as conduz à necessidade de organização coletiva das trabalhadoras do campo

[...] Um dos primeiros encontros de reuniões de grupos de mulheres data de 1982 no MMTR/BA [...] relatando a luta pela participação sindical, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), na luta por saúde e direitos das mulheres camponesas contra a grilagem de terras (Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020, p. 15).

Mas é a partir do marco de sua consolidação como movimento nacional, em uma chamada nacional para as lutas, realizada em 1º de maio de 1983, que os grupos de mulheres foram se fortalecendo e ampliando sua atuação nos municípios e nos estados, demarcando suas lutas, fortalecendo a organização coletiva, formando lideranças e ampliando a compreensão sobre o momento histórico que se vivenciava.

Um fato histórico chama atenção nesse período da história para a efervescência da organicidade das mulheres, que é o assassinato da sindicalista Margarida Alves²¹, no dia 12 de agosto de 1983, na Paraíba. Ela foi assassinada sobre os comandos de latifundiários da região, como um recado que dizia “se calem”. Porém, Margarida já tinha plantado a semente do “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”, frase que se tornaria lema das lutas das mulheres contra as violências e opressões do sistema opressor, que se configura nas facetas de ser machista, racista e patriarcal. Em sua memória, o MMC nas lutas de articulações nacional, criou o canto: “Da luta não fujo, na luta continuaremos!”, também conhecido por “Entrei na luta”:

Entrei na luta - (Música MMC)

Entrei na luta, da luta eu não fujo.
Pelos direitos, da luta eu não fujo.
Pela igualdade, da luta eu não fujo.
Prá construir uma nova sociedade.
A flor na terra desabrocha e floresce.
O sol aquece com seu brilho e esplendor.
Chegou o tempo de colher os nossos frutos.
Que juntos plantamos e regamos com amor.

²¹ Para saber mais sobre a história de Margarida Alves, indica-se ler: “MARGARIDA ALVES”. Disponível em: <http://www.fundacaomargaridaalves.org.br/homenagens/>.

A mulher explorada da cidade e da roça.
 Acredita sempre na sua força de união,
 Se organiza reclamando seus direitos,
 Perde a vergonha, luta com fé e decisão.

E, como narra a canção, as mulheres se fazem na história e não fogem da luta, pois acreditam na unidade contra a exploração que ocorre no campo e na cidade. Ainda segundo Lorenzoni, Seibert e Collet (2020), em 1986, mulheres trabalhadoras rurais de todas as cinco regiões do Brasil se encontraram, entre os dias 25 e 28 de novembro, em Barueri (SP), onde pautaram e reivindicaram direitos no processo de redemocratização do Brasil, incluindo a solicitação do reconhecimento dessa categoria perante a legislação como trabalhadoras e, consequentemente, o direito à aposentadoria.

Desde então, foram muitos os espaços, os encontros e as construções movidas pela leitura de mundo que demarca as questões de classe, gênero e raça/etnia. Entre os anos 1980 e 1990, as mulheres se organizavam em diferentes frentes, mas, em especial, moviam-se pelo desejo de justiça e pelo reconhecimento e pela visibilidade de seu trabalho e de seus direitos. Ainda segundo a perspectiva apresentada no livro *Feminismo Camponês Popular*, os anos 2000 foram marcados pela efervescência da organização camponesa, sendo notória, nessa janela temporal, a movimentação para a nacionalização da organicidade feminista camponesa, com encontros entre articulações e movimentos de trabalhadoras rurais, juntamente com pastorais e movimentos sociais do campo.

Dos muitos processos, nasce a consolidação do Movimento de Mulheres Camponesas, em 2004. A unificação “[...] se concretizou, de 5 a 8 de março do ano citado, em Brasília, durante congresso de consolidação do Movimento Autônomo de Mulheres Camponesas (MMC do Brasil), com aproximadamente 15.000 mulheres camponesas” (Lorenzoni; Seibert, 2020, p. 22). A pauta da unidade na diversidade de ser mulher baseava-se na afirmação de um movimento feminista, camponês, popular e autônomo, com expressão e caráter nacional. Assim, surgiam imbricações entre as pautas e as diversas organizações de trabalhadoras rurais provenientes de diferentes movimentos organizados nos estados e que possuíam nomenclaturas distintas, unificando-se em um único movimento: o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC).

Motivadas pela bandeira do reconhecimento e da valorização das trabalhadoras rurais, desencadeamos lutas como a libertação das mulheres, a luta de gênero, de classe e de raça/etnia, o reconhecimento profissional, a sindicalização, a documentação, os direitos previdenciários, a participação política, a luta pela terra e pela reforma agrária, a educação formal, entre outras.

Ainda nesse processo, construímos a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), entendendo a necessidade de fortalecer a participação política das mulheres nos espaços de decisão e na luta pelos direitos, articulando-nos também com os movimentos feministas urbanos, pois sempre defendemos a unidade das mulheres trabalhadoras. Nesse momento, constrói-se um processo contínuo e coletivo, fortalecido cada vez mais pelas lutas, pela formação, pela organicidade, pelo trabalho de base, pela comunicação e pela articulação das ações entre o campo e a cidade.

A consolidação do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC) é notável, conforme evidenciado no livro *Feminismo Camponês Popular*, publicado em 2019, já mencionado anteriormente. Originado por meio de um trabalho de base, o MMC mobilizou mulheres camponesas de diversas localidades em prol da construção de uma sociedade equitativa, na qual a emancipação das mulheres é compreendida como obra de suas próprias mãos, que tecem uma nova história, sendo essencial para a transformação social. A tenacidade e a determinação das mulheres camponesas têm desempenhado papel fundamental na luta pela igualdade de gênero, pela educação popular e pela defesa dos direitos das mulheres rurais e camponesas ao longo da história.

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), baseado nos pilares de Organização, Formação e Luta, tem ampliado sua visibilidade e influência, promovendo a conscientização sobre questões de gênero e reforçando a importância da educação popular enquanto práxis política no contexto da educação social. Nesse processo, articula pautas relacionadas aos direitos, à saúde e à autonomia, que perpassam questões econômicas e de autoestima das mulheres do campo, das águas e das florestas.

Através de ações coletivas e mobilizações, o MMC tem contribuído para a edificação de uma sociedade mais equitativa e inclusiva, na qual todas as mulheres possam usufruir de uma vida digna e ser respeitadas em seus diferentes espaços de atuação.

A história e o legado deste movimento constituem fonte de inspiração para a luta contínua em prol dos direitos das mulheres em todos os âmbitos sociais, o que implica um processo de dialética democrática e participação coletiva, com o povo e para o povo, buscando compreender o mundo e realizar sua leitura, pois, como já afirmava Paulo Freire em *Pedagogia da esperança*, a leitura de mundo transcende a leitura da palavra, mas nem por isso a leitura da palavra deixa de ser importante no processo de transformação, formação e conscientização coletiva. A educação popular, portanto, caminha junto e de mãos dadas com os rumos das mudanças sociais em favor da coletividade. Aqui entra o peso da corresponsabilidade coletiva com a alteridade, mas também com a ontologia do ser que somos.

Em um dos cantos populares do movimento em questão, as mulheres abordam a dificuldade de ocupar os espaços de decisão, as questões econômicas e as dificuldades logísticas de deslocamento, aspectos que, no período atual, nem deveriam mais estar sendo pautados, por já constituírem direitos consolidados, mas cuja realidade, na prática, ainda se apresenta de maneira diferente. *A Viagem*, canção popular, conta que sair é difícil, chegar também, mas, quando se chega, é preciso lutar para permanecer: “Achei difícil a viagem até aqui, mas eu cheguei, mas eu cheguei”. E é com esse olhar para o chegar, ficar, ocupar e resistir que, a seguir, traremos mais elementos sobre a construção do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), compreendendo-o como um movimento contínuo de organização, formação e luta.

2.6 Nascido do desejo de transformação - o MMC se torna semente de uma missão coletiva por libertação e contra as violências

A missão do MMC é apresentada em seus espaços de atuação e em seus documentos, como o estatuto disponibilizado em seu site, como parte de um processo de libertação que envolve “[...] a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de violência, a construção do projeto popular de agricultura camponesa agroecológica feminista e a transformação da sociedade”. Nessa missão reside a simbologia da mística, que se constitui como uma tríade em nossa pesquisa, uma vez que abordamos questões relacionadas à educação popular, ao Feminismo Camponês Popular e à mística enquanto ferramentas de libertação e construção da autonomia nos movimentos populares.

Partimos da ideia e sentimento que evoca a própria palavra mística, valendo-nos da percepção que nos leva a encontrar os significados inerentes aos nossos processos de luta, organização e trabalho de base [...] A Mística que move nossas vidas encontrasse na possibilidade de perguntar sobre a razão de nossos viveres. [...] Para nós do MCC, a mística se alimenta de muitas fontes. A política, a religião, a estética/ética da vida, a pedagogia libertadora, a economia camponesa e feminista, entre outras (Mezadri *et al.*, 2020, p.172-173).

De acordo com o histórico do movimento, existe um entrelaçamento entre as lutas, as conquistas de direitos, a organicidade dos grupos de trabalho e o processo de formação, alimentado pela mística, em que o maior dos valores não é descrito como uma conquista, mas, sim, como o próprio processo, como meio pelo qual “[...] a vida vale a luta e a luta vale a vida” (Mezadri *et al.*, 2020, p. 171).

Toda essa bagagem de organização das mulheres nas comunidades e nos municípios, associada aos demais movimentos populares, sindicais, pastorais sociais, partidos políticos,

entre outras ações, contribuiu para reafirmar a luta do MMC nos eixos de gênero, classe e raça/etnia. Lutamos pela igualdade nas relações e pertencemos à classe das trabalhadoras e dos trabalhadores. Essa mística também se expressa em símbolos que emergem da práxis enquanto movimento de teoria, ação e reflexão, em um processo contínuo e permanente.

A categoria camponês apresenta, nas obras, o movimento como um modo de vida específico, tradicional e ancestral, caracterizado pela cultura da produção diversificada de alimentos, consorciada com a criação de animais; pela centralidade do trabalho do grupo familiar; pela inserção diferenciada no mercado, por meio de relações sociais e econômicas que visam garantir a reprodução do grupo familiar e do modo de produção, possibilitando renda e autonomia; e pelo desenvolvimento de relações diferenciadas entre as pessoas e o ambiente, em uma lógica de coprodução, ou seja, considerando o encontro entre o social e o natural em uma interação contínua, marcada pela transformação mútua das pessoas e da natureza.

Além disso, entendemos que o campesinato está enraizado e profundamente inserido nos territórios. Possui dinâmicas socioprodutivas e culturais específicas, bem como relações de sociabilidade e reciprocidade, com pluralidade de práticas e vivências marcadas pelas regionalidades deste nosso diverso e múltiplo Brasil. Compreende uma unidade produtiva camponesa que, por um lado, dedica-se à produção agrícola e artesanal autônoma, com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares de autossustento e, por outro, comercializa parte de sua produção para garantir recursos necessários à aquisição de produtos e serviços que não produz.

Compreender a unidade produtiva camponesa, especialmente ao abordar o campesinato em Alagoas e, por extensão, no Brasil, implica reconhecer que este espaço defendido pelos movimentos sociais, e em particular pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), também se relaciona a experiências históricas de organização e resistência construídas por populações negras, entre as quais se destacam os grandes quilombos. O Quilombo dos Palmares se destaca nesse contexto, sendo temido pelos colonizadores devido à sua notória força, articulação política e organização produtiva.

Segundo o pesquisador alagoano Cícero Ferreira de Albuquerque, na obra *Campesinato e migração em Alagoas* (2017), a experiência campesina trazida pelos negros da África foi fundamental para a produção e a construção do campesinato que sustentou o Brasil Colônia e, portanto, também contribuiu para a configuração do campesinato presente nas organizações sociais aqui trabalhadas. No contexto de uma sociedade escravocrata, os negros foram tanto escravizados quanto camponeses. O registro da presença campesina negra no período da escravidão vai além de confirmar que essas pessoas plantavam para a própria subsistência ou que sua produção estava subordinada à estratégia senhorial de retenção da mão de obra

escravizada. Existem registros de que os escravizados produziam tanto para seu próprio consumo quanto para o mercado. Na obra, ele escreve:

A experiência campesina trazida pelos negros da África foi importante na produção que alimentou o Brasil colônia. No seio sociedade escravocrata, os negros foram escravos e camponeses. Entretanto, registrar a presença campesina do negro no período da escravidão é mais do que atestar que eles plantavam para a própria subsistência ou que sua produção moldava-se na estratégia senhorial de retenção da mão de obra escrava no interior de suas propriedades. Fatos são os registros de que os escravos produziam para o próprio consumo e para o mercado. Os palmarinos eram conhecidos por seus inimigos não só pela capacidade de luta e organização política e militar, mas também pela grande vocação para o trabalho. O governador pernambucano Pedro de Almeida, por exemplo, os descreve como "grandemente trabalhadores". A agricultura era a principal atividade e por meio dela faziam estoques para os períodos de guerra e inverno. A fraqueza dos palmarinos eram as suas roças (Albuquerque, 2017, p. 57).

Na referida obra, encontramos elementos de suma importância acerca da organização dos palmarinos, habitantes do Quilombo dos Palmares. Como se pode notar na citação, eram reconhecidos por seus adversários não apenas pela capacidade de luta e pela organização política e militar, mas, especialmente, pelo trabalho desenvolvido na agricultura. A agricultura ali praticada distanciava-se dos modelos de monocultura reproduzidos pelos colonizadores. Diferentemente disso, os palmarinos desenvolviam, em seus territórios, uma policultura camponesa, marcada pela diversidade produtiva em pequenos espaços geograficamente delimitados. Essa diversidade possibilitava a produção de alimentos, a organização de estoques para períodos de guerra e de inverno e, também, a comercialização de excedentes. No entanto, essa fortaleza quilombola era vista, conforme destacado por Albuquerque, como uma ameaça, pois, como sabemos, ninguém vive sem comida.

Nesse sentido, é possível afirmar que, nos quilombos palmarinos, a partir de nosso olhar para a educação popular e para a mística, encontram-se experiências de construção e sistematização de saberes e conhecimentos produzidos pelo povo e para o povo, fundamentadas na formação, na organização e nas lutas. As práticas de produção camponesa oriundas do continente africano foram adaptadas e reconfiguradas para atender às necessidades dos territórios quilombolas, oferecendo lições valiosas acerca do uso do espaço, do aproveitamento da terra e da multiplicação de sementes, saberes que, ressignificados em diferentes contextos, permanecem presentes em práticas desenvolvidas por movimentos como o MMC.

Sendo o Movimento de Mulheres Camponesas compreendido como continuidade de uma perspectiva de campesinato e de organização popular em Alagoas, e considerando os quilombos como espaços históricos de produção, circulação e resistência de saberes, podemos compreender essas experiências como formas de educação popular construídas muito antes da

sistematização da educação libertadora empreendida por Paulo Freire, especialmente a partir da década de 1960. A partir dessa perspectiva, podemos entender um pouco mais dessa organização de mulheres que se coloca como um movimento autônomo e nacional, convictas de que “[...] a libertação da mulher é obra da própria mulher” em movimento, assim como os quilombos compreendiam que a libertação da escravidão deveria ser construída pelas mãos do próprio povo negro organizado, e não concedida pelos opressores.

É notável, nos escritos presentes em obras como o livro *Feminismo Camponês Popular* (2020), a descrição dessa diversidade na unidade que constitui um movimento nacional, partindo da perspectiva de que as mulheres, em sua diversidade de camponesas, nos territórios do campo, das florestas e das águas, são dirigentes de ações coletivas na busca por direitos. Seus posicionamentos se colocam em oposição às estruturas de um sistema capitalista, patriarcal e racista que historicamente explora, oprime e discrimina. Em diálogo com as ideias apresentadas por Heleieth Saffioti, no livro *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, tem-se que:

[...] A ideia de que a missão da mulher é o casamento e a procriação conduziu não propriamente a qualificação da força de trabalho feminina, mas a uma especialização que destina às mulheres das camadas intermediárias da sociedade às ocupações subalternas, mal remuneradas e sem perspectivas de produção. As famílias proletárias, por sua vez, e na medida de suas possibilidades, adotam, num simulacro de prestígio, a ideologia da classe dominante: a mulher deve ser exclusivamente dona da casa, guardiã do lar. E as próprias mulheres, em sua maioria têm de si próprias uma imagem cujo componente básico é um destino social profundamente determinado pelo sexo (Saffioti, 2013 p. 95).

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), por meio de uma concepção de educação popular baseada em uma mística coletiva, vem buscando, ao longo dos anos, construir sentidos de autonomia para as mulheres, tendo, nas marcas da história e na luta por direitos, possibilidades de galgar novos caminhos e rumos em direção a uma sociedade socialmente livre e justa.

Ao contrariar a lógica dominante de um sistema que fere a vida das mulheres por meio de uma ideologia patriarcal, racista e classista, pode-se afirmar que o MMC estabelece um significado político e epistemológico a partir do tripé da formação, da organização e da luta popular, constituindo-se como um movimento que, corajosamente, luta pela libertação de todas as formas de violência e opressão e pela conquista de direitos coletivos.

Através da unidade nacional de um movimento que segue na perspectiva de ser autônomo e organizado em torno da luta de gênero, articulado às lutas da classe popular, tornam-se visíveis as ações e batalhas das mulheres, que estão em constante processo de

transformação na busca pela transformação social. Nesse movimento, a necessidade de avançar nas lutas específicas e amplas constitui-se como meio de ação, desafiando o sistema opressor e hegemônico que se apresenta nas diferentes esferas de decisão e poder do Estado, mas também no campo ideológico, que reproduz formas de opressão contra as mulheres e a classe trabalhadora. Com base nas teorias apresentadas anteriormente e na análise dos marcos temporais das diferentes estruturas de poder, pode-se afirmar que as mulheres camponesas, no âmbito da luta por direitos e da construção de processos de educação popular, têm construído possibilidades de avanços progressistas para as classes trabalhadoras.

Mulheres que, com coragem e determinação, e até mesmo à custa de sacrifícios emocionais e físicos, organizam-se em coletivos, sindicatos e movimentos sociais, reivindicando direitos e construindo redes de solidariedade que se fortalecem a cada dia. Suas vozes ecoam nas ruas, nas praças e nas assembleias, clamando por justiça, igualdade e reconhecimento. Elas enfrentam não apenas as barreiras impostas pela sociedade patriarcal, mas também os desafios internos de suas próprias comunidades, questionando preconceitos e promovendo processos de inclusão e transformação.

As conquistas, embora muitas vezes alcançadas com grande sacrifício, são celebradas como vitórias coletivas, reforçando a importância da união e da resistência. A luta dessas mulheres inspira novas gerações a seguir caminhos de transformação, mostrando que a mudança é possível e necessária. Cada pequena vitória representa um passo a mais rumo a uma sociedade mais justa e igualitária, na qual todas as pessoas possam viver com dignidade e respeito.

Em meio a essa jornada, a educação e a conscientização tornam-se ferramentas poderosas, capazes de transformar mentalidades e romper ciclos de opressão. Projetos educacionais, campanhas de sensibilização e programas de capacitação são implementados com o objetivo de fortalecer a autonomia das mulheres e oferecer-lhes condições e ferramentas para que sejam protagonistas de suas próprias histórias.

Assim, a luta das mulheres não é apenas uma luta por direitos, mas uma luta histórica que considera as relações de poder e busca formas de reinventar e valorizar aquilo que é popular e se vincula a uma ideologia libertadora, constituindo-se também como uma batalha por reconhecimento, visibilidade e respeito. É um movimento que, ao desafiar as estruturas opressoras, constrói novas formas de convivência e solidariedade, apontando para um futuro mais inclusivo e humano.

Partindo do olhar sobre a história e sobre a luta pela construção participativa de uma educação crítica e transformadora, na obra *Educação na cidade*, Paulo Freire nos alerta para o papel político e crítico da história como possibilidade de transformação e mudança, ao trazer a

necessidade de superação do elitismo e do autoritarismo nos diferentes tempos históricos. “É precisamente porque é histórica, dando-se história e sendo vivida por seres históricos que, ao fazê-la, de certa forma se refazem, que as formas de pôr em prática a pedagogia do oprimido como a do opressor variam no tempo e no espaço” (Freire, 2000, p. 72).

Observando-se o percurso histórico de se refazer e enfrentar as estruturas de opressão, independentemente de sermos educadoras e educadores nas relações formais ou não formais, pode-se afirmar que a caminhada pela transformação social, coletiva e de classe se faz no campo da ação, mas também nas disputas de ideias. Isso nos leva a afirmar que é notório o processo de formação e construção de uma identidade social enquanto mulheres, enquanto camponesas e enquanto movimento, que traz consigo a identidade de ser Popular (por ser do povo e para o povo), Feminista (por ser constituído por mulheres e assumir uma perspectiva de gênero) e Camponês (pela identidade de classe trabalhadora nos mais diversos territórios do campo, das águas e das florestas, incluindo também as periferias). Trata-se de um movimento que busca fortalecer e ampliar as histórias das lutas das mulheres trabalhadoras do Brasil, da América Latina, do Caribe e do mundo, na construção de alianças entre campo e cidade por meio da articulação com outras organizações, a exemplo da Coordenação Latino-Americana de Organizações Camponesas (CLOC) e da Via Campesina.

Neste sentido, o “Feminismo Camponês Popular” no MMC expressa uma elaboração teórica, prática e coletiva da nossa compreensão de um projeto de vida e de sociedade. Ele diz respeito ao nosso modo de vida, baseado no projeto de agricultura camponesa agroecológica feminista, mas é também um projeto de transformação, pois busca construir as bases para uma sociedade sem classes, anticapitalista, antipatriarcal e antirracista. É a expressão da história construída e vivenciada pelas mulheres camponesas, pois é nesse contexto que as mulheres do campo se percebem como sujeitos de direitos e capazes de transformar a realidade.

Uma construção que se faz em diálogo com a história e com a educação popular enquanto ferramentas de libertação, seguindo em processo desde dentro e em diálogo com as construções históricas existentes. É composta por uma diversidade enorme de formas, jeitos, conhecimentos, regionalidades e experiências e se caracteriza como um caminho construído por muitas mãos e pés, muitas cores, sentimentos, vivências e realidades concretas e, portanto, também pedagógicas e formativas.

Trazer nesta tese um pouco da história do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC) desde os anos 1980 é também trazer a filosofia da práxis enquanto ação transformadora, em que as camponesas do Brasil, por meio da mística e da organicidade do povo, constituem uma tentativa de síntese para apresentar um pouco de quem é esse movimento e de quem somos enquanto mulheres de histórias e sonhos, de histórias e lutas.

A frase “em luta, até que todas sejamos livres”, usada por organizações populares de mulheres, ganha significado ao longo da história que já percorremos, marcada por avanços a cada enfrentamento das opressões presentes nas lutas de classe, gênero e raça/etnia. Significados que ecoam como apelos pelo direito a uma vida digna e livre de violência, como evidenciado no lema do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC): “Na sociedade que desejamos, chega de violência contra a mulher”.

Ao reconhecer essa construção que surge da participação popular, não podemos subestimar o simbolismo da mística como ferramenta de educação popular, de coesão coletiva e de construção de narrativas, especialmente no contexto do “Feminismo Camponês Popular”, que busca o avanço da sociedade em termos de qualidade de vida e princípios de equidade que articulam a vida humana à vida da Mãe Terra.

Esses princípios fundamentam o MMC na unidade na diversidade, em prol de um modelo de sociedade contra a violência e a fome, enxergando na agroecologia o emblema da luta pela vida das mulheres e da mãe natureza, em oposição à exploração dos territórios geográficos e dos corpos humanos.

A agroecologia é uma ciência interdisciplinar que reúne e interage com as mais diferentes áreas de conhecimento, valorizando o saber local, o conhecimento popular e tradicional, promovendo, assim, diálogos de saberes, como uma via de mão dupla, de aprendizagens e trocas de saberes constantes (Leff, 2002; Altieri, 2012).

Embora essa seja uma definição conceitual de agroecologia, elaborada pelos autores clássicos acima citados, a pesquisa desta tese, por meio das falas das mulheres entrevistadas, evidencia que o significado da agroecologia na prática cotidiana de sua construção ultrapassa o plano estritamente técnico de uma ciência interdisciplinar, ou seja, ela é o definido, porém sendo mais que o dito. Para as mulheres que fazem a agroecologia, essa é compreendida como uma relação de interdependência entre a vida humana e a natureza, fundada no respeito mútuo, na diversidade, na biodiversidade, na coletividade, na construção compartilhada da existência e na não violência contra a mãe terra e a vida em seu todo. Trata-se, portanto, de um modo de produzir e viver que se articula à vida concreta, pois não há existência dissociada dos processos de produção e reprodução da vida. Nessa direção, a produção agroecológica aparece imbricada a uma ética da corresponsabilidade, do cuidado, da reciprocidade e da defesa da dignidade. Não por acaso, permanece ecoada a fala de Maria Emília no ano de 2018, durante o Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), na plenária de mulheres: “a agroecologia se faz com a construção de valores que significam a emancipação das mulheres, luta permanente contra o racismo e etnocídio. Estamos aqui, acima de tudo, pra dizer que as mulheres estão sempre na vanguarda, nas lideranças e na defesa dos bens comuns”. Tal afirmação sintetiza, com força

política e pedagógica, que a agroecologia, para essas mulheres, não pode ser reduzida a uma técnica produtiva; deve ser compreendida como construção da ciência em diálogo com a unidade dos saberes populares e com a diversidade do existir, afirmando-se como prática de justiça, de cuidado com a vida humana e com a vida da natureza e, logo, de enfrentamento a todas as formas de violência.

Com isso, podemos considerar como os princípios que direcionam o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) são alinhados a um projeto de sociedade com base numa identidade construída no percurso de se fazer na história enquanto sujeitos de direitos coletivos e em prol da coletividade. Mas isso não significa dizer que, por ter determinações e caracterizações ideológicas, estas não precisam ser avaliadas; pelo contrário, é por estarem em consolidação e construções históricas que precisam se manter dentro do movimento de *práxis*, que se faz, como já dito, na soma da teoria, da ação e do processo de reflexão, todos em uma continuidade coletiva e também individual, até porque não existe, na construção da educação popular, um coletivo que nega o ser; é uma unidade na diversidade que se apresenta na história de um movimento que é social, popular e político e, portanto, em disputa de ideologias.

Quadro 5 - As categorias de identidade e caracterização da organicidade do MMC.

Categoria/identidade	Sentido do uso da identificação
Movimento Autônomo:	Quem decide os rumos são as mulheres, organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas;
Movimento democrático e popular	As mulheres decidem os rumos do Movimento e buscam organizar todas as mulheres trabalhadoras do campo, das florestas e das águas.
Movimento de luta popular	Suas pautas de luta, são organizadas para a busca da transformação da sociedade e das relações humanas e estas com a natureza. Bem como ser: Antirracista, antifascista, antipatriarcal - rumo a transformação da sociedade.
Movimento Socialista	Trata-se de uma organização que busca a equidade e prosperidade como bem comum, assim como as responsabilidades para o ambiente em que se vive, onde todas as formas de vida tenham direito de viver com dignidade, justiça e igualdade/equidade.

Fonte: A autora (2024).

Já no campo dos valores, são demarcados compromissos em seu estatuto, disponibilizado no site do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Seus pontos se entrelaçam na concretude de uma *práxis* pedagógica da ação, da reflexão e da teoria, que deve ser entendida como movimento contínuo, em uma articulação constante da teoria com a prática. Como exemplos desses valores, podemos citar:

Quadro 6 - Compromissos coletivos do Movimento de Mulheres Camponesas.

Compromissos e valores coletivos do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC
Responsabilidade individual e coletiva para continuar na luta;
Valorização das diversidades e respeito às diferenças;
Ética, disciplina e relações de afeto;
Assumir as decisões coletivas;
Construção da solidariedade de classe;
Valorização da mulher e do seu trabalho;
Capacidade de indignar-se diante das injustiças, transformando nossa indignação em ação concreta de superação de nossos limites;
Mística revolucionária e feminista;
A recuperação, a multiplicação, a preservação, conservação e cuidado das sementes.

Fonte: A autora (2026).

Todos esses valores, somados à missão, concentram-se em uma pedagogia da libertação que tem como critério primeiro o fortalecimento do Movimento autônomo, o internacionalismo, a igualdade/equidade de direitos, o diálogo e o respeito entre os povos, princípios que alicerçam e dão vida às ações cotidianas, tendo como “alicerce os grupos de base” (Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020, p. 23). Logo, trata-se também de um compromisso com a articulação da história e da luta por direitos, expresso na organização popular em prol de uma sociedade justa e digna para as mulheres e toda a classe trabalhadora.

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) visa à defesa contínua dos direitos coletivos. Ao observar a estrutura da organização, percebe-se que o “Feminismo Camponês Popular” surge e segue sendo construído a partir da história e da luta de classe do povo camponês, bem como da própria história das mulheres e de sua participação na construção da história que nos marca. Isso implica pensar, por exemplo, no que nos coloca a feminista Silvia Federici (2019), em *As mulheres e a caça às bruxas*, ao destacar a existência de uma pressão histórica que produz o medo diante da possibilidade de perda de poder por parte das mulheres. A mulher que, por observar a natureza, era considerada bruxa, bem como a sensualidade, que era associada ao diabólico, enquanto a fé e a religiosidade também contribuíam para colocar o feminino como uma ameaça direta ao poder.

Pode-se dizer, nessa perspectiva, que a caça às bruxas não acabou, mas se reconfigurou no “tornar-se mulher”, no sensível, no subjugamento e na inferiorização intelectual, colocando

a mulher no lugar do cuidado, do fazer por amor, da invisibilização e da submissão. Quando se faz o contrário do que é determinado, as esferas opressoras apresentam suas facetas, e a mulher se torna ameaça e segue sendo vítima de violência sob a lógica desse sistema: “[...] a nova violência contra as mulheres tem sua raiz nas tendências estruturais constitutivas do desenvolvimento capitalista e do poder estatal em todas as épocas” (Federici, 2019, p. 90).

Isso tudo demonstra ainda mais a importância da organicidade coletiva das mulheres, em especial no que tange às configurações do campesinato, como forma de construir uma responsabilidade compartilhada diante da diversidade das histórias e de caminhar em direção às transformações das esferas de poder. Logo, torna-se visível a necessidade dessa construção coletiva em nível continental, materializada no Feminismo Camponês Popular (FCP). Esse feminismo representa verdadeiramente o movimento de práxis, fundado na educação popular e conduzido por uma mística revolucionária de escrever a história com as próprias mãos e de se descobrir feminista dentro da caminhada de luta por justiça.

E, por mais que o nascimento desse feminismo não seja dado nos centros acadêmicos, faz-se necessário ocupá-los, pois se trata de um movimento que nasce do povo, das mulheres em suas diversidades, unidas na diversidade de uma América Latina, constituindo-se como uma teoria necessária ao avanço e à transformação pautados na coletividade. Tanto a concepção de educação popular quanto a do Feminismo Camponês Popular (FCP) nascem da alteridade da América Latina e buscam mobilizar, organizar, formar, refletir e coletivizar a crítica às diferentes formas de opressão, nos diferentes âmbitos: político, econômico e cultural. Logo, não se pode pensar esse feminismo sem o método da educação popular.

O FCP nasce das experiências das mulheres camponesas da América Latina, a partir da luta por transformações concretas em suas vidas enquanto sujeitos de direito e pelo avanço coletivo da classe trabalhadora. Sua principal perspectiva política e ideológica é afirmada na educação popular, como herança da Teologia da Libertação, fundamentada na convicção de que é possível superar a sociedade capitalista e construir uma sociedade justa e, por que não dizer, socialista.

No marco da organicidade e da construção dessa nova sociedade, fundamentada na justiça e na garantia de direitos, e tendo como herança a construção do “Feminismo Camponês Popular”, o artigo “A luta das mulheres camponesas: das invisibilidades para sujeitos de direitos”, de Anna Munarini, Catiane Cinelle e Rosangela Cordeiro, apresenta a premissa maior de que “direitos conquistados devem ser preservados”. Assim, são consideradas conquistas marcantes para o MMC aquelas que foram construídas ao longo da história, quebrando as barreiras do silenciamento e do apagamento histórico, pois, como afirma Paulo Freire (2021a,

p. 188), em *Pedagogia do oprimido*, a humanidade se faz na coletividade “na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”.

Logo, é também cabível afirmar que a educação popular é construída por meio das experiências que se fazem na luta e na transformação cultural, no diálogo dos saberes que se estabelece permanentemente entre as estruturas de base e as lideranças organizativas. Além disso, essa educação se enriquece com a participação ativa da comunidade, na qual cada indivíduo que faz parte da coletividade pode e deve contribuir com suas vivências e conhecimentos singulares.

A troca constante de ideias e práticas promove um ambiente de aprendizado mútuo, fortalecendo os laços sociais, a coesão do grupo e a prática do diálogo permanente. Em relação ao método, observa-se que este se constitui pela articulação coerente entre prática e teoria. Esse processo dinâmico e inclusivo é fundamental para a formação de uma consciência crítica e para a promoção de mudanças significativas na sociedade.

A educação popular, portanto, não é apenas um ato de ensinar e aprender, como ocorre na perspectiva da educação bancária; ela é uma troca permanente que se realiza nos diferentes espaços da sociedade, sendo uma ferramenta poderosa de transformação social que busca a emancipação, a mudança, a coletividade, o pensamento crítico e autocrítico, bem como a autonomia dos sujeitos envolvidos.

Nesse sentido, cabe então dizer que a luta por direitos é fundamentada na luta de classes e que, portanto, constitui-se como uma relação de disputa. Assim sendo, apresentamos as pautas centrais e contínuas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) como pautas que precisam ser preservadas e que não podem sofrer retrocessos, ou seja, são demarcadas como permanentes.

Quadro 7 - Direitos conquistados precisam ser preservados: lutas demarcadas pelo MMC.

Pautas permanentes na luta do Movimento de Mulheres camponesas – MMC
Garantia do direito à Seguridade Social que compõe o SUS (e o acesso a saúde integral - promoção, proteção e recuperação - de qualidade e com atendimento humanizado para todos/as), Previdência Pública, Universal e Solidária e a Assistência Social que assegure e efetive os direitos e benefícios já conquistados das trabalhadoras e trabalhadores, bem como a ampliação de direitos sociais;
Defesa e ampliação das práticas integrativas e complementares de saúde – PICS;
Luta permanente pela defesa da agroecologia - pelo direito humano garantido na constituição ao acesso à alimentação saudável e diversificada;
Reforço da garantia da documentação “Nenhuma mulher trabalhadora rural sem documentos”;
Direito e acesso à educação de qualidade no viés de uma metodologia popular e libertadora, bem como não sexista, sendo do e no campo, em todos os níveis de escolaridade;

Luta contínua pelo direito e acesso à educação popular libertadora, não sexista do e no campo, em todos os níveis;
--

Fonte: A autora (2026).

A busca constante das camponesas pela demarcação das pautas, articulada ao viés da mística revolucionária, pode ser encontrada em diversas temporalidades da construção histórica, mas tem um lugar em que essas pautas são expressas e sentidas. Esse lugar é o das canções que marcam esse processo em movimento contínuo, constituído pela tríade da formação, da organização e da luta. Nesse processo, as letras das canções populares dos movimentos sociais não apenas narram histórias de resistência e perseverança, mas também evocam sentimentos profundos de solidariedade, organização, coletividade e lutas já acontecidas ou ainda por vir.

Cada verso trata de uma marca ou mesmo de uma celebração da vida no campo e dos processos árduos da construção histórica, vivenciados por meio de uma ação pedagógica que se desenvolve no campo da disputa de poderes, mas também da disciplina militante, do compromisso coletivo e da organicidade do movimento. Esses elementos são traduzidos nos versos cantados, que narram as colheitas feitas ao longo do processo histórico da existência enquanto mulheres e que buscam, por meio da luta de massa e do suor das batalhas travadas com coragem, trazer a mensagem de que é preciso ser semente de continuidade.

Esses cantos das organizações sociais camponesas, que também são parte do processo de educação e da construção de uma ideologia de classe, servem como uma ponte entre gerações, transmitindo sabedoria ancestral e renovando a esperança por um futuro mais justo. Em cada melodia, ressoa o eco de vozes que se recusam a ser silenciadas, que se levantam para exigir dignidade e respeito, que não renunciam à esperança e ao sonhar coletivo. Ao entoar essas canções, por meio da mística, as camponesas reafirmam sua identidade e fortalecem seu compromisso com a transformação social, mas também com a construção diária do Feminismo Camponês Popular, mantendo viva a chama da revolução em cada acorde.

Como se pode notar, e conforme indicado nos marcos temporais, promover a construção coletiva da educação popular e a luta por direitos das mulheres em diversos contextos não é uma tarefa simples. É um processo desafiador que precisa considerar as diferenças de privilégios nas discussões sobre gênero e raça. Em *Pequeno manual antirracista* (2019), a pensadora contemporânea Djamila Ribeiro nos relembra que a escola que nos é apresentada é uma escola de brancos, que estende seus braços para o mundo da academia e se surpreende com o fato de mulheres pretas se destacarem mais que homens brancos. Nesse contexto, “[...] elogios podem significar condescendência” (Ribeiro, 2019, p. 27).

E, refletindo nesse lugar, abre-se, aqui, a janela para cantamos nossas dores:

Baião da nova mulher (Arquivo - MMC)

Viva, viva a mulher desta nação
 Que vem gerando no entre a nova semente da libertação
 E vem trazendo no sangue a semente nova da revolução.
 Sertaneja, manhã cedo vai ela sem medo. Já vai trabalhar.
 Trabalho duro suado. Sempre conquistando a duro penar.
 Sai de casa, come nada e sem deixar nada pros filhos comer,
 Volta trazendo um pouquinho o ganho mesquinho, Não dá pra viver.
 Mulher do povo humilhado comprado, enganado em toda nação;
 Mulher do povo ambulante, Tocado a ferro tangido do chão.
 Pode ainda ser diferente se o olho aberto da gente enxergar.
 O mal que mata a pobreza se unindo a certeza a gente lutar.
 Companheira sulina constrói nova sina vamos caminhar
 Ganhando a terra e a rua a força que é tua ninguém vai quebrar.
 Traz teus filhos na praça, na lei ou na raça, a vitória já vem.
 Une o teu braço ao do homem pra vencer a fome e cantar o bem
 Operária da cidade a brutalidade e a lei do patrão.
 Vão ter que ser destruídas tua classe reunida sacode a nação.
 A causa e a luta é comum e o povo é só uma precisa se unir.
 A força nova da vida mesmo perseguida de pé vai sorrir.

Embalada nessa força, mesmo que perseguida, a busca por uma sociedade mais justa continua. Nesse processo de continuidade, não podemos esquecer os constantes momentos de sabotagem e perseguição que, como nos permite compreender Silvia Federici (2019) ao discutir a caça às bruxas, historicamente ressignificaram as mulheres e as colocaram em um lugar de subordinação ao mundo dos homens, dentro e fora de casa. Trata-se de uma perseguição que se manifesta em diferentes esferas de violência e se sustenta nos mecanismos de reprodução do sistema capitalista.

[...] em outras palavras, é de que estamos assistindo a uma escalada da violência contra as mulheres, especialmente afro-descendentes e indígenas nativas, porque a "globalização" é um processo político de recolonização destinado a entregar ao capital o controle inquestionável sobre a riqueza do mundo natural e o trabalho humano, e isso não pode ser alcançado sem atacar as mulheres, que são diretamente responsáveis pela reprodução de suas comunidades (Federici, 2019, p. 94).

Neste debate sobre violência, espaços de poder, relações e sistema opressor apontado por Federici (2019), propomos refletir sobre as opressões e perseguições enfrentadas pelas mulheres que ocupam posições de poder. Um exemplo é o processo que culminou no golpe de Estado contra o governo de Dilma Rousseff, resultado de uma intensa perseguição política e

ideológica que abriu caminho para um cenário de retrocessos nos direitos dos trabalhadores e nas condições de vida das mulheres.

2.7 Golpe de Estado de 2016 e seus retrocessos: a necessidade de reinventar-se na organicidade das mulheres camponesas e de todas as classes trabalhadoras do Brasil

Ao considerar a educação popular como um processo em construção de responsabilidade coletiva, percebe-se que essa perspectiva metodológica, em diálogo com a teoria, concebe a história como uma escola. Nela, aprendemos a interpretar a conjuntura que se manifesta na estrutura das lutas de classes, na qual nos deparamos com a necessidade de discutir os limites do sistema vigente. Aqui, referimo-nos ao sistema capitalista, que impõe uma hegemonia centralizadora do poder patriarcal e branco. Isso se dá porque a dinâmica de violência e poder presente na história do Brasil traz consigo as marcas da colonização, da opressão, do machismo, do racismo e do patriarcado, que limitam as mulheres a espaços de subordinação, como já dito, dentro e fora de casa.

É olhando a questão da participação das mulheres na política e nos espaços decisivos que abrimos mais uma janela temporal, do construir história, ser mulher em articulação como o ser um movimento autônomo como o MMC. Entende-se no movimento de mulheres camponesas que o golpe político contra a Presidenta do Brasil Dilma Rousseff foi maquiado como *impeachment*²² em 2016, quando, na verdade, tratou-se de uma carta marcada pelo machismo e pelo patriarcado no cenário da política de Estado, que resultou em uma onda-avalanche de retrocessos para classe trabalhadora, iniciando com a reforma trabalhista (Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020).

Em outras palavras, as autoras colocam que essa avalanche aconteceu contraditoriamente à democracia, ferindo as garantias estabelecidas pela Constituição de 1988, colocando a conquista dos direitos em risco e indo contra a premissa de que “direitos garantidos devem ser preservados”. As autoras, já citadas anteriormente, denunciam que as mudanças na legislação atingem os direitos da classe trabalhadora e, em especial, os direitos e as condições necessárias para que as mulheres camponesas possam viver com dignidade. Assim, enquanto

²² Em seu sentido literal, *impeachment* representa um tipo de processo instaurado com base em denúncia de crime de responsabilidade contra alta autoridade do poder executivo (p.ex., presidente da República, governadores, prefeitos) ou do poder judiciário (p.ex., ministros do S.T.F.), cuja sentença é da alçada do poder legislativo. Mas aqui a questão que fica é qual crise?

luta e resistência, é rememorado o significado de organização política e feminista da Brigada²³ Loiva Rubenich, em 2019, que se colocou contra a reforma da previdência.

A Brigada Loiva Rubenich representou um marco histórico significativo na luta. Nesse sentido, seria coerente afirmar que o MMC é um movimento de luta por libertação que vem atuando há mais de 40 anos na perspectiva de garantir a participação e a valorização das mulheres em todos os espaços da sociedade, além de incentivar sua participação política nos espaços de construção de um projeto popular. Mas falar em projeto popular, educação popular e conquistas por direitos também nos abre um campo de reflexão sobre momentos mais tensos da história, marcados por retrocessos. É justamente contra esses retrocessos que a organicidade popular das mulheres e da classe trabalhadora se constitui e mantém viva a esperança para o enfrentamento.

Iniciada em abril de 2019, a Brigada se manteve ativa durante todo o processo de tramitação da reforma da Previdência no Congresso Nacional, cujas votações foram concluídas em outubro do mesmo ano. Durante esse período, o MMC exerceu pressão sobre o Poder Legislativo, realizando atos e mobilizações em conjunto com outras organizações rurais e urbanas, feministas, sindicais e partidárias, em oposição à reforma. O MMC percorreu os gabinetes da Câmara e do Senado, argumentando, com base na experiência das camponesas, que a reforma proposta pelo governo Bolsonaro retiraria direitos da classe trabalhadora, afetando especialmente as mulheres.

Em sua luta incansável, a Brigada Loiva, nomeada em homenagem a uma destacada ativista, conseguiu, apesar das adversidades e dos impactos negativos da reforma para a classe trabalhadora, retirar alguns aspectos considerados cruciais da proposta. Na Câmara, foi assegurada a exclusão da proposta dos Títulos de Capitalização e a manutenção da idade mínima de aposentadoria em 55 anos para as mulheres. No Senado, um dos êxitos foi a retirada do Benefício de Prestação Continuada (BPC) do texto da reforma.

Espaços como o da Brigada demonstram o enfrentamento contínuo das mulheres na ocupação de espaços de poder e na conquista de direitos para a classe trabalhadora, em meio a uma onda de lutas que se travou no período que nomeamos de golpe e pós-golpe, já sob um governo de orientação neoliberal. Segundo a autora Ariani de Oliveira Lima (2021, p. 28), o golpe contra Dilma “foi uma jogada de mestre! Achavam-se os culpados para os crimes de corrupção e ainda ganhava de brinde a presidência do Brasil”.

O golpe não é um evento aleatório, nem desprovido de uma explicação lógica; ele reflete conflitos de interesses e uma luta pelo poder. É fortalecido por uma ideologia dominante que

²³ Ver mais dos espaços da brigada Loiva nos canais do Movimento de Mulheres Camponesas, facebook, instagram e youtube, por exemplo: <https://www.youtube.com/watch?v=UBjqVGxPDt0>

viola os direitos historicamente conquistados pelas mulheres e restringe sua participação nos espaços de poder, constituindo-se em mais um ato de violência contra as mulheres produzido pelas estruturas do sistema em vigor. A narrativa de que o Partido dos Trabalhadores (PT) era o culpado também se estendeu às pessoas que o construíam. Nesse ínterim, a representação da criminalidade e, mais do que isso, a promoção de um discurso antipolítico dentro da própria política como estratégia para alcançar o poder nos deixam em alerta para uma questão: como é possível, afinal, conceber a governança fora do âmbito político em uma democracia? É realmente possível estabelecer um governo à margem da política quando o próprio ato de governar democraticamente se fundamenta no poder decisório do povo? Muitas questões podem emergir deste ponto sobre o impeachment do governo de Dilma Rousseff, mas a mais evidente é a violência estrutural e de gênero dirigida às mulheres.

Durante seu mandato como presidenta do Brasil, Dilma Rousseff foi alvo de chacotas e violência, com sua imagem sendo utilizada para desqualificar a mulher, e seu corpo transformado em objeto de campanhas explícitas de violência sexual. Quem poderia esquecer o adesivo de abastecimento de gasolina²⁴? Se fosse um homem a ocupar o comando do governo, como o vice-presidente que assumiu o poder após o impeachment, qual teria sido a reação diante da imagem de um homem branco ocupando a Presidência da República? Teria ele sido igualmente associado à figura de um “vampiro”?²⁵

O golpe carrega uma conotação de machismo e parte de um sistema patriarcal que, ao atacar a presidenta, sinalizou o início de uma nova onda de moralismo e ataques contra as mulheres, que se tornaram ainda mais evidentes durante o governo de Jair Messias Bolsonaro. Eleito em um contexto contraditório, marcado por uma campanha que negava a política, a democracia e a própria concepção de governo para o povo, Bolsonaro chegou ao poder por meio das vias institucionais de um regime democrático. São tantas as contradições.

Desde o impeachment de Dilma até a eleição de Bolsonaro, em 2018, e sua posse em 2019, políticas fundamentais de direitos foram desmanteladas, incluindo alterações na previdência social, mudanças na educação e no processo de ensino, além de congelamentos de gastos e investimentos no setor público. Simultaneamente, houve uma flexibilização das políticas ambientais e medidas de favorecimento e renegociação de dívidas corporativas. Isso

²⁴ Alguns canais de comunicação questionaram a relação de misoginia contra a presidenta, e em todas era notório o desconforto que em sua maioria, foram escritos de mulheres que também se sentiam violentadas na onda de ódio. Uma verdadeira violência contra as mulheres. Para saber mais acesse: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/adesivos-misoginos-sao-a-nova-moda-contradilma/203888136> ou <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/governo-denuncia-adesivo-com-ofensa-sexual-a-dilma,33f5fa7ff225c4a3d42f654bee769de9s9leRCRD.html>.

²⁵ Na contramão quando um homem, que tomou o poder, foi chamado de vampiro: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/temer-e-retratado-como-vampiro-neoliberal-na-sa>

culminou em uma gestão de risco e de crise ineficaz pelo governo Jair Messias Bolsonaro, com a ausência de políticas públicas efetivas de abastecimento e proteção social, inflação e graves problemas no sistema de saúde, além da ausência de políticas de emergência adequadas durante a pandemia de Covid-19, iniciada em 2020 no Brasil, deixando a população desprotegida.

Mas o que essa janela temporal do golpe de Estado tem a ver com o nosso processo de pensar a construção de uma educação popular articulada aos processos de conquista dos direitos ou mesmo com a reflexão sobre a transformação? Tudo. Pois lembremos que a história pode ser, como já foi, uma escola, da qual não podemos nos afastar em um estado de anestesia histórica, como nos alertou Paulo Freire em *Educação e política* (2021b).

Às vezes, a violência dos opressores e sua dominação se fazem tão profundas que geram em grandes setores das classes populares a elas submetidas uma espécie de cansaço existencial que, por sua vez, está associado ou se alonga no que venho chamando de anestesia histórica, em que se perde a ideia do amanhã como projeto. O amanhã virá o hoje repetindo-se, o hoje violento e perverso de sempre. O hoje do ontem, das bisavós, dos avôs, dos pais, dos filhos e das filhas destes que virão depois.

Daí, a necessidade de uma séria e rigorosa "leitura do mundo", que não prescinde, pelo contrário, exige uma séria e rigorosa leitura de textos; bem como a necessidade de competência científica que não existe por ela e para ela, mas a serviço de algo e de alguém, portanto, contra algo e contra alguém. Logo, tem-se a necessidade da intervenção competente e democrática do educador nas situações dramáticas em que os grupos populares, demitidos da vida, estão como se tivessem perdido o seu endereço no mundo; explorados e oprimidos a tal ponto que até a identidade lhes foi expropriada (Freire, 2021b).

Nesse sentido, entre os muitos retrocessos dessa avalanche que alcançou o Brasil no âmbito dos direitos coletivos e dos direitos humanos, entendidos como “direitos *inerentes* a cada pessoa, [...] também chamados de direitos coletivos [...], pois os direitos humanos formam uma unidade orgânica que reflete a própria unidade individual das pessoas” (Alfonsin, 2026, p. 223), destacam-se aqueles relacionados à segurança alimentar e à proteção social, especialmente quando o país voltou ao mapa da fome durante o governo Bolsonaro. Logo, torna-se de extrema importância a pauta da organicidade coletiva, que se costura como fundamental no debate político e educacional, exigindo rigor e constante atualização diante da conjuntura, o que torna essencial uma leitura ampla do mundo.

E, inclusive, nesse contexto de retorno ao mapa da fome, experienciamos a solidariedade do povo com o povo, contra o negacionismo do governo brasileiro. Comunidades, organizações sociais, grupos de mulheres, instituições não governamentais, dentre tantas outras, tiveram que

atuar em meio ao caos e contra a fome, organizando-se em diversas frentes para distribuir alimentos e debater a importância da soberania popular.

Durante o recorte do período da pandemia, é inegável que não se realizou uma gestão democrática voltada à defesa da vida, contrariando dispositivos legais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estabelece, em seu Artigo III, que “Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. Contudo, no que se refere ao período em questão, não se evidenciaram preocupações ou tentativas suficientes de garantir e assegurar o direito à vida do povo trabalhador, ou melhor, das massas que ainda precisavam se colocar em risco para trabalhar e garantir a própria sobrevivência.

Esse movimento de solidariedade não só mitigou a fome das pessoas atingidas pela crise, mas também fortaleceu a luta de classe e trouxe de volta a importância do debate e da formação de base no eixo da construção coletiva da consciência crítica, promovendo laços populares e, ao mesmo tempo, trazendo à tona o sentimento de pertencimento ao trabalho coletivo e à esperança de transformação. Ecoou, nesse momento da história, a mensagem do “Ninguém solta a mão de ninguém”, mas também as vozes das mulheres com a mensagem do “Fora Genocida”.

É também nesse cenário de esperança transformadora que o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) lança uma campanha de sementes, reafirmando a necessidade de políticas públicas para a produção de alimentos saudáveis, bem como denunciando a fome crescente no país e reivindicando a necessidade de um projeto popular com pautas voltadas à educação, à coletividade e aos debates de gênero, raça e classe.

2.8 Em meio aos retrocessos nasce no MMC uma campanha nacional de sementes que implica organização, da formação e das lutas das mulheres camponesas do Brasil nos processos construtivos e de base na educação popular

A história das mulheres com as sementes é tão antiga quanto a própria história da humanidade e está diretamente relacionada ao surgimento da agricultura no mundo, processo reconhecido como um dos marcos do desenvolvimento das sociedades humanas. Foi o olhar atento das mulheres para a natureza que possibilitou os primeiros passos daquilo que hoje chamamos de agricultura. O processo de coleta e cultivo de sementes logo se tornou indispensável à existência humana, como já apontado por diversas pesquisas e reafirmado pela pesquisadora Laura De Biase (2007):

Desde o surgimento da agricultura a mulher, provedora de vida, é a representação simbólica da fertilidade de terra (a “mãe terra”) e identificação direta da prática agrícola, momento este em que o humano percebe a possibilidade de germinação da semente em contato com o solo” (Biase, 2007, p. 3).

Embasadas na relação íntima da mulher com a terra, no tecer o esperançar no presente por meio da prática agrícola e no escrever nossa própria história enquanto mulheres que constroem histórias dentro do processo da Educação Popular, que se constitui no tripé da organização, da formação e das lutas, nós, mulheres organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/Brasil), lançamos, em 2020, a *Campanha Nacional Sementes de Resistência: Camponesas Semeando Esperança e Tecendo Transformação* (CNSR).

Cabe ressaltar que a campanha foi lançada em um período crítico da história do Brasil, marcado tanto pelas crises econômicas mundiais quanto pela eleição de Jair Bolsonaro, representante do neoconservadorismo, à Presidência da República. Essa eleição, mesmo antes de ser anunciada, já era percebida por nós, mulheres, como uma ameaça à vida do povo e das classes trabalhadoras, por representar, em nossa perspectiva, o avanço de violências e opressões, com intensificação das estruturas do racismo e do machismo.

Lançar a campanha de sementes em meio à pandemia, no ano de 2020, teve caráter de denúncia, por ocorrer em meio às crises que se apresentavam nas esferas econômica, social, política e ambiental. Para o MMC, a articulação das mulheres por meio da campanha expressa uma denúncia ao sistema explorador e anuncia um projeto de sociedade, o que constitui um ato revolucionário: “Produzir e lutar por alimentos saudáveis, nesse sistema capitalista e patriarcal num contexto de golpe, que só pensa no lucro, é revolucionário” (Lorenzoni; Seibert; Collet, 2020, p. 28).

A experiência de viver a pandemia sem uma gestão democrática de governo atravessará gerações, haja vista que não houve, por parte do presidente da República, uma governança democrática diante das questões relacionadas à crise sanitária da Covid-19. Tratou-se de uma pandemia que, até o final de 2022, havia provocado mais de 600 mil mortes no Brasil, ao mesmo tempo que o “desgoverno” já mencionado tratava a doença como “mimimi”²⁶.

Não foram criadas políticas de investimento em ações de fortalecimento do abastecimento alimentar e de fortalecimento da produção camponesa e familiar, como no caso

²⁶ Em um dos pronunciamentos do presidente Bolsonaro durante a pandemia, enquanto milhares de lares era devastado pela dor e perda das pessoas amadas com a morte provocada pelo vírus ele colocou: “Chega de frescura, vão ficar chorando até quando?”, pergunta Bolsonaro enquanto criticou as medidas de isolamento social para combater a covid-19. Enfatizando que era tempo de normalizar as coisas “Temos que enfrentar os problemas”, o evento acontecia no dia 04.mar.2021, onde ainda não tinha nem liberação de vacina para todos os públicos, já que ela foi sendo aplicada por escalas de idade e naquele momento o Brasil já batia o número de quase 2mil vítimas fatais do vírus e de uma política de genocídio. Ver vídeo em: <https://www.youtube.com/watch?v=emzGs0ir7Ig>.

da Lei Assis, cuja ementa dispõe sobre “[...] medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares e camponesa do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências” (Senado, 2020).

Enquanto medidas eram vetadas pela Presidência da República e políticas públicas de combate à fome no Brasil eram negadas, contraditoriamente, fortaleciam-se políticas voltadas ao capital e ao agronegócio, com suas práticas de destruição e apropriação de nossos territórios e bens naturais, atingindo principalmente as mulheres, por meio de políticas que aprofundavam a morte, a fome e a miséria, como podemos observar detalhadamente na cartilha *Brasil, do flagelo da fome ao futuro agroecológico*, da Associação Nacional de Agroecologia (ANA), lançada em 2022.

É em meio a esse cenário que o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) lança a *Campanha Nacional de Sementes da Resistência* (CNSR), configurando-se, naquele contexto, como uma ação de resistência, um verdadeiro nadar contra as correntezas, em meio ao que se anunciava como crise sanitária no país. Essa crise, conforme discutido anteriormente, também se relacionava à ausência de uma ação governamental efetivamente voltada à proteção da população. A CNSR foi desenvolvida simbolicamente em todas as regiões do país, em defesa da vida do povo e contra o projeto de morte que atingia as classes trabalhadoras.

Podemos dizer que a campanha de sementes abriu caminhos para a continuidade da luta e para a afirmação da existência das mulheres que, em meio à crise, fortaleceram-se por meio de doações de alimentos, campanhas de solidariedade e distribuição de plantas. A exemplo disso, as camponesas do MMC em Alagoas organizaram ações de distribuição de alimentos e espaços formativos e orientativos, desde dicas de como guardar as sementes até o partilhar²⁷ das ervas medicinais, com o intuito de traduzir e socializar experiências de organização, formação, mística, luta, animação, comunicação e estudos, bem como conhecimentos técnicos e práticos sobre a produção de alimentos saudáveis por meio da agroecologia. Esta, por sua vez, torna-se uma diretriz do método popular e do projeto de vida das mulheres camponesas organizadas no MMC, uma vez que elas articulam o debate sobre a produção agroecológica, a defesa das sementes crioulas, a luta contra todas as formas de violência que ferem seus corpos e territórios e a manutenção da educação popular, mantendo vivos os saberes ancestrais por meio de sua socialização.

A atual campanha do MMC, *Sementes de Resistência*, retoma debates centrais, como a defesa da vida humana e a luta contra a fome produzida pela avareza do latifúndio e do

²⁷ “Mulheres Camponesas de Alagoas doam ervas medicinais e outros produtos para comunidades carentes”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YU4uYTXWAlk&t=0s>.

agronegócio, denunciando as atrocidades do sistema opressor capitalista e anunciando nosso compromisso coletivo com a classe trabalhadora. Além disso, demonstra nossa capacidade e potência na produção de alimentos saudáveis, na preservação da biodiversidade e na contribuição para a construção da soberania alimentar, em uma articulação social, política e pedagógica, como pode ser observado nos diálogos pedagógicos realizados nos anos de 2021 e 2022, de forma virtual, no contexto da formação das camponesas²⁸.

No caso das sementes crioulas e do tecer o esperançar, a luta organizada das mulheres nesse processo de educação popular representa a organicidade, o anúncio das lutas e de nossas pautas diante das diversas tentativas de silenciamento de nossas vidas ocorridas durante o último período, marcado pelo “desgoverno” de Jair Bolsonaro, ou seja, diante dos muitos retrocessos. Tecer esperanças e transformações constitui-se, assim, em meio de mobilização para romper as amarras estruturais do racismo, do machismo e do patriarcado, que promovem a exploração da Mãe Terra, de nossos corpos e de nossos territórios em nome de um modelo de desenvolvimento rural que, em vez de combater a fome, provoca ainda mais fome, miséria e destruição.

Como princípios e desafios da Campanha Nacional Sementes de Resistência (CNSR), entendemos que é preciso nos manter em unidade, semeando e plantando, bem como regando nossas causas, sonhos e utopias de libertação. Esses princípios se materializam em nosso esperançar, demarcado nas sementes, que são grãos, pessoas, animais, memórias e sementes pessoais e coletivas. A campanha é orientada pelos princípios da educação popular e da solidariedade, desafiando-nos a construir resistência, luta, organização e formação. É uma campanha de combate à fome e ao empobrecimento, constituindo-se como caminho para a preservação da biodiversidade, tanto da natureza quanto da vida humana, na valorização de uma formação que anima a campanha e de uma campanha que anima a formação, no combate e no enfrentamento às violências. Esse movimento se dá circularmente, na prática, no estudo e nas reflexões que conformam a campanha e a própria história do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

E, como podemos notar, no artigo “Sementes de resistência: caminhos para a produção de alimentos saudáveis”, de Edcleide da Rocha Silva e Ana Claudia Rauber, “[...] este processo vem demonstrando que as mulheres camponesas se organizam, engajadas no compromisso em

²⁸ Como forma de se manterem juntas mesmo distante as camponesas durante a pandemia precisaram se reinventar no requisito encontro, os espaços de formação que antes aconteciam nas formações presenciais, agora passavam a acontecer pelas telas dos celulares e computadores, muitas vezes eram gravadas e colocadas nas redes para que assim que possível as camponesas pudessem acompanhar. Um desses espaços recebeu o nome de diálogos Pedagógico, aconteceu por módulos e seus conteúdos estão disponíveis na plataforma de youtube em play liste específica: https://www.youtube.com/playlist?list=PLfKK0_UPA_plb0gNAjQuFSgFUgmroJiVN

defesa da vida e da solidariedade com a com as companheiras compartilhando saberes de nossas ancestralidades” (Silva; Rauber, 2020, p. 100). Isso demonstra que, por meio da organização, da formação e das lutas que atravessam a história do ser mulher e do ser camponesa, elas carregam “[...] no espírito e na vida o DNA da luta em defesa das sementes, dos direitos, da agroecologia, da libertação das mulheres e da classe trabalhadora”, sendo uma “[...] junção de trabalhos históricos do movimento pela libertação das mulheres de toda forma de opressão, dominação e violência” (Silva; Rauber, 2020, p. 101).

Partindo dessa simbologia, que se tornou um marco das místicas das mulheres camponesas no MMC, de ser semente de transformação e de tecer a história para saber quem somos, bem como de reescrever nossa história e demarcar conquistas de direitos ou, ainda, buscar aqueles que nos foram e nos são negados, podemos compreender a missão do movimento em questão como uma missão de libertação das mulheres pelas mãos das próprias sujeitas que promovem a agroecologia pelo viés da educação popular, pautada em um projeto de sociedade justa.

Logo, uma sociedade justa, na perspectiva do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), é aquela que rompe as correntes que nos foram impostas e que se configuram em nossas vidas por meio do patriarcado, do racismo e do machismo.

Sendo o Feminismo Camponês Popular, de raízes latino-americanas, fundamentado na ação coletiva e embasado na metodologia e na mística da educação popular, podemos afirmar que ser semente de transformação, dentro dessa lógica apresentada pelo MMC, constitui uma construção permanente, que exige o fortalecimento das ações coletivas que constroem as pautas sociais e buscam, por meio da articulação entre teoria, ação e reflexão, promover a participação, a visibilidade e o reconhecimento das mulheres como agentes de conhecimento nos diferentes espaços, sejam estes nas roças, nos quintais produtivos, nas ruas e nas periferias, nas redes, nos espaços de poder, na política, na cultura e nas mídias sociais, socializando saberes, valorizando conhecimentos e potencializando a transformação da realidade na esperança de sua superação coletiva, construída em mutirão.

Após tecer toda essa linha de pensamentos, corroborados pelo que foi anteriormente escrito, caminhamos para o próximo eixo discursivo da pesquisa: “Por uma educação transformadora sem o estereótipo de ser guerreira: a mística do ser mulher”. Esse é um lugar possível? A fim de responder a tal indagação e a outras questões que a ela se encontram imbricadas, passamos à construção da seção seguinte da presente tese.

3 POR UMA EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA SEM O ESTEREÓTIPO DE SER GUERREIRA: A MÍSTICA DO SER MULHER

HINO NACIONAL DO MMC.²⁹

Letra: Coordenação Nacional do MMC 2025 Colaborador: Pe. Reneu Zortea Música: Regina Cardozo

a. Somos movimento autônomo,
mulheres camponesas feministas;
Na luta internacionalista
Com Fé conquistamos, vitórias
Está viva em nossa memória.
Ardor, combates que travamos.
Se existimos é porque lutamos,
Nesse chão escrevemos história.

**Somos terra e filhas das sementes
que florescem em luta e união;
na coragem bordamos o chão
Cuidando a vida para sempre.**

b. Guardiãs do saber e da vida;
de mãos dadas somos utopia;
raízes firmes, rebeldia
que germina a revolução.
Força, poesia e canção,
Urbanas, do campo e florestas,
Das águas, preparando a festa
Na Grande Pátria, em construção

c. Projeto de agricultura
As questões ambientais
Fauna, flora e muito mais
É soberania alimentar
Sabedoria ancestral cultivar
Quintais e jardins produtivos,
Comida saudável na mesa
sementes crioulas, sempre preservar.

d. Essa voz que chama as mulheres;
bandeiras mirando o lugar
Camponesa popular
Da luta à re-existência.
Clamamos basta de violência
À mulher e à vida do povo;
É sonho de um mundo novo:
Diversidade, inclusão e ciência

²⁹ Ver live de lançamento e abertura do congresso em canal de Youtube do MMC:
<https://www.youtube.com/watch?v=jaUW-f04ye0&t=7s>

Para iniciar esta sessão, evocamos a mística presente na canção camponesa, o hino do Movimento de Mulheres Camponesas, elaborado especialmente para o segundo congresso nacional. Essa composição traduz, em suas letras e sentimentos, os elementos centrais abordados nesta tese: a organização popular, a mística que fortalece as mulheres do campo e a luta coletiva, pautadas pela preservação das sementes crioulas, pela resistência diante da violência e pelo sonho de um mundo mais justo, diverso e inclusivo. É nessa união entre arte, memória e ação que se fundamenta o protagonismo das mulheres camponesas e a construção de uma educação popular verdadeiramente transformadora.

Neste momento, abriremos as reflexões e argumentações para escrever sobre as perspectivas dessa educação popular enquanto uma educação transformadora, que é escrita pelas mãos da classe trabalhadora e, conseqüentemente, na qual as mulheres camponesas ocupam um lugar de protagonismo, ao mesmo tempo em que queremos quebrar o estereótipo ou mito da guerreira e do guerreiro que vem sendo, historicamente, carregado por uma cobrança, por uma opressão e por um não lugar.

Aqui, também abrimos espaço para a mística, que, diferente do mito, se faz presente no processo de libertação e não no da opressão. Aqui, a mística se constrói enquanto movimento de uma pedagogia da troca de saberes e da demarcação da história que se faz com as próprias mãos.

3.1 Educação popular enquanto ferramenta organizativa da educação transformadora

Já parou para pensar que a vida das mulheres, partindo da perspectiva ocidental, que é a que nos foi dada e a qual herdamos na história do Brasil, vem carregada de mitos e mitologias que colocam a mulher, em sua maioria das vezes, como dependente de um salvador? Ou pior, colocam-nos enquanto mulheres no lugar de objeto, à mercê das decisões, ordens, definições e leis que não foram pensadas para o bem das mulheres, mas para dar conforto a quem vai ter a mulher como propriedade?

Essa visão, impregnada na cultura e nas estruturas sociais, reforça uma lógica patriarcal que historicamente silenciou, invisibilizou e subjugou as mulheres, especialmente as camponesas. O lugar de dependência e de objeto não é apenas uma construção simbólica, mas se materializa em práticas cotidianas, em legislações que negam autonomia e em narrativas que restringem possibilidades de existência plena. Ao reconhecermos esse cenário, colocamo-nos diante do desafio de desconstruir essas mitologias e de criar narrativas nas quais as mulheres

são protagonistas de suas histórias, donas de suas escolhas e construtoras de um futuro mais justo “[...] Trata-se de reconhecer e valorizar o trabalho realizado pelas mulheres, bem como sua participação na geração e apropriação da riqueza social” (Paim; Furtado; Faustino, 2024, p. 40).

É nesse processo de ressignificação que a educação popular se torna ferramenta fundamental para a transformação. Ao promover espaços de diálogo, de troca de saberes e de fortalecimento da consciência coletiva, a educação popular possibilita que as mulheres rompam com o ciclo de opressão e se reconheçam como agentes de mudança. A mística, presente nos movimentos de mulheres camponesas, alimenta essa caminhada, conectando memória, luta e esperança, e evidenciando que a emancipação não se dá apenas nas leis, mas também na vivência diária, na construção de vínculos e na valorização da diversidade.

Portanto, ao romper com os mitos que nos foram impostos, reafirmamos a importância de uma educação popular que se faz pelas mãos das mulheres trabalhadoras do campo, que não apenas resistem e semeiam ou aram a terra, mas reexistem, recriando modos de viver, de cultivar e de educar. A luta pela igualdade, inclusão e justiça é, acima de tudo, uma luta pela demarcação de direitos, é uma luta pela dignidade, pela liberdade e pelo direito de ser protagonista do próprio destino e de não ter nossos destinos selados por leis que apenas reforçam o patriarcado, o machismo e a violência sexual e de gênero.

Quando falamos sobre as leis, estamos traçando caminhos para trazer a necessidade da construção coletiva da luta por direitos, em que demarcamos a vida das camponesas nesse trabalho, ao mesmo tempo em que buscamos olhar para a necessidade da práxis pedagógica da educação popular, pois, embora se saiba que, nos últimos anos, desde o marco da CF de 1988, tenham ocorrido avanços legais na proteção da vida das mulheres, bem como na garantia de direitos legais, entende-se que, mesmo assim, ainda há muito a avançar, como, por exemplo, diante do marco histórico de opressões representado pelo PL 1904.

O Projeto de Lei 1904/2024, conhecido como PL da Gravidez Infantil e do Estupro, propõe modificar o Código Penal para impor a pena de homicídio simples em casos de aborto realizados após 22 semanas de gestação, equiparando, assim, o aborto a homicídio. Isso implica dizer que, mesmo diante dos avanços nas leis brasileiras já estabelecidas, novos projetos podem interferir e modificar a condição de proteção e os direitos já garantidos.

A pergunta que fica é: qual é o papel da educação popular na organicidade coletiva e na defesa dos direitos coletivos para garantir a integridade da vida das mulheres, como elas e nós merecemos?

Bem, mas o que essas questões têm a ver com o processo de Educação Popular enquanto ferramenta organizativa da educação que é transformadora? Ora, tem tudo, pois, se a educação

popular (EP) é um método que se faz para além do espaço físico da escola e se dá com e para o povo, precisamos refletir sobre qual consciência de povo queremos, bem como questionar sobre os vícios que precisamos romper nesse contínuo movimento transformador, em uma mística que se coloca como “preparação das vitórias”, sendo essa mística, como coloca Ademar Bogo (2012), “[...] a consciência do dever militante, a sabedoria que afasta a ignorância e a ingenuidade das relações sociais e políticas. As relações humanas entre homens e mulheres são apreendidas na pertença cotidiana à organização e no fazer do próprio destino” (Bogo, 2012, p. 476-477).

Nesse contexto, é possível afirmar que a mística é um processo de construção da luta transformadora, que se soma aos valores da arte para elevar a consciência crítica, que se torna espelho das ações e semente de força coletiva para a germinação de uma esperança que é revolucionária, fortalecendo-se nas relações humanas. Ao mesmo tempo que germina, se fortalece, rompendo com os mitos de poder e subordinação e fomentando e adubando relações baseadas na liberdade coletiva.

Em meus escritos do mestrado, separamos educação formal de educação não formal e, a partir destes conceitos, trabalhamos a educação popular, uma educação que está tanto dentro do entendido como formal quanto do não formal. Para melhor detalhar a raiz da teoria do conhecimento da educação popular, a pesquisadora (*in memoriam* maio de 2023) Conceição Paludo, escreve:

Concepção de Educação Popular (EP) como campo de conhecimento e como prática educativa se constituiu em exercício permanente de crítica ao sistema societário vigente, assim como de contra-hegemonia ao padrão de sociabilidade por ele difundida. Construída nos processos de luta e resistência das classes populares (Classes populares correspondem à diversidade das frações de classe de pessoas e grupos que, na organização social capitalista, possuem vínculo forte de subalternidade com a forma organizativa da sociedade e, por isso mesmo, condições precarizadas de reprodução da vida em todas as suas dimensões.), é formulada e vivida, na América Latina, enquanto uma concepção educativa que vincula explicitamente a educação e a política, na busca de contribuir para a construção de processos de resistência e para a emancipação humana o que requer uma ordem societária que não seja a regida pelo capital (Paludo, 2015, p. 2019).

A educação, enquanto educação libertadora, vem do diálogo e da construção do povo pelo e para o povo. Ela é conhecimento, aprendizado e reprodução enquanto categoria transformadora. A mística, enquanto ferramenta de transformação, como vamos abordar, também parte dessa construção de emancipação humana. Logo, aqui encontramos o cerne de nossa tese, a saber: não é possível pensar a educação popular sem mística, isso porque elas se complementam.

Paulo Freire, em “Extensão ou comunicação?”, argumenta que, no processo de ensino-aprendizagem, “[...] só aprende verdadeiramente quem se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo reinventá-lo; quem (aquele que) é capaz de aplicar o aprendido-apreendido às situações existenciais concretas” (Freire, 2011, p. 29).

3.1.1 Existe diferença entre mística, encenação/teatro e dinâmicas

Comecemos, pois, reafirmando que sim, existe diferença, e essa diferença é dada na significação, contextualização e uso, seja da mística enquanto ferramenta organizativa da luta popular, do teatro como espaço de ensinar e levar as pessoas ao clímax das emoções, com encenações de fantasia somadas à realidade, seja de atividades de relaxamento, enquanto dinâmicas de reflexão.

A mística na militância é como a força de germinação que existe dentro das sementes. Assim como saem da dormência as gêmulas das sementes, despertam os militantes para a história como sujeitos conscientes de suas funções sociais. Descobrem as potencialidades das mudanças adormecidas nos contextos sociopolíticos e desvendam, na penumbra dos processos, possibilidades de agregar elementos diferenciadores que impulsionam as mudanças sociais (Bogo, 2012, p. 475).

Como podemos notar em Ademar Bogo, a mística é um elemento transformador, mais que isso, ela se torna parte do processo de militância e da consciência crítica para as mudanças sociais, pois é um despertar para esse lugar na história, logo, também está no próprio processo de educação popular.

Sobre os significados, se procuramos em um dicionário acerca do que é teatro, encontraremos, entre as respostas, a de que é espetáculo teatral, uma espécie de montagem, encenação ou representação, e esse pode estar ligado ou não aos fatos da vida real; se buscamos a palavra dinâmica, irá, entre as significações, aparecer que está ligada a um sentido da física que faz parte da mecânica, que estuda o comportamento dos corpos em movimento e a ação das forças que produzem ou modificam seus movimentos, mas também pode ser colocada como estímulo à reflexão de algo. Já a palavra “mística”, quando buscamos seu sentido em dicionários comuns, apenas encontramos o sentido de algo misterioso, o que não deixa de ser.

Todavia, para o papel ao qual colocamos e para o uso que vem sendo feito nos movimentos sociais, a mística é para além do significado expresso em significações de um

dicionário, como, por exemplo, no Dicionário de Filosofia de Japiassú (2011), quando traz que, seguida da significação de mistério:

[...] “mística (lat. *mysticus*, do gr. *mystikós*: relativo aos mistérios) Em um sentido genérico, aquilo que diz respeito ao misticismo, ou que tem um caráter místico. Em um sentido pejorativo, caráter mágico ou misterioso de algo, que exerce fascínio. Ex.: a mística do poder. a mística do artista. A mística como um conjunto de crenças mais ou menos *"transcendentes" ao nível da consciência e das práticas, frequentemente centrado numa representação privilegiada e comandando a ação de um indivíduo ou de um grupo de um modo não-racional. Os místicos são pessoas de profunda vivência religiosa, que adotam a mística como modo privilegiado de se relacionarem com o *sobrenatural e com *Deus. No cristianismo. São João da Cruz (1545-1591) é um grande místico” (Japiassú, 2011, p. 131).

Para além da citação a mística em suas diferentes ações cumpre um papel específico e, embora, por vezes, seus elementos se cruzem com o sentido religioso ou de fé, a mística, quando situada no campo da educação popular e orientada por uma mensagem revolucionária, não se reduz a uma simples soma de recursos expressivos. Ela ultrapassa a dimensão meramente simbólica ou ilustrativa, porque carrega em si elementos de memória, reflexão histórica, organicidade e formação coletiva.

Sua força está justamente em comunicar sem depender de uma explicação conclusiva, fazendo-se compreender pelo vivido, pelo partilhado e pelo sentido produzido no encontro. Nos processos formativos das organizações populares, a mística ocupa um lugar pedagógico e educacional fundamental: ela forma ao mobilizar a sensibilidade, a consciência, a pertença e o compromisso político. É conformada pelos sujeitos que a constroem, pelos elementos presentes em cada momento, pela entrega, pelo som, pelos símbolos, pelo sentir e pelo estar junto. Por isso, mais do que uma mensagem a ser decifrada racionalmente, a mística é uma experiência que educa, organiza e fortalece, pois seu significado não se esgota na explicação, mas se realiza, sobretudo, no sentir e no agir coletivo, que resulta em processos transformadores.

Uma mística pedagógica e revolucionária pode ter elementos de um teatro (encenação, caricatura e atuação, por exemplo), mas isso não faz do teatro uma mística, assim como a mística pode ter elementos de uma dinâmica (jogos, brincadeiras, lições), mas uma dinâmica pode não ser uma mística; uma mística pode usar elementos da história para fazer refletir sobre momentos acontecidos ou para lembrar mártires, mas não é uma “puxa-reflexão” pessoal, ela é organizativa, formativa, participativa, coletiva, é elemento e mensagem que anima para as lutas.

Para Ademar Bogo, a mística pode se apresentar de diferentes formas: desde a religiosa até o contexto mais atual das lutas, que é o de mensagem para a ação de práxis, sendo também filosófica e crítica.

A mística precisa da causa e da consciência. Sem elas não há compromissos. Não há razão de lutar. Não há permanência de projeto. Não há persistência das práticas. Também não haverá coerência nos comportamentos. Motivar é incendiar as consciências com o **fogo da revolução**. É pôr vigor nas ações para que elas sejam maiores que a própria força. Cada momento precisa ser motivado. A história da humanidade é feita de saltos de quantidade e qualidade. Às vezes estes saltos levam séculos para acontecerem. Mas ninguém luta em vão. ***As forças revolucionárias têm a função histórica de espalhar sementes.*** As colheitas podem ser feitas pelas gerações que vêm depois. O ciclo da vida individual é muito curto para querer plantar e colher ao mesmo tempo as revoluções. Quando estas acontecem, com certeza, foram iniciadas por gerações antecedentes (Bogo, 2009, p. 158, grifos do autor).

Podemos então dizer que a mística é parte do processo popular organizativo, logo, é também parte dos espaços que debatem e pensam a educação como ferramenta de libertação para a classe trabalhadora, ou para as classes trabalhadoras. Ela migrou dos espaços fechados do sagrado institucionalizado para o contexto fecundo das lutas sociais, assumindo, assim, sentidos múltiplos. Pode ser vista como um exercício, um modo de vida, uma forma de ver, uma forma de celebração.

O que para uns é só sentimento, para outros é dedicação profunda a uma causa. A questão toda é como a mística hoje lida com estes sentimentos, que processos sociais e históricos ela pode desencadear, uma vez que nela está uma dose inigualável de energia imaginativa.

No coração da mística reside uma capacidade transformadora que vai além do racional. Diferente da mitologia ou do mito, que, por mais que sejam formas de compreensão racional dos diferentes níveis de consciência, a mística é capaz de inspirar movimentos, nas práticas de consciência coletiva, num processo do sentir, ao mesmo tempo que incorpora a mensagem de fazer-se transformação. Ela incorpora questões históricas, acontecimentos, fatos ou apenas nos lança a mensagem da esperança moldada de ousadia.

A mística é também fazer memória, é dançar com culturas e até mesmo nos levar a refletir no que poderia ter sido diferente, em uma perspectiva de nos fazer pensar sobre as possibilidades de se alterar o curso da história. Isso porque a mística não é somente um momento, ela é a unidade da diversidade em um plano do sentir e do passar uma mensagem. Quando indivíduos se conectam profundamente com uma causa, essa conexão pode gerar uma força coletiva que desafia o status quo e promove mudanças significativas.

A mística, em seu sentido revolucionário, político e formador, cumpre um papel de disciplina pedagógica na militância, fazendo-se necessária, e não é apenas vista como um refúgio para os sonhos e esperanças; é também um catalisador para a ação, impulsionadora de emoções, sentimentos e desejos espelhados na esperança transformadora, ou na mudança e no movimento de uma práxis no processo educativo, no fazer-se história coletiva. Em tempos de crise, ela oferece uma visão de um futuro melhor, alimentando na humanidade o sentimento mais puro do existir, que é a ética da responsabilidade coletiva. Ela tece a resiliência e a coragem necessárias para enfrentar desafios aparentemente insuperáveis.

Nos mais diferentes movimentos sociais que constroem a pauta da luta popular, a mística está presente, sendo compartilhada por aquelas pessoas que ousam lutar enquanto houver vida e que acreditam que, enquanto vida tiver, vale a pena sonhar, pugnando por um propósito maior, que transcende as barreiras da opressão, da violência e do próprio sistema capitalista, unindo pessoas de diferentes origens e contextos, num momento único e experienciado pelo sentir.

Assim, a mística continua a ser uma força poderosa, muitas vezes não entendida, ou às vezes questionada, mas que, dentro do processo da educação popular, é uma ferramenta única e de uma simbologia efervescente, pois se configura em momento de união singular, de participação coletiva, de sonhos e esperança, sendo capaz de mobilizar corações e mentes em prol de mudanças positivas e duradouras. Ela nos lembra que, mesmo em meio às adversidades, a chama da imaginação e da dedicação pode iluminar novos caminhos e abrir portas para um futuro mais justo e harmonioso.

3.2 A mística como ferramenta organizativa da educação popular

No contexto de luta e resistência da educação, sendo a mística parte da educação popular e, mais ainda, apresentada nos espaços da luta e transformação da educação no e do campo, considera-se que ela seja transversal no processo de organicidade social.

Sendo a mística transversal no processo de organicidade popular, pode-se então afirmar, dentro da linha que se construiu nesse trabalho, que ela é política ao tratar de questões organizativas; filosófica ao fazer análises críticas e abrir espaço para pensamentos autocríticos ao processo organizativo; religiosa por trazer elementos místicos, de fé e de esperança nas conquistas populares; e é histórica por se fazer juntamente na reflexão-ação que é dada na construção com e para o povo, sendo ela crítica social. E, por fim, e não menos importante, a mística é pedagógica enquanto uma ferramenta organizativa na educação popular.

No tocante a descrever o que é a mística e como ela acontece, pode ser algo complexo, no sentido de que parece faltar palavras, já que sua totalidade não poderia ser descrita, pois ela é o momento, precisando ser vivenciado e sentido. Uma mística nunca se repete em sua totalidade, mesmo que se usem os mesmos elementos, mesmo que seja o mesmo público, isso porque serão sempre outros momentos, e a mensagem que ela carrega também se configura nesses acontecimentos. No livro *Caderno de Formação nº 38, “Método de trabalho de base e organização popular”* (2009), Ademar Bogo descreve a mística como a representação de mistério, tendo ela diversos sentidos e interpretações.

Se buscarmos explicações, vamos entender a mística como manifestações nas atitudes de energias, persistências, vigor e reações positivas inexplicáveis do ponto de vista analítico. Ou seja, são reações que acontecem sem sabermos de onde se originam e nem porque se manifestam com maior intensidade em uns, e menos em outros. Para nós, mistério será sempre a dimensão de profundidade que tem as coisas. Com tudo, a profundidade não se opõe ao conhecimento decifrável. Na vida e na luta, há coisas que se explicam por si só. Outras nem mesmo a pesquisa consegue desvendar os seus segredos (Bogo, 2009, p. 151).

Em diálogo com a citação, coloca-se abaixo um quadro de imagens, representando momentos de mística, por meio da educação popular das mulheres camponesas em seus espaços de formação, organização e lutas. Se buscarmos explicações, vamos entender a mística como manifestações nas atitudes de energias, persistências, vigor e reações positivas inexplicáveis do ponto de vista analítico. Ou seja, são reações que acontecem sem sabermos de onde se originam e nem porque se manifestam com maior intensidade em uns, e menos em outros. Para nós, mistério será sempre a dimensão de profundidade que tem as coisas. Com tudo, a profundidade não se opõe ao conhecimento decifrável.

Na vida e na luta, há coisas que se explicam por si só. Outras nem mesmo a pesquisa consegue desvendar os seus segredos (Bogo, 2009). Essa reflexão destaca o caráter singular e irrepetível da mística, pois ela ultrapassa a racionalidade e se manifesta de maneira única em cada contexto social, sendo vivida e sentida coletivamente. Assim, a mística, ao ser reconhecida como um instrumento político e pedagógico, carregado de mistério profundo, reforça seu papel de ferramenta organizativa, capaz de mobilizar energias e emoções que impulsionam a participação popular na educação e nos movimentos sociais, alinhando-se à construção coletiva do saber e à transformação social.

Nessa mesma direção, os elementos que compõem a mística, como o uso das plantas, das sementes, dos livros, dos movimentos circulares, das poesias, das canções e dos cantos, não aparecem de forma isolada ou meramente para fazer parte de uma ornamentação. Articulados no interior da organicidade do movimento, eles constituem uma linguagem coletiva que

convoca à presença, à reflexão e ao compromisso com a transformação. Trata-se de um ato educativo partilhado, no qual o ritmo, os símbolos, os gestos e as palavras produzem sentidos, comunicam uma mensagem política e questionam o lugar social que se ocupa, ao mesmo tempo em que anunciam a possibilidade de romper com processos opressores. Assim, a mística não se reduz ao instante em que acontece: ela carrega memória, formação e projeto, preparando o terreno sensível e pedagógico para o que a imagem e a discussão seguinte procuram expressar.

Figura 6 – Mosaico imagens com registros de alguns momentos de mística realizados no Movimento de mulheres Camponesas (MMC) entre anos de 2020 a 2024 pela autora nos espaços de formação.



Fonte: A autora (2024)

Nota-se que as imagens abarcam o mistério tratado por Bogo (2009). Nessa seara, evidencia-se a forte presença da simbologia do círculo, que nos remete a pensar no já trabalhado sobre unidade na diversidade e em um movimento contínuo. Já no elemento terra presente nas fotos, pode-se configurar o pensar para a necessidade da solidez e da organicidade da defesa da natureza orgânica por meio da agroecologia.

Quando se olha mais atentamente para o mosaico de fotografias, evidencia-se que elas também destacam a importância dos conhecimentos tradicionais e culturais presentes nos elementos, nos livros e em outros materiais intelectuais, assim como a relevância das sementes crioulas, que fazem parte da história das mulheres e de sua luta organizada em prol de mudanças.

No âmbito da luta e resistência educacional, a mística se insere como um componente essencial da educação popular, especialmente nos espaços de luta e transformação da educação popular que se dão tanto no campo como na cidade, onde existe povo e esperança. Considera-se, dessa forma, que a mística é um elemento transversal no processo de organicidade social, abrangendo dimensões políticas, filosóficas e religiosas, servindo como um instrumento de reflexão, ação e construção.

Ela pertence ao povo, pois emerge da crítica social histórica como um elemento de inspiração e esperança. Assim, nossa missão neste texto é integrar a simbologia mística como uma ferramenta organizacional na educação popular.

Inserir a mística no processo de participação popular na educação é dar a esse instrumento revolucionário um papel educativo/participativo, já que uma mística é construída coletivamente e busca apresentar e compartilhar ideias e sentimentos de pertença de classe e de uma ideologia transformadora. Fazer isso significa ampliar os olhares das pessoas envolvidas para o sentimento de pertença à construção coletiva do saber.

Por meio da mística, criam-se espaços de encontro onde cada pessoa é convidada a expressar sentimentos, angústias, sonhos e desejos, tornando-se coparticipante e coautora do processo educativo, transformador e, portanto, popular. Essa vivência fortalece o pertencimento e estimula o compromisso coletivo, reforçando a noção de que a transformação só é possível quando todas e todos se sentem parte e responsáveis pela caminhada. A mística, assim, deixa de ser apenas um elemento simbólico, um instrumento, ou mesmo uma dinâmica (como às vezes pode ser vista) e torna-se prática viva de participação popular, promovendo comunicação no processo e no sentido, bem como o respeito às diversidades e a construção de projetos comuns.

A mística, portanto, atua como um catalisador que fortalece os vínculos comunitários e promove a conscientização coletiva sobre as injustiças e possibilidades de transformação social. Nos movimentos sociais, a mística se manifesta por meio de rituais, cantos, símbolos e narrativas que resgatam a memória coletiva e alimentam o espírito de resistência.

Em um assentamento camponês, por exemplo, a mística pode ser observada nos espaços coletivos, nas assembleias e nos momentos de colheita e mutirão, quando a comunidade se reúne não apenas para trabalhar, mas também para partilhar sementes, memórias e saberes ancestrais e coletivos. De modo semelhante, nas periferias urbanas, a mística manifesta-se nos grafites que ocupam os muros, nos cantos de rap que ecoam nas vozes e nas rodas de capoeira, presentes em ambos os contextos como expressão de resistência ancestral. Nesses espaços, ela atualiza histórias de luta, resiliência e pertencimento dos povos e comunidades tradicionais. Assim, a mística pode assumir, em alguns momentos, a função de introduzir o tema a ser trabalhado; em outros, configura-se como uma jornada pedagógica que atravessa todo o

processo formativo, por meio de intervenções, símbolos, gestos, cantos e experiências partilhadas.

Exemplos da mística enquanto instrumento pedagógico e cultural são encontrados no cotidiano e na visão do que é ancestral, manifestando-se no presente e projetando-se para o futuro em um compromisso de corresponsabilidade. Em todos esses aspectos, podemos perceber a educação popular tecida nas utopias e nos sonhos de esperança.

A incorporação da mística na educação popular não só enriquece o processo de aprendizagem, mas também consolida a identidade coletiva e a capacidade de mobilização social. Reconhecendo e valorizando os conhecimentos e tradições culturais populares, a educação popular se estabelece como um espaço de resistência e de criação de um futuro mais justo e equitativo.

Ao promover a mística como ferramenta organizacional, estamos reafirmando nosso compromisso com a construção de uma sociedade na qual a educação é um direito universal e um meio de emancipação e transformação social. A mística reforça que nossa luta é coletiva, mas também fortalece a pauta do feminismo camponês popular, na medida em que reconhecemos que não existe avanço social quando não se trabalha a questão de gênero, raça e classe, já que é a unidade na diversidade que promove a força e a capacidade para mudar a realidade ao nosso redor.

É justo aspirar a um mundo no qual as mulheres sejam reconhecidas e onde os homens se unam nessa jornada de enfrentamento ao patriarcado e ao machismo, no processo de construção de uma nova sociedade. Neste contexto, a canção “Pra Mudar a Sociedade”, composta por Zé Pinto, destaca a importância da unidade entre aqueles que possuem privilégios na sociedade. A canção elabora uma crítica aos movimentos e lembra-os de que a luta não é só por homens, mas que deve ser para o povo, pois não existe povo ou luta popular sem a visibilidade da luta das mulheres.

Quando se compreende que a educação popular deve ser centrada na valorização dos saberes comunitários e na troca de experiências, é possível notar que ela se constitui em um poderoso instrumento de transformação diante das amarras da sociedade atual, pois a mística envolve o todo, bem como a educação popular. Ambas são a representação da unidade na diversidade, bem como do fortalecimento das relações intergeracionais, de gênero e de raça/etnia. Utilizando a simbologia mística, podemos resgatar tradições, mitos e histórias que fortalecem a identidade cultural e promovem a consciência crítica.

Ao contrário da mística, que na educação popular assume o papel de crítica construtiva e de participação das massas na busca por caminhos alternativos que promovam mudanças por meio do sentimento que constrói a história, presente e futuro, o mito desempenha um papel

central na dominação e exploração das mulheres. No livro *O Segundo Sexo*, de 2009, a filósofa Simone de Beauvoir descreve o mundo como racional e legitimador do falocentrismo, assim como do processo opressivo de dominação. Isso perpetua a relação sujeito-objeto, na qual a mulher é objetificada ao longo da história.

A mística, quando incorporada de maneira consciente na educação, pode ser uma ponte entre o passado e o futuro, entre o individual e o coletivo, sendo uma ferramenta necessária para a quebra dos mitos opressores.

A mística é a concretude da teoria em arte e da arte enquanto ferramenta de luta, tornando-se um convite para que todos, independentemente de gênero, se engajem na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, seguimos na construção de um mundo em que o respeito, a colaboração e a solidariedade são pilares fundamentais. É um caminho árduo, mas repleto de esperanças e possibilidades, guiado pelas histórias e canções que ecoam a necessidade de mudança e a força da união.

A letra da canção de Zé Pinto convida-nos a refletir sobre nosso papel na sociedade e a agir com empatia e solidariedade.

Música: Pra mudar a sociedade (Zé Pinto)

Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer,
participando sem medo de ser mulher
Porque a luta não é só dos companheiros.
Participando sem medo de ser mulher.
Pisando firme sem medir nem um segredo.
Participando sem medo de ser mulher.
Pois sem mulher a luta vai pela metade.
Participando sem medo de ser mulher.
Fortalecendo os movimentos populares.
Participando sem medo de ser mulher.
Na aliança operaria e camponesa.
Participando sem medo de ser mulher.
Pois a vitória vai ser nossa com certeza.
Participando em medo de ser mulher.

É importante entender que, enquanto não assumimos como classe a importância da responsabilidade coletiva, não avançaremos em muitas pautas, como a do mito da mulher guerreira, que, na verdade, se trata de mulheres que precisam se sacrificar o tempo todo para galgar um lugar dentro das relações de poder. É sobre isso que trataremos na próxima subseção.

3.3 O cansaço existencial, as múltiplas tarefas e a longa estrada da construção coletiva no processo educativo

A verdade é que as múltiplas tarefas que nós, mulheres, desenvolvemos ao longo da história ultrapassam as perspectivas das habilidades ou do simples fato de conseguir dar conta de tudo. Mesmo assim, continuamos, nas diferentes esferas sociais, sendo tratadas e colocadas em espaços de submissão. É urgente e necessário que a mística da coletividade também possa existir no processo educativo de enfrentamento ao patriarcado.

A educação, na perspectiva do Feminismo Camponês Popular (FCP), enquanto uma construção do descobrir-se feminista, pode vir a ser, para as camponesas, uma ferramenta poderosa para desconstruir as estruturas opressoras e promover a igualdade de gênero, em uma construção que se coloca nas reafirmações da compreensão da luta como uma construção feminista para um projeto popular.

É neste momento de reafirmação da importância e luta das camponesas pela libertação das mulheres e pela transformação da sociedade, a partir da identidade camponesa e da proposta de um projeto popular de agricultura camponesa e agroecológica e de um projeto popular para o Brasil, com participação e igualdade entre as pessoas, que as camponesas entendem que sua luta é uma luta feminista, e assim, se descobrem e afirmam como um movimento feminista, tornando explícita a Luta histórica em favor das mulheres camponesas como uma luta feminista, camponesa e popular (ANMC, 2018, p.32).

Pode-se notar na citação, o processo de construção do Feminismo Camponês Popular (FCP) ocorre ao mesmo tempo em que se constroem as relações e o entendimento dos direitos e deveres coletivos de um projeto popular para o Brasil, especialmente no caso das mulheres organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). As comunidades e os espaços nelas consolidados são fundamentais na perspectiva de descobrirem-se como parte da sociedade e, mais do que isso, como parte do processo organizativo dessa sociedade.

Como se observa na citação, o processo de construção do Feminismo Camponês Popular (FCP) ocorre concomitantemente à formação de relações e ao entendimento dos direitos e deveres coletivos dentro de um projeto popular para o Brasil, especialmente no caso das mulheres organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). As comunidades e os espaços consolidados são essenciais para que se reconheçam como parte integrante da sociedade e, mais do que isso, como parte ativa do processo organizativo dessa sociedade.

Ao fortalecer a identidade coletiva e promover a conscientização de classe, gênero e raça/etnia, o Feminismo Camponês Popular (FCP) constitui uma busca constante pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Por meio de práticas de solidariedade e

educação popular, as mulheres organizadas no MMC têm a oportunidade de desenvolver habilidades de liderança, fomentar espaços de luta por direitos e reescrever a história, trazendo as marcas de suas vidas, que se tornam essenciais para enfrentar os desafios da luta por direitos que marcam seu cotidiano.

Adicionalmente, o Feminismo Camponês Popular (FCP) não apenas advoga pela equidade de gênero, mas também pela soberania alimentar, pela conservação dos recursos naturais e pela promoção dos conhecimentos tradicionais, conforme abordado na Campanha Nacional de Sementes de Resistência (CNSR), uma vez que a defesa da vida humana perpassa pela defesa da Mãe Natureza.

Nesse cenário, o FCP assume uma função crucial como catalisador de transformações, favorecendo a consolidação de práticas e fomentando a educação popular em seu sentido mais profundo. Essa abordagem transcende as questões de gênero, engajando-se na defesa da justiça social, ambiental e econômica.

Essa construção e esse processo de descobrimento de si abrangem também, como já mencionamos, as questões de gênero, classe e raça/etnia. O arcabouço conceitual desse feminismo, fundamentado em uma cosmovisão camponesa, descortina uma abordagem que desafia as estruturas de poder estabelecidas, combatendo o patriarcado e suas formas de opressão baseadas em sexismo, xenofobia e LGBTQIfobia, enquanto fomenta a autonomia das mulheres rurais e busca edificar uma sociedade mais inclusiva, que garanta direitos coletivos e proteção aos trabalhadores.

A cartilha “Feminismo Camponês Popular na luta contra a LGBTfobia” (2020), organizada pelo Coletivo LBTI do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), descreve essa construção coletiva e, mais do que isso, a necessidade de enfrentamento ao sistema opressor, sendo esse feminismo um instrumento de revolução da classe camponesa, enquanto caminho de libertação e emancipação para a diversidade de gênero.

[...] o Feminismo Camponês Popular, sendo um acúmulo das mais diversas organizações do campo, em especial dos movimentos de mulheres camponesas e indígenas que compõem na América Latina a CLOC (Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo) e consecutivamente a Via Campesina. Buscamos, nessa construção, um FEMINISMO que seja a síntese da expressão da história e luta construídas e vivenciada pela diversidade de mulheres CAMPONESAS, que sempre pautaram a liberdade e autonomia que também perpassa pela libertação da classe trabalhadora, e POPULAR porque acreditamos e construímos um projeto popular para o Brasil. Projeto esse com novos sujeitos/as e novas relações baseadas na agroecologia como modo de vida e sustentação de um projeto de agricultura camponesa que produz alimentos saudáveis, de qualidade e diversidade, anticapitalista, antirracista, antipatriarcal e não LGBTIfóbico (MMC, 2020, p. 9).

No contexto abordado, é possível afirmar que a construção coletiva do Feminismo Camponês Popular se revela essencial para promover mudanças sociais e combater a violência epistemológica gerada pelo sistema patriarcal, machista e racista. Essa construção representa um componente fundamental de um projeto social intrinsecamente ligado às comunidades locais e às estruturas de organização social, como a escola, que desempenha um papel significativo na educação popular direcionada à diversidade do povo e fundamentada em aspirações coletivas. Essa abordagem reforça a importância da integração entre teoria, ação e reflexão, assim como a necessidade de harmonizar a ousadia do fazer e a esperança de ousar sonhar.

É fundamental que os espaços decisórios das comunidades, das escolas, das universidades e dos ambientes públicos e privados, em geral, possam introduzir em suas pautas a necessidade do combate à violência contra as mulheres, da divisão justa do trabalho doméstico, do enfrentamento e combate ao racismo e ao machismo, incorporando práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e incentivem o pensamento crítico sobre as desigualdades sociais. Como já nos alertava Paulo Freire, em *Extensão ou comunicação*, ao reforçar a necessidade da unidade entre o conhecimento técnico e o saber do povo: “Quanto mais, por meio da ação e da reflexão, se aproxima da ‘razão’ do *logos* da realidade, objetiva e desafiadora, tanto mais, introduzindo-se nela, alcançará o seu desvelamento” (Freire, 2021c, p. 38).

Além disso, é preciso que a sociedade como um todo se engaje em diálogos abertos e construtivos sobre a importância do feminismo, mas não de qualquer feminismo, e sim de um feminismo que olhe para a diversidade das mulheres, que esteja realmente atrelado às organizações de massa. Pode ser o Feminismo Camponês Popular (FCP), mas também pode ser o feminismo indígena ou o feminismo negro. Qual desses seria o mais importante? Todos, em suas diferentes manifestações de organicidade, podem inspirar desde campanhas de conscientização até a implementação de políticas públicas mais inclusivas, voltadas à proteção da vida das mulheres e ao combate direto às violências de gênero que atravessam e ameaçam suas existências. Para isso, e ainda dentro de uma mística revolucionária, é importante o apoio de homens aliados, a fim de criar um ambiente em que todas as pessoas, independentemente de seu gênero, possam alcançar momentos em que não temam a morte ou as violências unicamente por serem quem são.

A luta pela igualdade de gênero não é apenas uma questão de justiça social; é também uma questão de desenvolvimento sustentável. Estudos mostram que, quando as mulheres têm acesso igualitário à educação, à saúde e às oportunidades econômicas, toda a sociedade se

beneficia. Portanto, é imperativo que continuemos a trabalhar a educação popular enquanto ferramenta organizativa no movimento de libertação, para que, assim, possamos, um dia, dismantlar as barreiras que perpetuam a submissão e a discriminação.

Desmantelar essas barreiras implica fortalecer a organicidade e os avanços coletivos, haja vista que a educação popular é pautada no rompimento das estruturas de opressão e na construção coletiva em prol de uma consciência crítica contra as hegemonias que se colocam como verdades absolutas, mas que, ao mesmo tempo, escondem esferas de violência e invisibilizam as mulheres.

Segundo a pesquisadora Erica Queiroz (2023), apesar de as mulheres representarem a maioria dos estudantes no ensino superior, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021, elas ocupam uma parcela minoritária dos cargos de liderança, inclusive nas instituições de ensino superior, que são, em sua maioria, dirigidas por homens. Essa disparidade ressalta a urgência de efetivar a igualdade de gênero na prática, tendo em vista que a igualdade é um princípio fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, que estipula: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. A expressão “qualquer natureza” pode ser interpretada como uma proibição de discriminações com base em gênero, classe ou raça; contudo, conforme observado ao longo deste estudo, essas discriminações persistem e necessitam ser superadas.

Quando se analisam os dados por meio de uma perspectiva mais específica, considerando não apenas o gênero, mas também a raça, a dimensão da violência e da exploração das mulheres se torna ainda mais evidente. Conforme divulgação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 8 de março de 2024, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, com base em levantamentos realizados entre 2019 e 2023, as mulheres negras são também as mais afetadas por diferentes formas de violência, sejam elas psicológicas, físicas ou sexuais. Nos 12 meses anteriores à pesquisa, ou seja, ainda no decorrer de 2023, o índice de violência foi de 6,3% entre as mulheres negras, enquanto a taxa entre as mulheres brancas foi de 5,7%.

Ainda nesse cenário, a pesquisa do IBGE apresentou os principais resultados da publicação *Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil*, que demonstraram, mais uma vez, que a igualdade prevista na Constituição Federal de 1988 não se alinha à realidade da vida das mulheres, haja vista que, quando se trata da ocupação no mercado de trabalho e do trabalho remunerado, são as mulheres pretas e pardas que menos aparecem. Ainda nessa seara, os dados apontam que mulheres pretas e pardas com crianças menores de três anos ocupavam menos de 50% do mercado de trabalho em 2019, ao passo que, entre as mulheres brancas, essa proporção foi de 62,6%. Para aquelas sem a presença de crianças nessa

faixa etária, os percentuais foram, respectivamente, de 63,0% e 72,8%. Além desses dados, que comprovam a falta de equilíbrio e de respeito aos direitos já conquistados, a pesquisa também apresentou que são essas mulheres as que se encontram mais sobrecarregadas com as tarefas de cuidado do lar e de gestão familiar.

Vejamos no gráfico com dados comparativos lançados pelo IBGE (2024):

Gráfico 2 - Dados do IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019, no censo de 2021, realçando em março de 2024.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019, no censo de 2021, realçado em março de 2024.

Neste contexto, é importante salientar a importância da conscientização no enfrentamento das questões de classe, que não devem ser separadas das questões de gênero e raça. A consciência é essencial para o progresso coletivo, assim como a aplicação efetiva das leis que asseguram a dignidade das mulheres. A falta de conhecimento sobre direitos e deveres pode levar as mulheres à imersão em labirintos desenhados para amarrar e violentar os corpos e as mentes femininas nas estruturas sociais machistas, já que as diferenças são muitas quando analisamos cada dimensão (gênero, classe, raça/etnia), tornando necessária a atenção para o chamado “teto de vidro”.

Neste trabalho, não se aprofunda o debate sobre o termo “teto de vidro”, mas cabe trazê-lo à reflexão e à observação acerca da questão do cansaço, das múltiplas funções que ocupam as mulheres e da luta constante pela busca de avanços coletivos. Nesse sentido, trazer o “teto

de vidro” aponta para a necessidade de se fazer críticas às barreiras que invisibilizam e limitam a ascensão das mulheres nos espaços de poder da sociedade, seja esse um limite imposto no campo do trabalho e da economia, como apontaram os dados do IBGE anteriormente, seja em espaços de liderança e de participação política.

Na obra *Feminismo em comum: para todas, todes e todos* (2019), a filósofa Márcia Tiburi aponta a necessidade do pensamento crítico em relação ao sistema patriarcal, um sistema que está enraizado e que tende a decidir sobre as vidas e a invisibilizar as mulheres. Para a pensadora, o feminismo é mais do que ondas que se sucedem nas estruturas sociais; ele é necessário para o avanço coletivo na sociedade, mas também para pensarmos em um processo educativo pautado na equidade, sem exclusão de classe, gênero e raça, em um processo que une teoria e prática e que nos ensina que é possível construir “um bom começo”.

O feminismo nos leva à luta por direitos de todas, todes e todos. Todas porque quem leva essa luta adiante são as mulheres. Todes porque o feminismo liberou as pessoas de se identificarem somente como mulheres ou homens e abriu espaço para outras expressões de gênero - e de sexualidade - e isso veio interferir no todo da vida. Todos porque luta por certa ideia de humanidade (que não é um humanismo, pois o humanismo também pode ser um operador ideológico que privilegia o homem em detrimento das mulheres, dos outros gêneros e, até mesmo, das outras espécies) e, por isso mesmo, considera que aquelas pessoas definidas como homem também devem ser incluídas em um processo realmente democrático, coisa que o mundo machista – que conferiu aos homens privilégios, mas abandonou a uma profunda miséria espiritual – nunca pretendeu realmente levar à realização (Tiburi, 2019, p.12).

Nessa linha de olhar, a delicadeza desse “teto de vidro”, em que se enxerga apenas o que se quer ver e se negam todas as demais coisas que estão à mostra, permite afirmar que o patriarcado e sua esfera machista constituem um problema global, presente em diversas culturas, continentes e sistemas políticos e, conseqüentemente, nas esferas que abrangem os avanços econômicos.

É dentro de suas diferentes formas de apresentação que o “teto de vidro” pode vir a se configurar em representações de intolerâncias, preconceitos inconscientes, normas culturais patriarcais e políticas corporativas, com representação majoritariamente masculina, como se observou nos dados apresentados pelo IBGE. Isso ocorre inclusive em campos nos quais as mulheres são maioria entre as pessoas capacitadas, como na educação, mas que ainda são ocupados por uma composição majoritariamente formada por homens brancos. Essas condições representam esse vidro trincado e quebradiço, marcado pela falta de apoio estrutural para a conciliação entre trabalho e vida pessoal, que Tiburi irá colocar como processo democrático de aprendizagem, “[...] que envolvem a nossa própria construção como pessoas [...] para transformar o mundo” (Tiburi, 2019, p. 23).

Ainda no que tange ao “teto de vidro”, pode-se dizer que a socióloga Rosabeth Moss Kanter, cuja obra *Men and Women of the Corporation*, em tradução livre “Homens e Mulheres da Corporação”, publicada em 1977, lançou luz sobre as dinâmicas de gênero nas organizações, sendo, atualmente, um dos grandes nomes de referência para a compreensão dessas relações e das desigualdades de gênero no ambiente corporativo.

Ainda para a filósofa Márcia Tiburi, é necessário e urgente continuar o processo crítico ao sistema opressor, a fim de dismantelar essas estruturas invisíveis e promover a igualdade de gênero em todas as esferas da sociedade, em especial na pauta dos direitos e nos avanços necessários à consolidação do feminismo, bem como no olhar para o abismo existente entre o julgamento que é feito ao feminismo e os elogios ao feminino. Para a pesquisadora, “O feminismo se apresenta como crítica em relação ao patriarcado na forma do Estado, mídia, Igreja, família, capital. Todas essas instituições vendem sua ideologia como discurso verdadeiro, essencializando o feminino e as mulheres como suas portadoras” (Tiburi, 1977, p. 51).

Logo, torna-se crucial que as mulheres, por meio dos processos educativos em suas mais diferentes esferas, possam apropriar-se criticamente de seus direitos. Em “Apelo de ser mulher”, canção de arquivo do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), é possível sentir o clamor pela necessidade de existir sendo quem se é, sendo mulher, mas não dentro das amarras que foram impostas, durante tanto tempo, ao longo da história humana

“Não sou escrava nem sou objeto/
 Para fazer de mim o quer/
 Não tenho dono, não sou propriedade/
 Eu quero a liberdade, me deixa ser mulher!/
 Eu quero ser, me deixa ser o que eu mereço/
 Eu quero ser quem sou/
 Eu tenho meu valor/
 E este não tem preço./
 Eu quero ser amiga companheira/
 Quero mostrar a força do amor/
 Quero viver como tenho direito/
 Não quero preconceito, me deixa ser quem sou.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentados em 2022, as mulheres dedicam cerca de 9,6 horas a mais por semana do que os homens às tarefas domésticas ou àquilo que é colocado, culturalmente pelo patriarcado, como espaço de cuidado com as pessoas da família e do ambiente próximo. Em média, segundo a pesquisa, as mulheres gastaram 21,3 horas semanais com essas atividades de cuidado, enquanto eles, apenas 11,7 horas. Os dados apresentados pelo IBGE também mostraram que 91% das

mulheres se envolveram na realização de atividades domésticas, em comparação com 79% dos homens pesquisados. Entre as mulheres negras, a frequência de realização dessas tarefas é ainda maior, chegando a 92,7%.

A questão que permanece é como evitar o cansaço na vida das mulheres quando a estrutura do sistema opressor e violento nos caça, nos julga e nos oprime, tirando-nos o direito ao ócio e colocando-nos como centralidade do cuidado, cuidado esse que se configura na sensação de esgotamento provocada pela sobrecarga.

E, mais uma vez, então, voltamos para a janela da necessidade urgente de enfrentamento ao racismo, ao machismo e ao patriarcado, em um desafio constante de promoção de políticas públicas que reconheçam e valorizem o trabalho doméstico e de cuidado como um trabalho que, minimamente, possa ser remunerado, em vez de invisibilizado, como é o que experienciamos enquanto mulheres. É crucial criar espaços de diálogo e apoio mútuo nos quais as mulheres possam compartilhar suas experiências e encontrar formas coletivas de resistência e apoio emocional.

Além disso, é fundamental que a educação desempenhe um papel na desconstrução de estereótipos de gênero desde a infância, fomentando a igualdade e o respeito mútuo. É importante incentivar os homens a assumirem responsabilidades no cuidado doméstico e familiar, equilibrando as dinâmicas de poder no ambiente doméstico. Não basta chegar em casa, ligar a TV e declarar-se cansado por ter trabalhado, enquanto a mulher, que também trabalha fora, volta para assumir todas as tarefas domésticas. Da mesma forma, aquelas que ficam em casa para desempenhar esse trabalho merecem ser reconhecidas, e, como dizia a canção “Apelo de mulher”: “me deixa ser mulher!”.

A sociedade atual precisa, nos mais diferentes campos e processos, reconhecer e valorizar que o tempo de descanso e lazer é um direito e, como tal, cada vez mais necessário e fundamental para todos, o qual não pode continuar sendo analisado sob uma ótica de privilégios elitistas, brancos e masculinos.

Por último, é vital fortalecer redes de apoio comunitárias que ofereçam recursos e assistência às mulheres, ajudando a aliviar a carga do cuidado e criando uma cultura de solidariedade, sendo essa pauta do cuidado de quem cuida de extrema importância para a formação das lutas de classe, nas quais se permeiam os direitos coletivos.

Nesse sentido, dentro do processo de transformação ao qual pautamos uma mística da libertação popular, torna-se necessária a quebra dos mitos que se constituem como formas de violência e intimidam a resistência e a libertação das mulheres. Derrubar os mitos de uma educação opressora direcionada às mulheres simboliza, na prática, quebrar os paradigmas impostos de que as mulheres existem para servir.

Simone de Beauvoir (2009), em sua obra magna *O Segundo Sexo*, discorre sobre os mitos que permeiam a vida das mulheres e sobre a relação que se estabelece entre sujeito e objeto, sendo o homem o sujeito e a mulher o objeto. Nessa perspectiva, a mulher é definida a partir de um processo educativo fundado pelo poder dos homens, como se fosse uma posse, enquanto o homem aparece como salvador, e a mulher deve ocupar o lugar da ternura. “Esse papel misericordioso e terno é um dos mais importantes que foram atribuídos à mulher [...]. A mulher só se tornou livre se tornando cativa” (Beauvoir, 2009, p. 257-267).

Logo, é coerente afirmar que é crucial compreender a transformação dessa perspectiva de mito e galgar mudanças profundas nas estruturas sociais e culturais. A educação popular, com seu viés de educação emancipadora, diferente da educação opressora que vivenciamos, com seus mitos que diminuem as mulheres e as colocam em um lugar de submissão, deve promover a igualdade de gênero, desconstruindo estereótipos e incentivando a autonomia das mulheres em todas as esferas da vida.

A responsabilidade coletiva implica que todos, independentemente de gênero, devem contribuir para a criação de uma sociedade mais justa e equitativa, pois os mitos já nos tumultuam com insegurança, prazos, demandas, receios, medo de errar, medo de não ser capaz, medo de não conseguir. Mas a sonhada liberdade da mulher em relação às amarras e aos mitos será calçada dentro ou fora de casa?

Na canção “Mulher rendeira”, das mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), reescrita a partir dos cantos populares para fazer uma crítica ao sistema vigente, lança-se luz sobre a necessidade de sair de casa: “Olê mulher rendeira, olê mulher render/Se a mulher ficar em casa, nunca vai se libertar... No trabalho é competente/por justiça e liberdade, briga-se até com o presidente”.

Mas, até no reinventar da busca por forças para a luta coletiva, olhando a dimensão dos movimentos populares, são notáveis o cansaço e o esgotamento das mulheres, que ora usam “máscaras” para disfarçar suas angústias, ora já estão tão esgotadas que seus desejos são apenas por uma mão que as acolha. É muito importante pensarmos no cuidado com quem cuida, pois o que estamos vivenciando, segundo dados do IBGE (2023), apresenta-se como esgotamento físico e mental, causando estresse, adoecimento e até mesmo a morte.

Figura 7 - A sobrecarga que rodeia a vida das mulheres é reflexo da invisibilidade de suas vidas.



Fonte: A autora (2024).

O trabalho da filósofa Simone de Beauvoir, como apresentado anteriormente, continua a ser uma referência para compreender as dinâmicas de poder e as opressões que ainda persistem, transvestidas de um mito do cuidado, mas que, na verdade, constituem uma questão de disputa de poder. Ao refletir sobre essas questões, podemos avançar na construção de processos que rompam com essas relações e promovam uma participação coletiva efetiva. Entretanto, não basta compreender a opressão e a relação sujeito-objeto; é necessário romper com essa relação e promover novos rumos para a humanidade.

Para promover uma verdadeira emancipação humana e romper com os mitos abordados pela filósofa Simone de Beauvoir (2009), na obra *O segundo sexo*, é fundamental distinguir a mística revolucionária dos mitos patriarcais, bem como da própria mística religiosa e dos misticismos que a acompanham e que a filósofa descreve, os quais historicamente recaem sobre as mulheres. De um lado, a mística revolucionária representa a força coletiva que impulsiona sonhos, lutas e ocupações de espaços, tornando-se motor de transformação social e, consequentemente, parte da própria metodologia da educação popular. De outro, persistem mitos como o da mulher marcada pelo pecado original, que alimentam o cansaço existencial feminino e perpetuam a ideia de que a sobrecarga vivida pelas mulheres constitui uma espécie de punição ou destino inevitável.

Enquanto mulheres que ousam sonhar e lutar, sentimos tanto o impulso transformador da mística revolucionária da educação popular e da identidade latino-americana quanto o peso dos mitos patriarcais e do misticismo histórico “[...] que tortura a carne para ter direito de reivindicar” (Simone de Beauvoir, 2009, p. 873). Reconhecer essa dualidade é essencial para

romper com as heranças opressoras e construir caminhos de liberdade e justiça — justiça que, como já abordamos, será contínua até que todas sejamos livres.

Ao diferenciar essas forças, é que a mística, não é misticismo abre-se espaço para uma argumentação que valoriza a emancipação feminina e desafia a naturalização do cansaço e da sobrecarga, promovendo uma nova dinâmica de protagonismo e autonomia, aquele lugar de partilha, participação e pertencimento que já descrevemos ter na mística, bem ele cabe a uma sociedade de visibilize, reconheça e apõe, bem como dívida o peso para uma vida mais.

A mística revolucionária, como trabalhada no ponto 3.2, é uma força coletiva que emerge da esperança, da união na luta e do desejo profundo de transformação social. É um movimento contínuo de um tripé circular que convida as mulheres a romperem barreiras, a reinventarem práticas e a construírem novos caminhos. Nessa mística, pulsa um sentido de pertencimento e de propósito, e a energia que nasce do coletivo converte-se em combustível para resistir, transformar e sonhar.

Por outro lado, o cansaço existencial da mulher contemporânea, alimentado pelos mitos patriarcais desde os costumes medievais, revela o lado sombrio de uma sociedade que insiste em atribuir ao feminino a fragilidade e, paradoxalmente, sobrecarregá-lo com o cuidado, a responsabilidade e a pressão de ser sempre mais. São mitos que criam um ciclo de exigência permanente: a mulher deve ser forte, mas não demasiadamente; cuidadora da casa, da família, das pessoas que ama e que estão à sua volta, mas invisível para o reconhecimento de seu ser, tornando-se, assim, uma alteridade negada; ela deve estar presente e contribuir em tudo no âmbito do lar, mas é silenciada nos processos de construção e participação social e política. É nessa maré de ondas baixas e altas que essa sobrecarga se apresenta: ela não é apenas física, mas profundamente emocional e psicológica, marcada pelo medo de errar, de não corresponder, de não avançar e de não ser o suficiente.

Isso aponta que o processo da Educação Popular (EP) ainda carrega muitas lutas e a busca por transformação, pois, enquanto a mística revolucionária propõe emancipação e coletividade, ou seja, caminha na direção daquilo que fez emergir a EP, a busca por transformação, os mitos e o patriarcado aprisionam o ser mulher em paradigmas de submissão e esgotamento, um misticismo que já não cabe e nem é concebível diante das lutas travadas socialmente pela própria classe trabalhadora, que busca uma ideologia libertadora, comum e em comunhão com o coletivo e, consequentemente, com a sociedade como um todo.

Na contracorrente dessa contradição, que, por um lado, coloca o gênero do ser mulher como o “sexo frágil” e, ao mesmo tempo, exige dela beleza e empoderamento, estamos nós, as que querem se descobrir feministas sem precisar carregar o mundo nos ombros, ou mesmo ter

que estar sempre um passo à frente, antecipando necessidades, protegendo, acolhendo e, muitas vezes, não encontrando espaço para si próprias, para o existir, e não apenas para o resistir.

Dessa tensão nasce a urgência de diferenciar: a mística revolucionária liberta, inspira e fortalece; o cansaço existencial revela a necessidade de ruptura, de reconhecimento da sobrecarga e de valorização do cuidado com quem cuida. Só assim é possível transcender os mitos e construir uma nova dinâmica, em que as mulheres deixem de ser vistas como frágeis e passem a ser reconhecidas como protagonistas de sua própria história e da história coletiva.

É no sentido de promover e buscar avanços, sem esquecer a necessidade da garantia dos direitos, bem como da crítica ao sistema opressor em suas diferentes esferas, que abordamos, a seguir, a importância da solidariedade no processo de construção da Educação Popular em Alagoas, por meio das camponesas organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

3.4 Camponesas alagoanas construindo solidariedade e educação através do feminismo camponês popular

*Sozinha eu posso andar
Mas sei que posso andar melhor
Se a gente se ajudar
A nossa luta se torna uma só.*

(Trecho da Canção “lute como uma garota de Vitória Paixão”).

Como já nos disse Paulo Freire, em “Na escola que fazemos uma reflexão interdisciplinar em educação popular” (1988), a Educação Popular é um processo construído que envolve o local e o mundo da escola, sendo esta parte do mundo em que se faz presente. Portanto, pensar essa educação trata-se de um convite a “[...] pensar uma proposta mais global [...] que envolve muita gente” (Freire, 1988, p. 47). Envolver muita gente significa dar unidade à diversidade do pensamento e à sua prática.

O fragmento da canção de Vitória Paixão, uma mulher quilombola do agreste alagoano, educadora popular, cordelista e poetisa, condensa a urgência de uma luta coletiva e integrada pela transformação social. A centralidade da Educação Popular, conforme delineada na citação anterior e em todos os escritos de Paulo Freire, reside justamente na potência do envolvimento e da escuta ativa dos diferentes povos, gêneros, raças/etnias, formando uma unidade na diversidade e promovendo o protagonismo dos indivíduos em suas comunidades e, consequentemente, da coletividade que move a busca pela transformação.

Ao abdicar das estruturas hierárquicas e da lógica opressora conformada pelo patriarcado, pelo machismo, pelo racismo e pelo classismo (capitalista), podemos observar a essência da filosofia da práxis concebida na Educação Popular, que se transfigura em ato político emancipador, no qual a mística revolucionária desponta como força agregadora, inspirando e fortalecendo o sentido de pertença e de existência coletiva, não apenas do resistir, mas também do existir, da corresponsabilidade e, conseqüentemente, da alteridade de uma ética da responsabilidade, como já dito de outras formas anteriormente.

Nesse contexto, os movimentos populares, em especial o Movimento de Mulheres Camponesas, ao qual teceremos a trama da escrita desta tese, na representatividade das mulheres camponesas em sua diversidade, permitem observar uma organicidade que articula formação, organização e luta e se consolida na metodologia da Educação Popular enquanto instrumento de transformação e justiça social.

Nesse sentido, a participação das mulheres, sobretudo das camponesas, na luta por direitos transcende a simples reivindicação de inclusão ou de políticas públicas; trata-se de um processo de autorreconhecimento enquanto autoras da história e da coletividade da classe trabalhadora, capazes, como unidade na diversidade de um movimento popular, de romper correntes forjadas pelo mito do ser mulher para servir e ser propriedade, impostos pelo patriarcado, e, conseqüentemente, de traduzir-se, no ser semente de transformação, igualmente à campanha trabalhada por esta organização, na conquista da autonomia sobre suas vidas, seus corpos e seus territórios.

A Educação Popular, enquanto ato político das camponesas alagoanas, reflete autonomia e organização em uma perspectiva transformadora. Ela ganha concretude nas bases alagoanas e no trabalho das mulheres por meio da agroecologia, como escreveram Samara Farias dos Santos e Alessandra Keilla da Silva, no artigo “A importância do trabalho das mulheres na agroecologia em Alagoas” (2018):

A autonomia é conquistada de forma coletiva; a mesma se dá por meio das mulheres camponesas organizadas que coletivamente estudam, compreendem a complexidade da teia de relações construídas histórica e culturalmente e lutam pela sua autonomia, tanto econômica como autonomia sobre suas próprias vidas. De forma coletiva lutam pela transformação da sociedade (Santos; Silva, 2018, p. 4).

A construção de novos imaginários é possível, bem como a própria transformação, e isso implica uma mística política que ressignifica o espaço do feminino na esfera pública e permite que a ação educativa se torne não apenas resistência, mas também criação de novas possibilidades, no ato do esperar de quem faz, e não daquilo que se espera.

É nesse movimento dialético entre a solidariedade crítica ao sistema opressor e a valorização do cuidado que emerge uma pedagogia que não se limita à transmissão ou ao fazer por obrigação, mas que, sobretudo, promove a emancipação e a dignidade humana, em consonância com os horizontes libertários do Feminismo Camponês Popular. Quem sabe, um dia, não apenas se cantará pedindo por um novo tempo, mas se cantará para anunciar a transcendência histórica de um determinado tempo, como León Gieco um dia cantou em um período de ditadura que atravessava a América Latina:

Solo le pido a Dios (Eu Só Peço a Deus)
 Solo le pido a Dios (Eu só peço a Deus)
 Que el dolor no me sea indiferente (Que a dor não me seja indiferente)
 Que la resaca muerte no me encuentre (Que a morte seca não me encontre)
 Vacía y sola, sin haber hecho lo suficiente (Vazia e sozinha, sem ter feito o suficiente).

“Solo le pido a Dios”, do cantor e compositor Raúl Alberto Antonio Gieco — conhecido mundialmente como León Gieco e cuja canção foi eternizada na voz da grande Mercedes Sosa — expressa o clamor de todas as pessoas que buscam um mundo mais justo. Esse apelo ressoa especialmente na luta das mulheres camponesas, que se inserem em movimentos coletivos para que a utopia da libertação, tão cara à realidade alagoana, não seja vista apenas como um horizonte distante, mas como uma conquista possível, celebrada e compartilhada. Nesse sentido, a luta é coletiva, é do povo, é construída pelo caminhar conjunto; é o coletivo que rompe as determinações e limitações impostas à coletividade.

Tal perspectiva encontra fundamento no pensamento de Paulo Freire, para quem a Educação Popular está intrinsecamente relacionada à transformação social: “[...] havia uma relação muito estreita entre educação e transformação da sociedade” (Freire; Nogueira, 2005, p. 17). Assim, ao reafirmar a força do coletivo e da Educação Popular, destaca-se que é por meio da participação ativa e da consciência crítica do povo que se torna possível avançar na construção de uma sociedade mais justa e digna para todas as pessoas. E, se falamos em transformação, logo falamos também em romper com os mitos que recaem, nos diferentes tempos da história, sobre o feminino, sobre o ser mulher.

A canção “Solo le pido a Dios” representa um forte apelo à dignidade humana e serve como denúncia das injustiças sociais, das guerras, das opressões e das situações de exílio. A letra apresenta uma crítica direta às condições impostas aos trabalhadores e àqueles que lutam por seus sonhos, evidenciando o sofrimento e as perdas causados por sistemas que exploram, desiludem e oprimem. A música ressalta como tais experiências impactam profundamente a vida das pessoas, levando muitas delas a se perguntarem sobre a necessidade de partir e viver

longe de sua própria cultura e de suas raízes, como forma de escapar das dores e perseguições resultantes das ditaduras.

Ainda que o exílio se torne, por vezes, uma alternativa necessária para a sobrevivência diante de contextos tão adversos, a canção aponta também para a dimensão da esperança, esperança essa descrita por Paulo Freire (2011) como categoria ontológica, ou seja, pertencente ao ser humano. Mesmo na ausência e no distanciamento provocados por um exílio ou por uma desapropriação de território coletivo, a esperança permanece viva na possibilidade de sonhar com dias melhores, sustentando uma mística de fé na força coletiva e na transformação. Dessa forma, “Solo le pido a Dios” se faz não apenas denúncia, mas também expressão da resistência e da confiança na construção de um futuro mais justo e digno para todos.

É sobre o sonho e esse apelo que a organicidade coletiva se pauta na construção do Feminismo Camponês Popular (FCP), como já se pode notar: um feminismo que se faz presente na luta histórica das mulheres camponesas, no bem coletivo da classe popular e na mística que se entrelaça ao processo político e pedagógico da Educação Popular. Trabalhou-se, nesse sentido, a importância da organicidade na demarcação das conquistas de direitos coletivos para a transformação social, bem como a importância da crítica ao sistema opressor, para não cair nos mesmos erros e acabar reproduzindo aquilo que se pretende destronar, ou seja, as estruturas patriarcais, machistas e racistas, que também se expressam nas relações de gênero, de classe e de raça/etnia.

Em Alagoas, as mulheres organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) têm construído a solidariedade enquanto dimensão pedagógica do trabalho de base. É por meio do processo de construção desse Feminismo Camponês Popular — feminista por ser de mulheres, camponês enquanto classe e popular por assumir a construção de um projeto que pauta o povo a partir dos princípios da solidariedade e da coletividade — que se tem consolidado, nas formações, na organicidade e na luta, o que podemos chamar de práxis pedagógica da Educação Popular.

Na obra *Mulheres Camponesas semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia* (2018), consta um capítulo que tece alguns momentos da luta dessas mulheres na promoção da autonomia e na consolidação do Feminismo Camponês Popular (FCP). Intitulada “Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) na luta pela autonomia das mulheres camponesas em Alagoas”, a seção aborda a história do nascimento da organização, o processo de mobilização e o caminho de descobertas feministas pelas camponesas. “Essa cultura patriarcal é tão forte que até mesmo as mulheres que compõem o MMC falam que antes de fazerem parte da organização não se reconheciam enquanto sujeitos fundamentais e de suas casas e da produção que realizam” (Silva *et al.*, 2018, p. 84).

Ainda para as autoras, “[...] o trabalho de base busca organizar as camponesas e trabalhar a formação” (2018, p. 85), apontando que tal trabalho se faz na construção dessa educação, que é popular, sendo pedagógica na luta por direitos, mas também no enfrentamento aos sistemas de produção na agricultura que, majoritariamente, no estado de Alagoas, ainda se dão pela monocultura da terra.

Logo, pode-se notar que a agroecologia constitui um elemento fundante da organicidade deste movimento social de autonomia feminista, sendo parte de um processo integrativo. Mesmo sendo um feminismo construído por mulheres contra a propagação do machismo, a transformação se dá na construção conjunta, sem excluir os homens do processo, pois, do contrário, estaria reproduzindo aquilo que se critica. O que implica dizer que, esse feminismo de base popular constrói-se coletivamente, juntas e juntos, para que possamos constituir novas formas de vida: uma vida com dignidade, sem violência e com condições dignas de se viver.

O projeto de produção camponesa pautado por essas autoras, a partir de suas histórias, consolida-se na premissa de que é preciso “Fortalecer a luta em defesa da vida. Todos os dias”, mas essa não é uma defesa da vida no sentido hegemônico; trata-se da defesa construída a partir de novas relações de vida humana, nas relações uns com os outros e com a própria natureza.

Essa premissa se aplica na medida em que se constrói o processo de organização e de consciência crítica sobre o papel e a visibilidade do trabalho das mulheres, o enfrentamento às diferentes formas de violência e a tomada de consciência e de decisões coletivas, que são aplicadas tanto pelas mulheres quanto por aqueles que estão à sua volta, na comunidade e no seio familiar. Assim, constitui-se o “[...] mote da luta das mulheres camponesas que entendem que a defesa da vida é a luta pelo fim da violência contra as mulheres, contra a violência do agronegócio, pela defesa da agroecologia como modo de vida” (Silva *et al.*, 2018, p. 85).

Com base nos processos elaborados pelo movimento no estado de Alagoas, nota-se que a solidariedade se torna parte da luta e do combate às opressões, ao mesmo tempo em que se constrói a autonomia das mulheres. Mas o que é a solidariedade, qual é o seu princípio e como ele se torna parte do processo pedagógico? Para Telmo Adams (2019), a solidariedade é um princípio democrático e participativo, sendo resultado de um processo prático e participativo da esfera democrática e política, necessário para a transformação coletiva e para a responsabilidade com o outro. A solidariedade se constitui, portanto, de forma a atravessar as fronteiras que nos impedem de ver e buscar mudanças sociais; ela é internacional e ultrapassa as fronteiras entre países. A solidariedade é direcionada pela necessidade de que “[...] pode suscitar a motivação de lutar por caminhos que valorizem o conhecimento e a organização coletiva para gerar meios de vida dignos” (Adams, 2019, p. 438).

No contexto da solidariedade na promoção de uma vida digna e na consolidação do Feminismo Camponês Popular em Alagoas, é relevante destacar a atuação das camponesas alagoanas durante a pandemia da COVID-19. Durante esse período desafiador, as mulheres camponesas organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), por meio de seu trabalho de base, adotaram práticas de Educação Popular e de solidariedade para enfrentar a crescente questão da fome no país, evidenciando a importância dessas ações no contexto histórico vivenciado.

Segundo Crísea Cristo (2020), as ações solidárias em Alagoas ocorreram durante a pandemia como forma de ação pedagógica e de partilha de saberes entre campo e cidade. As ações, que previam espaços de formação sobre saúde, a produção de quintais medicinais e a doação de alimentos, também constituíam formas de fazer luta, ao denunciarem os descasos governamentais diante da ausência de políticas públicas de enfrentamento à crise sanitária que o país vivenciava.

As mulheres camponesas organizadas no MMC no estado de Alagoas constroem a campanha Periferia Viva junto de outros movimentos e organizações populares. Kits com ervas medicinais, alimentos não perecíveis e aqueles produzidos nos quintais agroecológicos das famílias camponesas são doados para comunidades urbanas em situação de vulnerabilidade. Além dos alimentos e plantas prontas para consumo, o MMC/AL atua na produção de mudas de ervas medicinais para as hortas em modalidade de Farmácias Vivas, que estão sendo construídas nos bairros a beira da lagoa Mundaú, na capital alagoana, em parceria com a Casa da Soberania Popular [...] a contribuição pedagógica que esses processos proporcionam para o avanço de consciência dos povos e da organicidade da militância, assim como a unidade do nosso campo vai se fortalecendo local e nacionalmente. Palavras de ordem ecoam: Fortalecer a luta em defesa da vida! Contra o genocídio de mulheres e homens pobres, pretos e periféricos! (Cristo, 2020, *online*).

Observa-se, no decorrer deste escrito, que a Educação Popular e a mística também estão interligadas à solidariedade, já que esta possui como princípio a participação democrática e coletiva, a construção de caminhos alternativos e a promoção de um mundo mais justo.

Nesse sentido, podemos dizer que, por meio da ação solidária, da reflexão nos processos de formação e da luta como enfrentamento às violências e às hegemonias, em Alagoas, as mulheres organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas vêm, ao longo da história, demarcando esse lugar no processo de construção da consciência crítica e da organicidade feminista, que se dá por meio dos métodos de uma Educação Popular. E, como diria Paulo Freire, em *À sombra desta mangueira*, “[...] a educação precisa tanto da formação técnica, científica, profissional quanto do sonho e da utopia” (Freire, 2019, p. 49).

Portanto, se a educação requer essas interações, pode-se afirmar que a luta pelos direitos, por meio do Feminismo Camponês Popular em Alagoas, continuará a existir com sua essência

mística e solidária. Isso permitirá superar divisões e intolerâncias, uma vez que os sonhos coletivos se tornam realizáveis por meio da resistência e das denúncias, avançando em direção a uma sociedade ética, responsável, democrática e solidária.

E assim, antes de adentrarmos na próxima seção, lançamos o convite para mergulhar na mística narrativa da canção da cordelista quilombola Vitória Paixão, que nos conduz aos aspectos de quem são as mulheres alagoanas.

MULHER ALAGOANA (Vitória Paixão -Quilombola / AL - 2019)

Mulher alagoana
Tem prazer na vida
Mulher alagoana
Não ficar pra trás
Vai se realizando um pouco a cada dia
Elas são de luta, esperança e paz!

Na beira da praia
Ou nas matas húmidas
Mulher do agreste, diz que é bom sonhar
Salve as ribeirinhas lá das lagunas,
Índias e quilombolas do sertão e do mar!

Vem de muito longe
Esse elo de amor
Da nossa bisavó
Da mãe que nos criou
força que se proclama
num colo protetor

Alagoana eu sou
Minha mãe é
Fonte da minha vida
Razão de ser mulher
Alagoana, flor de Mariá
Filhas de Dandara!
E das índias KOIUPANKÁ

Mulher alagoana
Tem prazer na vida
Mulher alagoana
Não ficar pra trás
Vai se realizando um pouco a cada dia
Elas são de luta, esperança e paz!

Como é possível notar na poesia, o mito do ser guerreira é bem diferente e distinto da mística organizativa de ser mulher. O prazer na vida está atrelado a não ficar para trás na

história, e esse não ficar para trás, como vimos nas primeiras e segundas seções, é marcado por lutas constantes pela demarcação de direitos.

Como é possível notar na poesia, a realização das alagoanas, bem como das mulheres enquanto questão de gênero, faz-se um pouco a cada dia, dias esses vivenciados na esperança, o que nos leva às premissas de questionar os mitos presentes na expressão que dá título a esta seção, “mulher guerreira”. Ser mulher, na poesia da cordelista Vitória Paixão, está atrelado à mística organizativa das alagoanas nos diferentes territórios e nas diferentes raças/etnias que as constituem enquanto mulheres alagoanas.

A expressão “mulher guerreira”, dita com tanta graça e utilizada como forma de elogio às mulheres, nega as facetas de uma sociedade que não valoriza nem visibiliza o trabalho feminino, atribuindo à ideia de guerreira o sentido de uma mulher vitoriosa e incansável, quando, na verdade, estamos construindo uma sociedade na qual muitas mulheres estão adoecidas e invisibilizadas.

Para conquistar espaços na sociedade brasileira, marcada pelo machismo e pela opressão, as mulheres precisam estar em constante luta pela demarcação de direitos coletivos. Esses direitos não são apenas para melhorar a vida das mulheres, mas também a de toda uma classe. Quando a mulher avança, a sociedade avança junto. O prazer na vida está atrelado a não ficar para trás na história e, como vimos nas primeiras seções, essa luta constante é marcada pela conquista de direitos.

Nesse sentido, não podemos esquecer que, no palco da história e da educação social, as mulheres são chamadas de guerreiras quando convém ocultar a história e mascarar os índices sociais da exploração que se fez e se faz até os dias atuais. Como nos coloca a pesquisadora Silvia Federici (2019), em *Mulheres e a caça às bruxas*, podemos interpretar que a lógica de controle sobre os corpos das mulheres se atualiza e se reconfigura em contextos contemporâneos, manifestando-se em iniciativas legislativas que tensionam direitos historicamente conquistados. Nesse sentido, a tramitação da PEC 164/2012, aprovada em novembro de 2024 pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, evidencia uma ofensiva no campo dos direitos sexuais e reprodutivos.

A proposta, ao buscar proibir o aborto em quaisquer circunstâncias, inclusive nas hipóteses atualmente admitidas pelo ordenamento jurídico, como nos casos de estupro, risco à vida da gestante e anencefalia do feto, sinaliza um movimento de potencial regressão normativa. Tal cenário revela que, mesmo diante de avanços legislativos anteriores, persistem disputas em torno da autonomia das mulheres sobre seus próprios corpos, reafirmando que os direitos conquistados não são estáticos, mas permanentemente tensionados no campo político e jurídico

Não se pode perder de vista que processos históricos como a chamada “caça às bruxas”

representaram formas de punição e controle sobre mulheres que ousaram desafiar os limites socialmente impostos. Na contemporaneidade, tais mecanismos não desaparecem, mas se reconfiguram, tensionando continuamente os direitos conquistados. Nesse cenário, marcado por disputas e resistências, torna-se fundamental compreender como as mulheres constroem sentidos, forças e estratégias coletivas de enfrentamento. É nesse horizonte que se insere a discussão sobre a mística na Educação Popular, entendida como dimensão político-pedagógica capaz de mobilizar afetos, fortalecer identidades e impulsionar processos de transformação social. Inspirada na resistência evocada pela poesia “Mulher Alagoana”, aposta-se na mística como elemento agregador de experiências e como força viva na construção de práticas emancipatórias.

Esses elementos transformadores encontrados tanto na mística quanto na Educação Popular são elementos vivos e vividos; não estão circunscritos a um determinado tempo, mas se configuram em significados que atendem ao espaço, ao momento e ao lugar em que são experienciados. A mística, na Educação Popular, tal como encontrada nas falas das mulheres entrevistadas, constitui-se como um componente vital; ela não se restringe ao instante em que é realizada, mas se apresenta como um processo educativo, participativo e coletivo; é um tipo de adubo, se assim posso dizer, que fortalece a luta por direitos e a construção da unidade na diversidade.

Para a mulher entrevistada, “Mãe Terra”, ao refletir sobre o que seria a mística, a resposta foi: “[...] a mística é a oração do movimento, ela enche a gente de esperança de um novo espírito, para levar a gente mais além daquilo que sonhamos. Então, a Mística é isso, para mim” (Cordel encantado, 2025). Para ela, a mística da Educação Popular constitui uma espécie de ferramenta potente para a transformação social, capaz de promover uma educação que é, ao mesmo tempo, crítica e libertadora. Por meio da mística, militantes e lideranças tornam-se educadoras e educadores, enquanto educandas e educandos envolvidos nos processos de mobilização, organização e luta podem conectar-se mais profundamente com suas realidades e aspirações. Trata-se do que “Mãe Terra” nomeou como espírito do movimento: aquilo que dá vida a um espaço de aprendizagem coletiva e de caráter transformador.

Epistemologicamente, o termo “espírito” vem do latim *spiritus*, que significa “sopro”. Na filosofia ocidental, o conceito de espírito aparece em diferentes obras e tradições clássicas, assumindo sentidos diversos ao longo da história do pensamento, como ressalta Japiassú (2001).

Na filosofia herdada de Descartes, o espírito é o princípio do pensamento: “Meu espírito, isto é, eu mesmo enquanto sou apenas uma coisa que pensa” (Descartes). Opõe-se ao corpo. à matéria, à extensão, na medida em que é indivisível e totalizante (a matéria é divisível e diversificante). O espírito testemunha nossa liberdade relativamente à natureza que é necessária e

determinada. Enfim, é o aspecto espiritual ou religioso de nossa existência, oposto ao aspecto sensual, carnal e mundano. E o princípio do pensamento, da reflexão e do homem. Em seu sentido metafísico, notadamente em Hegel, o espírito, absolutamente primeiro, é a verdade da natureza: é a ideia que chegou ao ser-para-si: essa interiorização do ser-fora-de-si, que é a natureza, desenvolve-se do espírito subjetivo (alma, consciência, fatos psíquicos) ao espírito objetivo (direito, costumes, moralidade) e ao espírito absoluto (através da arte, da religião) a fim de chegar à filosofia, que é a forma última na qual se unem a arte (representação sensível) e a religião (Japiassú, 2001, p. 66).

Diferentemente do tratamento conferido ao espírito por parte da tradição filosófica ocidental, que, em muitos momentos, o apartou da vida concreta ou o reduziu a uma dimensão abstrata e secundária, a mística, tal como aparece na fala da entrevistada, inscreve-se em outra chave de compreensão. Quando Mística Cantadeira a nomeia como “espírito”, não se refere a algo desencarnado, alheio à materialidade da existência, mas a uma força viva que atravessa a experiência coletiva e se manifesta como pensamento, indignação, desejo comum e busca de transformação. Nessa perspectiva, a mística não apenas mobiliza afetos, mas constitui-se como processo formativo, pois produz reflexão crítica, orienta sentidos e fortalece a construção do esperar em torno do objetivo comum da luta. É nesse movimento que o espírito, longe de significar uma fuga do real, concretiza-se na grandeza da Mãe Terra, na vida partilhada e na capacidade de elaborar coletivamente outras possibilidades de existência.

Diante de tudo o que foi colocado nesta seção, pode-se dizer que a mística na Educação Popular desempenha papel fundamental na formação de sujeitos críticos e comprometidos com a transformação social, especialmente entre as mulheres camponesas alagoanas, para as quais a ontologia do ser se constitui em compromisso com a alteridade coletiva. Isso significa que, ao considerar essa dimensão do espírito como aquilo que dá vida, seja no sentido filosófico ou religioso, percebemos que a mística se manifesta como uma energia que perpassa e nutre as práticas cotidianas do fazer Educação Popular, fortalecendo vínculos de pertencimento na busca por alternativas emancipatórias. Sua presença é sentida tanto nos rituais simbólicos quanto nos gestos simples de solidariedade, tornando-se parte integrante do processo formativo e da mobilização coletiva.

Ao valorizar as experiências, os saberes e os sentimentos, a mística consolida-se como um elo entre individualidade e coletividade, fortalecendo a luta por direitos e justiça. Assim, fechamos esta seção com um chamado para o próximo capítulo, no qual aprofundaremos o olhar sobre o sentido da mística e sua articulação concreta na luta das mulheres organizadas no MMC, evidenciando práticas, desafios e conquistas que constituem essa trajetória coletiva de resistência e esperança.

4 O SENTIDO DA MÍSTICA NA EDUCAÇÃO POPULAR E LUTA POR DIREITOS DAS CAMPONESAS ALAGONAS ORGANIZADAS NO MMC

A mística trabalhada até aqui é compreendida como algo sentido e vivenciado, que se move por meio da ideologia da Educação Popular. Na concepção abordada nesta pesquisa, não é possível pensar a mística fora do contexto educativo, pois ela representa a Educação Popular em movimento, constituindo-se como uma dimensão que articula experiência, reflexão, sentimento e ação coletiva.

A mística é considerada um espaço participativo no interior dos movimentos sociais e populares, entendida como uma práxis que envolve a Educação Popular, os sentimentos, as emoções, as vontades, os desejos, os sonhos, as esperanças, a religião, os medos, as revoltas, as dores e os amores. A mística não está sujeita ao princípio da não contradição, segundo o qual aquilo que é não pode, ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto, não ser. Ao contrário, ela se constitui justamente na possibilidade de articular diferentes dimensões da existência humana, inclusive aquelas que, à primeira vista, podem parecer contraditórias.

Na seção anterior, foram apresentados alguns elementos acerca do que é a mística, bem como discutida a participação das mulheres na sociedade e na própria construção da Educação Popular. Também foi apontado o que diferencia a mística dos mitos e dos misticismos, além de terem sido apresentados alguns de seus sentidos. No que diz respeito à dimensão religiosa e à fé, pode-se dizer que, durante determinado período histórico, a mística esteve associada, de maneira mais restrita, aos ritos conduzidos pelas igrejas. Entretanto, essa compreensão foi sendo ampliada, permitindo pensar a mística para além de uma dimensão exclusivamente religiosa, como afirma Walter Marschner (2008):

A princípio as experiências místicas não diferem daquilo que as religiões sempre prometeram e celebraram: cura, libertação, paz, sentir-se em casa, salvação. Houve um tempo em que a mística era exclusividade da instituição igreja, algo de manejo próprio dos sacerdotes. Na Idade Média, pessoas vivendo no confinamento do claustro e na disciplina das ordens religiosas cultivavam uma vida de simplicidade, trabalho e oração em busca de experiências místicas. Atualmente, a mística passa por um processo de apropriação popular. Ela migrou dos espaços fechados do sagrado institucionalizado para o contexto fecundo das lutas sociais, assumindo assim sentidos múltiplos. Pode ser vista como um exercício, um modo de vida, uma forma de ver, uma forma de celebração. O que para uns é só sentimento, para outros é dedicação profunda a uma causa. A questão toda é como a mística hoje lida com estes sentimentos, que processos sociais e históricos ela pode desencadear, uma vez que nela está uma dose inigualável de energia imaginativa (Marschner, 2008, p. 4).

Os momentos de mística, tal como expressos por Marschner, ultrapassam as fronteiras do sagrado institucional e transformam-se em vivências profundas de reflexão, ação e

elaboração teórica, constituindo uma educação política e coletiva marcada pela ética da corresponsabilidade. Nesse contexto, a chamada Mística Revolucionária emerge não apenas como uma celebração de sentimentos e sonhos, mas como um exercício cotidiano de resistência, capaz de mobilizar energias imaginativas e renovar o compromisso com a transformação social. Mais do que um ritual, a mística revela-se como força viva no tecido das lutas populares, alimentando a esperança e a solidariedade entre aquelas e aqueles que ousam reinventar o mundo.

Nesse percurso, a pesquisa-ação revela-se não apenas como método, mas como um convite à travessia entre o saber e o ser, entre o individual e o coletivo, inaugurando um espaço-tempo em que a experiência vivida se converte em fonte de reflexão e práxis. A entrevista semiestruturada, elaborada em cinco movimentos, emerge como espaço de encontro, no qual as vozes das mulheres camponesas, antes silenciadas ou pouco ouvidas nas margens da história, são alçadas à condição de enunciadoras de suas próprias trajetórias e experiências. Nela, o roteiro ultrapassa a dimensão técnica e se torna uma busca pelo sentido do existir em meio à luta, permitindo acessar as experiências, os saberes e os sentidos construídos pelas participantes enquanto sujeitos coletivos.

A ferramenta metodológica da entrevista semiestruturada, articulada à pesquisa participativa e aos princípios da Educação Popular, propõe, assim, uma relação dinâmica entre perguntas e respostas, na qual o rigor do planejamento convive com a abertura ao inesperado, e a escuta se constitui como um ato fundante de hospitalidade ética. Cada resposta, mais do que um dado, revela-se como expressão das experiências vividas, das marcas da opressão e das sementes de esperança que germinam na coletividade. A pesquisa, longe de ser mero No limiar da entrevista, o gesto inaugural de acolhimento e confirmação da participação desenha um espaço de diálogo, no qual consentimento e autonomia constituem princípios primeiros. As perguntas sobre identidade e trajetória ressoam como convites à memória, trazendo à superfície os fios que tecem histórias individuais e coletivas. Ao adentrar os temas da Educação Popular, da mística e das práticas do MMC, a entrevista torna-se uma travessia de sentidos, na qual a mística se revela não como doutrina, mas como experiência radical do estar junto e do sonhar com o coletivo

As questões sobre autonomia, libertação e futuro convertem-se em espelhos, instigando cada participante a olhar para si e para o mundo, levando-a a compreender que toda resposta é, também, uma possibilidade de transformação. O fechamento, longe de ser um simples adeus, constitui-se como um momento de gratidão e escuta plena, reafirmando o protagonismo das mulheres camponesas enquanto autoras de suas próprias existências compartilhadas.

Assim, o roteiro da entrevista semiestruturada transforma-se em um gesto filosófico: orienta o pensamento para o horizonte da escuta ativa e do compromisso com o outro, no qual a ética do cuidado e o desejo de emancipação se entrelaçam. Aqui, educar e pesquisar são verbos inseparáveis do verbo esperar, e a mística revolucionária, mais do que um tema, constitui-se como força mobilizadora da transformação, impulsionando o vir a ser coletivo.

Ao harmonizar pesquisa-ação e escuta sensível, a investigação não apenas coleta informações, mas constrói pontes de sentido e pertencimento, reconhecendo as entrevistadas como sujeitos históricos, conscientes e criadores de mundo. O roteiro, nesse contexto, é bússola e travessia, demarcando a centralidade do encontro e a potência da palavra viva, capaz de inaugurar novas possibilidades de existência em comunhão e solidariedade, no seio das lutas sociais.

4.1 Educação popular e mística revolucionária e os territórios onde foram aplicadas as entrevistas semiestruturadas como ferramenta de pesquisa-ação participativa

Os municípios de União dos Palmares, Branquinha, Murici, Messias, Maceió e Palmeira dos Índios, onde a pesquisa-ação foi aplicada, têm suas histórias profundamente marcadas pelo coronelismo e pela política escravocrata. Entre o final do século XIX e meados do século XX, essas práticas concentravam o poder social e político nas mãos dos chamados “coronéis”, por meio das oligarquias, que dominavam votos, decisões administrativas e o acesso a serviços públicos. Essas condições reverberam, sob diferentes configurações, até os dias atuais, a exemplo do que discutem Júlia Klein Caldas e Bruno Lima Rocha Beaklini (2016), no artigo “Fernando Collor, proprietário e político: o uso da Gazeta de Alagoas como prática para o coronelismo eletrônico”, ao apontarem para a resignificação do exercício do poder por meio das mídias e dos monopólios, constituindo uma hegemonia midiática capaz de interferir na disputa de narrativas.

Em Alagoas, o principal grupo de comunicação é a Organização Arnon de Mello (OAM), que pertence ao ex-presidente e senador Fernando Collor de Mello (Partido Trabalhista Brasileiro). O grupo conta com o jornal Gazeta de Alagoas (líder no Estado), a TV Gazeta, rádios Gazeta AM e FM, Rádio Clube de Alagoas, instituto de pesquisas Gape, portal Gazetaweb e o Instituto Arnon de Mello (Caldas; Beaklini, 2016, p. 22).

Diante desse cenário, torna-se evidente que o fenômeno do coronelismo assumiu novas facetas na atualidade. No entanto, o povo também reconfigurou suas formas de organização. O que antes enfrentava a colonização e o poder concentrado em núcleos restritos passa, agora, a lidar com o avanço dos latifundiários e das oligarquias agrárias. Isso demonstra que o aprendizado com os quilombos e os povos tradicionais constitui uma necessidade ancestral,

aprofundando a reflexão de que somente a organização social coletiva pode desafiar e romper as estruturas de dominação historicamente impostas nos territórios.

Nesse sentido, a construção de espaços de participação popular e o fortalecimento dos movimentos sociais consolidam a autonomia dos povos historicamente subalternizados, permitindo que suas vozes sejam ouvidas e que seus direitos sejam reivindicados. Esses espaços de organização coletiva constituem-se, portanto, como formas de enfrentamento às estruturas de poder que se reproduzem e se atualizam nos territórios, possibilitando a construção de outras formas de participação política e de exercício da cidadania.

Assim, a resistência articulada pelas comunidades apresenta-se como resposta fundamental à perpetuação dos mecanismos de poder, alimentando processos de emancipação e transformação social que buscam reequilibrar as relações políticas e garantir justiça e igualdade nos territórios. Nesse contexto, o controle político historicamente assegurado por meio de relações de dependência, clientelismo e patrimonialismo permitia que os chamados “donos das terras” locais influenciassem eleições, nomeações e políticas públicas, frequentemente em troca de favores, proteção ou benefícios, constituindo redes de poder paralelas às instituições oficiais. Segundo o escritor Victor Nunes Leal, o “[...] coronelismo” é “resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada” (Leal, 2012, p. 31). Para o autor, caso esse fenômeno continue a existir nos dias atuais, ele não pode ser compreendido como uma “[...] mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial” (Leal, 2012, p. 31).

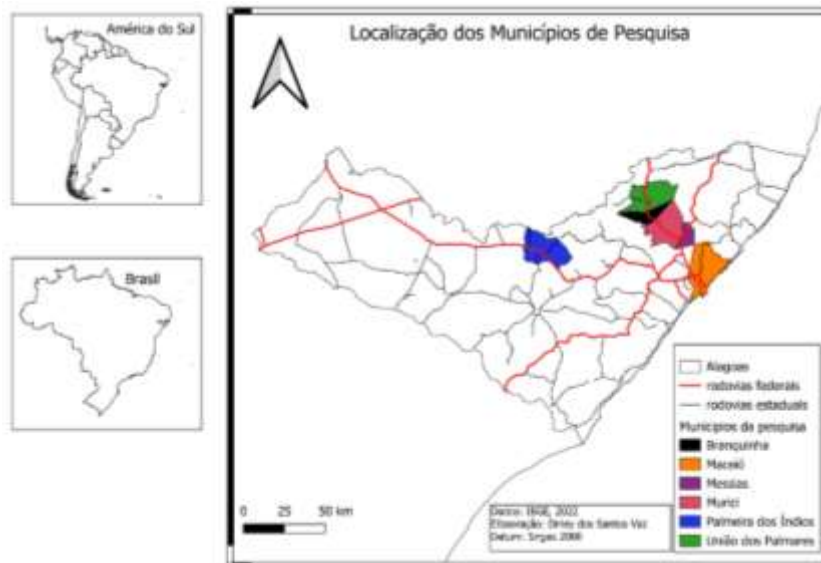
Dessa forma, compreender esse contexto é fundamental para analisar não apenas a história, mas também as dimensões culturais, econômicas e sociais que permeiam os territórios onde a pesquisa foi aplicada e, ao mesmo tempo, mergulhar nas falas das entrevistadas enquanto expressão de processos de organização social. Trata-se de olhar atentamente para as marcas desses territórios, nos quais o poder, a memória e a identidade coletiva são continuamente reconstruídos em meio à resistência e à busca por autonomia da classe camponesa e, em especial, das mulheres.

Logo, para compreender a importância da mística na Educação Popular, é essencial considerar o contexto territorial e geopolítico desses municípios. Eles constituem espaços de (re)existência das mulheres organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas em Alagoas (MMC/AL). As lideranças entrevistadas são oriundas dessas cidades e passaram por diferentes níveis de escolarização formal, mesmo diante das disputas históricas por espaços, reconhecimento e direitos. O elo comum entre esses territórios é uma trajetória de resistência,

de formação territorial pós-colonial e de construção contínua de identidades culturais e políticas, com destaque para os legados afro-brasileiro e indígena.

A colonização e a ocupação de Alagoas tiveram como características marcantes, desde a invasão portuguesa, a exploração territorial e, em contraposição, diferentes formas de resistência negra e indígena. Os povoados e as vilas que surgiram foram, em muitos casos, organizados no entorno de rios e terras férteis, impulsionados pela atuação de sesmeiros e pela instalação dos engenhos de açúcar. Muitos municípios eram originalmente distritos de grandes cidades e foram emancipados entre os séculos XIX e XX, refletindo processos de reconfiguração política e administrativa do estado. União dos Palmares e Maceió, por exemplo, tornaram-se estratégicas em razão da expansão das infraestruturas ferroviária e rodoviária, que impactaram o desenvolvimento econômico e político regional, mas também em função de sua inserção nas estruturas dos monopólios canavieiros. Esses territórios foram, ainda, palcos de lutas históricas, como aquelas relacionadas ao grande Quilombo dos Palmares, já abordado anteriormente. Assim, foram se constituindo como espaços de um complexo agropastoril que, segundo Albuquerque (2017), especialmente na capital, adquiriu, ao longo do tempo, um “[...] papel disciplinador na ocupação territorial” (Albuquerque, 2017, p. 40).

Esses espaços guardam, de forma viva, a memória e as lutas de seus povos. União dos Palmares é reconhecida por sua relação histórica com o Quilombo dos Palmares, símbolo da resistência à escravização e da busca por liberdade e autonomia das populações africanas e afrodescendentes no Brasil. Palmeira dos Índios destaca-se pela presença histórica e pela visão de mundo do povo Xukuru-Kariri, fundamental para a constituição da identidade local. Messias, Branquinha e Murici preservam forte tradição relacionada à produção canavieira e às festas populares, que articulam fé, cultura e formas de resistência simbólica. Já Maceió, além de constituir a capital política do estado, representa um espaço de articulação regional no qual se concentra parte significativa das instituições de ensino superior. É para esses espaços que muitas das entrevistadas que tiveram acesso a um curso superior precisaram se deslocar, evidenciando também as desigualdades territoriais de acesso à educação e os caminhos percorridos por essas mulheres em suas trajetórias formativas.

Figura 8 - Mapa dos municípios onde a pesquisa foi aplicada.

Fonte: Dirley Vaz (2026).

Os municípios destacados no mapa acima foram selecionados considerando, sobretudo, a presença de mulheres que, além de exercerem papéis de liderança em suas comunidades, integram ou integraram a direção organizativa do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Nessas localidades, observa-se que, para além das opressões impostas pelos sistemas patriarcal, racista e classista, existem corpos-territórios de mulheres que resistem e que, em cada depoimento, evidenciam a multiplicidade de ações e estratégias desenvolvidas para enfrentar as estruturas de subordinação ainda fortemente presentes na sociedade, especialmente aquelas sustentadas por relações de poder historicamente marcadas pela centralidade masculina.

A lógica imposta pelo coronelismo gerou relações de dependência e restrição de direitos aos cidadãos, que, muitas vezes, tinham acesso a bens e serviços públicos por meio da concessão de favores. Apesar desse cenário, constituíram-se movimentos e experiências de resistência, tendo o Quilombo dos Palmares como um dos exemplos históricos mais significativos, cuja trajetória permanece como referência de luta por liberdade, autonomia e justiça social. Como já apontado, a transição para a democracia, especialmente no que diz respeito à demarcação e à garantia dos direitos das mulheres, ocorreu de modo lento e parcial, mantendo práticas clientelistas que passaram a se apresentar sob novas configurações políticas e sociais.

Essa transição democrática na história do Brasil também pode ser percebida na própria história da educação formal. Sabemos que a participação dos povos nos espaços de atuação da sociedade civil não ocorreu de forma horizontal, linear ou de uma só vez, tampouco por uma suposta benevolência das gestões governamentais. Pelo contrário, como esta tese vem abordando, as conquistas de direitos populares são construídas e demarcadas por meio da

participação do povo, seja nas revoltas e mobilizações populares, seja nos marcos históricos de resistência contra a opressão, como no Quilombo dos Palmares. Para que os direitos sejam efetivamente demarcados e garantidos ao povo, é necessário que este esteja mobilizado, organizado e consciente de sua força coletiva. É nesse sentido que convocamos a música como elemento da mística e da Educação Popular, para refletirmos, por meio da canção “Sou Roceiro”, de Jorge Pereira de Lima, sobre a força da música que ecoa nos encontros dos movimentos sociais no Brasil.

**Eu sou roceiro, vivo de cavar o chão.
Tenho as mãos calejadas, meu senhor.
Me falta terra, falta casa e falta pão
Não sei onde é o Brasil do lavrador.**

- 1 - Só tenho a enxada e o título de eleitor
Para votar em seus fulanos educados/
Que não fazem nada pelo pobre agricultor,
Que não tem terra para fazer o seu roçado.
- 2 - Este país é do tamanho de um continente,
mas não tem terra para o homem da mão grossa.
De norte a sul, de nascente a poente,
vivo à procura dum lugar pra fazer roça.
- 3 - Escuto o rádio, fico cheio de alegria,
Quando se fala que a reforma vai chegar:
Espero um ano, espero e só se cria
Falsos projetos pra poder me tapear
- 4 - Sou um soldado retirante sem medalha,
Sou estrangeiro quando pego a reclamar.
- 5 - Sou camponês que usa tanga e sandália,
Sou brasileiro só na hora de votar.

A canção “Sou Roceiro”, de Jorge Pereira de Lima, expressa, de maneira direta e simbólica, as condições de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras da classe camponesa, especialmente daqueles e daquelas que dependem da terra para sobreviver por meio da agricultura, mas enfrentam inúmeras dificuldades impostas pelas estruturas social, política e econômica e, portanto, por relações marcadas pelo classismo, pelo racismo e pelo machismo.

O trecho selecionado revela um cotidiano marcado pela luta (“vivo de cavar o chão”), pela precariedade dos instrumentos de trabalho (“só tenho a enxada e o título de eleitor”) e pela ausência de políticas públicas efetivas (“que não fazem nada pelo pobre agricultor”). O título de eleitor, nesse contexto, representa o exercício mínimo da cidadania formal, mas não garante, por si só, o acesso a direitos concretos quando a política se distancia de seu caráter de governança para e pelo povo. Evidencia-se, assim, a distância entre o reconhecimento formal da cidadania e a efetiva realização de políticas capazes de produzir melhorias nas condições de vida da população camponesa.

Ainda ao relacionar esses versos com o contexto territorial e histórico discutido nos parágrafos anteriores, percebe-se que a canção dialoga profundamente com a realidade de municípios alagoanos marcados por práticas históricas de coronelismo, clientelismo e patrimonialismo. O agricultor citado na música representa sujeitos do campo, como trabalhadores e trabalhadoras sem-terra, integrantes de movimentos sociais e pequenos camponeses e camponesas que, mesmo dispondo de instrumentos formais de cidadania, como o título de eleitor, permanecem, muitas vezes, à margem das estruturas de poder, enfrentando dificuldades de acesso à terra e a condições dignas de existência. Esse cenário reflete as persistentes marcas da concentração fundiária e da desigualdade social, elementos estruturantes da formação agrária alagoana. Contudo, é fundamental destacar que tais desigualdades não se distribuem de maneira homogênea.

No contexto de Alagoas, as mulheres das classes populares enfrentam formas ainda mais intensificadas de exclusão, uma vez que a intersecção entre gênero e classe aprofunda as condições de vulnerabilidade e subalternização. Assim, se, para os segmentos socialmente desfavorecidos, o acesso a direitos já se apresenta de forma limitada, para as mulheres camponesas esses obstáculos se ampliam, evidenciando a necessidade de compreender suas lutas a partir de uma perspectiva interseccional. É nesse contexto que as mulheres organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) constroem estratégias de resistência, reivindicando autonomia, justiça social e o reconhecimento de seus direitos.

A canção, em seu processo de articulação com a mística e a Educação Popular, também ecoa o sentimento de busca constante por dignidade (“vivo à procura dum lugar pra fazer roça”), ilustrando o processo de resistência e (re)existência que permeia as narrativas das mulheres e das comunidades rurais. Assim como os depoimentos e as análises do contexto territorial, a canção destaca a importância da mobilização popular e da luta coletiva para romper com práticas opressoras e conquistar espaços de autonomia.

A música, enquanto elemento da mística, reforça a construção de identidade, memória e pertencimento, mobilizando afetos e fortalecendo a união dos povos envolvidos na luta por direitos e justiça social. Portanto, a canção se coloca como expressão e tradução, de forma poética, da experiência vivida e dos desafios enfrentados pelo trabalhador rural diante das estruturas históricas e políticas que ainda limitam seu acesso à terra e à cidadania plena. Ao mesmo tempo, realça a importância do poder do voto e, conseqüentemente, da necessidade de formação e consciência crítica para que o exercício da cidadania não se limite à participação eleitoral, mas se constitua também como instrumento de transformação social.

Como discutido no segundo capítulo desta tese, mais especificamente a partir dos marcos históricos relacionados à constituição da participação popular, ainda que saibamos que

esse processo não representava todo o povo nem contemplava toda a diversidade da classe trabalhadora, a Constituição Federal (CF) de 1988, também chamada de Constituição Cidadã, constitui um marco fundamental para a consolidação de direitos e para as lutas que se desenvolveriam posteriormente. A partir dela, são estabelecidos e fortalecidos dispositivos imprescindíveis às lutas relacionadas aos direitos sociais, à classe trabalhadora e às questões de gênero e raça, bem como à reconstrução e à ressignificação da história do país em seus aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos.

Ao realizarmos uma leitura crítica da Constituição Federal de 1988, especialmente de seu Capítulo III, que trata da Educação, da Cultura e do Desporto, é possível compreender que esse documento permite uma reflexão ampla sobre o campo educacional, seus diferentes âmbitos de atuação, correntes pedagógicas e públicos atendidos. Além disso, a Constituição abre espaço para diferentes projetos de ensino, currículos, formas de gestão e para a discussão do papel da educação superior. Dessa maneira, vislumbra-se a possibilidade de criação e fortalecimento de políticas públicas e de investimentos na educação, como ocorre, por exemplo, com a política de cotas. Esse mecanismo, por vezes, exige que a sociedade se mobilize e faça suas vozes ecoarem, não apenas para evitar retrocessos ou sua revogação, mas, principalmente, para ampliá-lo e aperfeiçoá-lo, de modo a atender aqueles e aquelas que historicamente tiveram seu acesso à educação superior restringido.

Ao trazer à tona a Política de Cotas no Brasil, deve-se registrar que ela foi instituída em 2012, por meio da Lei nº 12.711/2012, e posteriormente atualizada. Atualmente, a legislação estabelece a reserva de, no mínimo, 50% das vagas nas instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, contemplando, dentro dessa reserva, critérios relacionados à renda e à proporção de pretos, pardos, indígenas e quilombolas, bem como pessoas com deficiência, conforme as alterações posteriores introduzidas na legislação. Trata-se, portanto, de uma política que materializa, no campo educacional, parte das lutas históricas pela democratização do acesso, evidenciando que direitos não são concessões, mas resultado de processos coletivos de mobilização, organização e disputa política.

Segundo dados da Enap (2025), em 2023, o sistema federal de cotas foi revisado, passando a incluir pessoas quilombolas e reduzindo o limite de renda familiar per capita para um salário mínimo. Contudo, é importante destacar que a política de cotas permanece como tema de intenso debate em uma sociedade historicamente marcada pelo racismo estrutural, pelo negacionismo, pelo genocídio e por um patriarcado elitista, fatores que influenciam os rumos da política nacional e o próprio acesso a essa política de direito. Conforme dados do relatório publicado em 2025 pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em parceria com o

Ministério da Igualdade Racial (MIR), embora a política de cotas se mostre necessária, ela ainda se apresenta insuficiente diante das demandas de reparação histórica. Segundo a análise apresentada no documento, a implementação da política de cotas raciais não foi suficiente para garantir plenamente a inclusão, mesmo diante do alcance da meta de reservar 20% das vagas em concursos públicos para pessoas negras. Ainda assim, observa-se que a política contribuiu, embora de forma limitada, para ampliar a representatividade da população negra no serviço público federal.

Isso ocorre porque as cotas constituem reservas de vagas destinadas a determinados segmentos que, embora sejam frequentemente denominados minoritários, em termos populacionais podem constituir parcelas expressivas ou mesmo majoritárias da sociedade. Ao analisar o perfil social e histórico, percebe-se que sua condição de “minoría” está relacionada, sobretudo, ao acesso desigual aos espaços educacionais, ao mercado de trabalho e a outros espaços de poder, configurando grupos historicamente sub-representados. Entre eles estão pessoas negras (pretas ou pardas), indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência. No caso da política de cotas para ingresso em cursos de graduação nas instituições federais de ensino superior, além dos critérios étnico-raciais e de outros critérios previstos na legislação, a reserva de vagas está vinculada à trajetória escolar em instituições públicas. Dessa forma, estabelece-se uma articulação entre diferentes marcadores sociais, considerando que, para determinados grupos, as desigualdades raciais se entrelaçam às condições socioeconômicas e às oportunidades desiguais de acesso e permanência na educação.

A Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em parceria com o Ministério da Igualdade Racial (MIR), publicou, em 2025, um relatório que analisa essa política, destacando não apenas dados quantitativos, mas também a perspectiva de esperança presente quando políticas públicas são orientadas à garantia de direitos. O documento evidencia que, para além do campo educacional, as ações afirmativas também alcançam o mundo do trabalho e o serviço público, ampliando a participação social e buscando contribuir para a redistribuição de oportunidades e para a reparação de desigualdades históricas decorrentes de práticas discriminatórias, como o racismo, o capacitismo e o sexismo, entre outras formas de exclusão. Dessa maneira, o relatório da Enap contribui para o debate sobre a efetividade das ações afirmativas e reforça o papel das políticas públicas na promoção da justiça social e no enfrentamento das desigualdades estruturais.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, diante da abordagem da Educação Popular e da mística revolucionária nos territórios onde foram realizadas as entrevistas semiestruturadas, é possível observar que a luta organizada e a defesa dos direitos constituem motores de força e mobilização. As mulheres camponesas organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas

(MMC), ao serem entrevistadas, definiram a Educação Popular e a mística como processos imbricados, cuja separação se mostra impossível. Para elas, educar, organizar, lutar e esperar fazer parte de um mesmo movimento de construção coletiva, no qual a formação não se distancia da realidade vivida nem das disputas por direitos. É nesse sentido que a camponesa Urtiga do Bosque afirmou:

A educação popular é como uma prática do exemplo, da partilha, de conhecimento e formação coletiva — não só teoria, mas aprendizagem que transforma a vida cotidiana. A meu ver a educador/a precisa ser exemplo: ensinar com prática, conhecer a comunidade, oferecer formas de conexão é como ser uma “a pinguela” para que outras pessoas atravessem (abrir caminho). Educação popular é formar para autonomia (econômica, política e pessoal), combinando saberes populares e científicos, e promover transformação social e por isso tão importante ocupamos os espaços na política, para decidimos por nós [...] a relação entre educação popular e mística, é como se fossem inseparáveis e complementares: a mística é a dimensão vívida, afetiva e simbólica (ritual, música, emoção, celebração) que anima e dá sentido às práticas educativas; a educação popular organiza e sistematiza conhecimentos e práticas. Juntas, mística e educação fortalecem a identidade, a união e a capacidade política do movimento — a mística mobiliza e dá força; a educação popular forma e isso traduz em autonomia concreta (feiras, agroecologia, direitos). Para fechar a conversa a mística dá alma e motivação; educação popular dá método e formação — ambos andam lado a lado na prática do movimento (Urtiga do Bosque, 2026).

Diante do exposto, evidencia-se que a mística e a educação popular, articuladas no cotidiano das mulheres camponesas, constituem elementos fundamentais para a construção de processos participativos, emancipadores e transformadores. O protagonismo feminino, aliado à força coletiva, reafirma o potencial revolucionário dessas práticas, ressignificando o sentido da luta e do pertencimento na busca por direitos e justiça social. Assim, avançamos nesta construção textual, aprofundando as temáticas relacionadas à organicidade e às estratégias de mobilização das mulheres, a partir dos sonhos e dos desafios vivenciados na organicidade da educação popular e na valorização do trabalho das mulheres. Nesse movimento, apontamos caminhos para a ampliação das conquistas e para a visibilidade das experiências construídas coletivamente, conforme discutiremos a seguir.

4.2 A dimensão mística está presente nas práticas organizacionais e educativas, nos rituais, nos símbolos, nas canções e nas estratégias de mobilização do MMC em Alagoas

A VIAGEM (canção popular dos movimentos sociais)

1. Eu vim de longe pra encontrar o meu caminha tinha um sorriso e o sorriso ainda valia achei difícil a viagem até aqui, mas eu cheguei, mas eu cheguei

2. Eu vim depressa, eu vim de caminhão Nesse contexto, ao olharmos a mística mais a fundo, a canção popular “A Viagem” surge como expressão concreta desse processo, traduzindo em versos um percurso de luta, resistência e esperança vivenciado pelas mulheres e pelas comunidades camponesas em diferentes momentos da história. A canção foi concebida ainda no contexto das pastorais sociais, na década de 1980, e narra o esforço coletivo de quem enfrenta dificuldades, supera obstáculos e reafirma o sentimento de pertencimento e a unidade na diversidade, fortalecendo a identidade do campesinato e a motivação para a continuidade da luta por direitos e justiça social.

Sob essa perspectiva, no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Alagoas, a mística emerge como elemento central e articulador das ações coletivas, sendo vivenciada de forma concreta nas práticas cotidianas, nos rituais e celebrações, nos símbolos carregados de memória e identidade, além das canções que embalam e fortalecem a luta. Ela não se limita ao campo do simbólico: está presente nas reuniões, nas assembleias, nas feiras agroecológicas, nas manifestações e nas estratégias de mobilização, conferindo sentido e unidade ao grupo. Seria, então, a mística nas organizações sociais organizadas o “Inédito Viável” sobre o qual Paulo Freire nos faz refletir em *Pedagogia do Oprimido* (2021a) e em *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido* (2011), tornando-se aquilo que parece impossível sob a dominação, mas que pode se tornar realidade por meio da organização popular.

Os rituais e símbolos utilizados pelo MMC revelam a riqueza da tradição popular e o protagonismo feminino na construção de novos caminhos. As canções, por sua vez, constituem instrumentos de resistência e celebração, transmitindo valores, histórias e sonhos compartilhados. A mística, nesse sentido, torna-se uma linguagem capaz de conectar diferentes gerações, fortalecer vínculos e motivar a participação ativa das mulheres, especialmente em momentos de desafio e enfrentamento.

Para todas as mulheres entrevistadas, a educação popular entrelaça-se à mística no processo de organização e nas formações do movimento. A seguir, apresentamos o quadro com os dados socioculturais e o perfil das mulheres que dão rosto e voz a esta tese.

Quadro 8 - Levantamento sociocultural.

Nº	Codinome	Município	Idade	Casada (S/N)	É Mãe? (S/N)	Escolaridade	Cor/Etnia
1	Mística Cantadeira	Maceió	29	Não	Não	Ensino Superior Completo	Branca
2	Urtiga do Bosque	Messias	43	Não	Sim	Ensino Superior Completo - PRONERA	Parda
3	Rochedo Florido	União dos Palmares	31	Não	Sim	Ensino Médio Técnico	Indígena
4	Cordel Encantado	Branquinha	57	Sim	Sim	Ensino Fundamental	Preta
5	Força da Roça	Branquinha	47	Sim	Sim	Ensino Fundamental - PRONERA	Preta
6	Doce das frutas	Branquinha	36	Sim	Sim	Ensino Fundamental Incompleto	Preta
7	Biojoia nativa	Palmeira dos Índios	38	Sim	Sim	Ensino Médio	Indígena
8	Semente Crioula	Palmeira dos Índios	60	Não	Não	Ensino Médio - EJA	Preta
9	Agroecologia da Terra	Murici	53	Sim	Sim	Ensino Médio Técnico - EJA	Parda
10	Esperança da Mata	Murici	50	Sim	Sim	Ensino Fundamental Incompleto	Parda

Fonte: a autora (2026).

A sistematização dos dados coletados revela um mosaico de existências que transcende a mera estatística, apresentando, em *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*, aquilo que Enrique Dussel (2000) denomina de exterioridade viva: o rosto, a carne e a voz daqueles e daquelas que, historicamente situados às margens daqueles que constituem a oligarquia do poder e da exclusão, configuram-se, hoje, como sujeitos de sua própria história. O perfil dessas dez mulheres — aqui resguardadas por codinomes que evocam a força da natureza ou a poesia existente na vida das mulheres — traça uma cartografia social da resistência no território alagoano, desde o solo sagrado de União dos Palmares até as praias de águas azuis ou verde-esmeralda de Maceió.

A análise etária revela o perfil predominante das mulheres, com média de 44 anos, e aponta para uma geração que carrega a memória das lutas passadas enquanto gesta o presente, atravessando acontecimentos que vão do processo de redemocratização de 1988 às lutas contra a reforma da Previdência de 2019, períodos dos quais já tratamos, em especial, na seção dois. Como coloca Conceição Paludo (2001, p. 60), em *Educação Popular em busca de alternativas*: “As experiências de Educação Popular ressurgem nos anos 80 e é intensificada a criação de Centros de Educação Popular”. Essa afirmação nos leva a refletir sobre a importância desses espaços e dessas construções, que se articulavam à luta pela democracia e à busca por justiça social.

A elevada incidência de maternidade entre as entrevistadas (80%) não se configura como um dado meramente quantitativo, mas representa um marcador fundamental da ética da

vida e da libertação, na medida em que a militância dessas mulheres se articula intrinsecamente à luta por justiça social e à salvaguarda dos direitos das gerações futuras. Conforme asseveram Silva, Sousa e Santos (2024, p. 11), “[...] a relação da mulher com a educação é marcada historicamente pela busca de direitos iguais, sendo o direito aos estudos um marco importante”.

Sob essa perspectiva, o exercício da maternidade e o acesso à educação revelam-se dimensões entrelaçadas do processo emancipatório feminino. Entretanto, as narrativas das participantes da pesquisa evidenciam que, em diversos casos, a vivência da maternidade impôs a necessidade de interromper ou adiar a trajetória escolar em função das demandas de cuidado socialmente atribuídas às mulheres. Tal cenário explicita a persistência de barreiras estruturais que incidem sobre o direito à educação, reforçando a crítica à desigualdade de gênero que ainda perpassa o contexto camponês e demandando a construção de políticas públicas efetivas que garantam a permanência escolar e possibilitem a conciliação entre os múltiplos papéis assumidos pelas mulheres. Essa necessidade de escolher entre ser mãe e ser estudante ainda permeia a vida de camponesas e mulheres periféricas e pode ser evidenciada nas falas das mulheres “Doce das Frutas” e “Cordel Encantado”, quando relatam que deixaram a escola para serem mães e lidar com os afazeres relacionados ao casamento.

É, Hum. Eu sou uma mulher, né? Eu sou mãe. Sou lutadora. Como é que diz? Sou uma pessoa que não fico calada. Diante de coisas que me aborrece. Que eu vejo que não tá certo. Então eu sou essa a mulher que não segura a língua, né. Vou dizer assim sou essa mulher. Sou essa mulher - teimosa, né? Na escola Eu cheguei a fazer o primeiro ano, mas desisti. Naquela época a escola era bem mais difícil do que hoje, mas eu sinto que a gente aprendia mais 'no pé da letra'. A gente tinha que pesquisar, não tinha essa facilidade da internet que já traz tudo pronto. Aquele pouquinho que aprendi vale muito, porque sem o estudo a gente não é nada. Mas a minha maior escola foi a vida, o movimento; o mundo me ensinou muita coisa, a ser quem sou a escrever poesia sobre a nossa realidade. A minha escola foi a luta. Eu tive que abrir mão de mim, do meu sonho de estudar, para que meus filhos pudessem seguir. Quando chegamos no assentamento, a logística era difícil: ou eu estudava, ou dava apoio para eles irem para a cidade estudar. Eu optei por eles. Parei a escola, mas a luta não me deixou parar de aprender (Cordel Encantado, 2025).

A fala da colaboradora “Cordel Encantado” (57 anos, Branquinha) expõe a ferida aberta pelo latifúndio e pela ausência de políticas públicas no passado, que impunham à mulher camponesa a difícil escolha entre o próprio desenvolvimento e o cuidado com sua prole. No entanto, sua narrativa ressignifica a interrupção escolar ao elevar a “luta” ao status de espaço pedagógico, evidenciando que a militância no movimento social constitui, em si, um processo de alfabetização política e existencial, que se articula à formação proporcionada pela educação popular nos espaços de organização e formação do movimento.

Já “Doce das Frutas”, narra que precisou interromper os estudos em razão do machismo e do patriarcado, alinhando-se ao que já discutimos anteriormente acerca do poder masculino na sociedade em que vivemos. Nessa perspectiva, o corpo da mulher é historicamente concebido como território de controle e dominação, de modo que o controle do território se estende ao controle dos corpos, das escolhas e dos destinos das mulheres.

Eu só estudei até a quinta série e parei, mas não foi porque eu quis. Foi meu pai que me proibiu; disse que não ia ter filha dele saindo por aí, que era para eu casar e ser uma moça “direita”. Aí eu me casei cedo, menina, tinha de 14 para 15 anos. Hoje eu aprendo muito no movimento e quero voltar a estudar. Eu tenho uma filha, né? Tudo que mais sonho na vida é ver ela formada (Doce das frutas).

A proibição dos estudos pelo pai não era apenas uma expressão de zelo familiar, mas a imposição de uma situação-limite. Ao dizer que ela precisava “ser uma moça direita” e “casar cedo”, o sistema patriarcal retirou dela o direito de ser sujeito da própria história, reduzindo-a ao papel de objeto de reprodução e de cuidado doméstico. O casamento aos 14 anos materializa a interrupção de um projeto de vida para atender à lógica desse sistema. Quando “Doce das Frutas” afirma que “hoje aprende muito no movimento”, ela evidencia que o movimento social se tornou sua verdadeira escola de cidadania, uma vez que, em outros momentos da entrevista, também trouxe falas sobre o aprender nos encontros com outras mulheres. O movimento despertou nela a consciência crítica de que aquela proibição vivenciada no passado constituiu uma injustiça, fazendo emergir o desejo de retomar os estudos e, senão por ela, ao menos por meio do sonho e da projeção de um futuro para a filha, no qual se articulam o saber da terra e o saber formal.

É por isso que políticas como as mencionadas pelas mulheres, a exemplo do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), materializam o esperar freiriano por meio do acesso ao conhecimento formal, marcado pelo retorno aos estudos de mulheres que, em algum momento de suas vidas, precisaram interrompê-los ou que sequer tiveram acesso à educação formal no campo, outrora negada às populações pobres, negras, indígenas e às mulheres. Longe de constituir necessariamente um processo de aculturação, esse acesso pode apresentar-se como ferramenta de conscientização crítica e de fortalecimento das mulheres no processo de construção da autonomia política. Isso porque ambas as modalidades e políticas mencionadas resultam de processos de participação e mobilização social em torno da garantia do direito à educação. O PRONERA, enquanto política pública voltada à educação de jovens e adultos beneficiários da Reforma Agrária, incluindo assentados e acampados e, em determinadas ações, outros povos e comunidades tradicionais, desenvolve projetos orientados por princípios da educação do campo

e pode contemplar propostas articuladas às realidades e necessidades dos territórios, incluindo a formação em áreas como Agroecologia, Pedagogia e Direito, entre outras, com perspectiva crítica e vinculada à realidade do campo.

Nesse sentido, é possível pensar a pesquisa-ação em diálogo com a realidade vivida, conforme as orientações estabelecidas no “Manual de Operações” do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 19, de 15 de janeiro de 2016, Brasília-DF. Já em relação à EJA, estabelecida pela LDB nº 9.394/1996 e fundamentada também na Constituição Federal de 1988, ela possui igualmente um caráter social, por constituir uma modalidade destinada a garantir o direito à educação àqueles que não tiveram acesso ou continuidade dos estudos na idade considerada adequada. A modalidade atende pessoas a partir dos 15 anos, no Ensino Fundamental, e dos 18 anos, no Ensino Médio, buscando oferecer uma organização curricular que considere as especificidades dos sujeitos e reconheça os saberes construídos ao longo de suas experiências de vida e de trabalho. Nesse horizonte, a perspectiva freiriana, especialmente aquela desenvolvida em *Pedagogia do Oprimido*, constitui uma referência fundamental para compreender a educação como prática de liberdade e de conscientização, permitindo também reconhecer a mulher, em contextos de opressão, como sujeito histórico e alteridade que reivindica sua voz, seus direitos e sua autonomia.

Quando uma mulher camponesa, indígena ou quilombola acessa o PRONERA e/ou a EJA, ela exerce o ato de esperar no processo de construção de sua autonomia e libertação diante da exclusão, transformando a “situação-limite” do analfabetismo ou da interrupção escolar no “inédito viável” da alfabetização, da escolarização e da continuidade de sua formação. É o ato de não ter apenas a enxada e o título de eleitor, como na canção “Sou Roceiro”, mas de ampliar as possibilidades de participação, de conhecimento e de intervenção na própria realidade. Abaixo, apresentamos o quadro elaborado para sintetizar as modalidades e políticas educacionais mencionadas pelas mulheres entrevistadas.

Quadro 9 - Síntese dos ensinos pelas mulheres apontados.

Característica	PRONERA	EJA
Base Legal Principal	Decreto Federal nº 11.787/2023	LDB 9.394/96 e CF/88
Público-alvo	Trabalhadores da reforma agrária e quilombolas	Jovens/adultos sem escolaridade básica
Territorialidade	Vinculado aos territórios de reforma agrária	Urbano e Rural (modalidade regular)
Foco Pedagógico	Desenvolvimento territorial e agroecologia	Conclusão dos níveis de ensino básico

Um outro ponto importante da pesquisa-ação e da tabela com dados socioculturais é o recorte de cor e etnia, composto majoritariamente por mulheres pretas, pardas e indígenas, que reafirma que a organização social coletiva nesses territórios constitui uma herança ancestral. Aprender com essas mulheres é compreender que a agroecologia e a defesa do território não são apenas técnicas produtivas, mas também uma mística de reexistência. Seus percursos no âmbito da educação escolar e acadêmica, que variam do Ensino Fundamental ao Ensino Superior, demonstram que a intelectualidade camponesa está em movimento, rompendo com as estruturas de dominação das oligarquias agrárias e afirmando que o saber, quando a Alteridade é a semente mais fértil, constitui caminho para a emancipação social.

Além disso, a mística e a educação popular se entrelaçam nas práticas formativas do MMC, promovendo espaços de diálogo, reflexão crítica e construção coletiva do conhecimento. Ao valorizar os saberes populares, as experiências vividas e a história das mulheres camponesas, o movimento potencializa a formação de novas lideranças e estimula o fortalecimento identitário. Dessa forma, a mística não apenas anima, mas também organiza e sistematiza as ações educativas, tornando-se fundamental para a coesão do grupo e para o avanço das lutas por direitos e justiça social. Como dizem os gritos populares feministas do campo social popular: “as mulheres são como águas, crescem quando se encontram”; e, para o Movimento de Mulheres Camponesas, a mística também é água.

Mística é como água e umidade. Quando a gente vê um jardim bonito, só enxerga o gramado com sua beleza. Não enxerga a água e a umidade, que permitem ser assim, bonito e viscoso. É uma vivência que se manifesta através da prática constante da construção da integralidade do ser humano. Em nossos caminhos, a mística também está presente; é companheira daquelas/es que lutam por realizar causas. Para nós do MMC, a mística se alimenta de muitas fontes. A política, a religião, a estética/ética da vida, a pedagogia libertadora, a economia camponesa e feminista, entre outras (Mezadri *et al.*, 2020, p. 173).

Ao considerar o contexto da mística como condutora do próprio processo humano, consideramos também as mulheres participantes da pesquisa, que compõem as coordenações do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Alagoas. Observa-se que a dimensão mística, articulada à educação popular, desempenha um papel central na promoção da coesão grupal, na formação de novas lideranças e no fortalecimento identitário das bases organizadas das mulheres camponesas. Essas práticas, vivenciadas tanto nas ações cotidianas quanto nos rituais, símbolos e canções, não apenas animam e motivam o coletivo, mas também sistematizam processos educativos e organizativos, potencializando a construção de espaços de diálogo e reflexão crítica. Assim, a mística e a educação popular tornam-se elementos

imprescindíveis para sustentar a unidade do grupo, promover o protagonismo feminino e estimular o surgimento de lideranças comprometidas com a transformação social.

Ao valorizar os saberes populares, as experiências vividas e a história das mulheres, o MMC reforça o potencial emancipador e revolucionário dessas práticas, consolidando uma identidade coletiva pautada na solidariedade, na justiça e na participação ativa, em consonância com o que se evidencia no relato da Mulher Biojoias Nativas (2025), quando afirma que foram os momentos de formação e a mística que a fizeram buscar sair dos espaços de violência. Para a camponesa, que também é indígena, a mística é um momento de conexão, emoção e memória — algo que permanece na alma e no cotidiano, como uma música ou até mesmo uma lembrança. Ela descreveu a mística como “fortalecedora e libertadora”, relatando que algumas experiências de mística se conectaram com outras histórias que representavam vidas de mulheres, fazendo-a ganhar força e coragem. Isso contribuiu para que compreendesse melhor a violência que vivenciava, se fortalecesse emocionalmente e buscasse caminhos para sair daquela situação. Ou seja, a participação nos espaços de formação e a vivência da mística articulam-se diretamente ao seu processo de fortalecimento e de superação da situação de violência.

Hoje em dia... Como é que eu posso te dizer? Há muitos anos, eu já passei por isso, pela violência, já passei tanto em casa como no meu trabalho, né? Quando eu trabalhei na casa de família. E na época o movimento me ajudou muito a entender, né? A situação de violência que eu vivia. Né? Em cada encontro e formação com os quintais das margaridas ia me fortalecendo na verdade. Aí quando fui assim entendimento o que passava, foi um sei nem dizer, mas foi uma mudança muito grande para mim. [...] uma vez lá em Brasília que eu participei de uma mística, assim, eu fiquei tão emocionada menina - que eu chorei! A mística foi falando em referência a Sexualidade, né? de um adolescente que o pai não aceitava, né? Eu fui acordando aos poucos até que bati o pé no chão e me libertei, eu pensei, isso não, hoje eu falo sobre o feminicídio com as mulheres que encontro e a importância de ir para as formações. Por isso os espaços e as místicas são aprendizados amplos. Hoje tenho aquela música “cansei de ser domesticada”, como um hino que canto todo dia (Biojoia Nativa, 2025).

Em suma, a mística e a educação popular são pilares fundamentais para a construção de processos participativos e emancipadores no MMC de Alagoas. Elas impulsionam a mobilização, inspiram a resistência e promovem a autonomia das mulheres, reafirmando o protagonismo feminino e a força coletiva na luta por direitos, dignidade e transformação social. Ao integrar práticas organizativas, educativas e culturais, o movimento camponês revela a potência da mística como fonte de motivação, união e renovação dos sentidos de pertencimento e de ação política.

4.3 Implicações da mística para a luta por direitos e transformação social

Por meio da análise dos territórios e das trajetórias de vida evidenciadas nas entrevistas, torna-se possível aprofundar a discussão acerca dos impactos da mística no processo de conquista de direitos, bem como de sua contribuição para a formação de novas alteridades e para o fortalecimento das práticas de resistência coletiva. A mística revela-se, nesse contexto, como agente ativo e transformador, desempenhando o papel de elo mediador entre as experiências individuais de dor e a potência da coletividade organizada. Assim, compreende-se a mística como dimensão articuladora da espiritualidade, da cultura e do sentimento de pertencimento coletivo, elementos essenciais à conformação de um movimento social pautado pela justiça, pela pluralidade e pela transformação.

A mística camponesa presente no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) tem desempenhado o papel de uma pedagogia do símbolo, se assim se pode dizer. Na vida camponesa, ela atua como a costura invisível que une a subjetividade ferida dessas mulheres à objetividade da luta por direitos. É por meio dela que o “inédito viável” de Paulo Freire (2021a) deixa de ser apenas um conceito e passa a ser sentido no corpo, na voz que canta e na mão que planta, na caneta e no lápis com que se escrevem poesias e versos, convertendo a sobrevivência em (re)existência e em projeto de emancipação. É como na música de Eulapaula Martins, Maria Monte e Marli Fagundes, “Cansei de ser domesticada, quero andar com os próprios pés. Organizar a rebeldia e assim deixar de ser refém”. Essa mesma canção tornou-se um hino na vida da mulher “Biojoia Nativa”.

Para Mezadre, Cima, Gaspareto e Pulga (2020), a mística do MMC se fortalece e se constitui de muitas maneiras e a partir de diferentes fontes, como a política, a religião, a beleza/estética da vida, a pedagogia libertadora, a educação popular junto com o povo e a economia camponesa feminista, entre outras.

A mística, enquanto expressão coletiva de espiritualidade, cultura e identidade, desempenha papel decisivo na mobilização social, especialmente no contexto do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Ela potencializa a luta por direitos ao criar espaços de pertencimento, nos quais cada participante se sente parte fundamental do processo, fortalecendo vínculos e estimulando o engajamento ativo. Por meio de rituais, símbolos e canções, a mística alimenta a esperança e ressignifica o cotidiano, tornando a resistência não apenas um ato político, mas também um gesto carregado de sentido e emoção.

A mística no processo de Educação Popular do MMC não se trata de um momento de determinado rito isolado ou de um adereço estético em forma de espetáculo, como um teatro, mas do próprio amálgama que funde a consciência política à sensibilidade da terra. Ela reflete

o processo, tornando-se um movimento contínuo e circular, unido à teoria, à ação e à reflexão, no processo que articula o tripé da organização, formação e luta, já apresentado anteriormente.

A mística assume múltiplas formas de sentir e de expressar. É o momento em que a semente crioula passa de mão em mão nas rodas e círculos de formação, ou mesmo quando é disposta no centro dos espaços formativos, compondo símbolos e mensagens. Mas ela também acontece quando o canto coletivo ecoa “cansei de ser domesticada”, “só tenho enxada e título de eleitor”, “achei difícil a viagem até aqui, mas eu cheguei”, “Entrei na luta, da luta eu não fujo, pelos direitos, da luta eu não fujo” e tantas outras canções que, na perspectiva da teoria freiriana, podem ser compreendidas como parte de um processo crítico de conscientização e libertação. Quando estão juntas, as mulheres fazem com que as músicas e canções deixem de ser apenas letras para se tornarem parte de suas carnes e refletirem seus corpos-territórios.

Para a mulher camponesa, a mística atua como um desvelamento dos sentidos: permite que a dor do silenciamento imposto pelas oligarquias, pelas hegemonias de classe, pelo racismo e pelo patriarcado seja transmutada em indignação criadora.

Na prática militante, somos provocadas/os – partindo da vida como o povo sente -, a construir novas formas de ser e de viver tendo a democracia como valor. A mística para nós, encontra sua origem mais profunda em tudo aquilo que dá sentido à vida e que nos move a seguir lutando para torná-la dignar em plenitude, grandeza e sonhos (Mezadri *et al.*, 2020, p. 175).

Logo, ao erguer os símbolos de sua lida, a enxada, o lenço, o chapéu de palha, a cor lilás, o fruto da labuta, as sementes crioulas e a memória das ancestrais, a mulher camponesa deixa de ser o “objeto” da história para afirmar-se como ser de um “inérito viável”, em que aprender a ler o mundo é, acima de tudo, aprender a reescrevê-lo com as próprias mãos, ressignificando as marcas do preconceito e fazendo florescer a resistência nos quintais produtivos da existência. Como exemplo dessa simbologia sentida e vivida, apresentamos, a seguir, um mosaico de imagens de momentos de mística do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Figura 9 - Mosaico da mística popular das camponesas.



Fonte: Arquivos pessoais da autora (2025).

Ao integrar práticas educativas e organizativas, a mística contribui para a formação de novas subjetividades, promovendo o autoconhecimento, a valorização das experiências vividas e a construção de uma identidade coletiva pautada na solidariedade e na justiça. Esse processo é fundamental para a emancipação das mulheres, pois estimula a autonomia e o protagonismo, permitindo que cada uma reconheça seu papel na transformação social e na conquista de direitos.

Para a mulher “Mística Cantadeira”, a mística é um esperançar ligado à espiritualidade e que permite sentir e vivenciar cada uma como única. Mesmo que se utilize a mesma canção, as mesmas sementes ou se mantenha a formação do grupo em círculo, a mística não será a mesma, pois ela é o sentimento que se reflete na crítica.

Para mim, a mística é o que alimenta a alma da gente na caminhada. Ela nunca acontece da mesma forma, mesmo quando se usam os mesmos elementos. Não é só cantar ou acender uma vela; é o momento em que a gente sente que a luta não é um peso, mas uma missão de vida. Quando eu canto na abertura de um encontro do MMC, eu sinto que as vozes de todas as mulheres que vieram antes de mim estão ali comigo. É um aprendizado sem explicação, uma escola da vida. A mística é o que faz a gente aguentar o sol quente e a poeira, porque ela traz o sentido de que estamos plantando algo maior. É onde a gente se reconhece como irmã de terra e de luta. Se a gente perde a mística, a luta vira só papel e reunião chata. A mística é o que mantém a gente humana e acesa, é o que faz o coração bater no ritmo da transformação (Mística Cantadeira, 2025).

Ao analisarmos as colocações da “Mística Cantadeira”, percebemos que a mística se configura como um processo formador e uma fonte de força coletiva. Quando ela relata sentir as vozes das mulheres que vieram antes, revela uma sensibilidade profunda que integra a alteridade ao processo de transformação social.

A mística, assim, rompe a linearidade do tempo, conectando a camponesa de hoje diretamente às lideranças do passado, conforme discutido na introdução deste trabalho. Esse movimento fortalece identidades de uma maneira que uma aula puramente teórica não seria capaz de proporcionar, evidenciando que a práxis extrapola a dimensão filosófica quando analisamos sua aplicação. Por isso, a pesquisa-ação se apresenta como instrumento ativo, como afirma Thiollent: “[...] pesquisa-ação não se trata de simples levantamento de dados ou relatórios a serem arquivados... representa um papel ativo na própria realidade dos fatos observados” (Thiollent, 2025, p. 35).

Ainda sobre a fala de “Mística Cantadeira”, pode-se perceber que ela mostra que a mística passa pelo sensível — o canto, o ritmo, o coração. Isso é fundamental na Educação Popular, uma vez que o conhecimento não se constitui apenas pelo saber científico e pelo letramento/mundo das palavras; ele não passa somente pela cabeça, pelo intelecto, mas também pelo corpo e pela sensibilidade. Para ela, a mística é também o cuidado com quem luta, pois se renova no rito simbólico.

E aqui chamamos a atenção para a mística enquanto processo de organização social, pois, enquanto para “Biojoia Nativa” a mística foi o despertador para a libertação individual da violência, para “Mística Cantadeira” ela funciona como manutenção da esperança coletiva. Ambas convergem para o que Freire irá colocar como ato de esperar (2011), que nasce da prática educativa popular e do despertar coletivo, em que a consciência é construída na luta social, sendo esta base para a mudança transformadora. Nesse sentido, a vida de quem ousa lutar precisa ser alimentada por uma mística que humanize a vida e dê cor e carne à resistência.

Além disso, a mística é catalisadora de práticas de resistência, pois fortalece a união do grupo diante das adversidades e amplia o horizonte de possibilidades. Ao transformar sonhos coletivos em ações concretas, ela inspira a ousadia e a perseverança, tornando-se fonte de motivação para enfrentar desafios históricos, como o patriarcado, o racismo estrutural e o negacionismo. Nesse sentido, a mística não apenas anima, mas organiza e sistematiza as lutas, promovendo uma cultura política baseada no respeito mútuo, na participação e na construção de alternativas para uma sociedade mais justa e plural.

Portanto, as implicações da mística vão além da dimensão simbólica: ela se manifesta como força vital que sustenta processos de mudança, renova sentidos de pertencimento e fortalece práticas emancipadoras. Ao articular espiritualidade, cultura e ação coletiva, a mística torna-se elemento imprescindível para a conquista de direitos, a formação de lideranças e a transformação social, reafirmando o potencial revolucionário das mulheres camponesas na construção de um movimento plural, democrático e profundamente transformador.

4.4 Quando uma mulher avança a sociedade avança junto – autonomia é transformação social participativa

Conforme discutido ao longo deste trabalho, é imprescindível destacar que o processo de libertação das mulheres camponesas, que aqui se configura como uma construção gradual, é permeado por desafios estruturais e pela necessidade de organização contínua para o alcance das conquistas obtidas. Sob a ótica de Enrique Dussel (2000), em sua obra *Ética da libertação*, evidencia-se que os sistemas opressores, tais como o latifúndio, o patriarcado, o racismo, a globalização hegemônica e o sistema capitalista, atuam de modo a relegar a mulher à condição de “exterioridade”, ou seja, à condição de vítima a ser explorada, sobretudo quando se trata de mulheres pretas, de comunidades e povos tradicionais e pobres, afastando-as dos espaços de decisão e negando-lhes, enquanto Alteridade, a possibilidade de se afirmarem, para que permaneçam invisíveis e dependentes da lógica dominante.

Essa dependência perpetua o controle sobre corpos e territórios, reforçando estruturas de poder excludentes. A emergência de uma ética crítica, conforme Dussel (2000, p. 331), tem como “[...] ponto de partida... que de uma maneira ou outra sempre são comunidades de vítimas que luta pelo reconhecimento e se revelam”. Nesse sentido, quando a mulher camponesa avança — seja por meio do acesso à educação formal ou a outras modalidades de educação, como apontamos anteriormente (PRONERA e EJA), seja pelo exercício da liderança nos movimentos sociais e nas comunidades, e/ou pela conquista da independência financeira através da produção agrícola agroecológica e de seus quintais produtivos, quando no campo —, ela rompe com a lógica excludente do sistema, tornando-se protagonista de sua própria história e agente de transformação social.

Logo, pode-se perceber que o avanço das mulheres camponesas entrevistadas, ou mesmo quando lançamos um olhar nacional sobre a história do Movimento de Mulheres Camponesas, responsabiliza as comunidades, as famílias e o próprio Estado a se reconfigurarem de maneira a visibilizar e garantir a vida das mulheres, assegurando-lhes acesso ao que lhes é de direito, seja à aposentadoria, seja a creches para as crianças, seja à escolha de modalidades de ensino que se adequem à vida das mulheres. Isso porque, como enuncia o dito de ordem das mulheres camponesas e das organizações feministas populares, “quando uma mulher avança a sociedade avança junto”, ou também “quando uma mulher avança o machismo retrocede”.

Assim, quando uma mulher camponesa se apropria de seus direitos, seja pela participação nos espaços auto-organizados por elas, seja em outras esferas de formação, ela deixa de considerar como “natural” a violência que vivencia, o preconceito que a cerca e o racismo que a fere. Ao reconstruir o projeto de sociedade, ela passa a educar seus filhos de

maneira distinta, promovendo o respeito às mulheres e exigindo da sociedade espaços de participação e decisão. Nesse processo, as leis que estruturam a sociedade, bem como as instâncias jurídicas, executivas e legislativas, são impulsionadas e pressionadas por grupos organizados a avançar, garantindo condições e dignidade de viver, e não apenas de sobreviver, tanto para o campo quanto para a cidade.

Segundo as autoras e militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Kelli Mafort e Lisbert Julca (2020), o processo de organização das mulheres camponesas representa uma postura que confronta diretamente a pedagogia da crueldade e da opressão, ao promover, em seu lugar, uma pedagogia da resistência. Esta última articula teoria e prática revolucionárias, tornando-se central para a superação das estruturas opressoras. O que implica dizer que a pedagogia da resistência não apenas denuncia as violências históricas impostas, mas também cria espaços de emancipação, nos quais a solidariedade, a formação crítica e a ação coletiva se tornam ferramentas de transformação social. Ao apostar na construção de saberes a partir da experiência vivida, na organização das místicas nos espaços de formação, na articulação e reconstrução da história e dos conhecimentos científicos, a pedagogia da resistência fortalece a consciência de classe, impulsiona o protagonismo das mulheres e contribui para o avanço de movimentos sociais comprometidos com a justiça social e a dignidade de viver.

[...] a pedagogia da resistência decorre da vinculação entre teoria e prática que as organizações desenvolvem frente às diversas formas de exploração e dominação, isto é, o ato que se revela contra tudo que reproduz a dominação, mediante as ações cotidianas para uma sistemática transformação das relações sociais, entre homens e mulheres. Trata-se de romper com a afirmação de que o corpo feminino tem um destino específico, servil, que obedece à estrutura familiar submissa e ao sujeito masculino. Para além disso, evidencia-se, na multiplicidade de cenários, exercício de potentes estratégias das protagonistas como processo organizativo, e, de maneira contundente, para dar respostas a conjuntura estrutural de subordinação (Maforte; Juca, 2020, p.87).

Reforçando o que foi dito anteriormente, em especial sobre o processo organizativo, a mística assume um papel pedagógico de resistência no processo de formação e libertação das mulheres na educação popular organizada, pois não apenas inspira, mas também ressignifica práticas e articula os conhecimentos construídos com e para o povo, de forma coletiva. Ao integrar as experiências vividas, os sonhos compartilhados e a resistência cotidiana, a mística potencializa a construção de novas subjetividades e fortalece o sentimento de pertencimento e protagonismo entre as mulheres camponesas. Dessa maneira, a mística, enquanto parte da pedagogia atrelada à metodologia da educação popular, torna-se elemento estruturante para romper com as opressões históricas e consolidar espaços de emancipação, nos quais a educação

popular é vivenciada como ferramenta de transformação social e afirmação da autonomia feminista.

É fundamental ressaltar que a mística se revela como materialização do processo de participação coletiva, sendo revolucionária, pois é fundamentada nos sonhos e anseios coletivos, no esperar e na ousadia de lutar por transformação, sendo, assim, criadora de sentidos, como colocou a Mística Cantadeira (2025) na entrevista: “ela é o que mantém a organização viva”. Para as dirigentes do Movimento de Mulheres Camponesas, essa dimensão está diretamente conectada ao protagonismo das mulheres.

O avanço das mulheres camponesas, como evidenciado nos movimentos sociais e nas experiências de resistência, conecta-se a uma trajetória coletiva de enfrentamento das opressões estruturais. Esse processo é marcado pela construção de redes de solidariedade e pela afirmação de novas formas de caminhar, como apontam Pereira e Felício (2021, p. 30): “Nossa jornada, nossa grande luta, é contra o racismo, o capitalismo e o patriarcado”. Para os autores, esses caminhos abrem possibilidades para, enquanto teia de povos, triunfarem na derrota da branquitude colonial, das classes dominantes e da subjugação das mulheres pelos homens (Pereira; Felício, 2021).

Esse caminhar se estabelece na organicidade das lutas e do processo organizativo, que busca a libertação diante das amarras e correntes impostas pelas estruturas de um sistema dominante, marcado pelo racismo, capitalismo e machismo, como apontado na segunda seção desta tese. A participação das mulheres na construção da educação popular manifesta-se por meio de experiências concretas, do compartilhamento de saberes, da valorização das vivências e do exercício permanente de resistência às opressões históricas.

São as mulheres que, ao ocuparem espaços de decisão, conduzem processos formativos e impulsionam ações coletivas, conferem à educação popular um caráter emancipador, crítico e profundamente transformador. Ao protagonizarem esses movimentos, as mulheres não apenas rompem com a lógica excludente, mas também criam novos paradigmas de participação, solidariedade e justiça social, reafirmando a centralidade de suas trajetórias para a efetiva construção de alternativas democráticas e igualitárias no campo e na sociedade.

A transformação social participativa sugere que a mudança não vem de cima para baixo, mas da práxis popular, na qual a caminhada coletiva busca avançar em direção à autonomia que se constrói na comunhão. Quando as mulheres se organizam em grupos, como nas bases do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), elas praticam a democracia direta, tendo como implicação o avanço da sociedade. Aqui, não se trata apenas da melhoria de suas vidas, mas de uma mudança nas estruturas e na forma de fazer política. É a passagem da consciência ingênua para a consciência crítica, conforme propõe Paulo Freire.

Uma mulher autônoma torna-se uma eleitora consciente, uma produtora que não depende do atravessador e uma voz que questiona e não aceita opressões, violências e injustiças. Portanto, o avanço dela representa a descolonização do território. A sociedade avança porque o “velho poder” perde terreno diante da organização popular. Além disso, a própria educação popular, forjada nas lutas pela dignidade e pelos direitos, encontra na atuação feminina a sua força motriz: ao trazerem para o centro do debate as questões de gênero, raça, território e trabalho, as mulheres ampliam os horizontes da pedagogia popular, conectando saberes tradicionais, memória ancestral e inovação pedagógica. Isso não apenas contribui para a construção de metodologias participativas, mas também recria os sentidos da coletividade e do pertencimento.

Para as camponesas entrevistadas, é muito importante o processo de participação nas formações e nos encontros, e podemos perceber um pouco dessa luta no enfrentamento ao machismo, que ainda está presente, mesmo nos assentamentos, como aparece na fala de “Força da Roça”, quando foi questionada se já sofreu algum tipo de violência e como saiu dessa situação. Ao se engajarem coletivamente nesses espaços, as mulheres não apenas rompem com o isolamento e a invisibilidade impostos pelas tradições patriarcais, mas também constroem redes de solidariedade e apoio mútuo, fundamentais para o fortalecimento de sua autonomia.

Essas formações possibilitam a troca de experiências, o resgate de saberes ancestrais e o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre seus direitos e sobre o papel fundamental que exercem na produção de alimentos, no cuidado com a terra e na liderança comunitária. Assim, os encontros tornam-se instrumentos de resistência e transformação, promovendo a valorização do trabalho feminino e impulsionando mudanças concretas nas relações de poder dentro do assentamento e na sociedade como um todo.

Já passei, mas não prefiro não entrar muito nesses assim. Mas aqui no assentamento mesmo, principalmente para os homens que estão na associação, a gente [mulher] não tem valor. Eles acham que mulher só tem que ficar na pia e no fogão, ou então na roça quando eles precisam de ajuda. Mas não é assim, né? Tem que acabar com essa história. A gente que é mulher mostra a nossa força e sabedoria é no dia a dia. E mesma faço de tudo cuidado da casa, dos filhos, da plantação, das colheitas e ainda tiro um tempo para ir para os encontros do movimento que para mim é muito bom e importante. Quando a gente começa a entender das coisas a gente para de aceitar ser mandada. A nossa força vem da terra das outras companheiras (Força da Roça, 2025).

É nessa linha e nesse caminhar que o lema “quando uma mulher avança, a sociedade avança junto” deixa de ser apenas um grito de ordem para se tornar uma categoria de análise sociopolítica. A autonomia feminina, no contexto camponês, opera como uma pedagogia da libertação, uma pedagogia da resistência e, por que não dizer, uma pedagogia da teimosia em

movimento, lembrando o que Força da Roça coloca: “Quando a gente começa a entender das coisas, a gente para de aceitar ser mandada”.

Ao romper as cercas do silenciamento, a mulher arrasta consigo as estruturas familiares e comunitárias para um novo caminho de dignidade. Não se trata de um progresso linear, pois, como bem sabemos, para as mulheres nunca é tão fácil. Basta observar os avanços e retrocessos que têm ocorrido na história do Brasil no âmbito da pauta das mulheres. Trata-se, portanto, de uma transformação participativa que, fortalecida pela mística e pela educação popular, torna-se o motor de uma nova ética social que prioriza a vida humana e a natureza sobre o capital.

Quando Força da Roça expressa, em seu relato, “Eles acham que mulher só tem que ficar na pia e no fogão, ou então na roça quando eles precisam de ajuda. Mas não é assim, né? Tem que acabar com essa história”, evidencia-se o combustível da autonomia camponesa, um despertar. Ao desafiar o que foi dado à mulher como um destino manifesto da “pia e do fogão”, a mulher camponesa reconfigura o trabalho da agricultura e os demais espaços que ocupa, reafirmando, definitivamente, que seu lugar é onde ela quiser, e não em uma posição de submissão. Esse avanço, vivido por uma mulher como Força da Roça ao se reconhecer como uma mulher que escreve sua própria história política, reverbera na associação, no assentamento e na estrutura social do próprio estado de Alagoas, demonstrando que a libertação da mulher é uma condição fundamental para uma transformação social que seja, de fato, participativa e democrática. E, assim, retomamos toda a letra de uma das músicas sociais coletivas de Eulapaula Martins, Maria Monte e Marli Fagundes.

ANDAR COM OS PRÓPRIOS PÉS: (Composição: MPA - Marli Fagundes, Maria Monte e Eulapaula Martins).

**Cansei de ser domesticada
Quero andar com os próprios pés
Organizar a rebeldia
E assim deixar de ser refém**

1. Mulher não nasceu pra ser escrava
 Isso é coisa inventada
 Pra poder nos oprimir
Já é tempo de acordar Mulher tem o seu lugar
 Vamos juntas resistir.
2. Mulher não é uma propriedade
 Como dita a sociedade
 De costume patriarcal
Precisa também se libertar
 Para o mundo transformar
 Derrubar o capital.
3. Mulher sempre foi subestimada
 Reprimida e maltratada

Sem direito de dizer
 Que ama, que sonha e que deseja
 Onde quer que ela esteja
 Ousadia deve ter.

4. Mulher nunca fuja desta luta
 Pois a nossa causa é justa
 Pro machismo superar
 Sem construir o feminismo
 Não teremos socialismo
 E Igualdade alcançar.

O processo de autonomia dessas mulheres não é um evento isolado do mundo; ele acontece junto com as diferentes frentes feministas. Nesse caso, para as camponesas entrevistadas, trata-se de uma transição da domesticação para a liberdade política. A música do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), adotada pelo MMC, serve como manifesto desse “avançar” coletivo. Quando ecoada nas vozes camponesas nos espaços de formação, organização e luta, não se apresenta apenas como uma canção, mas assume a função de síntese teórica e poética da práxis libertadora desenvolvida na educação popular por essas mulheres.

A estrofe “Cansei de ser domesticada / Quero andar com os próprios pés” pode ser compreendida, ao analisarmos os depoimentos, como uma resposta direta ao relato de Doce das Frutas, por exemplo. Quando ela foi impedida pelo pai de estudar para “ser moça direita”, vivia a domesticação. O desejo de voltar a estudar e ver a filha formada é, na prática, o ato de começar a “andar com os próprios pés”, assim como a própria atitude de, no casamento, posicionar-se e sair de casa para participar dos espaços de formação do Movimento de Mulheres Camponesas. Para as mulheres que participaram, por livre e espontânea vontade, desta pesquisa, o processo de conquista e construção da autonomia começa no corpo e no desejo, rompendo com a lógica patriarcal de serem “propriedade”, como citado na segunda estrofe da música.

Ao analisar em profundidade o depoimento de Biojoia Nativa sobre “bater o pé no chão e não aceitar”, após a vivência mística em Brasília durante uma das atividades formativas do movimento, já citada anteriormente, percebe-se a materialização do trecho: “Organizar a rebeldia / E assim deixar de ser refém”. Nesse contexto, a rebeldia de não aceitar e não se silenciar não se configura como desordem, mas como organização política frente ao feminicídio e à opressão doméstica. Ao mesmo tempo, trata-se de uma desordem direcionada à ruptura dos dogmas que sustentam a dominação patriarcal e machista, estruturas que marcam, ferem e matam, ainda que não fisicamente. Quando Biojoia decide romper com a convivência com a dor e sair de casa para integrar espaços de luta e formação, bem como dedicar-se à produção de artesanato, fonte de renda e autonomia, ela também passa a atuar como palestrante sobre violência de gênero. Assim, deixa de ser refém do medo para assumir o papel de articuladora

da transformação social, evidenciando como a práxis individual e coletiva dialoga com a dimensão poética e política da música que embasa a luta das mulheres camponesas.

Ainda sobre os relatos de Força da Roça, que se abriu sobre o machismo, expressão que ainda se mantém nas associações, encontra-se eco na primeira estrofe: “Mulher não nasceu pra ser escrava / Isso é coisa inventada / De quem quer nos oprimir”. Ao afirmar que a força da mulher camponesa está além das regras impostas e que o lugar da mulher não é apenas no fogão, Força da Roça desconstrói a “coisa inventada” pelo patriarcado. O avanço da sociedade acontece quando o homem do assentamento reconhece seus atos e reconhece a mulher como igual, derrubando o “costume patriarcal” colocado na canção.

A conclusão deste percurso formativo e de luta das camponesas alagoanas organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) revela que a autonomia é uma construção coletiva, reconfigurando a mulher do lugar de vítima para a afirmação de uma Alteridade existente. Quando o refrão da música “Cansei de ser Domesticada / Quero andar com os próprios pés” ecoa nos encontros, ele não é apenas um canto; é a validação da trajetória de mulheres que, como Biojoia Nativa e todas as demais mulheres, converteram o cansaço em organização da rebeldia.

A transformação social participativa se materializa quando o “socialismo e a igualdade” propostos na canção deixam de ser utopias distantes para se tornarem a prática cotidiana da agroecologia, da educação popular e da mística. Ao “andar com os próprios pés”, a mulher camponesa que até então carregava consigo as cercas do latifúndio e os muros do patriarcado passa a ser atuante na própria história, uma história construída coletivamente por muitas mãos, muitas vidas, muitas raças/etnias, muitos sonhos e, por que não dizer, muita rebeldia, produzindo o caminho coletivo para o avanço de toda a humanidade.

Diante do percurso de luta e formação das mulheres camponesas, é fundamental aprofundarmos uma reflexão crítica sobre o processo de garantia de direitos para as mulheres do campo, das florestas e das águas. Ao analisarmos os valores destinados a essas mulheres, percebemos que, embora cada avanço represente um impacto positivo, eles ainda são insuficientes. O exemplo do projeto “Quintais Produtivos”, implementado pelo governo Lula em 2023 durante a Marcha das Margaridas, ilustra bem esse cenário: apesar de ser simbólico e trazer benefícios reais para quem o acessa, o valor repassado — 10 mil reais por mulher — fica muito aquém do necessário, considerando que, desse montante, são descontados custos de trabalho, assessoria e formação, restando pouco para investimentos tecnológicos. Em contraste com outros projetos voltados à agricultura familiar ou convencional, a disparidade de recursos é evidente e revela uma persistente subvalorização das mulheres rurais. Essa diferença de orçamento, muitas vezes restrita ao mínimo necessário, demonstra que as políticas públicas

voltadas às mulheres, mesmo quando anunciadas como revolucionárias, não conseguem sequer resolver os desafios cotidianos, como os da própria cozinha. Por isso, é essencial que a construção agrária, a história das mulheres e sua participação política sejam repensadas com atenção especial ao orçamento, pois só assim será possível avançar, de fato, na garantia de direitos e na transformação social proposta nos movimentos e nas canções que ecoam nesses espaços.

Nesse cenário, a mística revolucionária emerge como expressão máxima dessa integração: ela não existe à parte do cotidiano das mulheres, mas nasce das práticas, dos sonhos e da resistência tecida no dia a dia das lutas sociais. A mística, compreendida como força vital e criativa, alimenta e renova os laços da militância, tornando-se elemento imprescindível não só para a mobilização, mas também para a construção de novas subjetividades e de uma cultura política baseada na solidariedade, na justiça e na transformação. Portanto, ao abordar a mística e a educação popular sob essa perspectiva, reafirma-se a originalidade da tese ao enfatizar a centralidade das mulheres enquanto sujeitas históricas, promotoras e mantenedoras dos processos de mudança social.

A mística, compreendida como força vital e criativa, alimenta e renova os laços da militância, tornando-se elemento imprescindível não só para a mobilização, mas para a construção de novas subjetividades e de uma cultura política baseada na solidariedade, na justiça e na transformação. Portanto, ao abordar a mística e a educação popular sob essa perspectiva, reafirma-se a originalidade da tese ao enfatizar a centralidade das mulheres enquanto sujeitas históricas, promotoras e mantenedoras dos processos de mudança social.

5 SONHOS QUE SE SONHA JUNTO: REALIDADES E DESAFIOS PARA A ORGANICIDADE DA EDUCAÇÃO POPULAR E VISIBILIDADE DO TRABALHO DAS MULHERES

AXÉ. Composição: Vera Lima de Santa Rita da Paraíba

**Irá chegar um novo dia, um novo céu, uma nova terra. um novo mar.
E nesse dia, as oprimidas. numa só voz a liberdade irão cantar.**

1. Na nova terra, o negro não vai ter corrente,
e o nosso índio vai ser visto como gente,
Na nova terra, o negro,
o índio e o mulato, o branco
e todos vão comer no mesmo prato.
2. Na nova terra a mulher terá direitos.
Não sofrerá humilhação ou preconceitos.
O seu trabalho todos vão valorizar.
Nas decisões ela irá participar.
3. A raça negra, a maioria neste chão,
ainda hoje luta pela abolição
Na nova terra, o Palmares renascido,
será conquista deste povo não vencido.
4. Na nova terra os povos todos
irmanados com sua cultura
e direitos respeitados,
farão da vida um bonito amanhecer
com igualdade no direito de viver.

Este capítulo propõe uma análise crítica e propositiva sobre os desafios já apontados durante a escrita dessa tese. Ele também é um desafio para a doutoranda que escreve, pois mexe com as possibilidades do ousar sonhar coletivamente, mas também com a solitária caminhada da escrita. Aqui revisitaremos alguns temas, caminharemos pelas potencialidades da educação popular no contexto das lutas das mulheres camponesas. A mulher camponesa sai da "periferia" do lar para o centro da produção da vida. Essa "força da roça" é o que sustenta a segurança alimentar da família e da comunidade. Se a mulher avança na gestão da sua produção (Agroecologia), a saúde de toda a sociedade melhora.

Ao abordar a organicidade das práticas educativas e a busca por visibilidade do trabalho das mulheres, pretende-se não apenas imaginar futuros desejáveis, mas também evidenciar caminhos concretos para a transformação social por meio da valorização da alteridade que tem rosto, carne e história, nas mulheres. O texto fundamenta-se em relatos, estudos de caso e referenciais teóricos do campo da educação popular, articulando experiências cotidianas e estratégias de resistência. Busca-se, assim, dialogar com pesquisadoras e pesquisadores,

educadoras e educadores, bem como com ativistas/militantes populares, fortalecendo a reflexão acerca do papel emancipador da educação popular e de sua capacidade de promover justiça social, equidade de gênero e reconhecimento das mulheres do campo como protagonistas de suas histórias.

Para esta seção, essas vozes tornam-se ainda mais fundamentais para dar sentido à pesquisa-ação, pois essas mulheres participam ativamente do processo histórico, trazendo consigo suas memórias e sonhos. O reconhecimento de que foram — e ainda são, em diversos aspectos — vítimas do racismo, do patriarcado e da opressão de classes faz delas a "carne e história", como nos coloca Dussel (2000). Elas representam o verdadeiro sentido do movimento contínuo abordado nas primeiras seções, sobretudo no que diz respeito aos conceitos de resistência e organização comunitária. Ao trazerem suas vivências, essas mulheres não apenas enriquecem a análise, mas também reafirmam a centralidade da experiência feminina camponesa na luta por justiça social e transformação.

5.1 Desafios Enfrentados pelas Mulheres Camponesas: Barreiras Históricas, Sociais e Institucionais

As mulheres camponesas enfrentam um conjunto de obstáculos históricos, sociais e institucionais que dificultam não apenas o acesso a direitos, mas também a valorização de seu trabalho e saberes. Historicamente, o patriarcado rural relegou as mulheres a funções invisibilizadas, restringindo sua atuação ao âmbito doméstico e negando-lhes o reconhecimento como sujeitas políticas e produtoras de conhecimento. As narrativas dominantes sobre o campo frequentemente desconsideram as experiências femininas, perpetuando desigualdades de gênero, raça e classe.

Rochedo Florido, durante a entrevista, demonstrou um sentimento de encontro e pertencimento à luta, uma esperança no olhar, uma fala muito forte sobre a identidade da mulher indígena e negra, que se percebe no processo de cura através da unidade na diversidade de mulheres que se encontram na organização do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Para mim, o movimento é uma escola de vida. Eu me descobri mulher negra, indígena e descendente do grande Quilombo dos Palmares, e também minha identidade de ser camponesa aqui dentro do MMC. Antes, a gente vivia meio escondida, sem saber o valor da nossa história, se sentido menos, e sem valor. Mas a educação popular que eu vejo acontecer no movimento faz a gente entender que a nossa gente tem a nossa cor têm história. E uma coisa que eu acho muito bonita é a cura. Né? O cuidado que a gente ver nos espaços. A cura está no cuidado de uma com a outra, a gente lembra que existe e tem valor, um valor que ninguém no mundo pode apagar. Quando a gente se une — seja

do sertão, do litoral ou do agreste — a gente se cura das feridas que a sociedade deixou na gente (Rochedo Florido, 2025).

A fala da camponesa, repleta de identidade e encontros dela consigo mesma e dela com as outras e, logo, com a construção de novos caminhos, liga-nos ao que Paulo Freire coloca na “Pedagogia da indignação” (2021c), quando escreve que a existência progressista de quem acredita na mudança e na transformação social se faz com a coerência entre a ação e a prática e na superação das opressões: “[...] a superação demanda superação das injustiças que demanda a transformação das estruturas iníquas da sociedade, implica o exercício articulado a imaginação de um mundo menos feio, menos cruel” (Freire, 2021c, p. 43).

Nesse sentido, articulando o depoimento da camponesa com Paulo Freire, pode-se dizer que essa feiura do mundo está nos vícios de um sistema estrutural que é excludente e dominador, inclusive no que diz respeito às possibilidades de acessar a educação formal.

Contudo, o processo articulado de organização busca superar a ausência de políticas públicas específicas para mulheres, que se efetiva na sobrecarga do trabalho reprodutivo e na persistência de práticas discriminatórias de quem mora na roça e de quem é do Nordeste brasileiro (a exemplo). Essas barreiras limitam a autonomia e o protagonismo das mulheres e dos povos e comunidades tradicionais, que, por meio do processo de cura e cuidado coletivo encontrado no tripé de organização, formação e lutas, tornam possível usar a imaginação para mudar o mundo com o que sonhamos. Esse novo mundo se constrói a cada passo dado no caminho coletivo e na mística da solidariedade entre povos, o que torna possível pensar e construir “um mundo diferente do que está aí e ao qual precisamos dar forma” (Freire, 2021c). O autor ainda continua:

Não gostaria de ser homem ou de ser mulher se a impossibilidade de mudar o mundo fosse algo tão óbvio quanto é óbvio que os sábados precedem os domingos. Não gostaria de ser mulher ou homem se a impossibilidade de mudar o mundo fosse verdade objetiva que puramente se constatasse e em torno de que nada se pudesse discutir. Gosto de ser gente, pelo contrário, porque mudar o mundo é tão difícil quanto possível. É a relação entre a dificuldade e a possibilidade de mudar o mundo que coloca a questão da importância do papel da consciência na história, a questão da decisão da opção, a questão da ética e da educação e de seus limites. A educação tem sentido porque o mundo não é isso ou aquilo, porque os seres humanos são tão projetos quanto podem ter projetos para o mundo, A educação tem sentido porque mulheres e homens aprenderam que é aprendendo que se fazem e se refazem, porque mulheres e homens se puderam assumir como seres capazes de saber, de saber que sabem, de saber que não sabem. De saber melhor o que já sabem, de saber o que ainda não sabem. A educação tem sentido porque, para serem, mulheres e homens precisam de estar sendo. Se mulheres e homens simplesmente fossem não haveria por que falar em educação (Freire, 2021c, p. 44).

A reflexão de Paulo Freire sobre a possibilidade de transformação do mundo, por meio da consciência histórica e do compromisso ético, ressoa profundamente na trajetória das mulheres camponesas que buscam romper as estruturas de opressão. Ao reconhecer que a educação tem sentido justamente porque permite que mulheres e homens estejam em constante construção de si mesmos e do coletivo, evidencia-se a força da organização popular como caminho para a superação das injustiças.

É nesse movimento de uma *práxis* política e pedagógica que se desenvolve a partilha e, com ela, o processo contínuo que une formação e luta à reflexão, à teoria e à ação. É nesse movimento, sustentado pelo cuidado mútuo e pela valorização da identidade, que as mulheres camponesas encontram as ferramentas para desafiar as barreiras institucionais, como o difícil acesso à terra, ao crédito e à participação nos processos decisórios, reafirmando seu protagonismo e construindo novas possibilidades de existência no campo.

Institucionalmente, a dificuldade de acesso à terra, ao crédito rural e à participação em espaços de decisão coletiva constitui, ao longo da história, uma barreira à emancipação das mulheres, haja vista que só em 2004, no II Plano Nacional de Reforma Agrária e no I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, foi reforçado esse olhar para as políticas no campo agrário para mulheres, sendo reforçado no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2008. Segundo Andrea Butto e Karla Hora, só após esse marco legislativo é que o institucional brasileiro passa realmente a buscar formas de superação da ausência do Estado, com propostas e ações afirmativas “[...] que orientam as políticas do meio rural na promoção de gênero” (Butto; Hora, 2010, p. 26).

Apesar dos avanços institucionais e da implementação de políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero no campo, as mulheres rurais ainda enfrentam obstáculos significativos no acesso a recursos econômicos e às políticas de financiamento/fomento, cujo valor ainda é baixo e inferior ao quantitativo masculino. Os dados podem ser constatados por meio da pesquisa “Inserção das Mulheres no Crédito Rural do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF): análise do ano-safra 2022/23”, de Fredo e Freitas, em relação ao plano safra 2022/23.

A linha especial de investimentos PRONAF Mulher merece atenção, pois é um subprograma exclusivo do Governo Federal destinado às produtoras rurais, podendo ser utilizado tanto para atividades agrícolas quanto não agrícolas (artesanato e turismo rural, por exemplo). Instituída no plano safra 2003/04, seu objetivo foi a inclusão feminina no desenvolvimento agropecuário por meio do fomento ao acesso do crédito rural, independentemente de sua condição civil. No entanto, na safra 2022/23, o PRONAF Mulher não foi uma das principais opções de crédito procuradas pelas mulheres. Foram contratados apenas R\$ 91,8 milhões, correspondendo a 2,2% do total de investimentos do PRONAF para o público feminino. Desse

montante, 59,8 milhões de reais se destinaram para a compra de animais na produção pecuária e 16,1 milhões de reais (17,6%) para infraestrutura dos estabelecimentos agropecuários. O total de investimentos no PRONAF Mulher foi destinado a 5.235 contratos a valor médio de R\$17.546,2 (Fredo; Freitas, 2024, p. 5).

Os dados apontados pelas autoras acima revelam que o número de mulheres contempladas por programas de incentivo e crédito rural permanece muito aquém do observado entre os homens, perpetuando desigualdades históricas e limitando o protagonismo feminino no desenvolvimento rural. Tal disparidade evidencia a necessidade de ampliar e fortalecer ações afirmativas que garantam efetivamente a inclusão das mulheres nas políticas públicas, promovendo sua autonomia econômica e participação ativa nos processos decisórios do meio rural.

No mesmo ano em que foram divulgados os dados acima citados, acontecia, em agosto, a Marcha das Margaridas de 2023, ocasião em que as mulheres reivindicaram melhores condições de acesso a créditos e microcréditos, destacando a necessidade de políticas públicas eficazes para promover a autonomia feminina no campo. As demandas apresentadas e entregues ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva passaram a integrar o Plano Safra 2025/2026, evidenciando que a verdadeira transformação só é possível quando o político e o institucional caminham lado a lado com o povo.

Esse processo de mudança, como destacado anteriormente, depende da articulação entre a luta popular, a organização coletiva e o compromisso ético e histórico, conforme nos lembra Paulo Freire: a superação das injustiças exige a transformação das estruturas, e essa transformação só se concretiza quando há coerência entre ação e prática, envolvendo tanto o Estado quanto a sociedade civil.

[...] às demandas da Marcha das Margaridas de 2023, o plano criou linhas de crédito para apoiar a agroecologia, irrigação sustentável, adaptação às mudanças climáticas, quintais produtivos, conectividade e acessibilidade no campo. O pleito atendido também dará às mulheres rurais condições especiais para acessar o microcrédito. Com limite de até R\$ 20 mil, os juros serão de 0,5% ao ano e um bônus de adimplência que pode variar de 25% a 40%. As mulheres do campo são responsáveis pela movimentação de R\$ 12,6 bilhões e representam 57% das operações de microcrédito (Ministério das Mulheres, 2025, online).

Apesar dos avanços conquistados por meio da organização coletiva e da luta das mulheres camponesas, muitos desafios persistem justamente porque, na ausência de leis específicas e de mecanismos eficazes de fiscalização, as estruturas institucionais continuam a reproduzir desigualdades históricas ancoradas no processo de invisibilidade das mulheres dentro do processo de reforma agrária no Brasil.

O protagonismo feminista se fortalece na prática, mas esbarra na fragilidade das políticas públicas que, quando não asseguradas por legislações específicas e efetivas e monitoramento rigoroso, tornam-se vulneráveis a retrocessos e ao descaso, limitando o alcance das transformações no cotidiano rural, que, mesmo diante da luta e da resistência organizada para a retomada da terra pelos movimentos sociais, exige uma reorganização da vida, dos costumes e das disputas na relação de gênero, na qual as mulheres passam a confrontar “destinos”. Isso [...] envolve rearranjos internos, disputas por capacidade de decisão, colocando o tempo todo em questão um modelo de autoridade paterna e as tradicionais relações de gênero, tensionando costumes” (Medeiros, 2010, p. 15).

Dessa forma, a luta das mulheres se consolida não apenas nas disputas internas e na configuração familiar, mas também na efetivação e fiscalização dos direitos, garantindo que as conquistas sejam asseguradas como políticas de Estado e não dependam exclusivamente do esforço coletivo. Contudo, além dos desafios já mencionados, destaca-se um obstáculo ainda mais alarmante: a violência no campo contra as mulheres, que exige atenção urgente e ações específicas para sua prevenção e enfrentamento.

A história, revela que as mulheres rurais enfrentam as artimanhas machistas e racistas, pois muitas agricultoras e suas famílias foram expulsas do campo no passado, assim, tiveram que exercer a função de trabalhadoras domésticas nas cidades pequenas ou capitais dos seus respectivos estados, outras tantas mantêm essa relação sazonalmente até hoje, para suprir as necessidades regulamentação dos direitos trabalhistas das domésticas é tardio, por exemplo, a obrigatoriedade do recolhimento do FGTS por parte do empregador e o seguro-desemprego foram incluídos em 2015 pela então presidenta Dilma Rousseff. Então, as agricultoras que exerceram o trabalho doméstico nos ensinaram muito sobre a longa jornada a favor dos direitos das mulheres brasileiras (Cavalcante Nascimento; Nascimento, 2025, p. 213).

O enfrentamento à história é também o enfrentamento da violência no campo, principalmente contra as mulheres, e representa um dos maiores desafios para a efetiva emancipação das camponesas, pois se soma à persistência de estruturas machistas e racistas que historicamente relegam as mulheres à invisibilidade e à precarização de direitos. Mesmo diante de avanços institucionais e conquistas coletivas, a ausência de políticas específicas e mecanismos de fiscalização eficazes perpetua situações de vulnerabilidade, limitando o acesso à terra, ao crédito e à participação ativa nos espaços de decisão.

Assim, a luta por direitos das mulheres rurais exige não apenas a superação dos entraves institucionais, mas também o enfrentamento das múltiplas formas de violência e opressão que marcam o cotidiano dessas trabalhadoras, reforçando a necessidade de ações integradas entre Estado e sociedade civil para garantir proteção, autonomia e justiça no campo.

Em 2025, Ana Saugo escreveu em coluna do jornal Brasil de Fato um artigo intitulado “A violência invisível contra mulheres do campo: Isoladas geograficamente, muitas delas vivem sob risco, sem que o problema alcance a devida dimensão no debate público”. Nesse artigo, ela mostra que, mesmo com os dados apontando, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, que “1,9% dos feminicídios do país ocorreram em zonas rurais”. O quantitativo, comparado aos números nacionais, não deve desconsiderar “a subnotificação” de dados de violência de gênero ocorrida nas áreas rurais, quando existe toda uma “distância de delegacias e serviços especializados [que] impede muitas vítimas de denunciarem”.

Além disso, a violência de gênero, o racismo estrutural e o preconceito em relação à juventude rural, e, mais ainda, em relação às jovens que são mulheres, como vistos nos depoimentos, aprofundam as dificuldades. Relatos de lideranças do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) evidenciam como os de Biojoia Nativa, Força da Roça e demais lideranças mostram que, muitas vezes, a luta por direitos básicos, como saúde, educação e moradia digna, é marcada por embates cotidianos com poderes locais e estruturas conservadoras. Esses desafios, contudo, têm mobilizado formas inovadoras de resistência e organização, como será abordado nas subseções seguintes.

5.2 O papel da educação popular: fundamentos teóricos, metodologias participativas e valorização do saber local

A educação popular, inspirada em Paulo Freire e em outros pensadores latino-americanos, assume centralidade no processo de emancipação das classes trabalhadoras e, logo, das mulheres camponesas. Fundamenta-se na dialogicidade, na participação ativa dos sujeitos e na valorização dos saberes construídos nas experiências de vida. Diferentemente de abordagens tradicionais, que impõem conteúdos de forma verticalizada, a educação popular se constrói a partir da escuta, do respeito à diversidade e da problematização da realidade.

As metodologias participativas vivenciadas pelas mulheres entrevistadas, mas também pela autora dessa tese, seja nos espaços de formação do Movimento de Mulheres Camponesas, nas rodas de conversa e na participação em espaços de místicas coletivas, configuram uma educação em movimento e, portanto, atrelada ao processo organizativo por direitos sociais, respeito às culturas e reparações históricas no que diz respeito ao genocídio, às violências de gênero e ao racismo estrutural.

Essas práticas permitem que as mulheres expressem seus sonhos, denunciem injustiças, elaborem estratégias de luta e fortaleçam vínculos comunitários. O saber local, resultado de

gerações de resistência e de adaptação ao território, é reconhecido como fonte legítima de conhecimento, seja nos saberes agroecológicos, nas práticas de cuidado, nas tradições culturais ou nas técnicas de organização coletiva, possibilitando uma educação construída pelo povo, como nos aponta a canção de Gilvan Santos, ao tratar desse processo de educação popular voltada para o campo, que precisa e deve articular a realidade local ao conhecimento produzido pelas ciências.

A Educação do Campo. Composição: Gilvan Santos

A educação do campo
Do povo agricultor
Precisa de uma enxada
De um lápis, de um trator
Precisa educador
Pra tocar conhecimento
O maior ensinamento

É a vida e seu valor
Dessa história
Nós somos os sujeitos
Lutamos pela vida
Pelo que é de direito
As nossas marcas
Se espalham pelo chão
A nossa escola
Ela vem do coração

Se a humanidade
Produziu tanto saber
O rádio e a ciência
E a “cartilha do ABC”
Mas falta empreender
A solidariedade
“soletrar” essa verdade
Está faltando acontecer

Ao analisar filosoficamente a canção apresentada à luz da discussão proposta acerca da educação popular, percebemos que ela expressa, de forma poética, a busca pela solidariedade e pelo reconhecimento do saber coletivo como elementos centrais do processo educativo.

Assim como Dussel propõe uma ética da Alteridade e Freire defende uma pedagogia voltada para a leitura crítica do mundo, a canção denuncia a lacuna existente entre o acúmulo de conhecimentos técnicos (“o rádio e a ciência”, “a cartilha do ABC”) e a efetiva vivência da educação do povo e para o povo, na medida em que coloca também que a educação do campo precisa da enxada, do lápis e do trator. Observa-se, assim, a necessidade de conhecimentos

locais, articulados ao desenvolvimento de metodologias científicas e ao desenvolvimento tecnológico, para o desenvolvimento da vida no campo.

A letra ainda ressalta que, apesar dos avanços científicos e educacionais, ainda é necessário “soletrar” e vivenciar a solidariedade, destacando a urgência de uma educação comprometida com a transformação social e com a valorização dos saberes populares. Isso dialoga diretamente com o debate sobre epistemicídio e a importância de resgatar conhecimentos ancestrais, reconhecendo o papel fundamental da coletividade e da construção de novas formas de existência, em oposição à lógica individualista e excludente. Dessa forma, a canção se alinha à filosofia da libertação e à pedagogia emancipatória, ao convocar para a realização efetiva de uma ética da libertação, que, por sua vez, é solidária e coletiva.

Nesse sentido, o conceito de Alteridade, conforme Dussel (2000), não se refere a um outro negado, mas sim a um outro e a uma outra dotados de consciência crítica que usam a negação para negar a opressão, revelando-se no processo de construção e participação. É nesse contexto, marcado por múltiplas circunstâncias históricas e pelo desenvolvimento da epistemologia, entendida como o estudo do conhecimento, que emerge o epistemicídio, entendido como o apagamento sistemático de saberes, culturas, histórias, religiões, economias, identidades de gênero e de raça, entre outros aspectos fundamentais dos povos latino-americanos.

Esse processo tem como objetivo principal reduzir o território latino-americano à condição de mera fonte de matéria-prima a ser explorada, ao mesmo tempo em que nega e apaga sutilmente a produção do saber local sob o pretexto do avanço econômico do sistema capitalista e da globalização.

“A libertação da mulher se insere nessa longa trajetória dos mundos da vida para fundamentar uma nova posição” (Dussel, 2000, p. 35), que se configura em uma ética de negação da negação: ao recusar as imposições, recusa-se também o vitimismo, reconstruindo, assim, uma nova forma de estar no mundo, alcançada na coletividade e não na individualidade de um eu ontológico centrado apenas em si e na lógica dominante da globalização. Isso vale tanto para a Alteridade humana quanto para a geopolítica, em que a exploração foi naturalizada como se “sempre tivesse sido assim”.

Diferentemente das correntes ocidentais dominantes, aquelas que fundamentam o “eu penso, logo existo” do eurocentrismo ontológico do ser e de uma filosofia da ciência moderna que marginaliza o Outro (a Alteridade), a filosofia da libertação está voltada para a alteridade. Isso implica corresponsabilidade, conceito que vai além da simples responsabilidade, pois se volta para o caráter moral do coexistir, em que viver está interligado a toda uma rede de saberes,

pensamentos e construções de diferentes conhecimentos. Assim, o reconhecimento mútuo e a valorização do saber coletivo tornam-se caminhos para superar as marcas do epistemicídio.

A educação popular não se limita ao ato de decifrar letras; a pedagogia da libertação, como propõe Freire (2021), vai além da leitura das palavras, abarcando a leitura dos rostos, das marcas e das histórias outrora silenciadas e que hoje são escritas pelas próprias mãos das mulheres. Trata-se da valorização do saber ancestral quilombola, entendido como ciência crítica, mas também como saber da resistência. Esse movimento de resgate e afirmação é fundamental para a construção de uma identidade coletiva e para o fortalecimento dos territórios camponeses.

Metodologicamente, a educação popular se fortalece nas ações afirmativas construídas pelo povo organizado, seja no campo ou na cidade. Logo, articula-se também com a pesquisa-ação enquanto metodologia que se constitui de uma filosofia libertadora. Para Michel Thiollent, a relação entre o conhecimento e a ação se dá no agir e no fazer.

A relação entre pesquisa social e ação consiste em obter informações e conhecimentos selecionados em função de uma determinada ação de caráter social. A passagem do conhecer ao agir se reflete na estrutura do raciocínio, em particular em matéria de transformação de proposições indicativas ou descritivas (por exemplo: "a situação está assim...") em proposições normativas ou imperativas ("temos que fazer isto ou aquilo para alterar a situação"). Isto supõe que seja estabelecido algum tipo de relacionamento entre a descrição de fatos e normas de ação dirigida em função de uma ação sobre esses fatos, ou de uma transformação dos mesmos (Thiollent, 2025, p. 66).

A citação de Thiollent ressalta que a passagem do conhecer ao agir demanda uma articulação entre a descrição da realidade e a proposição de ações transformadoras, característica essencial das metodologias participativas na educação popular. Assim, quando a pesquisa social é orientada para a ação, ela potencializa o protagonismo do público envolvido, permitindo que o conhecimento produzido seja imediatamente mobilizado na busca por mudanças concretas nas comunidades, ou mesmo contribuindo para o papel questionador da sociedade tal como é.

Essa perspectiva se conecta diretamente ao debate sobre o fortalecimento dos territórios camponeses e da identidade coletiva, à fortificação das lutas feministas, pois evidencia que a produção do saber não se encerra na análise de dados, entrevistas, aplicação de questionários, dentre outras estratégias que visam somente ao quantitativo, mas se realiza plenamente quando resulta em práticas emancipatórias e na valorização dos saberes ancestrais, especialmente das mulheres que, ao reconstruírem suas histórias, ampliam o horizonte de transformação social.

Um exemplo emblemático desse processo é o trabalho das mulheres, por meio do processo de formação dos encontros comunitários, que abordam temas como violência contra a mulher, práticas agroecológicas, educação popular, mística revolucionária, saúde popular, dentre tantos outros, como a própria construção do feminismo camponês popular (sobre a qual falamos anteriormente nas escritas desta tese, em especial na seção dois). Nessas experiências, os conhecimentos ancestrais sobre o solo, as sementes e as formas de produção sustentável são articuladas a debates sobre direitos, saúde e soberania alimentar.

As atividades formativas vão além do ensino técnico, promovendo a reflexão crítica sobre as relações de poder e estimulando a construção de alternativas ao modelo agrícola hegemônico. Assim, a educação popular torna-se instrumento de emancipação, fortalecendo a autonomia e o protagonismo feminino na luta pelo reconhecimento e pela manutenção dos seus saberes e territórios.

5.3 Oportunidades para a Visibilidade do Trabalho Feminino: Conquistas, Reconhecimento e Políticas Públicas

Apesar das barreiras, os últimos anos têm testemunhado avanços importantes na visibilidade e no reconhecimento do trabalho das mulheres camponesas. A inclusão de mulheres em cargos de liderança, a criação de políticas públicas específicas e a ampliação dos espaços de formação representam conquistas significativas. Programas como o Pronaf Mulher, o apoio à agroecologia e as campanhas de combate à violência no campo são frutos da mobilização coletiva e do protagonismo feminino.

De acordo com o quadro apresentado posteriormente e considerando o recorte temporal de 2016 e das mobilizações em defesa da democracia protagonizadas pelas mulheres, especialmente no contexto da resistência ao golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, já mencionado anteriormente, observa-se uma simbólica expansão da participação feminina em espaços de visibilidade ao longo dos últimos dez anos. Embora esses espaços ainda não sejam plenamente consolidados, a trajetória revela avanços importantes no reconhecimento e fortalecimento do protagonismo das mulheres camponesas na demarcação de direitos, em diferentes eixos e categorias, e os impactos concretos em suas vidas.

Diante das adversidades, as mulheres camponesas têm desenvolvido múltiplas estratégias de resistência, baseadas na solidariedade, na criatividade e na construção coletiva de alternativas. A organização em associações, cooperativas e movimentos sociais possibilita a ampliação do acesso a recursos, a defesa de direitos e a construção de redes de apoio mútuo.

Os relatos das mulheres camponesas alagoanas, suas expressões e memórias, se entrelaçam com a história, reafirmando a importância da organicidade popular como estratégia de resistência, que pode ser evidenciada no processo que elas colocaram a partir da participação nos espaços de encontro e de formação do movimento. E, parafraseando Paulo Freire, pode-se então dizer que, nesse processo da educação popular, “ninguém liberta ninguém, as mulheres se libertam em comunhão quando se juntam”.

Além desse fato, que traz a relevância de políticas públicas e mudanças significativas nas vidas daquelas que a elas têm acesso, essa relevância pode ser encontrada no eco das vozes camponesas ao entoarem, nas místicas, a canção “Alimentação ecológica”.

ALIMENTAÇÃO ECOLÓGICA (MMC).

O alimento deve ser,
remédio e saúde prá viver,
mas quem compra
e não sabe o que vai comer,
pode estar se envenenando pra morrer

1. Tudo está nas mãos da agricultora
nas mãos da consumidora
pra mudar a realidade
se a gente respeitar a natureza
teremos vida e riqueza, saúde e felicidade.

2. A nossa agricultora está cansada
de só viver explorada,
porque os governos locais vivem de maracutaias
que nos tornam cobaias das multinacionais

3. Não aceitamos o cabresto
de quem vêm com o pretexto
de aumentar a produção
pra onde este modelo nos conduz que quanto
mais se produz mais pobre fica a nação?

4. Cuidando do nosso ambiente
plantando boa semente
gerando vida e fartura
além de produzir com qualidade
integra campo e cidade
forjando nova cultura.

A Mulher como protagonista do conhecimento, por meio da história e da organização popular que aparece na primeira estrofe, rompe com a invisibilidade histórica do trabalho da mulher camponesa, sendo esse um processo de caráter popular e democrático. Ao dizer que "tudo está nas mãos da agricultora", a canção reconhece que o cuidado com a semente e com a alimentação não é apenas uma "tarefa doméstica" árdua e penosa, mas um saber científico e ecológico.

Pode-se, nesse caso, observar que a visibilidade começa pelo reconhecimento de que as mulheres são as guardiãs da biodiversidade desde o descobrimento da agricultura na história. O "reconhecimento" aqui é o da competência técnica, popular, ancestral frente ao veneno do agronegócio. A alimentação agroecológica e a construção desse projeto de produção alimentar se apresentam como resistência ao sistema "Capetalista".

A letra faz uma crítica direta ao modelo de produção que "envenena para morrer". Quando ela menciona que as mulheres não aceitam o "cabresto" das multinacionais, ela posiciona a alimentação saudável construída pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) como um ato político de libertação.

O trabalho das mulheres, que é uma luta para a transformação das relações de gênero, de raça/etnia e de classe, faz com que, ao optar pelo projeto agroecológico, as camponesas organizadas no MMC se tornem uma barreira contra o modelo extrativista.

A "oportunidade" de visibilidade surge quando a sociedade percebe que a saúde pública, com a comida como remédio, depende diretamente do trabalho dessas mulheres. E aqui percebemos uma relação com o que Rochedo Florido colocou como "cura", pois a cura não se trata apenas das dores e feridas sofridas por elas, mas dos processos de cuidados umas com as outras e, logo, da escuta que Mata da Espeça coloca ao lançar um convite para uma mulher que ainda não conhece participar de um espaço com o movimento.

A segunda estrofe é uma denúncia direta à ausência ou ao desvio de políticas públicas, as "maracutaias" dos governos locais. Quando as políticas públicas deixam de atender às demandas do povo para favorecer o grande capital, as "multinacionais", o agronegócio e o latifúndio, enquanto a agricultora familiar camponesa permanece "explorada".

A luta por visibilidade é, portanto, a luta por políticas que financiem a agroecologia e não apenas o lucro das grandes empresas. Existe na canção e em sua mística uma integração campo-cidade, quando, na última estrofe, fala em "forjar uma nova cultura" e integrar campo e cidade. Sendo a criação de uma rede de solidariedade a maior conquista destacada.

A visibilidade do trabalho feminino se concretiza quando a "consumidora", citada na estrofe 1, reconhece a "agricultora". Essa ponte, ou, como dizia a mulher Urtiga do Busque, construindo uma "pingue", esse movimento de reconhecimento, visibilidade e valorização é o que garante a reconstrução do papel da mulher nas ações econômicas e sociais da produção agroecológica.

Quadro 10 - Análise comparativa de dados.

Categoria de Análise	O "Modelo do Cabresto" (Agronegócio)	A "Nova Cultura" (Alimentação Agroecológica - MMC)
Uso de Agrotóxicos	Recorde Histórico: Brasil atingiu o topo do ranking mundial com 10,9 kg/ha (FAO).	Zero Veneno: Foco no equilíbrio biológico e no "alimento como remédio".
Exposição Humana	3,31 kg de veneno por habitante/ano no Brasil (FAO), gerando riscos de câncer e má-formação.	Segurança Alimentar: Promoção da saúde da agricultora e da consumidora.
Diversidade de Cultivos	Monoculturas: 70% da área plantada no Brasil é soja, milho e cana (commodities).	Biodiversidade: Sementes crioulas, diversificação e integração campo-cidade.
Papel da Mulher	Invisibilizada: Frequentemente colocada como mão de obra auxiliar ou exposta sem proteção.	Protagonista: A mulher como guardiã da semente e gestora da saúde ambiental.
Políticas Públicas	Foco em isenção fiscal para venenos e grandes créditos para exportação.	Luta pelo PNAE, PAA e incentivos à transição agroecológica.

Fonte: A autora 2026, com base em Agroecologia X agronegócio – veneno e saúde, tendo como fontes da FAO (2025), IBAMA (2024) e WORLD POPULATION REVIEW (2026).

O quadro mostra que, embora a produção de commodities bata recordes de volume, a "riqueza" gerada é concentrada nas multinacionais, enquanto a saúde e a soberania alimentar da nação ficam empobrecidas. Enquanto os dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO – 2024/2025) apontam para um uso alarmante de 10,9 kg de agrotóxicos por hectare no Brasil, a canção camponesa aqui analisada funciona como um contrarrelatório: ela denuncia a “maracutaia” dos governos e propõe a agroecologia como a política pública mais urgente.

Ainda em relação ao quadro comparativo, pode-se perceber que existe uma diferença concreta entre o modelo do agronegócio e a agroecologia que se apresenta na canção: “mas quem compra e não sabe... pode estar se envenenando sem saber”. Essa afirmação se contrapõe ao dado de que o Brasil lidera o uso de agrotóxicos no mundo. Logo, é por meio da visibilidade do trabalho das mulheres camponesas e da produção agroecológica da agricultura familiar que se apresenta uma alternativa ao modelo de produção, sem exploração dos recursos naturais e com atenção à saúde pública.

Estudos de caso, como a obra “Sementes da Resistência: mulheres agricultoras construindo territórios livres” (2025), na qual são apresentadas entrevistas com mulheres organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas e na Marcha das Margaridas em Alagoas, revelam o impacto da participação feminina na conquista de direitos, como a inclusão de pautas específicas nas políticas de crédito rural, saúde da mulher e combate à violência. As práticas de mística, expressão coletiva de espiritualidade, cultura e identidade, desempenham papel

fundamental na mobilização, ressignificando o cotidiano e alimentando a esperança. Tais estratégias mostram que a resistência não se limita ao enfrentamento direto, mas envolve a criação de sentidos, a celebração da vida e a construção de projetos comuns. É como as autoras da introdução do capítulo do estado alagoano, Silva e Lima (2025), colocam:

Nos quintais produtivos, as camponesas alagoanas utilizam sementes criou as que vão além de simples grãos, elas geram vidas, cultivam conhecimentos, compartilham saberes, colhem histórias, somam sonhos e multiplicam lutas e resistências. As Mulheres Camponesas de Alagoas são assentadas da reforma agrária [...]. Essas mulheres lutaram, conquistaram sua terra e vêm reescrevendo suas histórias, conquistando direitos, produzindo alimentos saudáveis, conservando a biodiversidade, preservando os conhecimentos tradicionais e levantando a bandeira de luta pela agroecologia. Essas mulheres estão de retalho em retalho costurando, tecendo um novo bordado que fortalece as comunidades, as relações e a coletividade, visando a transformação. Por meio dessas sementes, as alagoanas são construtoras de uma nova narrativa: a de descobrir-se e construir-se feminista, com identidade camponesa e popular (Silva; Lima, 2025, p. 164).

O reconhecimento do papel das mulheres como guardiãs da biodiversidade, promotoras da segurança alimentar e agentes de transformação social tem impulsionado mudanças no discurso institucional e no desenho de políticas públicas. Projetos de certificação participativa, valorização do artesanato e fortalecimento das cadeias produtivas femininas contribuem para romper com a invisibilidade histórica.

No entanto, persistem desafios para que tais oportunidades se consolidem e alcancem todas as mulheres do campo. A necessidade de formação continuada, o combate ao analfabetismo, o acesso à tecnologia e a superação de estigmas sociais demandam ações integradas entre Estado, movimentos sociais e comunidade acadêmica. O diálogo entre saberes tradicionais e inovação é fundamental para garantir que os avanços não se restrinjam a segmentos específicos, mas se tornem realidade para a coletividade camponesa.

Esperança da Mata destacou, em sua expressão e recordação, mas também no processo de memória que se constrói, a presença do presente, do passado e do futuro na "valorização" de ser quem é enquanto mulher. O avanço dela é o avanço da sua própria autoestima, que reflete na forma como ela lida com a terra e com a comunidade onde vive e por quem faz a luta. Mas, em um todo, os pedaços que um dia foram retalhos soltos constroem uma grande colcha colorida. Quando, por exemplo, Rochedo Florido fala sobre encontrar, nos espaços do movimento, "a cura no cuidado", remete também à fala da mulher Mística Cantada, quando coloca que "rezar por uma companheira também é luta". Isso mostra que a Educação Popular no MMC tem uma dimensão terapêutica e espiritual que mantém a organicidade do movimento.

Ao longo de nossa interlocução, Rochedo Florido e outras companheiras ressaltaram reiteradas vezes que foi por meio do movimento social que se reconheceram, no caso dela, como mulher indígena e parte do processo quilombola dos Palmares; no caso de outras, foi possível se verem como capazes de fazer, ou mesmo de exercer a teimosia, ou sair de processos de violência, bem como voltar a sonhar. Esse reconhecimento não é apenas individual, mas carrega uma potência coletiva e educativa fundamental para a compreensão da educação popular em sua dimensão formadora de identidades e superadora de opressões estruturais. O caso de Rochedo Florido dialoga diretamente com o processo de Doce das Frutas: enquanto uma rompe o silêncio imposto pelo espaço doméstico, a outra desafia a estrutura do racismo histórico. Ambas, ao se inserirem no movimento, constroem trajetórias de autonomia, simbolizadas pela expressão de "andar com os próprios pés", conceito presente na música do Movimento dos Pequenos Agricultores e Agricultoras (MPA) e que fora escrito por mulheres.

Esse processo de emancipação é reforçado pelo refrão da canção “Povoada”, de Sued Nunes: “sou uma, mas não sou só”. A artista, ao enfrentar, por meio do canto, as opressões vividas pela mulher negra, explicita que a força da coletividade é o elemento que permite a reconstrução subjetiva e política. Assim, a educação popular se apresenta nas canções e nas poesias como parte do processo da mística construída coletivamente, como espaço de visibilidade, diálogo e fortalecimento das ancestralidades, onde cada mulher, ao compartilhar e ressignificar suas vivências, contribui para a tessitura de um patrimônio coletivo de saberes/conhecimentos, lutas e resistências. O “andar com os próprios pés” é, portanto, resultado de um processo político-pedagógico que articula a vida de uma mulher ao coletivo de mulheres, promovendo o reconhecimento das múltiplas histórias, vidas e linhagens ancestrais que cada mulher carrega e atualiza em si, na luta cotidiana pela dignidade, pela terra e pela transformação social.

POVOADA. Composição: Sued Nunes

Povoada
 Quem falou que eu ando só?
 Nessa terra, nesse chão de meu Deus
 Sou uma, mas não sou só.
 Povoada
 Quem falou que eu ando só?
 Tenho em mim mais de muitos
 Sou uma, mas não sou só

A vida das mulheres que contribuíram com essa pesquisa pode se imbricar no depoimento da mulher Esperança da Mata, quando ela coloca a importância do aprender no

movimento, que oferece o espaço para que cada mulher construa sua própria história e para que as mulheres, juntas, aprendam umas com as outras. Esse processo também se relaciona com a música “Povoada”, que transmite a mensagem de ancestralidade presente e de construção coletiva.

O que eu diria para uma mulher que não conhece o movimento é: venha participar para você tirar suas próprias conclusões. O movimento abre os olhos da gente. A gente aprende que não precisa aceitar tudo calada. Eu sempre digo que o movimento me ajudou a ser quem eu sou hoje. Tudo o que eu falei aqui foi maravilhoso porque faz parte da minha história de vida e de como eu aprendi a me valorizar como mulher que trabalha na terra (Esperança da Mata, 2025).

A organicidade da educação popular camponesa em Alagoas revela-se como uma teia de cura e reconhecimento. Conforme aponta Rochedo Florido, a união das mulheres, desde a mata, o sertão, o agreste até o litoral, promove uma cura coletiva das feridas abertas pelo racismo, pelo patriarcado e pelo capitalismo. Essa cura é a pré-condição para a autonomia, que também foi descrita por Esperança da Mata, que convoca as companheiras ao despertar da consciência, para o se juntar e para o aprender coletivo. Juntas, essas vozes confirmam que o “sonho que se sonha junto” não é uma abstração, mas uma estratégia política de visibilidade que transforma as vidas e constrói um novo projeto de sociedade, com respeito à vida humana, aos povos e às comunidades tradicionais, com as mulheres caminhando para a plena soberania popular.

Sabe lá atrás, quando a Urtiga da Mata falou que a educadora popular é uma pinguela? Entende-se aqui que construir essa pinguela/uma ponte entre o sonho e a realidade é tarefa complexa, mas essencial para a transformação social. A utopia, compreendida não como fuga do real, mas como uma possibilidade mobilizadora, alimenta a esperança e orienta a ação coletiva. No cotidiano das mulheres camponesas, sonhar juntas significa articular desejos individuais e coletivos, projetando futuros possíveis a partir da solidariedade e da resistência.

A educação popular, nesse sentido, é instrumento de mediação entre o que se é e o que se deseja ser. Ao promover espaços de reflexão, partilha e organização, ela possibilita que a esperança se traduza em práticas concretas.

A construção de agendas comuns, a definição de prioridades e a elaboração de estratégias coletivas são exemplos de como o sonho pode se materializar em ação. Experiências de planejamento participativo, assembleias comunitárias e campanhas de mobilização ilustram esse movimento.

SAMBA DA UTOPIA. Composição: Ceumar Coelho

Se o mundo ficar pesado
Eu vou pedir emprestado
A palavra poesia

Se o mundo emburrecer
Eu vou rezar pra chover
Palavra sabedoria

Se o mundo andar pra trás
Vou escrever num cartaz
A palavra rebeldia

Se a gente desanimar
Eu vou colher no pomar
A palavra teimosia

Se acontecer afinal
De entrar em nosso quintal
A palavra tirania

Pegue o tambor e o ganzá
Vamos pra rua gritar
A palavra utopia

Nosso desafio enquanto Alteridades em construção de um mundo mais justo está em manter viva a chama da utopia frente às adversidades, reconhecendo que cada conquista é fruto de um processo contínuo e coletivo. Tal como expressa a canção "Samba da Utopia", a esperança e a capacidade de sonhar são elementos fundamentais para enfrentar tempos difíceis, ressignificando a realidade por meio da poesia, da sabedoria, da rebeldia e da teimosia.

A música inspira a resistência criativa e coletiva, sugerindo que, mesmo diante da tirania, é preciso ir às ruas e afirmar o sonho comum. Assim, a capacidade de sonhar junto, de reinventar práticas e de celebrar pequenas vitórias fortalece a organicidade da educação popular e amplia o alcance das lutas femininas.

E como coloca Lilia Moritz Schwarcz em *Sobre o Autoritarismo Brasileiro* (2019), a história e a memória são formas de entendimento do passado que nem sempre se confundem ou mesmo se complementam. Desse modo, fechamos a caminhada desta seção, tendo como pensar o amanhã uma utopia que move para o esperar, pois é essa utopia que nos impulsiona a agir e a transformar nossos sonhos em realidade. O movimento de esperança se faz presente na trajetória coletiva das mulheres do campo, que, apesar das adversidades, continuam a construir pontes entre o que se deseja e o que se pode alcançar.

Cada passo dado é uma reafirmação do potencial criativo e emancipatório e, ao encerrar este capítulo, renovamos nosso compromisso com a luta e com a celebração das pequenas grandes conquistas que fortalecem a caminhada feminista e popular. Assim, abre-se o convite às considerações, que, longe de serem finais, continuarão sempre abertas à reconstrução de novos instrumentos que possam reinventar formas de existir e resistir.

6 CONSIDERAÇÕES QUE FICAM, MAS NÃO SE FECHAM

Ao finalizar este processo de escrita, sinto a necessidade de compartilhar não apenas as inquietudes, mas também as potências que emergem da trajetória das mulheres camponesas. Ocupar o papel de autora é abrir espaço para vozes que, entre sonhos e lutas, semearam o caminho da transformação. Cada relato, cada gesto de resistência, tornou-se matéria-prima para a tessitura deste trabalho, cuja essência pulsa entre a mística do coletivo, a sabedoria do processo da educação popular e o rigor da análise científica de uma pesquisa-ação. Esta tese busca dar corpo à práxis vivida, evidenciando como os sonhos das mulheres camponesas se convertem em práticas emancipatórias e conquistas concretas, nutridas pela coragem de persistir mesmo diante das adversidades. E como se pode mostrar, assim espero, durante toda a construção desses escritos, o processo de transformação só é alcançado quando se considera também a história um dia dita como oficial.

A organicidade da educação popular, tecida pela criatividade e pela força de organização do povo e pela autonomia feminista camponesa popular, configura-se em ética da libertação para a Alteridade/mulher, revelando-se como conquista em permanente construção. O trabalho das mulheres no campo, que muitas vezes, durante a história do Brasil, foi invisibilizado, é fonte de inspiração e aprendizado para que não se retroceda e se continue avançando nos processos que constroem a emancipação das classes trabalhadoras e das raças e etnias oprimidas. A exaustão, sentida ao longo da caminhada por essa Alteridade que escrevinha a tese, reafirma o compromisso de seguir mesmo quando as forças parecem escassas. Ser militante, pesquisadora e trabalhadora é atravessar cotidianamente a fragilidade e o desafio, mantendo viva a chama da esperança. Em meio à luta, a experiência de ser reduzida a números ou silenciada fortalece ainda mais a necessidade de afirmação e visibilidade.

Reconheço que, ao longo deste percurso, enfrentei momentos em que considerei desistir, em virtude do desgaste mental e físico, que se estendeu por um período significativo e, por vezes, revelou-se angustiante. A troca de orientação resultou em mudanças que, embora desafiadoras e difíceis à época, hoje se consolidam na produção ora apresentada. Ressalto, contudo, que o apoio e a compreensão dessas pessoas que me acompanharam na orientação, de forma comprometida e acreditando nesse projeto, foram fundamentais, possibilitando a construção de parcerias sólidas e sinceras ao longo do trabalho.

Diante desse cenário, urge que quem realiza pesquisa acadêmica, quem está nos espaços formais de educação, quem ousa lutar e fazer militâncias e ativismos sociais, e toda a sociedade abracem o compromisso de fortalecer caminhos de emancipação e libertação de quem fora explorado pelo racismo, preconceito, machismo e capitalismo. É preciso promover uma escuta

sensível, acolher saberes múltiplos e elaborar políticas públicas que incluam e respeitem o protagonismo das mulheres camponesas e dos povos e comunidades tradicionais, bem como das juventudes do campo e da cidade. As considerações finais tornam-se, assim, convite à ação coletiva, à construção de um mundo mais justo e plural, onde cada voz feminina seja reconhecida e celebrada.

Que a utopia permaneça como mística inspiradora, alimentando a esperança e impulsionando a ação junto às práticas populares e científicas. Que cada passo, cada conquista, por menor que pareça, seja percebido como processo de luta e não de ganho, sendo parte da caminhada coletiva e da luta feminista na pluralidade de classes trabalhadoras, diversidade de gênero e quebra das correntes dos genocídios aos povos e comunidades tradicionais e contra o racismo.

A educação popular que trabalhamos é essa pinguela que liga sonhos e realidades, reafirmando o potencial transformador das mulheres do campo na construção de uma sociedade democrática e solidária. Ao concluir este trabalho, renovamos o compromisso ético de seguir esperançando, celebrando as pequenas vitórias e fortalecendo o movimento de mulheres camponesas. Que o convite à reflexão e ao engajamento permaneça aberto, pois a transformação é processo, mistério e celebração.

Assim, deixo a quem ler esse trabalho um chamado para o esperançar que se constrói na organização, na formação e nas lutas, por meio da tentativa de escrita de uma poesia que traduza, de maneira mística, o que até aqui foi trabalhado.

Imbicar dos Sonhos (Edcleide da Rocha Silva – Flor Cabocla da Mata, 2026)

Nas veredas das diversidades regionais de Alagoas,
onde o chão guarda memória e resistência,
brotam mulheres — não como metáfora de guerreiras,
mas como sementes crioulas que insistem em re(existir)
mesmo quando o tempo nega a chuva, ou a água esperada cai como veneno.

Eu, Edcleide, filha de tantas travessias,
carrego nos passos o barro e a palavra,
e na palavra, a história não contada
das que vieram antes, das que estão no hoje
e das que ainda virão, para construir a escrita coletiva.

Não nos chamem guerreiras
para romantizar o cansaço, a exploração e a negação.
Nossos braços não nasceram para suportar o mundo sozinhos,
Mas sim para transformá-lo em coletivo,
em espaços coletivos, em acolhimento, em partilha e em vozes.

Na construção ne nossa história e processo de democratização dos direitos

Houve leis que prometeram futuro,
e mãos que as desfizeram no silêncio dos gabinetes.
Houve direitos escritos e direitos arrancados,
como se a dignidade de viver fosse concessão
e não raiz firme na terra que é inerente a planta.

Mas seguimos, no imbricar dos sonhos,
Seguimos negando o processo de negação que nos nega,
E afirmando que nossos corpos em suas diversidades
são registro da própria história e cansou,
Cansou de ser explorado, envenenado com as ações
patriarcais, racistas e machistas.
Basta, não mais!

Seguimos com a esperança que não é ingênua —
e é forjada na indignação que educa,
na recusa ao inacabado imposto,
na coragem de anunciar outros mundos possíveis,
na utopia que nos move a seguir,
seguir pelas nossas ancestrais e tantas mais.

Seguimos com a missão de uma ética da libertação
que nasce dos povos oprimidos,
que não aceita a morte como destino,
que o sangue derramado se torna alimento de nossas revoltas
afirmando que a vida como princípio primeiro,
é construída na unidade da diversidade em construção.

Seguimos na compreensão
de que a organização da classe trabalhadora
não é escolha,
e que a opressão não é destino.
Apontando a necessidade de um novo mundo,
uma nova histórica, a nossa história
que é chão onde se sustenta o amanhã.

E aprendemos, com a educação popular,
que ninguém liberta ninguém sozinho,
que o saber se constrói na partilha,
na escuta ativa e participativa,
na experiência que vira consciência crítica.

Seguimos também com as vozes que escrevem
contra o silêncio imposto,
rompendo o racismo estrutural
com palavra, corpo e memória —
fazendo da escrita um território de resistência
e da existência um ato político.

Seguimos porque aprendemos
na educação que nasce do povo

que o saber não mora apenas nos livros,
mas no ato de existir, seja com gesto de plantar,
no cuidado com a vida e respeito à diversidade,
na mística que acende o invisível
e transforma dor em caminho e em sonhar.

Seguimos porque entendemos
que quando uma mulher avança,
não é só ela que rompe à cerca da dominação —
é o mundo que se desloca,
é a história que se reescreve
contra as correntes que nos prendia.

E assim, entre cantos e silêncios,
dez vozes se fizeram muitas, as mulheres que escrevem comigo
vão além das entrevistadas.
Elas são a possibilidade de abrir novas estradas.
Essas mulheres que participam somaram
Junto com a ancestralidade na conquista que é nossa
Uma camponesa indígena ser doutora da terra.

Mística Cantadeira, que reforça a luta na crença e nos sonhos coletivos.
Urtiga do Bosque, que fere o injusto e cura o chão plantando agroecologia.
Rochedo Florido, firmeza que também reconstrói a participação da mulher na
sociedade, na educação que cura.
Cordel Encantado, memória viva que narra as vidas e os fatos da luta por mulher com
teimosia.
Força da Raça, raiz que não se curva frente ao patriarcado machista mesmo nas terras
da reforma agrária.
Doce das Frutas, o redescobrir-se e buscar sonhar com ternura e resistências.
Biojoia Nativa, brilho que nasce da terra e que ousa levar sua história para libertação
de outras mulheres na partilha de seus artesanato e palavras.
Agroecologia da Terra, sabedoria que cultiva o amanhã na luta por direitos.
Esperança da Mata, verde que insiste em nascer e fazer florescer terras que um dia foi
escassez.

A vocês, mulheres de nomes guardados e histórias reveladas,
meu profundo agradecimento —
por contribuírem na pesquisa que se faz na ação
somos mais que dados e entrevistas,
somos eco no novo mundo,
na pesquisa acadêmica e na vida.

Porque nos encontramos em movimento,
na agroecologia na qual refazemos o projeto de sociedade e maneiras de plantar:
sem veneno, sem pressa, sem sangue, sem morte —
com diversidade, com cuidado, com justiça e esperançar.

E é na mística — essa força que não se mede, mas se sente —
que reinventamos a existência,
tecendo consciência de classe, raça e gênero
como quem borda os pequenos retalhos

numa manta que mais que pano é boniteza da coletividade.

Que esta tese não se encerre aqui.

Que ela caminhe,
que ela plante,
que ela nasça,
que ela incomode,
que ela floresça,
que ela frutifique
as formas do pensar.

Porque nossos sonhos não cabem no papel —

eles imbicam,
transbordam,
e seguem
fecundando a terra,
debulhando e partilhando sementes
transformando nosso chão e o mundo.

Assim, como já dito, fazem-se as considerações, mas não finais, pois a caminhada e a luta por uma educação transformadora são contínuas. Nesse caso, a tese, assim como a caminhada das mulheres das classes trabalhadoras, permanece entreaberta como convite ao diálogo, à continuidade da pesquisa e à ampliação das vozes do povo que, historicamente, precisaram lutar para existir também no espaço acadêmico, sem se desvincular de seus territórios, saberes e pertencimentos.

Se estas páginas chegam a um ponto de conclusão, não o fazem como fechamento definitivo, mas como gesto de compromisso com a transformação social, com a dignidade da vida e com a construção de uma educação popular que está viva e pulsando nos mais diferentes espaços educacionais, que tenha a cara do povo, que reconheça a força dos saberes coletivos e que se faça com participação, escuta, respeito e justiça.

Trata-se de afirmar a esperança e a mística não como espera passiva, não como elementos religiosos, mas como práticas históricas e pedagógicas, alimentadas pela organização, pela luta e pela formação crítica. Nessa direção, permanece o desejo de que o mundo acadêmico se torne cada vez mais permeável às pautas que emergem do campo, das florestas, das águas, das periferias e de tantos outros territórios de resistência, acolhendo a pluralidade das experiências humanas (do mundo urbano e do mundo rural). E que esse movimento se realize, necessariamente, com profundo respeito às mulheres, às suas trajetórias, aos seus corpos, aos seus tempos e às suas formas de produzir conhecimento, para que a educação transformadora aqui defendida continue sendo sementeira de justiça, liberdade e dignidade para as classes trabalhadoras em toda a sua diversidade.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Telmo. Solidariedade. *In: Dicionário Paulo Freire*. 2019, p. 437- 438.
- ALBUQUERQUE, Cicero Ferreira de. **Campesinato e migração em Alagoas**. Maceió, Edufal, 2017.
- ANMC. **Feminismo camponês popular**. Produção: Movimento de Mulheres Camponesas. - MMC Brasil. Diagramação: MDA Comunicação Integrada. Impressão: Passografic Outubro de 20182018.
- ARROYO, Miguel González. **Currículo território em disputa**. Edição digital. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. Atualizada – Rio de Paneiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 2ª Ed., vol. 2, Rio de Janeiro, Editora nova fronteira SA. 2009.
- BOGO, Ademar. A Mística: parte da vida e da luta. *In: O Caderno de Formação nº 38: “Método de trabalho de base e organização popular”*, é uma publicação do Setor de Formação - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Editora Expediente. 1ª edição - outubro de 2009.
- BOGO, Ademar. Mística. *In: Roseli Salete Caldart, Isabel Brasi Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo*. Editora Expressão Popular 2ª edição, Rio de Janeiro, p. 473-477.
- BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emanuela R. Mulheres e a reforma Agrária no Brasil. *In: Mulheres e a reforma agrária: a experiencia Recente no Brasil*. Organização de Adriana L. Lopes e Andrea Butto, Brasília: MDA, 2010.
- CALDAS, Júlia Klein e Beaklini Bruno Lima Rocha. Fernando Collor, proprietário e político: o uso da Gazeta de Alagoas como prática para o coronelismo eletrônico”, **Revista Espaço Acadêmico**, n. 178, 2016. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/oai:doaj.org-article:0832973b0b1543cca213765f08ab2a6d>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- CÂMARA dos deputados. **Legislação**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8213-24-julho-1991-363650-norma-pl.html>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- CARNEIRO, Edson. **O quilombo dos palmares**. Brasiliana. 2ª Edição, São Paulo 1958.
- CITOLIN, Soloá; Turma Olga Benário. **Educação de Jovens e Adultos e Ensino médio: sistematização da Turma Olga Benário do Instituto de Educação Josué de Castro**. ITERRA, Veranópolis – RS, 2007.
- COSTA, Craveiro. **História das Alagoas**. Editora proprietária, Cayeiras - Rio de Janeiro, 1983.
- CRISTO. Crísea. Mulheres camponesas agem na solidariedade do campo para a cidade em alagoas. **MMC Brasil**. 2020. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/mulheres-camponesas-agem-na-solidariedade-do-campo-para-a-cidade-em-alagoas/>. Acesso em: 20 mai. 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boi Tempo, 2017.

DEMO, Pedro. Conhecimento e Aprendizagem: atualidade de Paulo Freire. *In*: Carlos A. Torres (org.) **Paulo Freire e a Agenda da Educação Latino-Americana no Sec. XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2001, p.320.

ENAP - Escola Nacional de Administração Pública. **Avaliação da Política de Cotas no Poder Executivo Federal (2014-2024)**. Coordenação-Geral de Ciência de Dados Diretoria de Altos Estudos, 2025.

EVARISTO, Conceição. **Becos e memórias**. 3ª edição. Rio de Janeiro, Pallas, 2017.

FAO. Pesticides use and trade 1990–2023. **FAO Statistical Programme Home**, 2025. Disponível em: <https://www.fao.org/statistics/highlights-archive/highlights-detail/pesticides-use-and-trade-1990-2023/en>. Acesso em: jan. 2026.

FAUTINO, Cris. Retrocessos socioambientais e a vida nos territórios. *In*: **Resistência e re-existências: mulheres, territórios e meio ambiente em tempos de pandemia**. São Paulo: Editora Funilaria e Fundação Rosa Luxemburgo, 2020, p. 17-37.

FREDERICI, Silvia. **Mulheres e a caça às bruxas**. Tradução de Heci Regina Candiani. Rio de Janeiro, Boitempo, 2019.

FREDO, Carlos Eduardo; FREITAS, Silene Maria de. Inserção das Mulheres no Crédito Rural do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF): análise do ano-safra 2022/23. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 19, n. 8, ago. 2024, p. 1-10. Disponível em: <https://iea.agricultura.sp.gov.br/ftpiea/AIA/AIA-23-2024.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

FREIRE ARAÚJO, Ana Maria. **Paulo Freire: Uma história de vida**. 2ª Edição Revista

FREIRE, Paulo. **A Educação na cidade**. 4ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 48ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Terra e Paz, 2020.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. Tradução de Rosiska Darcy de Oliveira. 23ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. Rio de Janeiro/São Paulo, 6ª edição, Paz e Terra, 2021c.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2021a.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2021b.

FUNDAÇÃO MARGARIDA ALVES. Margarida Alves. Homenagens. **Fundação Margarida Alves**, [s.d], Site da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves (FDDHMMMA) é uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos. Disponível em: <https://www.fundacaomargaridaalves.org.br/homenagens/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

GIOVANAZ, Daniel. Há cem anos, nascia Paulo Freire: conheça a trajetória do patrono da educação brasileira. Reconhecido mundialmente, Freire desperta críticas da extrema direita no Brasil por propor uma pedagogia emancipadora. **Jornal Virtual Brasil de Fato**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/19/ha-cem-anos-nascia-paulo-freire-conheca-a-trajetoria-do-patrono-da-educacao-brasileira/>. Acessado em: 03 mar. 2023.

GOV. Ministério das mulheres. **Mulheres são protagonistas no novo Plano Safra da Agricultura Familiar 2025/2026**. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2025/junho/mulheres-sao-protagonistas-no-novo-plano-safra-da-agricultura-familiar-2025-2026>. Acesso em: 09 jan. 2026.

GOV. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Manual Pronara**. Brasília, 2016. Disponível em https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/manual_pronera__18.01.16.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

IBAMA. **Relatórios de Comercialização de Agrotóxicos**. Brasília: Ibama, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/notas-e-informativos/2024>. Acesso em: 20 jan. 2026.

IBGE. Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste. **Agência Notícias IBGE**. 2023. Encontrado em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em: 23 mar. 2023.

IBGE. Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. **Agência Notícias IBGE** 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias>. Acesso em: 15 mar. 2023.

IBGE. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. *In: Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica*, n. 38. 2ª edição, 2021.

LARA, Bruna de. Licença para estuprar: mais de mil estupros em serviços de saúde: nem em centros cirúrgicos e úteis mulheres estão a salvo. **Intercept Brasil**, 2019. Encontrado em: <https://www.intercept.com.br/2019/04/28/estupros-servicos-saude/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª ed., Campanha das letras, 2012. Versão digital: Disponível em: https://www.academia.edu/42775339/LEAL_Victor_Nunes_Coronelismo_enxada_e_voto. Acesso em: 20 jan. 2026.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. Tradução: Francisco Roberto Caporal. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre: Emater/RS, v. 3, n. 1, jan-mar, 2002.

LEVINAS, Emmanuel. **Entre nós**: ensaios sobre a Alteridade. Disponível em: <https://olimpiadadefilosofiasp.files.wordpress.com/2012/03/entre-nos-ensaios-sobre-a-alteridade-emmanuel-levinas.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2023.

LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Tradução de José Pinto Ribeiro. Ed. 70, Lisboa, Portugal, 1980.

LIMA, Ariani de Oliveira. O GOLPE DE 2016: Um jogo de cartas marcadas. *In: O Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia no Brasil*. Editora EDUFMA, São Luís, 2021. Disponível em: https://www.edufma.ufma.br/wp-content/uploads/woocommerce_uploads/2021/04/O-Golpe-de-2016-e-o-Futuro-da-Democracia-no-Brasil.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

LORENZONI, Carmem e SEIBERI, Iridiani. Movimento de Mulheres Camponesas: veredas de muitas histórias. *In: Feminismo Camponês Popular*. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 13-31.

LOURENÇO, Andréia Vigolo *et al.* **Brasil, do flagelo da fome ao futuro agroecológico**: uma análise do desmonte das políticas públicas federais e a agroecologia como alternativa. Rio de Janeiro, RJ: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2022.

MACEDO, Ingrid, de nome indígena Juacema. A ancestral pega no laço e a normalização da violência contra mulheres indígenas. *In: Assembleia Popular*. 2022. Disponível em: <https://www.assembleiapopular.com.br/post/a-ancestral-pega--no-la%C3%A7o-e-a-normaliza%C3%A7%C3%A3o-da-viol%C3%Aancia-contra--mulheres-ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 25 jul. 2024.

MAFORT, Kelli; JULCA, Lisbet. Quem não se movimenta, não sente as correntes que a prendem”. *In: Elisangela Soldateli Paim (Org.). Resistência e re-existências*: mulheres, território e meio ambiente em tempos de pandemia. São Paulo, Editora Funilaria, 2020, p. 69-90.

MARSCHNER, Walter. A mística da terra e a educação popular. IX Congreso Argentino de Antropología Social. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales - Universidad Nacional de Misiones, Posadas, 2008. **Anais [...]**. Disponível em: <https://www.aacademica.org/000-080/158>. Acessado em: 15 out. 2024.

MARTINS, Eulapaula; MONTE, Maria; FAGUNDES Marli. Cansei de ser domesticado. *In: Facebook do MPA*. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1074359512615372>. Acesso em: 03 set. 2025.

MDA Comunicação Integrada. **Cartilha 2018**. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1aadk_1WqxuLqh8CO9-xlin57hQVqF_3o/view. Acesso em: 15 jan. 2024.

MEZADRI, Adriana; CIMA, Justina; GASPARETO Sirlei, PULGA, Vanderléia. A mística feminista camponesa e popular no MMC. *In: "Feminismo Camponês Popular"*. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 173-189.

MMC. **Caderno de cantos**: II Congresso Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas de 13 a 15 de outubro, Brasília, 2025.

MMC. Campanha nacional de sementes. **MMC Brasil**. [s.d.]. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/campanha-sementes-de-resistencia/>>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

MMC. Diálogos pedagógicos. **Canal de Youtube**. Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLfKK0_UPA_plb0gNAjQuFSgFUgmroJiVN. Acesso em: 10 fev. 2024.

MMC. Feminismo Camponês Popular na luta contra a LGBTIfobia. **Movimento de Mulheres Camponesas**, seção Livros e cartilhas, 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1dF68FMPkbZ_d1fDZiZuxqrn0C6OcZbGR/view. Acesso em: 24 jun. 2023.

MUNARINI, Ana Elsa; CINELLI, Catiane; CORDEIRO, Rosangela Piovizani. A luta das mulheres camponesas: da invisibilidade para sujeitos de direitos. *In: Feminismo Camponês Popular*. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 33-47.

PALMEIRA, Lana Lisiêr de Lima. **Direitos humanos e ensino jurídico em Alagoas**: uma articulação indissociável à formação cidadã. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

PALUDO, Conceição. Educação popular como resistência e emancipação humana. **Cad. Cedec**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago., 2015.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas**. Uma leitura desde o campo democrático e popular. Porto Alegre: Editora Tomo e CAMP, 2001.

PEREIRA, Luciano Meneguetti. A ditadura militar brasileira, a lei de anistia e uma falaciosa justiça de transição ainda inacabada no Brasil. **Revista Juris UniToledo**, Araçatuba, SP, v. 05, n. 04, p. 98-130, out./dez., 2020. Disponível em: Acesso em: 15 fev. 2024.

PODER 360. “Chega de frescura, vão ficar chorando até quando?”, pergunta Bolsonaro. **Canal/site**, 2021. Disponível em/: <https://www.poder360.com.br/governo/chega-de-frescura-vao-ficar-chorando-ate-quando-pergunta-bolsonaro/>. Acesso em: 15 out. 2023.

QUEIROZ, Erica Bianco de Souza. **Currículos das universidades federais do maranhão e de alagoas**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2023.

RIBEIRO, Dijamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

SAFIOTI, Heleieth. **A mulher na Sociedade de Classes**: mitos e realidade. 3ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Samara Farias dos; SILVA, Alessandra Keilla da. A importância do trabalho das mulheres na agroecologia em alagoas. *In: XX REDOR Encontro Internacional de Estudos e Pesquisas Sobre Mulher e Relações de Gênero*, 2018, **Anais [...]**. Disponível em: <file:///C:/Users/edcle/Downloads/A%20import%C3%A2ncia%20do%20trabalho%20das%20mulheres%20na%20agroecologia%20em%20Alagoas.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2025.

SAUL, Ana Maria. Currículo. *In: Dicionário Paulo Freire*. São Paulo, 2019, p. 129-130.

SAUGO, Ana. A violência invisível contra mulheres do campo: Isoladas geograficamente, muitas delas vivem sob risco, sem que o problema alcance a devida dimensão no debate público. **Brasil e Fato**. Paulo (SP), 19 de setembro de 2021 às 11:35. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/19/ha-cem-anos-nascia-paulo-freire-conheca-atrajetoria-do-patrono-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 11 abr. 2021.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira. Entre a anistia e o perdão: memória e esquecimento na transição política brasileira- qual reconciliação? *In*: ASSY, Bethania *et al.* (coords.). **Direitos Humanos: justiça, verdade e memória**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012, p. 01-14
Disponível em: https://www.academia.edu/50794652/Entre_a_Anistia_e_o_Perdo%C3%A3o_mem%C3%B3ria_e_esquecimento_na_transi%C3%A7%C3%A3o_pol%C3%ADtica_brasileira_qual_reconci%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 11 fev. 2024.

SILVA, Edcleide da Rocha; LIMA, Arlla Katharine Xavier de. Mulheres assentadas, quintais produtivos, luta e resistências. *In*: **Sementes da Resistência: mulheres agricultoras construindo territórios livres**. Organização da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e Transcrições e revisões: Marina Murta, Rosânia do Nascimento e Auda Pereira Preparação do texto: Rosânia do Nascimento e Auda Pereira. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/2025-09/-e-book-territorios-livres-com-ficha-1.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SILVA, Edcleide da Rocha. **A filosofia da práxis e a educação: uma dialética da educação formal e não formal**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2019. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/5968>. Acesso em: 15 mai. 2023.

SILVA, Kedima Maria Silveira da; SOUSA, Neide Anne Pereira de; SANTOS, Neuziane Souza. As mulheres mães de família na educação de jovens e adultos: em busca de conquistas e direitos educacionais. **Revista da Instituto de Ensino Superior Franciscano do Maranhão**, 2024, Disponível em: https://iesfma.com.br/wp-content/uploads/2023/05/AS-MULHERES-MAES-DE-FAMILIA-NA-EDUCACAO-DE-JOVENS-E-ADULTOS-em-busca-de-conquistas-e-direitos-educacionais.SILVA-Kedima-Maria-Silveira-da_-SOUSA-Neide-Anne-Pereira-de.pdf. Acesso em: 03 dez. 2025.

SLVA, Edcleide da Rocha e Ana Claudia Rauber. Sementes de resistência: caminhos para a produção de alimentos saudáveis. *In*: **Feminismo Camponês Popular**. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 99-110.

SOARES, Susane Felipe. **Um segredo das mulheres: a legislação sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres latino-americanas e caribenhas**. Coordenação de Eleutéria Amora da Silva. Rio de Janeiro: Camtra, 2021.

TAVARES, Ana Carolina Tavares Torre; CARLOS, Paula Pinhal de. Lobby do batom e constituição de 1988. *In*: IMPERATORE, S. L. B.; GROSS, J. (Org.). **Diversidade cultural, inclusão social e direitos humanos: inquietações eternamente contemporâneas**. Porto Alegre, 2020. p. 16-38. Disponível em: <https://repositorio.unilasalle.edu.br/handle/11690/1484>. Acesso em: 11 abr. 2024.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos tempos, 2019.

VAZ, Dirley dos Santos. **Mapas, América Latina e Alagoas**. Elaboraões para a tese, 2026.

WORLD POPULATION REVIEW. **Pesticide Usage by Country 2026**. Análise de Comparação (Portal de Dados): Disponível em: <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/pesticide-usage-by-country>. Acesso em: 15 fev. 2026.

APÊNDICES

Apêndice A - REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – RCLE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO



REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – RCLE

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) do projeto de pesquisa **MULHERES CAMPONESAS ALAGOANAS: O IMBRICAR DOS SONHOS NAS LUTAS POR DIREITOS EM UMA MÍSTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR**, sob a responsabilidade da pesquisadora Edeleide da Rocha Silva. O projeto tem como objetivo de contribuir na elaboração metodológica do conhecimento para e com a classe camponesas alagoana e brasileira, consecutivamente para a América Latina, ao mesmo tempo que busca promover avanços na conceituação do feminismo camponês popular e educação pública, sendo uma proposta de pesquisa que analisará impactos do contexto histórico na luta por direitos de gênero no Brasil onde seu estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de abordagem participativa, baseada em entrevistas e análise documental bem como fundamentações teóricas.

Para a realização desta pesquisa, solicitamos sua colaboração mediante assinatura deste documento, que tem como objetivo garantir seus direitos como participante. Sua participação será totalmente voluntária e sem custos, consistindo em uma entrevista semiestruturada. As perguntas abordarão questões políticas, educacionais e sociais relacionadas ao desenvolvimento organizativo do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), incluindo temas sobre os avanços sociais decorrentes da atuação das mulheres em espaços decisórios, os direitos coletivos e a importância da mística na condução da educação popular. A metodologia adotada contará com uma amostragem intencional, sendo sua indicação baseada no papel organizativo que desempenha dentro do movimento e na relevância de sua experiência para os temas abordados.

O período de coleta de dados será entre julho e agosto de 2025, sobre agendamento prévio com as entrevistadas. As entrevistas terão duração de 1h a 2h, respeitando o tempo e dinâmica de possibilidades da mulher seleciona na amostragem intencional, onde serão feitas pausas, caso haja solicitação. Para melhor conforto da participante a mesma será realizada pessoalmente de duas maneiras: 1- na casa da pessoa conforme agendamento, 2 – em encontro estadual ou nacional do MMC, conforme possibilidade da entrevistada.

Considerando que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes, esclarecemos que os riscos dessa pesquisa são:

- **Físicos** – Possível cansaço durante as entrevistas, devido ao tempo de conversa e aprofundamento nas questões discutidas.
- **Psíquicos** – Possibilidade de surgimento de gatilhos emocionais ao abordar lembranças do processo organizativo e de luta das mulheres camponesas.
- **Morais** – Reflexões sobre experiências vividas podem causar desconforto ao expor perspectivas pessoais dentro do movimento.
- **Intelectuais** – Processos de interpretação e análise das vivências podem exigir esforço dos participantes, demandando atenção e engajamento.
- **Sociais e Culturais** – As discussões podem levar a percepções sobre desafios

Rubrica [pesquisador responsável]

Rubrica [participante ou responsável legal]

enfrentados no contexto comunitário e político, impactando relações sociais dos participantes.

Para suporte tomaremos os seguintes procedimentos para mitigar esses riscos/medidas de precaução:

- Realização de **pausas nas entrevistas**, respeitando o tempo e disposição dos participantes.
- Flexibilidade no **agendamento das entrevistas**, considerando dias e horários mais adequados.
- Sensibilidade na **formulação das perguntas**, evitando temas que possam gerar desconforto sem necessidade.
- Garantia de que os participantes podem **se retirar da pesquisa a qualquer momento**, sem prejuízos.

Além disso a pesquisadora se apresentará toda cautela e tomara zelo sobre questionamentos que possam ter conteúdos mais sensíveis, até mesmo evitando abordá-los. Todavia, em surgindo algum problema a pesquisadora se compromete em prestar assistência integral a(o) participante da pesquisa, assistência esta que se dará à suas expensas.

Se você aceitar participar, contribuirá para o avanço da pesquisa metodológica acerca do Feminismo Camponês Popular, bem como fortalecimento das pautas da educação e políticas públicas para as mulheres em Alagoas e no Brasil. Contudo, pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento), podendo desistir de participar em qualquer momento da mesma, sem nenhum prejuízo para você, conforme Resolução CNS nº466/2012 – itens IV.3.d.

Todos os resultados dessa pesquisa serão utilizados apenas para a sua execução, cuja finalidade é acadêmico-científica (divulgação em revistas e eventos científicos), e seus dados ficarão sob sigilo e guarda do pesquisador responsável (Resolução CNS Nº 466/2012 - item IV.3.e). Esses dados serão armazenados, se em arquivo digital, pelo prazo mínimo de 5 anos, sendo descartados em seguida, nos exatos termos do que é preconizado pelo Artigo 28, inciso IV da Resolução 510/2016;

Também lhe será assegurado(a) o direito de assistência integral gratuita contra quaisquer danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da pesquisa, pelo tempo que for necessário (Resolução CNS Nº 466/2012 - Itens II.3.1 e II.3.2).

A pesquisa não prevê qualquer despesa para você. Entretanto, se existir despesa, você terá direito ao ressarcimento, o qual é de responsabilidade do(a) pesquisador(a), conforme preceituado pela Resolução CNS nº 466 de 2012, item IV.3.g;

Após o término desta pesquisa, você será procurado/a por mim, no local de sua preferência, para tomar ciência dos resultados do estudo, pois a devolutiva é a comunicação dos resultados da pesquisa aos participantes, de forma clara, objetiva e compreensível, respeitando a sua autonomia e dignidade, representando um direito dos participantes de pesquisa e uma obrigação dos pesquisadores, conforme estabelecido na Resolução CNS nº 466/12.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, antes ou mesmo depois de indicar sua concordância, o senhor(a) pode esclarecê-las com a pesquisadora responsável (Edcleide) pelo celular/whatsapp 82 996269192 (disponível também para ligação a cobrar) ou pelo e-mail edcleideprof@gmail.com.

Rubrica (pesquisador responsável)

Rubrica (participante ou responsável legal)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
DOCTORADO EM EDUCAÇÃO



Se preferir, pode levar esse Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, poderá contatar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFAL, localizado no Centro de Interesse Comunitário (CIC/UFAL), telefone (82) 3214-1041, e-mail: cep@ufal.br.

O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado com objetivo de garantir uma avaliação ética inicial e continuada do estudo no sentido de proteger a integridade do participante da pesquisa. O comitê se responsabiliza pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos, respaldado pelas diretrizes éticas brasileiras (Resoluções MS/CNS nº 466/2012, nº 510/2016 e complementares)

Esse Termo será elaborado em duas VIAS, rubricado em todas as suas páginas (com exceção da última página) e assinado ao seu término pela senhora e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu, _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, e ficando com a posse de uma delas.

_____/_____/_____
MUNICÍPIO, UF, DATA

Assinatura do Participante _____
Contatos (celular/e-mail) _____

Assinatura do Pesquisador Responsável (Edcleide da Rocha Silva)
Contato: 82996269192/ E-mail: edcleideprof@gmail.com

Rubrica (pesquisador responsável)

Rubrica (participante ou responsável legal)

Apêndice B - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO



ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ROTEIRO DA ENTREVISTA¹

Parte 1: Apresentação e confirmação de participação da entrevista.

A pesquisadora deve apresentar brevemente sua identidade, tema e objetivos da entrevista.

Olá, tudo bem? Sou Edcleide da Rocha Silva, doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Alagoas, trabalhando no tema "Mulheres camponesas alagoanas: sonhos e lutas por direitos na educação popular". Gostaria de incluir você na minha pesquisa para sistematizar nossos conhecimentos sobre mulheres camponesas alagoanas. Pode me informar seu nome completo e confirmar se está voluntariamente disposta a participar?

Posteriormente deve-se perguntar à entrevistada se ela autoriza a gravação, mencionando seu nome e informando que está de acordo com a Lei nº13.709/18 - Lei de Proteção de Dados (LGPD). Por fim, deve-se informar a pessoa entrevistada de que se houver alguma pergunta que ela não se sinta bem em responder ela pode dizer que não quer responder à pergunta.

Parte 1: Autodefinição e características socioculturais associadas a educação, ao gênero, a raça/etnia e a classe

1. Como você se descreve? Isto é, como você diria quem é você para alguém?
2. Você se declara uma pessoa Preta, Parda, Indígena, Branca, Outra (descrever).
3. Você se considera uma mulher camponesa?
4. Quantos anos você tem? E a quanto tempo vive na roça?
5. Quanto tempo você faz militância no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)?
6. Em qual instância do movimento você atua (coordenação de base, coordenação estadual, coordenação nacional)? Você já esteve em outra instância deliberativa diferente da atual?
7. Qual sua orientação sexual:
 - () **Heterossexual:** Atração por pessoas do gênero oposto
 - () **Homossexual:** Atração por pessoas do mesmo gênero

¹ A sequência das perguntas pode ser alterada conforme as respostas dadas pelas entrevistadas, ou mesmo serem inseridas alguma pergunta complementar de acordo com a abertura da entrevistada desde que não fira seus direitos assegurados pelo consentimento de entrevista.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
DOCTORADO EM EDUCAÇÃO



- ☐ **Bissexual:** Atração por pessoas do mesmo ou de qualquer outro gênero.
- ☐ **Assexual:** Não sente desejo por ninguém
- ☐ **Pansexual:** Atração afetivo-sexual por pessoas, não importando a identidade de gênero ou sexo biológico
- ☐ **Prefere não declarar**
- 8. Qual seu estado civil?
- 9. Tem filho ou filha? Quantos do mulheres e quantos homens?
- 10. Você estudou ou estuda? Qual nível? Conte um pouco do seu processo escolar.

Parte 2 – Sobre o Movimento de Mulheres Camponesas – aspectos de identificação da história, da educação popular e da mística.

- 11. O que lhe levou a ser e construir o MMC em Alagoas?
- 12. O que lhe mantém na organização?
- 13. Você sabe o que significa ser feminista? Você se considera feminista? Por quê?
- 14. É verdade que o MMC promove a agroecologia no estado? O que é essa prática?
- 15. Você participa ou já participou de feiras agroecológicas organizadas ou com apoio do MMC em Alagoas? Se sim, como foi a experiência?
- 16. Qual o significado dos espaços das feiras na vida de mulheres camponesas como você?
- 17. Você é agricultora? Qual sua relação com a terra?
- 18. Você sabe o que é Educação Popular?
- 19. Você diria que o MMC constrói Educação popular e por quê?
- 20. O que é a mística? Você já participou ou conduziu alguma? Teria uma mística que lhe marcou nesses anos de militância, se sim qual?
- 21. Você considera que a mística faz parte da Educação Popular construída no MMC? Por quê?
- 22. Qual a importância desse movimento na sua vida?

Parte 3 – Sobre autonomia, libertação, organização e luta contra a violência e por direitos.

- 23. Você se considera uma pessoa que luta por autonomia e libertação de outras mulheres? Por quê?
- 24. Você já passou por alguma situação de violência? Se sim, poderia descrever?
- 25. O movimento lhe ajudou a sair da situação de violência (caso a resposta anterior foi sim)?
- 26. Como você avalia que o movimento contribui para que as mulheres alagoanas do campo encontrem meios de autonomia e libertação das opressões?
- 27. Descreva uma ação do movimento, um fato histórico de luta que lhe marcou?
- 28. Atualmente o que você considera desafiador para a continuidade histórica do Movimento?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
DOCTORADO EM EDUCAÇÃO



29. Para você o MMC é importante na luta e conquista dos direitos das mulheres camponesas/rural? Qual direito demarcado na história desse movimento que lhe marca até hoje?
30. Como você descreveria a libertação em uma mística?
31. Qual mensagem você daria para alguém que deseja ingressar e contribuir com o movimento em Alagoas?

Parte 4 – Agradecimento e fechamento

A pesquisadora deve explicar que a entrevista terminara, agradecer a contribuição, explicar que depois será transcrita a entrevista e os dados sistematizado dentro da pesquisa, onde a identidade da mulher será preservada, conforme orienta o comitê de ética e termos assinados para a pesquisa, cada termo deve ser explicado e em seguida perguntar:

32. Tem algo que gostaria de acrescentar na entrevista seja sobre a educação popular, sobre a mística, sobre o MMC ou mesmo sobre você mulher? Se sim fique à-vontade para falar

A pesquisa se encerra e a pesquisadora tem o compromisso da corresponsabilidade de ao finalizar a pesquisa apresentar os dados levantados a coordenação do movimento e as bases entrevistadas.

ANEXOS

Anexo A - Parecer consubstanciado do CEP-UFAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL 								
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP								
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA Título da Pesquisa: MULHERES CAMPONESAS ALAGOANAS: O IMBRICAR DOS SONHOS NAS LUTAS POR DIREITOS EM UMA MÍSTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR Pesquisador: EDCLEIDE DA ROCHA SILVA Área Temática: Pesquisas com coordenação e/ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro; Versão: 2 CAAE: 87979925.0.0000.5013 Instituição Proponente: PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPGE Patrocinador Principal: Financiamento Próprio								
DADOS DA NOTIFICAÇÃO Tipo de Notificação: Outros Detalhe: Carta solicitando uma emenda para evitar o envio do Projeto ao CONEP Justificativa: Conforme, a devolutiva do CONEP gostaríamos de solicitar uma emenda Data do Envio: 20/09/2025 Situação da Parecer Consubstanciado Emitido								
DADOS DO PARECER Número do Parecer: 7.867.571 Apresentação da Notificação: A nova orientação trouxe uma perspectiva inovadora, focando na interseção entre gênero, educação, direitos humanos e movimentos sociais. Esses ajustes foram cruciais para alinhar o projeto de pesquisa com as demandas contemporâneas e garantir uma abordagem mais abrangente e participativa por meio do levantamento de dados que ganhará trazendo as vozes de algumas lideranças mulheres organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas no estado de Alagoas. A proposta se dá na observação da relação experimentada no contexto de luta social dentro da sociedade de classes, dos conflitos e da resistência que se constitui na busca por mudança por meio da classe popular. Neste ponto articula-se a educação popular, que vem desse lugar que está a serviço do povo, para o								
<table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td colspan="2">Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário</td> </tr> <tr> <td>Bairro: Cidade Universitária</td> <td>CEP: 57.072-900</td> </tr> <tr> <td>UF: AL</td> <td>Município: MACEIO</td> </tr> <tr> <td>Telefone: (82)3214-1041</td> <td>E-: cep@ufal.br</td> </tr> </table>	Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário		Bairro: Cidade Universitária	CEP: 57.072-900	UF: AL	Município: MACEIO	Telefone: (82)3214-1041	E-: cep@ufal.br
Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário								
Bairro: Cidade Universitária	CEP: 57.072-900							
UF: AL	Município: MACEIO							
Telefone: (82)3214-1041	E-: cep@ufal.br							

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL



Continuação do Parecer: 7.887.571

povo.

Objetivo da Notificação:

Objetivo geral

- Contribuir na elaboração metodológica do conhecimento para e com a classe camponesas alagoana e brasileira, consecutivamente para a América Latina, ao mesmo tempo que busca promover avanços na conceituação do feminismo camponês popular e educação pública.

Objetivos específicos:

- ¿ Apresentar a história da educação alagoana e das mulheres a partir da perspectiva da educação popular;
- ¿ Fazer levantamentos teóricos da demarcação de direitos coletivos na questão de gênero/mulheres;
- ¿ Contribuir para o desenvolvimento metodológico do Feminismo Camponês Popular (FCP);
- ¿ Articular a mística como meio dos processos educativos de formação organização e luta no campo popular;
- ¿ Investigar os efeitos da pandemia na comunicação e na educação das mulheres camponesas;
- ¿ Organizar dados que possam contribuir, de forma qualitativa e quantitativa, para a formação, organização e luta dos movimentos sociais no Brasil;
- ¿ Explorar aspectos da educação popular visando construir caminhos para uma educação transformadora e uma filosofia de libertação;
- ¿ Fomentar o diálogo entre os espaços de educação formal e não formal;
- ¿ Colaborar na sistematização do conhecimento gerado por camponesas e camponeses;
- ¿ Realizar uma pesquisa que é para e com o as mulheres camponesas alagoanas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos e Benefícios

Esta pesquisa pode envolver riscos de diferentes dimensões para as participantes, sendo eles:

Físicos ¿ Possível cansaço durante as entrevistas, devido ao tempo de

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-:** cep@ufal.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL



Continuação do Parecer: 7.887.571

conversa e aprofundamento nas questões discutidas.

Psíquicos √ Possibilidade de surgimento de gatilhos emocionais ao abordar lembranças do processo organizativo e de luta das mulheres campon

Morais √ Reflexões sobre experiências vividas podem causar desconforto ao expor perspectivas pessoais dentro do movimento.

Intelectuais √ Processos de interpretação e análise das vivências podem exigir esforço dos participantes, demandando atenção e engajamento

Sociais e Culturais √ As discussões podem levar a percepções sobre desafios enfrentados no contexto comunitário e político, impactando relações sociais dos participantes.

Buscando mitigar esses riscos adotaremos as medidas de precaução:

Realização de pausas nas entrevistas, respeitando o tempo e disposição dos participantes.

Flexibilidade no agendamento das entrevistas, considerando dias e horários mais adequados.

Sensibilidade na formulação das perguntas, evitando temas que possam gerar desconforto sem necessidade.

Garantia de que os participantes podem se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízos.

Além disso a pesquisadora se apresentará toda cautela e tomara zelo sobre questionamentos que possam ter conteúdos mais sensíveis, até mesmo evitando abordá-los. Todavia, em surgindo algum problema a pesquisadora se compromete em prestar assistência integral a(o) participante da pesquisa, assistência esta que se dará à suas expensas.

Comentários e Considerações sobre a Notificação:

A pesquisa titulada √ Pesquisas com coordenação e/ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro, foi retirada no cadastro do projeto no dia 13 de setembro de 2025, conforme orientações recebidas na submissão do projeto intitulado de Mulheres Camponesas alagoanas: o imbricar dos sonhos nas lutas por direitos em uma mística da educação popular.

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-:** cep@ufal.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL



Continuação do Parecer: 7.887.571

Está sendo registrado formalmente o atendimento à solicitação para garantir o correto enquadramento do estudo, permanecendo sob a análise exclusiva deste Comitê de Ética.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O documento apresentado foi:

- cartaedcleide.pdf

Recomendações:

Vide conclusões e/ou pendências.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há óbices éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Lembre-se que, segundo a Res. CNS 466/12 e sua complementar 510/2016:

O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado e deve receber cópia do TCLE, na íntegra, assinado e rubricado pelo (a) pesquisador (a) e pelo (a) participante, a não ser em estudo com autorização de declínio;

V.S^a. deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade por este CEP, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata;

O CEP deve ser imediatamente informado de todos os fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo. É responsabilidade do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas a evento adverso ocorrido e enviar notificação a este CEP e, em casos pertinentes, à ANVISA;

Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-:** cep@ufal.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS - UFAL**



Continuação do Parecer: 7.887.571

inicial;

Seus relatórios parciais e final devem ser apresentados a este CEP, inicialmente após o prazo determinado no seu cronograma e ao término do estudo. A falta de envio de, pelo menos, o relatório final da pesquisa implicará em não recebimento de um próximo protocolo de pesquisa de vossa autoria.

O cronograma previsto para a pesquisa será executado caso o projeto seja APROVADO pelo Sistema CEP/CONEP, conforme Carta Circular nº. 061/2012/CONEP/CNS/GB/MS (Brasília-DF, 04 de maio de 2012). EDCLEIDE DA ROCHA SILVA

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	cartaedcleide.pdf	20/09/2025 11:09:29	EDCLEIDE DA ROCHA SILVA	Postado

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MACEIO, 29 de Setembro de 2025

Assinado por:
Thaysa Barbosa Cavalcante Brandão
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Longitudinal UFAL 1, nº1444, térreo do prédio do Centro de Interesse Comunitário
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **E-:** cep@ufal.br

Anexo B – Registros fotográficos concedidas pelas entrevistadas para pesquisa



Grupo de trabalho da região nordeste, durante congresso nacional do MMC em 2004 - arquivo Nacional do MMC.



Entrevista de Margarida - AL, durante congresso nacional do MMC em 2004 - arquivo Nacional do MMC.



Carteirinha de associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Palmeira dos Índios de 1989 - arquivo Pessoal de Semente Crioula.



Crachá de equipe de trabalho durante o Congresso Nacional do MMC de 2004 - arquivo Pessoal de Semente Crioula.



Mobilização - Encontro das Mulheres do Nordeste na Paraíba em 1989 - arquivo Pessoal de Agroecologia da Terra.



Mulheres do MMC/AL no Encontro nacional do MMC em Brasília, ano de 2013 - arquivo Pessoal de Cordel Encantado.

Anexo C – Documento Tese do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, atualizado em outubro de 2025 no II Congresso Nacional



**DOCUMENTO TESE DO
MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS - BRASIL**

**I. AFIRMAÇÃO DE MUITAS HISTÓRIAS
EXISTIMOS PORQUE LUTAMOS!**

A história de luta e organização das mulheres trabalhadoras vem se construindo e fortalecendo junto à história da humanidade. Muitas iniciativas envolvendo as mulheres aconteceram para quebrar preconceitos e violências na casa (espaço privado), nas lutas sociais (espaço público), no trabalho e noutros espaços. Algumas dessas lutas deram origem a movimentos, organizações sociais e entidades populares feministas que tiveram fundamental contribuição para o avanço e emancipação das mulheres.

No final dos anos de 1970, início dos anos de 1980, no Brasil vivíamos a efervescência da luta pela emancipação das mulheres, contra a ditadura militar, pela reabertura política e redemocratização do país. As mulheres eram impedidas de participarem como protagonistas nos processos de decisão. A força histórica das ligas camponesas¹ e das lutas de resistência que antecederam esse período, contribuíram para que diversas ferramentas de organização popular fossem sendo construídas, sob uma triade de pensamento e teoria emancipacionista a partir da Teologia e a Filosofia da Libertação e com a educação popular, nas quais as mulheres atuavam fortemente.

Nós mulheres camponesas, pouco a pouco fomos entendendo que necessitávamos cada vez mais participar nas lutas para construir uma outra realidade. Fomos, gradativamente, percebendo que nossa participação era invisibilizada e que não tínhamos direito de decidir.

Assim, começamos a nos organizar. Sabe-se através da oralidade, que aconteciam reuniões e articulações específicas das mulheres, em especial nos estados da Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980. No entanto, nos registros oficiais, como o livro Movimento Popular de Mulheres do Paraná (2005), temos a informação de que em 20 de novembro de 1981, em Francisco Beltrão, aconteceu o 1º Encontro de Mulheres, reunindo representantes de diversos municípios (Castro, Medianeira, Curitiba, Capanema e Turvo), a fim de discutirem a metodologia e a problemática do trabalho com mulheres. Consta ainda, informações de que uma das primeiras reuniões, que possui uma lista de presença, ocorreu no dia 01 de maio de 1983. Essa reunião foi realizada em uma pequena cidade chamada Nova Itaberaba, na época distrito de Chapecó, no interior de Santa Catarina. Essa data, devido a sua documentação (lista de presença com assinatura das mulheres), passa a ser o marco simbólico de referência da constituição do MMC.

Nossa organização enquanto Movimento nasce num contexto de modernização tecnológica da revolução verde, “da e na” agricultura, que trouxe grandes rupturas do sistema social, causando efeitos perversos e adversos para as mulheres e as famílias camponesas, afetando a vida em diferentes dimensões no campo.

Motivadas pela bandeira do reconhecimento e valorização das trabalhadoras rurais, desencadeamos lutas como: a libertação da mulher, a luta de gênero, classe, raça/etnia, o reconhecimento da profissão, sindicalização, documentação, direitos previdenciários, salário maternidade, saúde das mulheres rurais, participação política, luta pela terra/reforma agrária, educação pública e de qualidade, entre outras.

No decorrer de nosso processo de luta, trabalho de base, organização e conscientização, percebemos que era preciso articular nossas ações numa dimensão local, mas também nacional e internacional. Dialogamos com os diferentes Movimentos Populares que também estavam se

¹ As Ligas Camponesas foi uma organização de camponesas e camponeses formada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) a partir de 1945. Trata-se de associações de trabalhadoras e trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil. Foi um dos movimentos mais importantes em prol da reforma agrária e da melhoria das condições de vida no campo no Brasil.

organizando no Brasil e a nível de América Latina. Vivenciamos e nos inspiramos nas lutas indígenas, das populações negras, camponesas e populares, caracterizadas pela campanha continental de resistência aos mais de quinhentos anos de exploração, opressão e discriminação, vividos neste Continente. Esta experiência é a vertente de onde bebemos e nos orientamos na luta pela libertação das mulheres trabalhadoras, pela construção de um projeto popular de agricultura e a transformação da sociedade. Com este entendimento fomos construindo a Coordenação Latino Americana das Organizações do Campo (CLOC) e a La Via Campesina (LVC).

Ainda nesse processo, construímos a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais² (ANMTR) em 1995, entendendo a necessidade de fortalecer a participação política das mulheres nos espaços de decisão e na luta pelos direitos, nos articulando também com os movimentos feministas urbanos, na defesa da unidade das mulheres trabalhadoras.

Construímos um processo contínuo e coletivo que foi se fortalecendo cada vez mais com as lutas, a formação e a necessidade das mulheres estudarem, a organicidade, o trabalho de base, a comunicação e a articulação das ações no campo e com a cidade.

Através das lutas damos continuidade e ampliamos os direitos, entre eles, destacamos a seguridade social: previdência, saúde pública e assistência social; o projeto popular de agricultura camponesa agroecológica e feminista; a reforma agrária; a luta pelo acesso à educação formal; pela participação política da mulher na sociedade; o combate contra todas as formas de violência, discriminação e preconceito de raça/etnia, classe e LGBTIfobia.

Nossos processos feministas camponeses populares de formação política e técnica são em diferentes níveis para lideranças, militantes, grupos de base e de jovens. Em nossa trajetória são diversos, permanentes e fundamentam na teoria e na prática a centralidade de nossas experiências. De modo especial, destacamos os sistemas agroflorestais, quintais produtivos e práticas agroecológicas como espaços de construção pedagógica, mística, econômica, política, ambiental, do *fazer ciência* e elaborar conhecimentos, reafirmando identidades camponesas do campo, das florestas e das águas.

A organicidade foi sendo a dinâmica que se construiu a partir do trabalho de base, envolvendo-nos enquanto mulheres camponesas e comprometendo-nos com a construção dos diferentes espaços do Movimento, enquanto ferramenta de libertação das mulheres e transformação da sociedade.

Toda esta bagagem de organização das mulheres nas comunidades e municípios, associada aos demais movimentos populares, sindicais, pastorais sociais, partidos políticos, entre outras, contribuíram para reafirmar a luta do MMC contra o patriarcado, capitalismo e racismo. Lutamos pela igualdade nas relações e pertencemos à classe das trabalhadoras e trabalhadores.

Estamos construindo uma mística feminista camponesa popular, cujo conteúdo se expressa no Projeto Popular para o Brasil e no compromisso cotidiano do Movimento. Nosso esforço contínuo é de forjar novas relações sociais de emancipação, contemplando as diversidades. Essa mística também se expressa em *símbolos* que emergem da práxis coletiva do MMC.

Com esse caminhar os grupos de mulheres foram se fortalecendo e ampliando nos municípios e nos estados, demarcando as lutas, a organização, a formação de lideranças e a compreensão do momento histórico em que se vivia. A partir desta leitura e movidas pelo sentimento de fortalecer a luta em defesa da vida e da natureza, potencializar e unificar o movimento autônomo, com expressão e caráter nacional, consolidamos em 2004 esses diversos movimentos organizados nos estados e com nomenclaturas diferentes no *Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil*.

Reafirmamos a categoria camponês³ como um modo de vida específico, tradicional e ancestral que caracteriza-se pela cultura da produção diversificada de alimentos, consorciada com a criação de animais; tem centralidade no trabalho do grupo familiar; possui inserção diferenciada no mercado

² Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunia as mulheres dos seguintes movimentos: Movimentos autônomos de mulheres, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais, que em 1996 vai se organizar no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

³ Compreende-se por categoria camponês(a) todos(as) aqueles (as) que de alguma forma produzem o alimento no campo, na roça, na relação de trabalho familiar e sempre lutaram e resistiram para manter sua identidade.

através de relações sociais e econômicas que visam garantir a reprodução do grupo familiar e do modo de produção, que possibilita a renda e autonomia; desenvolve relações diferenciadas entre as pessoas e o ambiente, numa lógica de coprodução, ou seja, que considera o encontro entre o social e o ambiental numa interação contínua e de transformação mútua de pessoas e da natureza.

Além disso, entendemos que o campesinato está enraizado e profundamente inserido nos territórios. Possui dinâmicas socioprodutivas e culturais específicas, assim como relações de sociabilidade e reciprocidade, com pluralidade de práticas e vivências marcadas pelas regionalidades deste nosso diverso e múltiplo Brasil. Compreende a unidade produtiva camponesa a qual, por um lado se dedica a uma produção agrícola e artesanal autônoma com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares de autossustento e por outro, comercializam parte de sua produção para garantir recursos necessários à compra de produtos e serviços que não produzem.

Neste sentido, compreendemos a categoria *mulher camponesa*, como aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento para o autossustento e renda do grupo familiar, que tem relação com a terra, com os bens naturais, desenvolvem experiências de produção saudável, baseadas e fundamentadas pelos princípios da agroecologia que se materializa, de maneira especial, nos quintais produtivos.

Somos agricultoras, pescadoras artesanais, quebradeiras de coco, extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, marisqueiras, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas, assentadas, faxinalenses, assalariadas rurais, agregadas, indígenas, quilombolas, mulheres do campo, das florestas e das águas e de demais comunidades tradicionais. Com o processo de migração de pessoas do campo para a cidade, (êxodo rural que se intensificou desde os anos de 1970 e 1980), decorrente da Modernização agrícola, cuja característica principal foi a concentração fundiária, mecanização, entre outros, mais da metade da população migrou para as cidades. Muitas mulheres e jovens foram viver nos espaços urbanos em busca de melhores condições de vida, melhores empregos, entre outros fatores. Neste sentido temos hoje mulheres vivendo em realidades urbanas, periurbanas e periféricas, levando consigo a identidade camponesa, razão pela qual, o MMC reconhece, fortalece e consolida o elo entre estas experiências.

A articulação e a inter-relação destas experiências camponesas, nosso envolvimento e participação política se expressam e se unificam como MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – MMC/BRASIL.

Somos um movimento autônomo e nacional de mulheres camponesas, convictas de que a libertação das mulheres é obra das próprias mulheres, no coletivo e em movimento. Nossa militância se constitui como uma sementeira no processo de recuperação e construção de novas relações, valores e princípios, apontando para a vivência de novas práticas cotidianas.

Diante disso, primamos pelo fortalecimento e ampliação do trabalho de base nos diferentes Estados do Brasil, exercitamos a prática do estudo, da formação e da organização, reforçando a luta, para além de nossos municípios e estados. Construímos e vivenciamos campanhas nacionais e internacionais, como: Campanha nenhuma trabalhadora rural sem documentos, em 1995; Campanha Sementes Patrimônio dos Povos a serviço da Humanidade de LVC 2002; Campanha nacional de produção de alimentos saudáveis com o lema “produzir alimentos saudáveis, cuidar da vida e da natureza”, em 2007; Campanha basta de violência contra a mulher de LVC em 2008; Campanha nacional sementes de resistência: camponesas semeando esperança, tecendo transformação em 2020.

Como mulheres camponesas, nos territórios do campo, das florestas e das águas, decidimos e dirigimos nossas ações; posicionamo-nos contra o sistema patriarcal⁴ capitalista⁵, imperialista⁶,

⁴ Forma de organização social em que predomina a superposição do homem sobre a mulher prevalecendo a autoridade paterna, explicitando as relações de poder entre homens e mulheres, pelas quais as mulheres são subordinadas.

⁵ Sistema econômico que tem como centralidade o lucro, a acumulação das riquezas e o individualismo. Está baseado na propriedade privada dos meios de produção. Os meios de produção podem ser máquinas, terras, ou instalações industriais, por exemplo, e eles têm a função de gerar lucro e acumulação por meio da exploração do trabalho.

⁶ Política de dominação exploratória de países, envolvendo aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais de um estado ou nação sobre outros territórios ou povos, geralmente usando a exploração de recursos, mercados e influência geopolítica.

racista⁷ e LGBTIfóbico⁸ que oprime, violenta, explora, discrimina e mata. Entendemos que vivemos num país cujo estado, desde os primórdios da república fez sua opção pelo agronegócio, cujo sistema de exploração baseado na produção de commodities⁹ visa às demandas externas, ao invés das demandas nacionais. Entendemos também que esse capitalismo no campo não tem respeitado os territórios tradicionais, indígenas, quilombolas e camponeses, avança de forma voraz sobre terras públicas, explorando a natureza, deteriorando bens comuns, como a água e o solo, assassinando pessoas. Somos resistência e ao mesmo tempo enfrentamento. Nessa caminhada fomos tecendo a articulação com amplo campo de entidades e movimentos que lutam, acreditam e possuem identidade com o projeto popular.

Lutamos pelo direito e permanência ao campo, produzindo alimentos saudáveis, preservando a vida e a natureza como um todo. Desenvolvemos experiências baseadas no projeto popular para a agricultura, através: da Agroecologia, da preservação da sociobiodiversidade¹⁰, do uso das plantas medicinais, da recuperação, produção e melhoramento das sementes crioulas como patrimônio dos povos a serviço da humanidade¹¹, da alimentação saudável, do belo e do Bem Viver¹², que dialoga diretamente com as perspectivas, projeto de vida e de sociedade que o MMC vem construindo. Como por exemplo, inclui a luta por soberania alimentar como soberania dos povos e das nações, a luta pela diversificação da produção, da valorização e a luta pela valorização do trabalho das mulheres camponesas.

Empenhamo-nos para avançar no processo de formação e construção de nossa identidade enquanto mulheres camponesas, trabalhadoras e Movimento Feminista Camponês Popular. Buscamos o fortalecimento e ampliação das histórias de lutas das mulheres trabalhadoras do Brasil, da América Latina, Caribe e dos cinco continentes, na aliança campo e cidade.

Nesse sentido, o Feminismo Camponês Popular no MMC expressa uma elaboração teórica, prática e coletiva da nossa compreensão de projeto de vida e sociedade, ele diz respeito ao nosso modo de vida, baseado no projeto de agricultura camponesa agroecológica feminista, mas é também transformação, pois, busca construir as bases para uma sociedade sem classes, antipatriarcal, anticapitalista, antirracista e antiLGBTIfóbica. É a expressão da história construída e vivenciada pelas mulheres camponesas, pois é nele que as mulheres do campo e da cidade se percebem como sujeitas de direitos e capazes de transformar a realidade. Sua construção não está acabada, segue em processo, desde dentro e em diálogo com as construções históricas existentes. É composto por uma diversidade de formas, jeitos, conhecimentos, regionalidades e experiências. Se caracteriza como um caminho construído por muitas mãos e pés, muitas cores, sentimentos, vivências e realidades concretas.

⁷ É discriminação ou antagonismo por parte de um indivíduo, comunidade ou instituição contra uma pessoa ou pessoas pelo fato de pertencer a um determinado grupo racial ou étnico, tipicamente marginalizado e inferiorizado. É mais que preconceito se trata da exclusão social de pessoas com base na cor de sua pele.

⁸ Preconceito e a discriminação contra a população LGBTQI+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexo e a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais que fogem do "modelo de família" imposto pela sociedade patriarcal que se baseia em relações heterossexistas (homem e mulher por designação biológica).

⁹ São produtos básicos, geralmente matérias-primas ou bens primários, que são comercializados em larga escala no mercado internacional. Elas são frequentemente usadas como insumos na produção de outros bens e seus preços são determinados pela oferta e demanda global. Eles são padronizados, ou seja, não têm diferenças significativas entre produtores, independentemente de quem os produz. Exemplos incluem produtos agrícolas como soja e café, minerais como petróleo e metais, e energéticos como gás natural e carvão.

¹⁰ Interconexão entre a diversidade biológica (biodiversidade) e a diversidade de sistemas socioculturais, incluindo o conhecimento e as práticas de povos e comunidades tradicionais na gestão e uso sustentável dos bens naturais. É a valorização da relação entre a natureza e a cultura, onde os conhecimentos tradicionais e a sabedoria ancestral são reconhecidos como importantes para a conservação e uso sustentável da biodiversidade.

¹¹ Conforme Campanha Internacional de La Via Campesina - 2002.

¹² Corresponde a um modo de vida baseado na harmonia com a natureza, a comunidade e o cosmos, priorizando o bem-estar coletivo, o equilíbrio entre todos os seres e a pluralidade econômica. Ele se opõe à visão ocidental de desenvolvimento centrada na exploração da natureza e na acumulação de bens materiais, propondo uma relação de respeito e reciprocidade com o ambiente e com os outros. Fundamenta-se em práticas tradicionais de povos nativos das Américas, apresentando princípios, cosmovisões e formas de vida a partir de elementos comuns entre si.

Portanto este Documento Tese, é uma síntese do que nos define enquanto Movimento autônomo de mulheres Camponesas e do que acumulamos desde 1983. Corresponde a quem somos e do porquê lutamos. Nele estão, não apenas nossas concepções de mundo, de mulher camponesa, de Movimento e de projeto de sociedade, mas também nossas orientações para cumprir com nosso papel histórico. Neste sentido, tem como objetivo central orientar toda a dinâmica e vida do MMC.

Existimos porque lutamos!

Fortalecer a luta em defesa da vida! Todos os dias!

II. NOSSA MISSÃO

Nossa missão é a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de violência, opressão, exploração e discriminação, bem como a construção do projeto de agricultura feminista camponês popular, com base na agroecologia e a transformação da sociedade.

III. PRINCÍPIOS E VALORES DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

PRINCÍPIOS:

O Movimento de Mulheres Camponesas se caracteriza por ser:

- **Autônomo:** quem compõe e decide os rumos são as mulheres organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas.
- **Democrático popular:** as mulheres decidem os rumos do Movimento e buscam organizar todas as mulheres trabalhadoras do campo, das florestas, das águas, periurbanas e periféricas. Essa democracia está baseada na centralidade, composta por direções coletivas nas diferentes instâncias, que precisam se orientar pelas decisões do Movimento.
- **De classe:** é das mulheres trabalhadoras do campo, das florestas, das águas, periurbanas, periféricas que compõem a classe trabalhadora.
- **Construtor de relações de igualdade de gênero e equidade:** com base no respeito à diversidade entre as pessoas, com a terra, com a água, com a natureza e a vida como um todo.
- **Agroecologista:** que compreende a agroecologia como um modo de vida, ciência, movimento e projeto de sociedade, que valoriza os saberes tradicionais e está presente na prática camponesa.
- **De luta:** para transformar a sociedade e as relações sociais humanas, na construção do bem viver.
- **Feminista¹³ camponês¹⁴ popular¹⁵** como expressão da história construída, vivenciada e elaborada pelas mulheres camponesas organizadas, rumo a transformação da sociedade.
 - **Socialista,** onde todas as formas de vida tenham direito de viver com dignidade, justiça, igualdade e equidade.
- **Internacionalista: solidariedade** popular e articulação entre os povos.
- **Educação popular feminista camponesa:** onde as mulheres, protagonistas dos seus processos, são produtoras e construtoras do conhecimento.

¹³ Luta contra a violência de gênero e pela igualdade de direito e de condições das mulheres na sociedade.

¹⁴ O termo "camponês" foi debatido e englobado, levando a mudança na nomenclatura do movimento... que busca a heterogeneidade das mulheres do campesinato, sejam elas agricultoras, pescadoras, extrativistas ou demais atividades que se relacionam com as compreensões e ideais do movimento.

¹⁵ Para o MMC, popular remete à luta de classe. Nosso lugar na história é junto com o povo trabalhador.

- **Anti-patriarcal, anti-capitalista, antirracista e antiLGBTIfóbico** para a superação de todas as formas de opressão, exploração, discriminação e violência.

VALORES:

O MMC se pauta pela práxis, entendida como movimento contínuo que envolve teoria e prática. Nossa ação camponesa feminista popular se constrói com os valores:

- Valorização da mulher e do seu trabalho.
- Trabalho produtivo e reprodutivo como forma de valorização do ser humano.
- Reconhecimento e divisão justa do trabalho doméstico e de cuidados.
- Responsabilidade individual e coletiva para continuar na luta.
- Assumir as decisões coletivas.
- Cuidado e autocuidado individual e coletivo.
- Amor à luta e companheirismo.
- Valorização das diversidades e respeito às diferenças.
- Ética, disciplina e relações de amorosidade.
- Construção da solidariedade de classe.
- Capacidade de nos indignar diante das injustiças, transformando nossa indignação em ação concreta de superação de nossos limites.
- Mística revolucionária e feminista.
- Recuperação, preservação, conservação e cuidado com a sociobiodiversidade.
- Valorização e respeito às diversidades étnico raciais, de gênero e orientações sexuais.

Todos esses valores somados ao fortalecimento do Movimento autônomo, o internacionalismo, igualdade de gênero e equidade de direitos, diálogo e respeito entre os povos alicerçam e dão vida às nossas ações cotidianas.

IV. BANDEIRAS DE LUTA DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

A partir de nossa missão assumimos como Bandeiras de luta

1. A Construção do Feminismo Camponês Popular – FCP

O Feminismo Camponês Popular a partir das experiências e reflexões vivenciadas no MMC, é um processo de elaboração que traz a história, mas também a vida, organização, formação e lutas emancipatórias visando a continuidade no fortalecimento do Movimento, bem como a construção das lutas unitárias da classe trabalhadora. O desafio de assumir-se feminista do MMC em 2004, contribuiu para impulsionar o debate da CLOC e da LVC, sendo, portanto uma construção coletiva que:

- Define-se como experiência concreta de luta.
- Concretiza-se na resistência aos ataques imperialistas contra nossos povos, nossos territórios e nossos corpos.
- Traz consigo uma proposta de mudança estrutural da sociedade em todas as dimensões e relações.
- É construído onde a semente do Movimento é plantada, regada e cuidada, seja nas bases e/ou nas instâncias nacionais e internacionais.
- Nesse processo em construção, encontramos e compartilhamos a força das diversidades do campesinato latino-americano e caribenho, em especial o brasileiro e, desde aí, abre-se para uma dimensão internacional e planetária.
- Traduz experiências, vivências e histórias de mulheres organizadas que vivem, lutam, resistem, e, passo a passo constroem outras perspectivas e modos de vida.
- Dá elementos para fazer enfrentamento a todas as formas de violência que sofremos diariamente.

- É um feminismo que encontra força e determinação na luta por uma sociedade sem desigualdades.
- Compreendemos que a economia capitalista se apropria das desigualdades de gênero, classe, raça/etnia para garantir suas bases de atuação patriarcal, sexista, racista, LGBTIfóbica.
- Evidência que a divisão sexual do trabalho contribui para a manutenção dessa economia capitalista.
- Impulsiona-nos a lutar contra todas as formas e relações instituídas e enraizadas no patriarcado, no capitalismo e no racismo.

2. PELO FIM DE TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIAS

Defendemos espaços inclusivos, igualitários e equitativos para as mulheres. Por paz no mundo, pela construção de uma sociedade livre de opressões e contra as guerras. Sendo assim, lutamos:

- Pelo fim das relações hierárquicas e de poder dos homens sobre as mulheres e de todas as manifestações de machismos.
- Pelo fim de todas as formas de violências, genocídios, ecocídios, entre outros. Ataque aos povos negros, indígenas, demais Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), territórios e pessoas da comunidade LGBTI+.
- Pelo fim da intolerância religiosa e violências no contexto estrutural da sociedade que se manifestam nos espaços públicos, privados, domésticos e familiares.
- Pelo fim da violência institucional e política¹⁶.
- Pelo fim do feminicídio.
- Pelo combate à violência de gênero e discriminação.

3. DEFESA E AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

Em nossa trajetória de luta, historicamente, pautamos a defesa e ampliação dos direitos sociais como condição de vida digna para as mulheres e a classe trabalhadora se caracteriza:

- Pela garantia do direito à Seguridade Social (previdência pública universal e solidária, saúde pública e de qualidade e assistência social), que assegure e efetive os direitos e benefícios já conquistados das trabalhadoras e trabalhadores.
- Pela defesa e ampliação do Sistema Único de Saúde (SUS) e o acesso à saúde integral, de qualidade e com atendimento humanizado para todas as pessoas, com práticas integrativas, populares, tradicionais e complementares de saúde como política pública.
- Pelas políticas públicas de cuidado.
- Pelo direito humano, garantido na constituição, ao acesso à alimentação saudável e diversificada.
- Pela garantia da documentação, *nenhuma mulher trabalhadora rural sem documentos*.
- Pela democratização dos meios de comunicação e inclusão digital das mulheres no campo, nas águas e florestas..
- Pelo direito e acesso à educação libertadora, não sexista do e no campo, em todos os níveis.
- Pelo direito à cultura e ao lazer, em suas diferentes manifestações.
- Pelo direito à moradia digna e saneamento básico.

¹⁶ Esse tipo de violência pode se dar por omissão ou determinadas ações de pessoas e de instituições públicas ou privadas que atendem mal as mulheres camponesas. Onde as mulheres devem encontrar apoio, acolhimento e segurança, por vezes se deparam com atitudes discriminatórias por razões de gênero, raça/etnia, classe, orientação sexual e/ou identidade de gênero, idade, religião ou outro. Ocorre quando há falta de acesso a serviços públicos, a má qualidade nos serviços prestados, até mesmo a relação de poder desigual e demarcada entre profissional e pessoa atendida. A violência institucional viola os direitos humanos das mulheres.

- Pelos direitos sexuais e reprodutivos. Pelo fim da opressão e pelo direito de decidir.
- Pelo combate à violência obstétrica.
- Pela luta em defesa do corpo como território.
- Pelo direito de as crianças terem infância, rompendo com as desigualdades que limitam o seu presente e futuro.
- Pelo fim e criminalização do uso dos agrotóxicos.
- Pela participação política da mulher na sociedade em todos os espaços de decisão e poder.

4. ECONOMIA FEMINISTA CAMPONESA POPULAR

No MMC vivenciamos a construção de uma economia que:

- Coloca a sustentabilidade da vida no centro.
- Reconhece e reorganiza o trabalho doméstico e de cuidados, para que ele se torne uma responsabilidade compartilhada entre as pessoas e o Estado.
- Assume o cuidado com a sociobiodiversidade como resultado da relação com os povos tradicionais e seus modos de vida.
- Prima pelo princípio do respeito aos ciclos de regeneração da natureza e repensa a relação com a alimentação, valorizando práticas agrícolas, agroecológicas e culinárias locais, garantindo que as comunidades tenham meios e direito a cultivar alimentos saudáveis e diversificados em seus próprios territórios.
- Propõe um outro tipo de economia que vem sendo construída a partir da centralidade da vida, da interdependência e ecodependência do bem viver.
- Defende outro modo de vida que visa agregar e gerar mais valor e não só extrair valor.
- Ensina a organização cuidadosa da casa comum.
- Têm os quintais produtivos agroecológicos como território de autossustento, renda, partilha, troca e construção de conhecimento a partir das mulheres.
- Busca a valorização do tempo de trabalho dedicado pelas mulheres, tanto nos trabalhos produtivos, reprodutivos, bem como na busca pela autovalorização feminista camponesa popular que compreende os outros tempos da vida, ou seja: tempo para o autocuidado, lazer, participação militante, estudo, ócio, tempo livre, descanso, entre outros.
- Fortalece as lutas pela autonomia econômica das mulheres camponesas, com ampliação do acesso a políticas públicas que incentivem a produção e comercialização de alimentos saudáveis e diversificados.

5. POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO E NO CAMPO: FEMINISTA CAMPONESA POPULAR

A educação historicamente foi negada para as mulheres do campo, florestas e águas. Em nosso Movimento defendemos um processo de conhecimento motivador da passagem de uma consciência ingênua para uma consciência crítica, evidenciando que quem luta sente necessidade e tem direito de estudar, por isso lutamos:

- Pelo direito e acesso à educação libertadora, não sexista, feminista do e no campo, em todos os níveis, tendo como base, os processos e percursos formativos do e no MMC, assim como, demais processos populares.
- Por processos e percursos formativos que promovam e constroem conhecimento, despertando, junto das mulheres camponesas, os valores enquanto guardiãs da sociobiodiversidade, em conexão com a ciência e os saberes ancestrais e populares.
- Por metodologias participativas e pedagogias libertadoras que vão sendo construídas e recriadas a partir das lutas e enfrentamentos das mulheres frente aos conflitos atuais, onde, a prática é critério de validação da teoria e vice-versa.

- Pelo direito da mulher camponesa fazer a descoberta de que há imposições de um sistema patriarcal/capitalista/racista/LGBTIfóbico que precisa de mulheres oprimidas, diminuídas diante de outros, confinadas ao espaço do lar, mantendo-se na situação de dependência e submissão.
- Por processos formativos que demonstram e reafirmam que a terra, a natureza e a mulher somente podem ser compreendidas e valorizadas na integralidade de um todo.
- Por um modelo de educação que se oponha a ideologia do sistema reprodutor do patriarcado, do capitalismo e do racismo, subjugando as mulheres com a finalidade do 'ter' e do 'procriar', negando-lhes o direito à humanização, à liberdade e à vida.
- Pela implementação de programas de alfabetização, capacitação técnica e realização de intercâmbios de saberes entre as camponesas.
- Por uma educação que tem como fundamentos, os princípios e pressupostos da educação feminista popular.

6. PROJETO POPULAR PARA O BRASIL

O MMC tem como objetivo central lutar pela libertação e emancipação das mulheres do campo, das águas e das florestas, por um projeto popular de agricultura feminista camponesa e a transformação da sociedade. Neste sentido, defendemos a soberania nacional, somando e fortalecendo as iniciativas de poder popular que reafirmam a busca da dignidade e autonomia da mulher e do povo brasileiro, recuperando e valorizando a cultura popular brasileira. Prima pelo cuidado, proteção, conservação e preservação da sociobiodiversidade. Por isso lutamos:

- Por um Brasil democrático, soberano, livre, independente com igualdade de gênero e equidade com base no respeito à diversidade, sem desigualdades de classe, gênero, raça e etnia, com oportunidade para todas as pessoas.
- Contra o desenvolvimento da lógica colonialista e neoliberal que coloca os bens naturais e todo o patrimônio da América Latina e da humanidade e dos povos à mercê do lucro.
- Contra todo o tipo de discriminação, racismo, neo-nazifacismo¹⁷, bem como, o conservadorismo colonialista imperialista.
- Contra as políticas impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).
- Contra o sistema agroalimentar corporativo hegemônico baseado nos monopólios das multi e transnacionais, o agrohídromineronegócio¹⁸ que se efetivam através dos monocultivos¹⁹, transgênicos, agrotóxicos, padronização da alimentação, entre outros, trazendo consequências graves ao ecossistema e acelerando o aquecimento global e os problemas para a saúde humana.
- Pelo enfrentamento às mudanças climáticas e promoção da sustentabilidade ambiental e práticas agroecológicas resilientes, como a utilização de sementes crioulas e a implementação de sistemas agroflorestais, que contribuem para a preservação da sociobiodiversidade e a mitigação dos impactos ambientais.

¹⁷ Movimento e ideologia de extrema direita, que prega o ódio, o ataque e o extermínio das minorias.

¹⁸ Termo que se refere à relação entre a agricultura, a gestão da água (hidro) e a mineração, com foco nos impactos econômicos e ambientais resultantes dessa interação. Ele engloba as atividades econômicas que envolvem a exploração de bens naturais, como água e minerais, e sua relação com a produção agrícola, muitas vezes de forma controversa devido aos seus impactos ambientais.

¹⁹ Cultivo de apenas um tipo de espécie vegetal em uma área específica e por um período prolongado. Essa prática é comum em grandes extensões de terra, conhecidas como latifúndios, e pode gerar tanto vantagens quanto desvantagens para a agricultura e o meio ambiente.

- Pelo fortalecimento de mecanismos de controle e regulação das mídias e tecnologias sociais visando frear a disseminação de *fakenews*²⁰ e manipulação, e a disseminação dos grupos e discursos misóginos (*redpills*, *incells*²¹ etc) e de violência.
- Em defesa dos territórios dos povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais e de seu direito originário às terras, contra o Marco Temporal e o PL da Devastação²².
- Pela viabilização de políticas agrícolas e agrárias para autonomia econômica das mulheres, como por exemplo, subsídios para a produção de alimentos saudáveis destinada às mulheres e em defesa da diversificação de todo o processo das cadeias produtivas.
- Pelo fortalecimento das mulheres como guardiãs da sociobiodiversidade.

V. MÍSTICA E SIMBOLOGIA DO MMC

O MMC existe enquanto processo de libertação das mulheres, que encontra suas raízes na luta camponesa feminista popular. Neste sentido podemos afirmar que a mística do MMC encontra sua razão de ser no desejo de justiça e emancipação, que anima, motiva e compromete a seguir fortalecendo a luta, a organização/trabalho de base, a comunicação e a formação.

Neste sentido, a simbologia da mística no MMC, se materializa na cor lilás, no uso da bandeira, camisetas, bonés, chapéus de palha e/ou tecido, lenços, com os elementos da natureza como a terra, a água, o fogo, o ar, as sementes, produtos e plantas medicinais que estão presentes nas atividades, nos espaços onde nos encontramos e nas manifestações.

Emerge da mística a força e a energia libertadora que reafirma uma cultura humana que acolhe, transforma e cuida da vida e que, pouco a pouco vai se materializando na nova mulher lutadora. Assim sendo, o conteúdo de nossa MÍSTICA é de:

- Inspiração para a nossa organização e autonomia, bem como, nosso projeto de vida e de sociedade.
- Força para o combate ao patriarcado/machismo, capitalismo e racismo, no despertar e na construção de relações de igualdade e equidade.
- Reconhecimento e respeito a nossa história de luta, nossa diversidade cultural, étnico-racial e sexual, nossas experiências e conhecimentos construídos e nossos símbolos regionais e nacionais.
- Relação de amor na defesa da terra, da natureza, das sementes, da sociobiodiversidade e toda a energia e força cósmica, na construção do bem viver.
- Valorização de músicas, poesias e as diversas expressões da cultura camponesa feminista.
- Denúncia, resistência e enfrentamento ao sistema capitalista, racista e patriarcal.
- Indignação e luta contra as desigualdades, violências e feminicídios.
- Construção de um novo encantar para a necessidade de lutar por dignidade e direitos.
- Força para combater o machismo, racismo, capitalismo, heteronormatividade²³ e imperialismo.

Este conjunto de orientações de nossa mística são expressos, vivenciados e construídos permanentemente nos diferentes momentos e espaços de nossas lutas, atividades e manifestações. É fundamental trabalharmos pela nossa identificação enquanto camponesas militantes do MMC. Neste sentido, o uso de camisetas, bonés, chapéus e bandeiras em nossas atividades também expressam a Mística da vida que deu origem e garantem a visibilidade do nosso Movimento. Isso nos motiva na

²⁰ Conteúdos falsos disseminados nas redes sociais para distorcer a realidade e manipular a opinião pública. Essa prática tem sido bastante usada no Brasil por grupos de extrema direita a partir da expansão do uso das ferramentas de comunicação social

²¹ Grupos masculinos que incitam e pregam o ódio contra as mulheres.

²² O PL 2159/2021, também chamado de "PL da Devastação", visa criar a Lei Geral do Licenciamento Ambiental e foi aprovado no Senado por 54 votos a favor e 13 contra. O projeto tem sido alvo de críticas, sendo considerado um retrocesso ambiental por especialistas e ambientalistas, que o apelidaram de "PL da Devastação" devido à flexibilização das regras de licenciamento ambiental que propõe.

²³ Refere-se ao padrão construído e imposto socialmente nessa sociedade patriarcal, que determina e valida apenas a existência de relações sexuais e/ou afetivas entre pessoas do sexo diferente (masculino e feminino sob designação biológica), assim denominada como heteronormatividade.

continuidade das lutas, a ponto de que, quando olharmos para uma mulher camponesa militante de nosso movimento, nela visualizamos o MMC!

VI. DESAFIOS DO MMC

A partir do Feminismo Camponês Popular, da nossa identidade e diversidade, do cuidado e defesa incondicional de nossas vidas, nossos corpos, nossos territórios, com o planeta terra, com nossa casa comum e com todas as formas de vida existentes. Entendemos que enfrentar essa sociedade capitalista, patriarcal, racista e LGBTIfóbica somente é possível:

- Construindo o Projeto Popular que queremos para o Brasil, a partir das perspectivas e realidades vividas pelas mulheres camponesas e a solidariedade latino-americana e internacional dos povos.
- Ampliando a organização do MMC por meio do trabalho de base, avançando na unidade com as mulheres trabalhadoras urbanas.
- Fortalecendo em cada estado e a nível nacional e internacional a articulação com os Movimentos Populares e as entidades da classe trabalhadora.
- Fazendo lutas/mobilizações de enfrentamento ao sistema neoliberal, unificadas com o conjunto da classe trabalhadora.
- Enfrentando o conservadorismo e o fundamentalismo religioso.
- Enfrentando o sistema capitalista, patriarcal, racista, LGBTIfóbico, rompendo todas as formas de opressão, exploração, expropriação, discriminação, subordinação, violência, medo e culpa, impostas sobre as mulheres e os pobres.
- Enfrentando todas as formas de violência que são praticadas contra as mulheres, os feminicídios e os epistemicídios²⁴.
- Lutando pela descriminalização do aborto, em defesa do aborto legal assegurando o direito da mulher decidir sobre seu corpo, como questão de saúde pública.
- Enfrentando o sistema agroalimentar corporativo hegemônico baseado nos monopólios das multi e transnacionais, do agrohidromineronegócio, que invadem e destroem os territórios causando impactos às múltiplas formas de vida, crimes ambientais e mudanças climáticas.
- Acreditando na força e na capacidade da mulher de sair de casa e se organizar, buscar o estudo, a informação e a formação de mulher camponesa.
- Construindo novos valores baseados na democracia, solidariedade, indignação, alegria, entusiasmo, coragem, trabalho, generosidade, dedicação, compromisso e amor com o ser humano e com a vida.
- Fortalecendo as experiências de resistência e sinais do projeto feminista popular, com base na agroecologia e em novas relações, trabalhando a partir do cuidado com o solo, das sementes crioulas, plantas medicinais, nativas, frutíferas, condimentares, ornamentais, de embelezamento, animais, artesanato, soberania alimentar, preservação da sociobiodiversidade, da proteção, recuperação e cuidado com a água, as florestas e com os biomas.
- Acessando as tecnologias para os meios de produção.
- Investindo na formação processual, contínua e específica para cada espaço, idade e militância, contribuindo para a construção da identidade como MMC.
- Cuidando da saúde, da segurança e do bem viver da militância.
- Estimulando a construção conjunta com mulheres indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais e amazônicas, criando espaços de diálogo intercultural no interior do MMC, reforçando a escuta ativa dos processos próprios de organização e luta.
- Lutando pela democratização da terra, proteção e demarcação dos territórios tradicionais e originários.

²⁴ Violência silenciosa que apaga saberes ancestrais, sufoca vozes marginalizadas e legitima a dominação colonial sobre os corpos e as mentes.

VII - ORGANICIDADE DO MMC

Nossa forma de organização tem como centralidade o trabalho de base. Os GRUPOS DE BASE no MMC compõem a força de nossa militância. Esses grupos podem estar presentes em municípios, regiões ou a nível estadual. São nesses espaços que forjamos toda a dinâmica militante. É no grupo de base que realizamos os processos formativos, que organizamos as lutas e fortalecemos nossos quintais produtivos como espaços pedagógicos, possibilitando que outras mulheres venham participar do Movimento. É destes grupos que vão se destacando as militantes e vice-versa. E é da militância que temos as dirigentes, que são fundamentais para constituirmos as coordenações municipais, estaduais e nacional, onde todas as decisões coletivas devem ser implementadas a partir da centralidade democrática.

Na medida em que avançamos na organização do trabalho de base, construímos condições para também organizar os Coletivos, em cada instância do Movimento. Uma dirigente sem a representatividade e força do Coletivo, de sua base, fica despida de sua energia vital mobilizadora. A força da dirigente está no potencial de seu Coletivo e a dinâmica do Coletivo também se expressa no potencial de suas dirigentes. Por isso afirmamos que o trabalho de base é condição para a existência e potência do MMC

VIII. PAPEL DAS INSTÂNCIAS DO MMC

- **Grupo de Base:** é o espaço de formação, organização e preparação para as lutas que garantirão os direitos das mulheres, possibilitando o exercício da libertação. Compreende a organização das mulheres camponesas que podem estar agrupadas por município, região ou estado. Normalmente concebemos como um grupo de base do MMC, quando algumas mulheres se reúnem periodicamente para fortalecer suas vidas, estudando, compartilhando experiências e se fortalecendo a partir dos quintais produtivos e/ou outras circunstâncias de suas realidades. Se juntam para aprender, socializar e lutar por objetivos comuns.

- **Coordenações municipais e regionais** (quando houver): têm o papel de articular e coordenar as atividades do MMC no seu município e/ou região, fazendo a relação com as demais instâncias do MMC, bem como, articular a luta local e regional.

- **Coordenação estadual:** tem a responsabilidade de dirigir, deliberar, planejar, articular e coordenar as atividades do MMC nos Estados.

- **Direção política estadual:** tem a responsabilidade de, a partir e em sintonia com as demandas e realidades do Estado, estabelecer a linha política baseada nas deliberações do Congresso e adaptadas à realidade de cada momento. É quem coordena o cotidiano do MMC e todo o processo dirigente no Movimento em seu estado.

- **Coordenação nacional:** responde pelos trabalhos e dinâmica nacional. Deve fazer com que chegue até os estados e municípios as deliberações do MMC e contribuir para sua implementação. Da mesma forma, fazer a relação das demandas nacionais com as demandas estaduais e destas, com a coordenação nacional.

- **Direção política nacional:** tem a responsabilidade de, a partir e em sintonia com as demandas e realidades manifestadas nos Estados, estabelecer a linha política baseada nas deliberações do congresso adaptada à realidade de cada momento. É quem coordena todo processo dirigente no MMC. Na relação com as forças externas, deverá estar atenta para contribuir nos processos de pensar, planejar e coordenar as estratégias definidoras dos rumos da classe trabalhadora a partir da realidade vivida pelas mulheres camponesas do Brasil. O Movimento preza pela direção coletiva.

- **Coletivos do MMC:** têm a função de sugerir à direção e coordenação, encaminhamentos para todo o Movimento e vice e versa. O desafio é manter a unidade e não se tornar um espaço à parte, nem uma "gaveta" paralela ou se tornar uma instância de tomada de decisões. O coletivo é espaço de

estudo e formulação de propostas específicas a serem apresentadas à direção e encaminhadas às instâncias de nosso Movimento.

Para integrar-se a um coletivo do MMC é necessário passar por um processo, de modo a evitar “queimar etapas”, conforme especificado em regimento interno do Movimento. A constituição de novos Coletivos, perpassa pelo processo inicial de formação de Grupos de Trabalho, que após acúmulo e deliberação da coordenação nacional se consolidam como tal. Enquanto não houver Coletivos nacionais consolidados, nos Estados a atuação se dá como grupo de trabalho.

Os coletivos têm as seguintes funções:

- **Coletivo de Lutas:** coordenar e orientar as lutas locais, regionais e nacionais do MMC, bem como, junto de outras entidades, em sintonia com as deliberações da direção e coordenação nacional.
- **Coletivo de Formação:** trabalhar a formação das mulheres, militantes e dirigentes atentas às demandas do MMC observando as diferenças, tempos, experiências e vivências.
- **Coletivo de Organização:** coordenar, articular e organizar as mulheres camponesas para que tenham um grupo de referência, de mulheres que se identificam com o MMC e assumam o processo de lutas, formação e comunicação de acordo com a realidade e contexto local.
- **Coletivo de Finanças:** viabilizar e captar recursos para a sustentação da vida do MMC, construindo estratégias e orientações para a utilização dos recursos com ética, compromisso e transparência.
- **Coletivo de Comunicação:** responsável pelas estratégias de comunicação do MMC, tanto na divulgação, agitação, propaganda e arquivo do Movimento. Entendemos como agitação, as ações concretas que tem como centro a denúncia para desmascarar as injustiças do sistema patriarcal, capitalista e racista e revelar as raízes da opressão, das violências e seus responsáveis. A propaganda é anunciar as ações que alicerçam o sonho de que é possível a libertação das mulheres, a construção do projeto feminista popular, com base na agroecologia e a transformação da sociedade. Deve ainda, garantir os registros e organização dos arquivos dos materiais e ações do MMC.
- **Coletivo de Juventude:** dinamizar os trabalhos e deliberações do Movimento junto às jovens visando conhecer o MMC e ao mesmo tempo cativar as novas gerações para abraçar as causas do Movimento. A medida em que optarem pelo MMC, inserir-se nas lutas, formação, organização e comunicação para construir processos libertários de corresponsabilidades. Quando nos referimos às juventudes do MMC consideramos o público entre 15 e 29 anos.
- **Coletivo LGBTI+²⁵:** acolher, organizar e articular as pautas das mulheres LGBTI+ que assumem como centralidade o MMC, bem como, fortalecer as articulações com outras organizações afins.
- **Coletivo de igualdade racial:** dinamizar, organizar e discutir as questões raciais, culturais, garantindo a participação das mulheres negras, quilombolas, indígenas e suas práticas, bem como, fortalecer as articulações com outras organizações afins.

Os espaços deliberativos do MMC se efetivam na forma de **Congresso** que acontece conforme definição ou conjuntura do MMC.

Movimento de Mulheres Camponesas
Brasília/DF, 15 de outubro de 2025.

²⁵ Lésbicas: mulheres que sentem atração sexual e/ou afetiva por outras mulheres; Bissexuais: mulheres que se sentem atraídas por mais de um gênero; mulheres Transgêneros: pessoas que assumem o gênero oposto ao de seu nascimento. Pode ou não haver mudança fisiológica; Intersexos: mulheres que não se adequam à forma binária (feminino e masculino) de nascença. Ou seja, seus genitais, hormônios, etc. não se encaixam na forma típica de masculino e feminino; Assexuais: mulheres que não possuem interesse sexual. O mais (+) serve para abranger as demais pessoas e a pluralidade de orientações sexuais e variações de gênero.